

Teorias da Comunicação no Brasil

reflexões contemporâneas

VERA VEIGA FRANÇA
ALESSANDRA ALDÉ
MURILO CÉSAR RAMOS
(ORG.)

compós



EDUFBA

Teorias da Comunicação no Brasil
reflexões contemporâneas

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

REITORA

Dora Leal Rosa

VICE-REITOR

Luiz Rogério Bastos Leal



E D U F B A

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DA BAHIA

DIRETORA

Flávia Goullart Mota Garcia Rosa

CONSELHO EDITORIAL

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Niño El Hani

Cleise Furtado Mendes

Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

José Teixeira Cavalcante Filho

Maria Vidal de Negreiros Camargo

EDUFBA

Rua Barão de Jeremoabo, s/n

Campus de Ondina

40.170-115 Salvador – Bahia – Brasil

Telefax: 0055 (71) 3283-6160/6164

edufba@ufba.br

www.edufba.ufba.br

compos

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

PRESIDENTE

Prof. Dr. Eduardo Victorio Morettin

VICE-PRESIDENTE

Profa. Dra. Ines Silvia Vitorino Sampaio

SECRETÁRIA-GERAL

Profa. Dra. Gislene da Silva

www.compos.org.br

VERA VEIGA FRANÇA
ALESSANDRA ALDÉ
MURILO CÉSAR RAMOS
(ORG.)

Teorias da Comunicação no Brasil

reflexões contemporâneas

SALVADOR - BRASÍLIA | ENUFBA - COMPÓS | 2014

2014, autores.

Direitos para esta edição cedidos à Edufba.

Feito o depósito legal.

PROJETO GRÁFICO

Alana Gonçalves de Carvalho Martins

CAPA E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Rodrigo Oyarzábal Schlabit

REVISÃO E NORMALIZAÇÃO

Isadora Cal Oliveira e Taise Oliveira Santos

FICHA CATALOGRÁFICA: FÁBIO ANDRADE GOMES - CRB-5/1513

T314 Teorias da Comunicação no Brasil: reflexões contemporâneas / Organizadores,
Vera Veiga França ... [et al.]. – Salvador: Edufba, 2014.
295 p.; 22 cm.

ISBN: 978-85-232-1233-9

1. Comunicação - Brasil. 2. Comunicação - Filosofia. I. França, Vera Veiga.

CDU: 659.3(81)

EDITORA FILIADA A



Sumário

▶ 7

ALESSANDRA ALDÉ, MURILO CÉSAR RAMOS E VERA FRANÇA (Org.)

Introdução

Teorias da Comunicação: entre avanços, resgates e reconstruções

O CAMPO DA COMUNICAÇÃO

▶ 21

ERICK FELINTO

Os riscos da prudência: teoria da Comunicação, disciplinaridade e a comunicologia de Vilém Flusser

▶ 39

FRANCISCO RÜDIGER

Teoria e história: da era da propaganda ao pensamento comunicacional

▶ 63

CIRO MARCONDES FILHO

A nova forma de pesquisar a comunicação: a engenharia das emoções, o autômato espiritual e um campo de conhecimento que se constitui

▶ 79

BENJAMIM PICADO

Entre os dispositivos de interação, as simulações do comum e o sedimento afetivo da sociabilidade: paradigmas críticos de uma discursividade estética nas teorias da Comunicação

▶ 103

LÚIS MAURO SÁ MARTINO E ÂNGELA CRISTINA SALGUEIRO MARQUES

Existe uma ética nas teorias da Comunicação? Perspectivas conceituais nas apropriações brasileiras

CONCEITOS

▶ **125**

EDUARDO YUJI YAMAMOTO

As matrizes epistêmicas da comunidade na Comunicação: uma genealogia

▶ **149**

CARLOS A. CARVALHO E LEANDRO R. LAGE

Sobre contribuições epistemológicas de Paul Ricoeur para estudos em Comunicação: ação, narrativa e acontecimento

▶ **173**

PAULA GUIMARÃES SIMÕES

O acontecimento e o campo da Comunicação

▶ **197**

ROUSILEY MAIA, REGIANE LUCAS GARCÊZ, VANESSA VEIGA, EDNA MIOLA, BRÁULIO NEVES, ALICIANNE GONÇALVES, PATRÍCIA ROSSINI, DIÓGENES LYCARIÃO E DANILA CAL

A teoria crítica nos estudos da Comunicação: uma agenda empírica para o programa de Jürgen Habermas e de Axel Honneth

▶ **221**

DULCILIA SCHROEDER BUITONI

Comunicação e fluxos contemporâneos: a indispensável imagem

▶ **245**

WILSON GOMES E SAMUEL BARROS

Influência da mídia, distância moral e desacordos sociais: um teste do efeito de terceira pessoa

▶ **267**

WALDOMIRO VERGUEIRO E ROBERTO ELÍSIO DOS SANTOS

As histórias em quadrinhos como objeto de estudo das teorias da Comunicação

▶ **287**

Autores

Introdução

Teorias da Comunicação: entre avanços, resgates e reconstruções

Esta coletânea é resultado de um edital lançado pela Compós no segundo semestre de 2013, que fez uma chamada para artigos sobre avanços em teorias da Comunicação no Brasil. Ao devolver para a comunidade da área os trabalhos selecionados, entendemos que este conjunto apresenta uma dupla contribuição para seus leitores: o interesse das abordagens e conceitos tratados em cada artigo, mas também a visada mais ampla que ele possibilita. A resposta a esta chamada sinaliza aquilo que esta comunidade identificou e sinalizou como sendo as reflexões mais significativas e inovadoras do campo. O que significa dizer: esta coletânea tem também um caráter de diagnóstico.

Como indagações prévias, poderíamos perguntar: que temáticas são aqui contempladas? Os trabalhos aqui reunidos apontaram alguma ênfase mais acentuada, indicaram algum eixo de concentração ou de convergência? Quais foram as fontes teóricas privilegiadas – as referências teóricas são inovadoras?

Trata-se de um conjunto diversificado, reunindo leituras e aportes de diferentes matizes e origens; a organização da coletânea, bem como a forma de apresentá-la, representou para nós um desafio. Dentre os muitos desenhos possíveis de agrupamentos, optamos por uma estruturação em duas partes: a primeira delas tem como eixo uma abordagem mais ampla da questão comunicacional, seja discutindo as características desse campo disciplinar ou a especificidade do objeto comunicativo, seja tratando de

algumas perspectivas (ou áreas temáticas) que o atravessam. A segunda parte congrega textos que se constroem em torno do recorte e reflexão de certos conceitos que se mostram caros para os estudos comunicacionais, mostrando sua incidência na configuração das teorias.

Apresentamos a seguir uma panorama geral das questões discutidas em cada um, buscando, ao final, alinhar a reflexão que este trabalho de costura nos suscitou.

PARTE 1 – O CAMPO DA COMUNICAÇÃO

Neste primeiro bloco, temos cinco textos e seis autores: Felinto, Rüdiger, Marcondes Filho, Picado, e Marques e Martino assinando um quinto texto.

Erick Felinto inicia a reflexão com uma crítica ao fechamento, fragmentação e falta de atualização dos estudos comunicacionais no Brasil. Para ele, nossa área, no empenho de tornar-se uma disciplina autônoma, fechou-se num processo de disciplinarização, e seu desenvolvimento, que se deu ligado ao sistema de comunicação massiva, não explorou o impacto das tecnologias digitais e não se mostra apto a responder aos novos desafios.

Neste novo cenário, e frente à complexidade do cenário tecnocultural, é necessário, ele argumenta, recorrer à interdisciplinaridade, e optar pela produção de “um saber colaborativo e de fronteiras constantemente permeáveis”. Essa perspectiva foi apontada por Vilém Flusser em meados dos anos 1970, com a proposta de criação de uma nova ciência, a “comunicologia”, centrada na “investigação interdisciplinar de todo o campo do comércio simbólico do homem”. Flusser concebia o campo da teoria da Comunicação como espaço de experimentações voltado para o exame de todo o nosso horizonte cultural sob um olhar comunicacional, um ponto de cruzamento e de convergência das ciências humanas, levando à total reconfiguração do campo das humanidades. Esse olhar pioneiro de Flusser está em sintonia, argumenta ainda Felinto, com a proposição de autores contemporâneos – Stefan Münker, Claus Pias (ambos alemães) – que tematizam a centralidade do problema da “medialidade” e falam inclusive em um *medial turn*.

Francisco Rüdiger, por sua vez, recupera a ascensão epistêmica da categoria “comunicação”, para lembrar que ela é uma invenção recente (não tem um século de existência) que se instalou de forma naturalizada e passou a dominar nosso pensamento dentro e fora da academia. Citando Foucault, ele ressalta o quanto os saberes instituídos se impõem com força de verdade, silenciando outros conhecimentos; a comunicação virou uma certeza, e levar adiante um projeto epistemológico impõe indagar sobre as hipotecas derivadas de seu *a priori* histórico, estudar suas origens e condições de desenvolvimento. Dentro dessa perspectiva, o texto traça um panorama dos primeiros estudos, no final do século XIX e início do século XX, em que o termo surge inicialmente associado aos meios de transporte, passando depois, com os primeiros autores da Escola de Chicago (Albion Small, Charles Cooley, John Dewey), a tratar dos veículos e aparatos sociais de comunicação, em seu papel de estimular as habilidades sociais e relacionamento intelectual entre as pessoas. Seu desenvolvimento, no entanto, se dá sob a égide da propaganda – que se torna o conceito central no campo do saber criado em torno dos fenômenos de opinião pública. Alguns autores legitimam e apontam a necessidade das práticas de propaganda, outros denunciam os “mecanismos de controle da mente e condução da opinião pública”; fala-se da propaganda negativa, pura manipulação, e de outra positiva, voltada para a educação e os bons valores. Após a guerra houve por bem trocar o nome de “propaganda” por comunicação – sem que isso levasse a alterações na base da episteme comunicacional desenvolvida na primeira metade do século passado.

O desenvolvimento e importância das tecnologias no pós-guerra, bem como a consolidação da sociedade de consumo no final do século, apontam para uma mudança, e a era sistêmica e mercadológica da mídia eletrônica (cf. Lucien Sfez) começa a substituir a fase política da propaganda: neste novo momento, parece ser a “cibercultura” que se converte em nova chave epistêmica.

Marcondes Filho trata da questão do que é, de fato, estudar a comunicação: para ele, a ciência da comunicação tem sido tão somente um campo de aplicação de outros saberes (da Sociologia, da Política, da Linguística). É hora, ele nos diz, de “nos dedicarmos aos fenômenos comunicacionais e à sua emergência”; estudar o fenômeno comunicacional em si supõe

obedecer aos pressupostos de uma “objetividade radical” (cf. HUSSERL), buscando a “verdade” embutida na própria experiência vivida.

Há dois tipos de fenômenos comunicacionais, nos diz Marcondes: os abertos e os fechados. Abertos são fenômenos que se transformam enquanto estão sendo produzidos, e que recebem a participação das pessoas envolvidas; fechados são produtos que circulam “prontos”, e aos quais os que sofrem a ação podem reagir ou não. No primeiro caso cria-se uma corrente de energia que aumenta ou decresce; no segundo, há uma dialética entre os dois lados: o indivíduo que se depara com a obra, e a obra, que busca seduzi-lo. Esses dois tipos provocam duas formas de comunicação: nos processos ao vivo há um processo de provocação, e as pessoas saem transformadas (ou incomodadas). No segundo tipo sobrevive a individualidade das percepções, a forma diferenciada como cada um sente o fenômeno e vive a sua comunicabilidade.

O fenômeno comunicacional, assim, diz respeito à natureza de nossa experiência com o processo e/ou obra, e à dimensão de nossa transformação. O método para estudá-lo implica buscar a “verdade” embutida na própria experiência vivida. Trata-se, para Marcondes, de seu quase-método, ou metáporo, que consiste na observação de um fenômeno enquanto está acontecendo, buscando capturá-lo instantaneamente e sem conceitos, por meio da intuição sensível.

Benjamin Picado introduz o viés do entrecruzamento entre comunicação e estética através de dois percursos teóricos. O primeiro deles, de espectro crítico mais amplo e bastante reconhecido, volta-se para a crescente presença da intermediação técnica, problematizando a racionalidade instrumental no domínio da cultura enquanto instância articuladora da experiência da modernidade. Trata-se de uma reflexão oriunda da filosofia crítica da Escola de Frankfurt que se espraia para outros domínios teóricos, e acentua a predominância da instrumentalidade técnica no domínio cultural “associada não apenas aos modos de fazer, mas também e sobretudo como fenômeno ligado aos regimes do ser e do aparecer.” A dimensão estética da comunicação é tratada aí a partir das características “imanescentes” dos objetos comunicacionais, e teve como base “um problema que era apenas parcialmente coligado às matrizes originárias de uma reflexão estética”.

Benjamin Picado defende a busca de uma estética da comunicação que não fique restrita ao âmbito dos produtos, mas se dirija sobretudo aos processos sensíveis, afetivos, vividos pelos sujeitos. Nesta perspectiva, ele se remete à contribuição de três autores brasileiros, Muniz Sodré, Marcondes Filho e José Luiz Braga, que, numa vertente mais “doméstica”, promove uma segunda entrada no tratamento da questão. Em que pese a distinção dos enfoques construídos por cada autor, eles teriam como ponto de cruzamento o fato de deslocar a interrogação estética para o âmbito dos processos intersubjetivos e das dinâmicas interacionais. O uso e o cruzamento dos conceitos de interação, mediatização e recepção ativa promovem a confluência entre experiência estética e interação mediatizada; e “uma sociabilidade atravessada por uma dimensão estética da comunicação faz um deslocamento que é verdadeiramente epistemológico”, conclui Picado.

Luís Martino e Ângela Marques, no quinto texto desta sequência, também trabalham no campo de uma interseção, dessa vez entre comunicação e ética. O pressuposto dos autores é que as teorias da Comunicação, ao elegerem seus objetos, métodos e conceitos, estão também indicando sua interpretação do mundo, da relação entre as pessoas e das ações práticas delas esperadas (ou deduzidas). Pode-se daí inferir as dimensões éticas que elas carregam, pois, em suas palavras: “Nas luzes e sombras do discurso epistemológico, sobretudo em sua reflexão sobre a realidade e a prática, estão os elementos constitutivos das prerrogativas de ação normativa”.

Com essa perspectiva, Martino e Marques empreendem uma revisão das principais teorias da área, que eles organizam em uma grade tríplice, conforme a relação de poder entre os interlocutores vislumbrada pelas teorias: (a) assimétrica, com o poder colocado ao lado dos meios de comunicação; (b) simétrica, equivalendo, em espaços diferentes, produtores e receptores; (c) paritária, com intersecção entre ambos em uma cultura da participação.

Na primeira delas são alinhados os estudos pioneiros da Escola Funcionalista Americana e a Escola de Frankfurt (com desdobramentos éticos distintos); na segunda, teorias que se desenvolvem sob a inspiração dos estudos culturais. A terceira grade se refere a teorias que indicam inter-

seções entre produtores e receptores no âmbito de uma cultura da participação e apontam a prática da coprodução de discursos e sentidos entre agentes midiáticos e agentes sociais. Trata-se, sobretudo, das reflexões em torno das comunicações via meios digitais.

Esse terceiro grupo implica uma alteração das questões éticas sugeridas nos agrupamentos anteriores e a formulação de novas questões. É preciso, no entanto, nos adverte os autores, atentar para o fato de que “a pretensa igualdade que se instaura entre emissores e receptores nas redes sociais, também esconde desigualdades”, e tanto se pode constatar uma novidade teórica no entendimento do apagamento de fronteiras emissor-receptor como é mister constatar uma dinâmica na qual os poderes se espalham sem se dissolver – o que remonta a reflexões instauradas sob a égide da comunicação de massa.

PARTE 2 – CONCEITOS

Agrupam-se aqui sete textos, apresentados por 18 autores e coautores: Eduardo Yuji Yamamoto; Carlos A. Carvalho e Leandro R. Lage; Paula Simões; Wilson Gomes e Samuel Barros; Dulcília Buitoni; Rousiley Maia e oito coautores¹; Waldomiro Vergueiro e Roberto Elísio dos Santos.

O primeiro texto aqui apresentado, de **Eduardo Yamamoto**, se constrói em torno do conceito de comunidade. Seu primeiro movimento é reconstruir a genealogia do conceito nas ciências humanas e sociais, a partir da estrutura dicotômica proposta por Tönnies (a *Gemeinschaft* x *Gesellschaft*), seguindo sua diversificação semântica em quatro matrizes epistêmicas: o positivismo, marxismo, hegelianismo e desconstrutivismo. Em seguida, o autor identifica seu percurso no campo das teorias da comunicação, através de duas perspectivas: em oposição à sociedade moderna (e aos seus sistemas ideológicos) e integrada a ela, como componente da chamada sociedade civil. Mostra que o conceito foi marcado pela vocação dicotômica, pela associação com classe social, por certa aura romântica, e foi sempre assombrado pelo risco do essencialismo. A vinculação co-

1 Regiane Lucas Garcêz, Vanessa Veiga, Edna Miola, Bráulio Neves, Alicianne Gonçalves, Patrícia Rossini, Diógenes Lycarião e Danila Cal.

municação e comunidade se desdobrou em conceitos como comunicação alternativa, popular, comunitária.

Num novo momento, e particularmente relacionado com o surgimento e fortalecimento do território infotecnológico conhecido como “rede”, novas reflexões irão indicar uma concepção de comunidade com base em um pluralismo integrador e relacionado com novas formas de associação e sociabilidade. “No atual estado de arte das pesquisas sobre comunidade, sobretudo na Comunicação, as etnografias e os estudos de casos em torno dessas singularidades (experiências micropolíticas, práticas artísticas, fenômenos não subjetivos) são sintomáticos de uma mudança radical na forma de se pensar a comunidade”, nos diz Yamamoto.

Narrativa, ação, acontecimento são os conceitos enfatizados pela reflexão de **Carlos A. Carvalho** e **Leandro Lage**, resgatando as contribuições de Paul Ricoeur para pensar a comunicação. No momento da comemoração dos 100 anos do nascimento do filósofo (2013), os autores ressaltam a força e importância da hermenêutica ricœuriana, bem como as inúmeras apropriações – de ordem teórica e metodológica – que dela vem sendo feitas por pesquisadores da Comunicação. No presente texto, Carvalho e Lage se propõem a resgatar contribuições de ordem epistemológica, e tomam como ponto de partida o conjunto de pressupostos que fundamentam a hermenêutica narrativa de Ricoeur, relativos principalmente à atividade mimética e à tessitura de intrigas.

Em seguida, os autores exploram a dimensão pragmática de sua abordagem hermenêutica, “que nos impele à frente, que nos coloca o desafio permanente da busca de sentidos, fazendo-nos agir sobre o mundo e nossos modos de nele e com ele interagir.” Finalmente, eles situam a contribuição de Ricoeur para pensar o acontecimento, a partir da centralidade do esquema narrativo para atribuir sentido e inteligibilidade à experiência humana.

O conceito de acontecimento é também o eixo central do artigo apresentado por **Paula Simões**, que empreende um triplo movimento. Inicialmente a autora resgata o fundamento pragmatista do conceito, nucleado pela noção de experiência conforme o pensamento de G. H. Mead e J. Dewey. Para estes, a experiência é uma sorte de “travessia”, e diz da intera-

ção permanente que se processa entre organismo e meio ambiente, uma dinâmica de agir e sofrer.

Esta base pragmatista é o fundamento da concepção de L. Quéré, apresentada em seguida: marcando a distinção de outras abordagens (construtivistas, ritualísticas), este autor enfatiza que o acontecimento não se restringe à sua dimensão representativa; está inscrito numa dimensão temporal; se inscreve na experiência e tem repercussões pragmáticas (no campo da ação); tem um potencial hermenêutico, ou seja, incide no campo dos sentidos, alarga o horizonte dos possíveis, provoca novas interpretações e novas possibilidades de ação.

Com base nesses fundamentos teóricos, e resgatando dois eixos centrais do conceito de acontecimento – seu poder de afetação e seu poder hermenêutico – Simões elenca, na terceira parte de seu texto, alguns estudos que tanto exploram a aplicabilidade e alcance do conceito quanto são utilizados na leitura de acontecimentos recentes na sociedade brasileira.

As contribuições da segunda e terceira gerações da Escola de Frankfurt, e particularmente os conceitos de deliberação e reconhecimento, são tratados no artigo apresentado por **Rousiley Maia** e oito coautores: Regiane Lucas Garcêz, Vanessa Veiga, Edna Miola, Bráulio Neves, Alicianne Gonçalves, Patrícia Rossini, Diógenes Lycarião e Danila Cal. Ressaltando a importância e contribuição da pesquisa político-filosófica da Escola de Frankfurt, cujos postulados vêm repercutindo nos estudos comunicacionais desde o início do século XX, o texto se dedica aos avanços trazidos pelas gerações subsequentes da escola.

Inicialmente, foram cotejadas as obras de Jürgen Habermas e Axel Honneth, com o intuito de localizar as preocupações teóricas centrais desses filósofos como guias de agendas de pesquisa no campo da Comunicação. Em seguida (partes 3 e 4), apresentam-se alguns estudos que vêm sendo desenvolvidos sob inspiração da obra desses autores, orientados pelos conceitos de democracia deliberativa (Habermas) e reconhecimento (Honneth). As pesquisas de orientação habermasiana mostram as diversas interfaces da esfera pública e da deliberação democrática com as práticas comunicativas dos sujeitos e das instituições midiáticas. Os estudos fundados na obra de Honneth, por sua vez, voltam-se para o exame das condições que promovem ou impedem a autorrealização dos sujeitos e

exploram as diversas interfaces entre as práticas individuais cotidianas e os *media* de massa.

O artigo de **Wilson Gomes** e **Samuel Barros**, tratando da hipótese do “efeito de terceira pessoa” (ETP), diz respeito a uma abordagem mais contemporânea no tratamento dos estudos dos efeitos dos meios de comunicação – perspectiva esta que representa um capítulo importante e volumoso no quadro das teorias da Comunicação. Na primeira parte, o artigo cuida da explicitação da ETP: ela não diz respeito aos efeitos das mensagens sobre o que as pessoas pensam, mas ao que as pessoas pensam sobre influência das mensagens nos outros, e de como a impressão que elas têm de tal influência acaba impactando a sua atitude e o seu comportamento acerca de determinados conteúdos. Essa hipótese vem sendo desenvolvida e ampliadas nos Estados Unidos desde os anos 1980 por diferentes autores: Davison, Gunther, Golan, Delorme, Rucinski e Salmon, entre outros.

Na segunda parte do artigo é apresentado um estudo empírico desenvolvido por Gomes e Barros, buscando testar a hipótese junto a um grupo de estudantes no nordeste do Brasil, em torno da questão da discriminação da maconha. O artigo apresenta a metodologia, as hipóteses, os resultados da pesquisa.

Imagem e estudos sobre a visualidade foi a temática tratada por **Dulcília Buitoni**. As imagens estão em todos os lugares: as tecnologias favoreceram sua expansão, ampliaram as possibilidades de gestionar significados; estudá-las se torna uma dimensão epistemológica fundamental do campo da comunicação. De forma particular, o artigo vai tratar da fenomenologia da imagem desenvolvida por Josep Català, através de conceitos tratados pelo autor – imagens complexas, imagens transitivas, interface, novas relações entre o visível e o tempo.

Num segundo momento, a autora procura aproximar a base teórica apontada por Català da reflexão suscitada pelos trabalhos de Arthur Omar e Dziga Vertov, bem como na análise de alguns documentários brasileiros.

Finalmente, um último texto, de **Waldomiro Vergueiro** e **Roberto Elísio dos Santos**, dentro de um viés mais específico, promove uma revisão dos estudos sobre as histórias em quadrinhos, bem como da maneira

como diferentes vertentes teóricas no campo das teorias da Comunicação contribuíram e promoveram a sua leitura. Na segunda parte do artigo, Vergueiro e Santos procuram traçar um panorama do tratamento dos quadros no Brasil, identificando eventos inaugurais, autores e pesquisas que contribuíram para a sua inclusão no campo das ciências da Comunicação, promovendo, em grandes traços, o estado da arte desse tema em nosso país.

SÍNTESE FINAL – À GUIA DE DIAGNÓSTICO

Indagamos inicialmente pelas temáticas contempladas e pela eventual existência de ênfases ou pontos de convergência entre os diferentes enfoques. As sínteses apresentadas acima nos mostraram um quadro diversificado, e trabalhos que tanto promoveram uma leitura do quadro geral das teorias da Comunicação como buscaram apresentar conceitos e/ou a contribuição de autores específicos.

Na abordagem mais ampla, tanto há uma crítica à disciplinarização da área e uma convocação à abertura de fronteiras, às investigações de cunho interdisciplinar (Felinto) como uma chamada a uma abordagem específica e radicalmente comunicacional (Marcondes Filho). As teorias da Comunicação são escrutinadas quanto à sua origem vinculada ao viés da propaganda (Rüdiger), são vistas em sua interface com a estética (Picado) e investigadas quanto às dimensões éticas que estão imbricadas na escolha de seus objetos e métodos, bem como na interpretação do mundo que promovem (Martino e Marques). Se identificamos um movimento oposto no que tange às fronteiras e delimitação de nosso objeto de estudo, houve uma ligeira confluência nos trabalhos de Felinto e Rüdiger, que veem no cenário tecnocultural e na cibercultura uma nova chave epistêmica.

Os conceitos evocados se inscrevem em campos e preocupações teóricas distintas: comunidade (Yamamoto), narrativa (Carvalho e Lage), acontecimento (Simões), deliberação e reconhecimento (Maia et al.), efeito (Gomes e Barros) e imagem (Buitoni). Uma ligeira convergência pôde ser identificada em torno do conceito de acontecimento e seu fundamento pragmático; ele foi o eixo central no trabalho de Simões, e surge também na reflexão empreendida por Carvalho e Lage em torno da narrativa hermenêutica ricoeuriana (que vai se entrelaçar com as noções de ação/

acontecimento). Yamamoto reencontra a ênfase no cenário tecnocultural e redes sociais enunciada por Felinto e Rüdiger. Além das mídias digitais, evocadas por esses autores, apenas Vergueiro e Santos se ocuparam de uma outra mídia – pouco tratada na literatura da área – que são as histórias em quadrinho.

Do ponto de vista das referências teóricas, também encontramos um quadro plural. Não é o caso aqui de resgatar o extenso leque das bibliografias citadas, mas resgatar remissões mais fundantes. Tradições anteriores – Escola de Chicago, a tradição funcionalista americana, a Teoria Crítica – constituíram o pano de fundo no desenvolvimento de algumas reflexões. Já outros trabalhos se desenvolveram fundados mais claramente em um núcleo articulador (um autor, ou uma vertente): Flusser (e autores alemães contemporâneos – Stefan Münker, Claus Pias); Ricoeur; o pragmatismo de Mead, Dewey (e sua leitura promovida pelo sociólogo francês Quéré); Habermas e Honneth; a vertente norte-americana contemporânea que atualiza a teoria dos efeitos (Davison, Gunther, Golan, Delorme, Rucinski e Salmon); o espanhol Josep Català. Autores clássicos da filosofia foram lembrados – Husserl, Foucault. Um texto retoma a articulação de autores brasileiros que tratam das dinâmicas interacionais (Muniz Sodré, Marcondes Filho, José Luiz Braga), bem como os autores pioneiros no tratamento dos quadrinhos (Álvaro Moya, Moacyr Cirne).

Como dissemos no início, esta coletânea, ao lado da contribuição específica trazida por cada texto, nos brinda com o cenário de nossa área. Naturalmente, é um quadro impressionista – com traços inacabados, e uma imagem apenas esboçada. Indica a variedade e riqueza das referências e preocupações; também a inexistência de consensos estabelecidos. O que aponta inclusive o caminho para uma nova reflexão e desafio: selecionar algum dos pontos tratados e convocar a comunidade a debater/se posicionar em torno deles. Controvérsias, assim como pontos de sedimentação, estruturam e solidificam um campo científico.

O CAMPO DA COMUNICAÇÃO ▶

Os riscos da prudência: teoria da Comunicação, disciplinaridade e a comunicologia de Vilém Flusser

Disciplinas nascem, vivem e morrem. Sua institucionalização decorre não apenas de bases epistemológicas, senão também econômicas, políticas e culturais. A sobrevivência de uma disciplina depende, portanto, de sua “eficiência” – aqui, de novo, avaliada segundo parâmetros de ordem epistemológica tanto quanto econômica ou política. Isso parecerá ainda mais evidente numa era na qual a “eficiência” constitui o grande fio condutor da existência. Sim, as disciplinas não existem em um platônico céu das ideias no qual o imperativo do conhecimento reina absoluto, livre de quaisquer outros interesses que não sejam unicamente científicos. Não necessitamos sequer recorrer a Foucault e sua associação entre o desenvolvimento das disciplinas acadêmicas e as formas de poder e controle na base do sistema penal da modernidade. (FOUCAULT, 1995) Basta observar a proliferação contemporânea dos discursos sobre a “crise das humanidades” num cenário em que disciplinas como a Filosofia, por exemplo, parecem cada vez mais afastadas da experiência humana, caracterizada hoje por demandas hipertecnológicas de consumo e hedonismo radicais. Desse modo, a poética e provocativa sentença de Fabián Ludueña (2013, p. 10), segundo a qual “faz muitos séculos que teve lugar a morte do último filósofo” adquire hoje um sentido muito concreto.

No campo da Comunicação, o fato de que muitas teorias anteriormente consagradas nos pareçam hoje antiquadas ou inadequadas diante das transformações tecnológicas em curso pode dar a impressão de que se trata de uma reestruturação fundamentalmente epistêmica. Todavia,

também aqui atuam nos bastidores do saber agentes de outras ordens. Tomemos rapidamente o exemplo da cibernética, um saber (disciplina?) que após grande êxito inicial caiu na obscuridade por anos a fio apenas para ensaiar, recentemente, um retorno vigoroso no domínio da chamada “cibercultura”. Se, no momento de sua origem, a cibernética podia ser definida prioritariamente como uma “ontologia do inimigo” (GALISON, 1994), ou seja, um saber devotado prioritariamente ao esforço de guerra no qual ele encontrou sua gênese, seu renascimento contemporâneo parece repousar no reconhecimento da centralidade dos processos de *feedback*, armazenamento, transmissão e processamento para a cultura informática. Também seria possível associar o retorno da cibernética à importância conquistada nos últimos anos pelo tema do pós-humanismo, antecipado pela ciência de Wiener em sua equiparação dos sistemas vivos e maquímicos. (HAYLES, 1999; WOLFE, 2010) O ocaso e a segunda vida da cibernética oferecem, assim, um interessante estudo de caso para o entendimento das relações entre epistemologia e determinantes culturais. Nesse estudo de caso, a dinâmica saber/poder se revela como elemento fundamental e, de fato, componente essencial das discussões travadas a respeito da cibernética nos últimos anos. (TURNER, 2006)

Entretanto, em sua obra *Teorias da Comunicação: muitas ou poucas?*, Luiz Claudio Martino (2007, p. 25) critica as abordagens que, ancoradas na sociologia da ciência, “deslocam a questão do conhecimento pela do poder”. Para ele, a questão epistemológica ainda é fundamental e ainda está por resolver. O que é necessário é reduzir a confusão teórica e a dispersão que têm caracterizado as teorias da Comunicação em sua (breve) história. Se existem muitas – ou paradoxalmente poucas – teorias da Comunicação, o problema é que se dedicou pouco espaço à discussão epistemológica do objeto da Comunicação, que foi “naturalizado” sem a devida reflexão. Ao contrário do que podem pensar alguns pesquisadores, a fragmentação de visões e perspectivas não é atributo particular da Comunicação. Ou seja, não há nada intrínseco à nossa área que permita defini-la como especialmente inter-, trans- ou antidisciplinar. Essa é uma vicissitude de todos os campos de conhecimento (não, porém, das disciplinas). Nesse sentido, segundo Martino (2007), teríamos muito que aprender com o que se passa em outras áreas.

O que pretendo inicialmente, portanto, é tomar a recomendação ao pé da letra e empreender uma aproximação entre a teoria da Comunicação e o “caminho já trilhado por outras disciplinas.” (MARTINO, 2007, p. 124) Trata-se de analisar a situação no domínio dos estudos literários (mais especificamente, na disciplina de literatura comparada), historicamente caracterizados por sua proximidade com a Comunicação – e de forma ainda mais decisiva no contexto brasileiro. Contudo, o resultado que espero nessa comparação é um pouco diferente daquele ansiado por Martino. Em lugar de militar em prol da disciplinaridade – o que me parece hoje um investimento tardio e pouco rentável –, quero sugerir que a teoria da Comunicação teria muito a lucrar com o exemplo dos estudos literários em sua flexibilização de fronteiras e permanente reproposição de objetos. Em seguida, apresentarei esquematicamente a proposta da comunicologia de Vilém Flusser como precursora de uma reforma intelectual mais ampla que apenas agora adquire plena força, e cujo principal mérito reside precisamente em seu caráter de hibridismo e impureza.

Tomo como referência o relato de um autor, Hans Ulrich Gumbrecht, cuja obra poderia ser classificada facilmente como um percurso situado entre os estudos literários e as teorias da Comunicação. A escolha se torna ainda mais relevante se considerarmos o interesse que o autor e suas propostas vêm despertando em pesquisadores de Comunicação brasileiros desde pelo menos meados dos anos 2000 – entre muitos outros, podemos citar Felinto (2001); Sá (2004); Hanke (2006). No artigo *The Future of Literary Studies?* (1995), Gumbrecht parte de uma situação bastante concreta para analisar o estado atual (claro, mais uma vez, de crise) dos estudos literários, especialmente no contexto norte-americano. Submetido à análise de um comitê destinado a definir a estruturação administrativa e institucional dos estudos literários na universidade de Stanford, o inovador departamento de literatura comparada no qual Gumbrecht milita se viu confrontado com uma situação paradoxal: por um lado, o comitê reconhecia claramente as conquistas, o renome e o caráter vanguardista do trabalho desenvolvido pelos pesquisadores. Por outro, questionava se o termo “literatura comparada” era de fato adequado para descrever o que Gumbrecht (1995, p. 500) e seus colegas estavam fazendo. A justificativa dos pesquisadores era que a etiqueta literatura comparada vinha sendo reconhecida como designadora de um “espaço intelectual e insti-

tucional onde um pensamento experimental relevante para o futuro das humanidades poderia ter lugar”. Em sua relação com outros subcampos dos estudos literários (os das literaturas nacionais, por exemplo), a literatura comparada aparecia como aquele domínio singular devotado a tematizar seu próprio futuro, assim como o das disciplinas de sua vizinhança. Dessa forma, a literatura comparada só poderia adquirir seu pleno sentido quando pensada em relação com o horizonte mais amplo das ciências humanas. Aqui valeria a pena perguntar se a teoria da Comunicação não deveria cumprir papel semelhante em nosso campo. Como veremos adiante, essa é, de fato, a proposta formulada por Vilém Flusser já em meados dos anos 1970.

No livro mencionado anteriormente, Martino critica a atitude de alguns teóricos da Comunicação que, em vez de se dedicarem a uma fundamentação mais sólida de seu saber (a partir, por exemplo, do exame comparativo com outras disciplinas), preferem “desconstruir a ciência e reinventar o conhecimento”. (MARTINO, 2007, p. 123) De fato, não é difícil concordar com a tese de que uma desconstrução ingênua da ciência não iria resolver nossos problemas. Contudo, também não é muito difícil levantar algumas provocações ao resto dos argumentos. Uma nos é oferecida ainda pelo texto de Gumbrecht, segundo o qual no núcleo da crise enfrentada pelos estudos literários encontra-se uma crise de conceitos como “verdade”, “objetividade” ou mesmo “consenso”. O que está em jogo, portanto, é o caráter “representacional” da teoria; a assunção de que a finalidade de uma teoria é representar, mais ou menos adequadamente, um mundo de referências (seja esse mundo considerado como essencialmente estável ou como sempre cambiante). No momento em que a crença na representação entra em crise, torna-se necessário repensar radicalmente todo o arcabouço e a funcionalidade da atividade teórica.

Claro, sempre é possível adotarmos posições muito diferenciadas face a essa crise, numa escala que vai do otimismo mais ingênuo quanto aos poderes da ciência ao questionamento radical de todo fundamento sólido para o saber. Porém, isso não muda o fato de que as ciências humanas se empenharam (e continuam se empenhando) decididamente na desconstrução de diversas noções que lhe serviam como fundamento, inclusive da própria noção de “humanidade” situada em sua base. Aliás, é o questionamento dessa noção que representa uma das contribuições mais interessantes da Filosofia, da Antropologia e da teoria da mídia

(ao menos da assim chamada “teoria da mídia alemã”¹) nos últimos anos. Se as ciências duras ainda podem defender orgulhosamente sua eficácia e capacidade de produzir resultados, muito mais modesta deve ser a posição das humanidades. Parece-me sintomático que o escândalo da farsa perpetrada por Alan Sokal – sua publicação de um artigo recheado de *nonsense* e arbitrariedades teóricas na revista *Social Text* em 1996 – tenha caído tão rapidamente no esquecimento. Não obstante as virulentas (algumas delas possivelmente acertadas) críticas de Sokal a mestres intelectuais como Lacan, Derrida e Latour (SOKAL; BRICMONT, 1998), não se nota nenhum declínio significativo na popularidade desses autores no horizonte das ciências humanas; muito pelo contrário.

Para Gumbrecht (1995, p. 507), o ambiente epistemológico em que nos encontramos hoje ocasiona a transformação da ideia do desenvolvimento das teorias na “expectativa de uma interminável proliferação de teorias onde novas posições emergem a partir de uma constante problematização mútua de seu status.” Acrescente-se a isso a dissolução do próprio conceito de “literatura”, para o qual já não se pode encontrar mais um denominador comum transnacional e trans-histórico. Talvez não seja muito diversa a situação do termo “comunicação”, com a diferença de que este último sempre foi de difícil definição e delimitação. E essa definição parece particularmente problemática na contemporaneidade. Se a emergência da disciplina da teoria da Comunicação estava ligada ao desenvolvimento do sistema da comunicação massiva e podia ser recortada, assim, a partir da ideia de mediação tecnológica, a ascensão das tecnologias digitais não apenas problematizou uma série de certezas referentes ao modelo massivo, senão também o próprio cerne da Comunicação. De fato, os últimos anos testemunharam uma avalanche de questionamentos a respeito de conceitos antes tidos como menos misteriosos: meio, mediação, informação, subjetividade etc.

1 O termo *German media theory*, curiosamente consagrado no contexto anglo-saxão, designa um conjunto heterogêneo de pensadores extremamente diferentes, mas que se reúnem a partir do interesse comum pela dimensão material dos meios. Em outras palavras, partem do princípio de um *a priori medial*. Por essa razão, segundo Parikka (2012, p. 63), a teoria da mídia alemã também é costumeiramente designada como “materialist media theory”. Além disso, tal teoria é reconhecida por sua abordagem eminentemente histórico/culturalista, o que teria inclusive ocasionado o desenvolvimento de um novo paradigma de pesquisa, conhecido como “arqueologia dos meios” (*Medienarchäologie*).

Talvez, mais interessante que analisar o trabalho de fundamentação de outras disciplinas seja observar o quanto muitas delas, especialmente no âmbito das humanidades, tiveram de alargar suas fronteiras e esfumar seus objetos. Recorrer à interdisciplinaridade seria, assim, não tanto um recurso equivocado de pesquisadores inseguros de sua identidade (MARTINO, 2007, p. 122) quanto o reconhecimento da necessidade, face à crescente complexidade do cenário tecnocultural, da produção de um saber colaborativo e de fronteiras constantemente permeáveis. Há que se admitir, porém, o desgaste da palavra, não tanto porque ela careça inteiramente de sentido, mas pelo fato de ter se tornado hoje tão corriqueira (ao menos em campos como o dos estudos literários) que “qualquer tentativa de apresentar a ‘interdisciplinaridade’ como algo inovador soa levemente ingênuo.” (GUMBRECHT, 1995, p. 505)

Mas não é apenas o diagnóstico de Gumbrecht sobre os estudos literários que poderá interessar à Comunicação. Também suas sugestões para o futuro da disciplina, estruturado na forma de “tarefas teóricas” mais que em “novas teorias” em sentido estrito, oferecem importantes pistas para nós. Aliás, para os estudiosos da Comunicação é fenômeno da maior importância o que poderíamos definir como uma “virada tecnológica” no domínio dos estudos de Literatura. Tanto o paradigma de pesquisa das “materialidades da comunicação” como a “teoria da mídia alemã”, entre outras perspectivas emergentes, se desenvolveram a partir de propostas de reconfiguração nos estudos literários que foram duramente criticados pelos teóricos mais tradicionais em seus campos. Uma visão estritamente disciplinarista poderia, inclusive, acusar Gumbrecht e seus parceiros de uma indevida invasão de território intelectual. Afinal, depois de séculos se preocupando apenas com os significados dos textos literários, a proposição agora consiste em investigar de que modo se dá a emergência do sentido.

Em outras palavras, os estudos literários começaram a se debruçar sobre a “medialidade” do fenômeno literário. Dessa nova preocupação derivou, portanto, um conjunto de perguntas a respeito do impacto das configurações materiais e tecnológicas dos meios sobre os corpos e as culturas. E tudo leva a crer que não se trata de um fenômeno não limitado ao campo da Literatura. De fato, Stefan Münker fala em um *medial turn* que atravessa tanto a Filosofia como os estudos culturais na sequência de

uma série de outras viradas (linguística, pragmática, performativa etc.). Como explica Münker (2009, p. 20), “os meios já não se deixam apreender como transmissores neutros de informação – eles constituem nossa relação com o mundo e descrevem, com isso, as condições transcendentais do pensamento por excelência.” Desse modo, se a tese é levada a seu extremo, todos os problemas filosóficos deverão ser reformulados como problemas mediais. Praticar filosofia significaria, então, praticar filosofia dos meios (*Medienphilosophie*). Não correrá a Comunicação, com isso, o risco de perder seu estatuto de espaço privilegiado de investigação da medialidade?

Uma consulta aos temas que vêm sendo favorecidos, cada vez com maior intensidade, no vasto campo das ciências humanas parece confirmar essa premissa. A ascensão dos “novos materialismos” (COOLE; FROST, 2010), de uma filosofia “dirigida aos objetos” (HARMAN, 2010) e dos estudos “pós-humanistas” (BRAIDOTTI, 2013), ainda que largamente desconhecidos dos pesquisadores brasileiros de Comunicação, indicam a necessidade de se repensar ou ao menos questionar certos fundamentos básicos do saber comunicacional corrente. Exemplar dessa necessidade premente de reconfiguração é o caso da noção clássica de “ruído”, verdadeiro impensado do saber comunicacional e que agora, não por casualidade, começa a se tornar também tema de interesse da bibliografia recente. (KRAPP, 2011) Por outro lado, tudo isso pode indicar uma oportunidade ímpar para a teoria da Comunicação, pois a contribuição especial que ela pode oferecer nesse cenário de transformações é um olhar especificamente comunicacional para a diversidade de fenômenos que nos cercam. Certo, esse olhar deverá ser acompanhado por algum relaxamento das fronteiras disciplinares e do anseio pela constituição de metodologias exclusivas. Gumbrecht (1995) imagina que as alterações no ambiente dos estudos literários (e mais especificamente da literatura comparada) deverão gerar resistência dos setores mais conservadores. O que acontecerá quando os estudos literários deixarem de se dedicar unicamente com a interpretação da literatura? Será realmente sensato abandonar o conforto da segurança disciplinar em tal contexto?

É bem possível que essa seja um caminho inevitável, tanto para os estudos de Literatura quanto para a teoria da Comunicação. Esse caminho já havia sido esboçado por Vilém Flusser em meados dos anos 1970. Sua

proposta de criação de uma nova ciência, a “comunicologia” (*Kommunikologie*), centrava-se na investigação interdisciplinar de todo o campo do comércio simbólico do homem. Mais que exatamente uma disciplina com fronteiras bem demarcadas, o que se propõe, na verdade, é que a comunicologia seja estabelecida como saber que engloba todas as ciências do homem. Observando a crescente popularidade das escolas de Comunicação no período, Flusser não hesita em afirmar sua centralidade e importância para o futuro da humanidade. E interpreta mesmo a tão propalada crise das ciências humanas e das artes como a passagem dessas disciplinas todas para o âmbito das faculdades da Comunicação. Certo, a imersão da Sociologia, da Música ou da Filosofia nas instituições comunicacionais possivelmente transformará as feições dessas disciplinas a ponto de talvez torná-las irreconhecíveis (*oft zur Unkenntlichkeit*), pois passarão a constituir aspectos interdependentes do complexo problema da comunicação humana. Nesse sentido, a teoria da Comunicação deverá consistir em “uma espécie de ponto focal das reflexões teóricas concernentes à nossa situação cultural”. (FLUSSER 2007a, p. 242)² A ela caberá um papel que antes era reservado à Filosofia.³ Flusser esboça, assim, os princípios de uma “teoria geral das ciências humanas” (*allgemeine Theorie der Geisteswissenschaften*), cuja competência se estenderá a tudo que tem a ver com cultura – e, portanto, a economia, a religião, o direito e as formas sociais.

Essa nova ciência deverá eliminar o conceito “metafísico e reificado de ‘espírito’” – o “*Geist*” das *Geisteswissenschaften*. Antes, o que ocupará seu centro será a noção fenomenal e funcional da transmissão simbólica de mensagens. (FLUSSER 2007a, p. 245) Em lugar de pressupor a existência dessa entidade misteriosa e imaterial, presumida fonte da razão e do sentido, Flusser adota uma perspectiva funcionalista e cibernética dos processos comunicacionais. Essa abordagem cibernética é reforçada pela forma como o pensador trabalha os conceitos envolvidos (transmissão, mensagem, símbolo). Sua redução do problema a termos característicos

2 A data aqui é a da edição consultada. A primeira edição é de 1996, mas o volume compila textos que foram provavelmente elaborados já entre 1973 e 1974.

3 “Todavia”, escreve ainda Flusser, “a teoria da comunicação se efetivará em um clima particularmente não filosófico”, já que dominado por estruturas comunicacionais profundamente avessas à filosofia. As escolas de Comunicação, por sua vez, se tornarão “lugares da investigação crítica do futuro.” (FLUSSER, 2007a, p. 243)

da teoria matemática da informação – informação (alteração de forma), canal (acoplagem) e código (convenções) – permite-lhe concluir que o essencial no processo reside na armazenagem de informação. Desse modo, evita-se inserir na definição “conceitos que não correspondem a nenhum fenômeno observável (como, por exemplo, “espírito”, “criatividade”, “liberdade” e assim por diante)”. (FLUSSER 2007a, p. 247) Não poderíamos afirmar, assim, que Flusser antecipa em seus escritos dos anos 1970 problemáticas ligadas ao pós-humanismo ou mesmo ao primado tecnológico dos meios, a exemplo do que recentemente vêm realizando teóricos como Friedrich Kittler e Niklas Luhmann? E não será essa antecipação, ao menos em parte, devida ao fato de que muitos desses novos teóricos empreenderam um retorno à cibernética e à teoria dos sistemas?

É fácil, de fato, notar aqui as semelhanças da tese comunicológica com as proposições da cibernética. A comunicologia seria um saber que, à semelhança da cibernética, permitiria conquistar um olhar sinóptico e aglutinante de todas as ciências humanas, atravessando, assim, fronteiras disciplinares. No âmbito da comunicologia, a comunicação humana deveria ser “desideologizada” (*des-ideologisieren*), e entendida, pois, apenas como mais uma dentre as muitas diversas espécies de transmissão (de informação) presentes na natureza. Numa perspectiva convergente com a da recente teoria da mídia alemã, Flusser (2009, p. 39) define a cultura, ao modo da Comunicação, como um “mecanismo graças ao qual informações adquiridas são armazenadas, processadas e retransmitidas.” Esse processo de informação pode e deve ser entendido também em um sentido radicalmente material. Uma faca, por exemplo, constitui um saber memorizado, in-formado em uma substância material. A transmissão de informações é um processo que acontece tanto na cultura como na natureza. Se na segunda os ruídos (tudo aquilo não previsto no repertório dos códigos) funcionam como “mutações”, na primeira constituem o elemento que lhe confere justificação, que lhe dota de caráter progressivo. (FLUSSER, 2007b, p. 309) Em outras palavras, sem ruído não existe mudança, diferença, progresso.

É preciso, evidentemente, ler a proposta de Flusser no contexto histórico de sua elaboração. O excitante cenário cultural de então era favorável ao desenvolvimento de expectativas utópicas e de projetos grandiosos para a “revolução comunicacional”. Se as teses de Flusser podem parecer exa-

geradas em determinados momentos, abordagens mais recentes, como a de Stefan Münker acima citada, podem contribuir para uma defesa de suas intuições essenciais. Como vimos, para Münker (2007) a filosofia do porvir deverá ser, antes de tudo, devotada ao problema comunicacional central da medialidade. Paralelamente ao desenvolvimento e institucionalização de uma teoria dos meios – que ainda continua a acontecer – desdobra-se a questão pelo conceito de meio, que se efetiva em boa parte para além das fronteiras desse domínio, afetando uma série de disciplinas.

Nesse sentido, também as reflexões de Claus Pias sobre a evolução da teoria da mídia (*Medienwissenschaft*) na Alemanha podem ser ilustrativas. Para Pias, a *Medienwissenschaft* vive um paradoxo marcado pela convivência entre um estado de permanente crise e êxito estrondoso. Uma disciplina acadêmica se estrutura, seja sobre um limitado número de objetos por ela abordados, seja por metodologias específicas. Ou se multiplicam os objetos e se mantêm estáveis as metodologias, ou se renovam estas últimas em torno dos mesmos objetos. Quando os objetos e as metodologias são igualmente limitados, as coisas se tornam rapidamente enfadonhas. Porém, no caso da *Medienwissenschaft* as duas frentes de transformação ocorrem paralela e continuamente: assistimos tanto a uma multiplicação incessantes dos objetos quanto a uma desestabilização de suas metodologias. “Contudo, ela [a teoria da mídia] não reclama para si o status de um meta-saber, como fez por vezes em certo sentido a teoria filosófica do conhecimento, mas antes opera a partir das diferentes disciplinas e seus saberes específicos.” (PIAS, 2011, p. 16) Claro, se ela decidisse assumir essa posição (de um meta-saber), tal qual no projeto flusseriano, o problema estaria resolvido. Enquanto não o faz, seu estatuto, segundo Pias, só pode ser parasitário de outros discursos científicos já correntes. Se tomamos esse argumento em sua força máxima, a teoria da mídia já não poderia, pois, ser considerada uma disciplina, mas sim um “questionamento específico, que pode emergir em diferentes disciplinas.” (PIAS, 2011, p. 17) Independentemente de seus possíveis exageros ou equívocos, a contribuição de Flusser para a teoria da Comunicação na era digital é inegável. Ela nos oferece uma espécie de “arqueologia” da cultura digital que é, ao mesmo tempo, esboço instrutivo de problemáticas e temas de pesquisa que, somente muitos anos mais tarde, irão se consolidar nos repertórios dos discursos teóricos. Nas palavras de Michael Hanke (2006, p. 2),

Flusser, como um pioneiro, desenvolveu uma teoria genuinamente complexa dos meios em contextos modernos. Ou seja, a formulação dessa teoria constitui menos uma questão de análise de conteúdo e crítica ideológica, numa aproximação à comunicação de massa desde fora, do que do escrutínio das condições tecnológicas que determinam a comunicação, chegando mesmo a produzi-la em muitos aspectos. Desde o início, Flusser situou um entendimento dos meios orientado histórica e tecnicamente no cerne de suas reflexões.

Analisadas em suas linhas essenciais, as proposições de Flusser encontram ressonâncias em teorias contemporâneas sobre a Comunicação, especialmente em seus desdobramentos digitais. Não obstante toda a centralidade que noções semióticas tiveram em sua obra, Flusser sempre fez da atenção à materialidade dos meios um componente central do seu pensamento. Em alguns momentos, mesmo quando se refere à cultura digital, ele demonstra a extrema atualidade de suas concepções ao identificar as imagens sintéticas com a noção de “cultura materializadora” antes que com a ideia de imaterialidade. (FLUSSER, 2010, p. 31) Sua fenomenologia das coisas demandava uma apreciação sensorial e sinestésica da carne do mundo. Nesse sentido, esboçava uma posição já próxima, por via inclusive de sua afeição pela Escola de Toronto, da proposta das materialidades da Comunicação, ou seja, investigar todos aqueles fenômenos e condições que contribuem para a produção do sentido sem serem, eles próprios, sentido. (GUMBRECHT, 2004) Mais que isso, Flusser concebia uma visão da teoria da Comunicação como espaço de experimentações capaz de reconfigurar a totalidade das ciências humanas, numa proposição também próxima da de Gumbrecht para a literatura comparada como domínio “onde um pensamento experimental relevante para o futuro das humanidades pode acontecer.” (GUMBRECHT, 1995, p. 500)

Em última instância, Flusser (2009, p. 24) almejava inclusive a reunião das ciências humanas com as ciências naturais, ultrapassando o que considerava como a “perniciosa” (*verderbliche*) separação entre elas estabelecida pela modernidade. Desde pelo menos *Natural: Mente* (1979), suas reflexões sobre o par natureza/cultura apontam para um pensamento de hibridação e da impureza que irá tomar plena forma na obra (hoje extremamente popular) de Bruno Latour. Por outro lado, o desenvolvimento de novas áreas de pesquisa como as chamadas *digital humanities* deixa

entrevier, nos últimos anos, aproximações antes dificilmente pensáveis entre as ciências duras e as humanidades. Professadas por autores como Lev Manovich, as “humanidades digitais” incorporam técnicas informáticas como *data mining*, estatística e visualização de dados ao arsenal metodológico e conceitual das ciências humanas. Ligando problemas tradicionais das humanidades com ferramentas digitais, a nova área também acaba por questionar paradigmas teóricos vigentes, fomentando abordagens inovadoras e originando questões inauditas. A proposta de Flusser (1977), porém, é ainda mais radical que a das *digital humanities*, pois não se trata de resolver questões tradicionais com novas ferramentas. Praticar comunicologia significa reexaminar todo o horizonte das humanidades sob uma perspectiva comunicacional. Se o essencial da revolução cultural que atravessamos é a mudança das formas como a cultura é comunicada, então a teoria da Comunicação se torna um *ersatz* da filosofia do passado. Sustentadas por uma teoria que estabelece múltiplas pontes entre saberes diversos para solucionar novas questões e novos problemas, as escolas de Comunicação formarão então não apenas os mandarins do futuro, senão também os seus analistas críticos.

Sem dúvida existe muito a ser criticado e atualizado nas concepções flusserianas sobre a Comunicação (e suas teorias). Por exemplo, sua insistência na polarização entre sociedade de massa e sociedade telemática, com a crítica radical da primeira e a otimista defesa da segunda, hoje irá nos parecer equivocada. Percebemos que o “telemático” não aboliu as formas de experiência e estruturas típicas do massivo (antes, parece tê-las reconfigurado), e atentamos para os perigos presentes no horizonte da digitalização da cultura. Entretanto, o reconhecimento do pioneirismo e da importância de sua obra é ponto pacífico, ao menos no rigoroso contexto acadêmico alemão. Dieter Mersch (2006, p. 136), por exemplo, afirma que Flusser “pode ser considerado como fundador e impulsionador cada vez mais importante da atual teoria dos meios.” Nesse sentido, valeria a pena perguntar por que ele continua sendo, na terra que o acolheu por 32 anos, uma figura academicamente marginal. Muitas razões poderiam ser enumeradas para dar conta do fenômeno. Em função do espaço limitado, irei explorar apenas um percurso argumentativo.

A teoria da Comunicação desenvolveu-se tardiamente no Brasil, especialmente a partir de diálogos com o campo da Literatura, e favorecendo

metodologias de base linguístico/antropológica, como semiótica e o estruturalismo. Sintomática, nesse sentido, é a coletânea *Comunicação e cultura de massa*, que, publicada pela Tempo Brasileiro em 1970, reunia autores como Luiz Costa Lima, Eduardo Portela e Francisco Dória numa tentativa de “apreender um problema central da história dos nossos dias” (PORTELA et al., 1970, p. 2) a partir de percursos eminentemente literários e filosóficos. As abordagens aqui privilegiadas eram de fundamentação hermenêutica e, como no resto da América Latina, tendiam a valorizar as leituras ideológicas dos meios. Na variedade de metodologias que foram se seguindo (análise do discurso, estudos de recepção etc.), continuava firme o privilégio do significado como foco da investigação comunicacional. Por outro lado, McLuhan e a Escola de Toronto foram lidos rapidamente e rapidamente esquecidos. No pioneiro volume *Teoria da cultura de massa*, por exemplo, Luiz Costa Lima (1969, p. 142) acusa o McLuhan de evolucionismo atrasado, classificando sua teoria como “anticientífica, defasada e ideológica.” Os autores mais populares – por exemplo, Barthes, Eco, Benjamin – eram lidos de forma pouco sistemática e sempre ainda numa perspectiva exclusivamente hermenêutica (mesmo no caso de um autor tão evidentemente preocupado com a medialidade, como Benjamin).⁴

A partir dessa origem fundamentalmente impura e interdisciplinar, a teoria da Comunicação investiu num longo processo de disciplinarização, em constante tentativa de definição de seu objeto, metodologias e fronteiras. Ainda que importante – talvez mais do ponto de vista político e institucional do que propriamente epistemológico – tal processo parece continuar se desdobrando e dificulta que a teoria da Comunicação possa não somente alcançar algum consenso efetivo, senão também um estado de maturidade que lhe permita debruçar-se sobre novos objetos e novas problemáticas. De fato, as bibliografias dos estudos de Comunicação no Brasil costumam ser significativamente defasadas, agarrando-se a visões e tradições comunicacionais já bastante consagradas (por exemplo, a semiótica), mas muito pouco afeitas ao novo ou à experimentação.⁵ Não admira,

4 A bem da verdade, no âmbito dos estudos de Comunicação no Brasil, Benjamin se tornou autor de um texto só, o célebre ensaio sobre a obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica.

5 Por volta dos anos 1970, a posição de Flusser quanto à teoria da Comunicação no Brasil costumava ser extremamente crítica. Já em 1968, ao ser consultado sobre uma nova proposta de currículo para o curso de comunicação da Fundação Armando Álvares Penteado (Faap), Flusser

assim, que os saltos disciplinares, o singular estilo de escrita e as ideias pouco convencionais de Flusser tivessem dificuldade de encontrar pouso neste solo. Por outro lado, a área da teoria da Comunicação no Brasil pouco ou nada explorou o impacto das tecnologias digitais, mantendo-se ancorada a uma *forma mentis* típica das estruturas da comunicação massiva. Esse desinteresse pela cultura informática e seus múltiplos influxos no cenário contemporâneo é consequência correlata de bibliografias que apelam, muito justamente, aos clássicos da Escola de Frankfurt, das investigações da linguística e dos estudos marxistas, mas que não abrem espaço a debates mais recentes, como os dos *software studies* ou da “ecologia da mídia”.⁶

Desse modo, não obstante a riqueza e profundidade de muitos trabalhos no campo da teoria da Comunicação, o cenário brasileiro permanece fragmentado e pouco apto a entabular conversações que ultrapassem os horizontes nacionais. A proposição central deste ensaio é que um retorno a Vilém Flusser (inclusive com pesquisas que se debruçam detalhadamente sobre os milhares de tiposcritos ainda inéditos) poderia, paradoxalmente, nos ajudar a alçar um olhar para o futuro. Esse defensor do pensamento contraintuitivo, que teve a oportunidade, em sua identidade desenraizada, de observar de perto nossas qualidades e mazelas, acreditava no poder das zonas de passagem e das instabilidades, defendendo uma forma de conhecimento baseada na elaboração de perguntas mais que busca de respostas. Numa época em que as ciências humanas parecem cada vez mais avessas aos excessos de certeza e à empáfia do “cientismo”,⁷ esses

manifesta-se, sem papas na língua, nos seguintes termos: “para falar rudemente, considero sua proposta inepta e diletante” (documento preservado no Flusser Archiv, 1968). A crítica de Flusser centrava-se na denúncia do que ele considerava uma formação tecnicista, mas incapaz de preparar os estudantes criticamente para os novos cenários comunicacionais que começavam a se desdobrar. Para uma breve revisão de alguns posicionamentos críticos de Flusser em relação a autores como Luis Beltrão ou Marques de Melo, ver Hanke (2012).

6 Claro, é sempre prudente evitar o excessivo entusiasmo e os lugares comuns dos discursos ciberculturais que pregam a “revolução” arrasadora do digital. Entretanto, é curioso observar que mesmo uma das mais populares coletâneas de teoria da Comunicação evita inteiramente qualquer menção ao campo dos estudos das mídias digitais, mesmo que crítica. Cf. Hohlfeldt, França e Martino (2001). O digital é, assim, provavelmente o grande impensado da teoria da Comunicação brasileira, com a interessante exceção do trabalho de Muniz Sodré, *Antropológica do Espelho* (2002).

7 Sobre o “cientismo”, a danosa alegação de que a ciência é inteiramente desinteressada e extrasocial, ver a importante obra de Wallerstein (2004).

elementos podem constituir qualidades desejáveis no âmbito da pesquisa e da produção do conhecimento. Porém, menos que ler Flusser na forma da *scholarship* tradicional, em busca de precisões conceituais ou da interpretação “correta” de suas ideias, nos caberia colocar Flusser em diálogo com o presente e, desse modo, explorar as potencialidades de sua teoria da Comunicação para o futuro.

Essa proposta está muito longe do projeto, algumas vezes defendido, de constituir uma teoria da Comunicação com inflexão “brasileira”. Teorias não possuem certidão de nacionalidade e demonstram sua força na capacidade de atravessar tanto as fronteiras nacionais como as disciplinas. Menos que desenvolver uma “teoria brasileira”, o que precisamos é de teorias que permitam dialogar com o resto do mundo em pé de igualdade. Esse talvez tenha sido um dos segredos de Flusser, que conseguiu ser checo, brasileiro, alemão e francês, mas evitando, todavia, fixar-se em qualquer categoria. Sem abandonar necessariamente certas conquistas da ciência ou as seguranças do método, as teorias da Comunicação teriam a ganhar com a superação de sua, por vezes excessiva, preocupação disciplinar e uma flexibilização de seu campo de visão. Após alguns bons anos de busca do rigor e da precisão, um pouco de risco não nos faria mal. Pelo contrário, repetindo as palavras de Gumbrecht (1995, p. 515), “o que nós definitivamente não podemos nos permitir é uma cautela excessiva”.

REFERÊNCIAS

BRAIDOTTI, Rosi. *The Posthuman*. Cambridge: Polity, 2013.

COOLE, Diana; FROST, Samantha (Ed.). *New Materialisms: Ontology, Agency, and Politics*. Durham: Duke University Press, 2010.

FELINTO, Erick. Materialidades da Comunicação: por um novo lugar da matéria na comunicação. *Ciberlegenda*, Niterói: UFF, n. 5, 2001.

FLUSSER, Vilém. Programme Pédagogique pour le Département de la Communication Visuelle et Audio-Visuelle à l'École d'Art et d'Architecture Marseille-Luminy (tiposcrito inédito preservado no Flusser Archiv, sob o num. 2122), 1977.

_____. *Natural:mente*: vários acessos ao significado da natureza. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.

_____. *Kommunikologie*. Frankfurt am Main: Fischer, 2007a.

_____. *Kommunikologie weiter denken*. Frankfurt am Main: Fischer, 2009.

- FLUSSER, Vilém. *O Mundo Codificado*. São Paulo: Cosac Naify, 2007b.
- FOUCAULT, Michel. *Discipline and Punish: the Birth of the Prison*. New York: Vintage, 1995.
- GALISON, Peter. The Ontology of the Enemy: Norbert Wiener and the Cybernetic Vision. *Critical Enquiry*, Chicago: The University of Chicago Press, v. 21, n. 1, 1994.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. The Future of Literary Studies? *New Literary History*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, v. 26, n. 3, 1995.
- _____. *Production of Presence: What Meaning Cannot Convey*. Stanford: Stanford University Press, 2004.
- HANKE, Michael. Vilém Flusser Nucleus Research Group em *Flusser Studies: Multilingual Journal for Cultural and Media Theory*, n. 2, 2006. Disponível em: <<http://www.flusserstudies.net/pag/02/vilem-flusser-nucleus-research-grupo2.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2013.
- _____. Os Fundamentos Científicos da Comunicação: uma crítica flusseriana a comunicólogos brasileiros e seus desdobramentos epistemológicos. *Logos: Comunicação e Universidade*, Rio de Janeiro: UERJ, v. 19, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/5619/4137>>. Acesso em: 18 nov. 2013.
- _____. *Materialidades da Comunicação: um conceito para a ciência da comunicação? Contracampo*, Niterói: UFF, n. 14, 2006.
- HARMAN, Graham. *Towards Speculative Realism: essays and lectures*. Winchester: Zero Books, 2010.
- HAYLES, Katherine. *How we Became Post-Human: virtual bodies in cybernetics, Literature and Informatics*. Chicago: The University of Chicago Press, 1999.
- HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera. *Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- KRAPP, Peter. *Noise Channels: Glitch and Error in Digital Culture*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2011.
- LIMA, Luiz Costa. *Teoria da Cultura de Massa*. Rio de Janeiro: Saga, 1969.
- LIMA, Luiz Costa et al. *Comunicação e Cultura de Massa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.
- LUDUEÑA, Fabián. H. P. *Lovecraft: la disyunción en el Ser*. Buenos Aires: Hecho Atómico, 2013.
- MARTINO, Luiz C. *Teorias da Comunicação: muitas ou poucas?* Cotia: Ateliê, 2007.
- MERSCH, Dieter. *Medientheorien: Zur Einführung*. Hamburg: Junius, 2006.
- MÜNKER, Stefan. *Philosophie nach dem »Medial Turn«: Beiträge zur Theorie der Mediengesellschaft*. Bielefeld: Transcript, 2009.
- PARIKKA, Jussi. *What is Media Archaeology?* Cambridge: Polity, 2012.

- PIAS, Claus. *Was waren Medien?* Zürich: Diaphanes, 2011.
- PORTELA, Eduardo et al. *Comunicação e cultura de massa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.
- SÁ, Simone de. Explorações da Noção de Materialidade da Comunicação. *Contracampo*, Niterói: UFF, n. 10-11, 2004.
- SODRÉ, Muniz. *Antropológica do Espelho*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- SOKAL, Alan; BRICMONT, Jean. *Fashionable Nonsense: Postmodern Intellectual Abuse of Science*. New York: Picador, 1998.
- TURNER, Fred. *From Counterculture to Cyberculture: Stewart Brand, the Whole Earth Network and the Rise of Digital Utopianism*. Chicago: The University of Chicago Press, 2006.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The uncertainties of knowledge*. Philadelphia: Temple University Press, 2004.
- WOLFE, Cary. *What is Posthumanism?* Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010.

Teoria e história: da era da propaganda ao pensamento comunicacional

Segundo Foucault (1978), próprio da crítica que floresceu em seu tempo foi uma metamorfose que redirecionou as baterias desse tipo de atividade contra as teorias globais do indivíduo, da cultura e da sociedade. Na ocasião, à crítica se revelou a cumplicidade das ciências com alguns dos problemas denunciados pelas próprias teorias as quais elas haviam dado origem. O marxismo, a psicanálise e a engenharia social pretendiam diagnosticar e pôr fim à exploração econômica, à repressão sexual e aos problemas humanos, mas aconteceu que essas disciplinas se tornaram fórmulas de novos tipos de sujeição. A emergência de revoltas pontuais por parte das minorias e a formação do que o autor chamou de saberes locais entre as feministas, os jovens, os imigrantes, os homossexuais, os usuários de drogas e outros grupos abalaram as crenças na cientificidade e nos estabelecimentos que, da universidade à mídia, a elaboram discursivamente para a sociedade.

Desde então, a crítica passou a relativizar suas pretensões de guiar a prática e deter o monopólio da verdade. Estabeleceu-se uma nova relação entre ela e o processo social. A atividade abriu mão de suas ambições teóricas em favor de um maior cuidado com a erudição histórica, para tentar provocar os referidos saberes e abrir novas vias à reflexão. Os saberes instituídos assumiram a hegemonia e se impuseram à vida intelectual, excluindo da capacidade de dizer a verdade os discursos alheios às suas teorias. A crítica a suas pretensões epistêmicas e seus efeitos de poder, ao contrário, passou a acoplar a pesquisa histórica e a reflexão política com as lutas setoriais, visando colaborar com a emergência dos conhecimentos locais e saberes dominados.

Por tais, entende o autor os conhecimentos e a experiência cotidiana profana, híbrida e conflituosa que, onde não foram silenciados, acabaram, por razões de combate e estratégia, sendo forçados a se esconder dos discursos e das instituições dominantes. Os esquemas de ação, a sabedoria prática e as técnicas de vida que, tendo perdido sua serventia ou por terem sido vencidos por outros melhor encaixados na situação, foram marginalizados pela ordem do saber científico: eis o núcleo de um saber marginal e contra-hegemônico. “Os saberes dominados são, portanto, estes blocos de saber histórico que estão presentes e mascarados no interior dos conjuntos funcionais e sistemáticos [da episteme dominante] e que a crítica está ajudando a fazer reaparecer, através do instrumento da erudição.” (FOUCAULT, 1979, p. 170)

Diante das pretensões que, volta e meia, como ondas, surgem no sentido de converter os estudos da comunicação em ciência autônoma, cremos que é o caso de se levar em conta todas essas observações. A comunicação se tornou há algum tempo figura óbvia e incontestada, que parece dada e evidente, a tal ponto que, em vez de ser questionada, passou a ser algo cujo tratamento exige fundamentação epistemológica. A prova de que ela se converteu em um dos princípios instituintes da episteme contemporânea está no fato de que, falando genericamente, ninguém é contra a comunicação. Os próprios críticos da comunicação, em sua maioria, não a questionam de verdade, na medida em que se limitam a pedir por uma outra, melhor ou com menos prejuízos, menos deformada, mais livre e transparente. A comunicação virou uma certeza, toda a dúvida estando em saber quais são os verdadeiros fundamentos científicos de seu estudo e o modo de promovê-la de acordo com sua essência.

Ocorre que a comunicação, no sentido difuso e impensado com que a expressão circula entre nós, na sua capacidade de ofuscamento e ambição imperialista, não é uma evidência primeira com que se pode avançar um projeto de fundamentação epistemológica. Antes, pode-se e deve-se esperar desse projeto a devida reflexão sobre suas circunstâncias e limites, sobre as hipotecas derivadas de seu *a priori* histórico e processo de posição em nosso horizonte de conhecimento.

Visando contribuir para o desenvolvimento dessa tarefa, pretende-se, neste capítulo, estudar alguns elementos formadores do seu solo arqueológico para, então, seguir ou identificar as linhas de força com base nas

quais a “comunicação” conseguiu se impor à nossa consciência, dentro e fora da academia. Sempre que se fala em comunicação, é regra pensar o termo como dado, em vez de o tratarmos como problema: a reflexão sobre o assunto, não ele mesmo, seria polêmica, creem os seus teóricos. No entanto, verifica-se que a expressão mesma e, por esta via, o próprio processo não são evidentes, à luz de uma investigação histórico-filosófica e em que pese os mais sérios esforços feitos em sentido contrário, como revela Peters (1999).

De acordo com nossa pesquisa, a comunicação é, em essência, uma invenção recente, que tem pouco mais de um século de vida, mas, muito rapidamente, passou a dominar o nosso pensamento, fora e dentro da academia, na medida em que, entre outras razões, articulou o reengenhamento da figura da propaganda requerido pela consciência de uma era liberal, individualista e democrática.

Trata-se no que segue de apontar alguns elementos que justificam pensar nessa direção, reativando a memória da experiência histórica reprimida pelo processo que, logrando converter uma invenção política em categoria epistêmica, aclimatou a comunicação em nosso pensamento no período pós-guerra. Academicamente, a propaganda se tornou hoje referência de um saber dominado, mas ela, convém registrar, teve seu tempo. O resgate, ainda que breve, desse fato é, neste capítulo, estratégico para relativizar a figura da comunicação, conquistar novos meios para explicar as circunstâncias de sua ascensão epistêmica e, por essa via, questionar as pretensões dos que, ignorando o ponto, com ela desejam hoje fundar uma autoridade acadêmica.

ORIGENS DA COMUNICAÇÃO COMO OBJETO DE TEORIA

Quando se diz que a comunicação é um invento da humanidade moderna (MATTELART, 1994) convém tomar a sentença pelo seu valor de face e ir além das generalidades. A compilação de informações relacionadas com o assunto é importante, ajuda a entender seu aspecto de fenômeno total – mas não se pode ficar só nisso. A presença do conceito precisa ser documentada no que tem de específica, e isso se obtém procurando sua articulação reflexiva. Raymond Williams (1997) relata bem, nesse sentido, que

o termo surgiu no final da baixa Idade Média, mas que só ao término da era vitoriana começou a ter algum interesse para a consciência cotidiana.

Antes disso, Locke (2012) começara a avançar em relação a seu prévio entendimento como contato entre as coisas, falando da invenção da linguagem como resultado da necessidade de compartilhar as ideias, enquanto Condillac (2001), invertendo o raciocínio, esboçara a tese de que essas, ao contrário, são efeitos do desenvolvimento da nossa faculdade de comunicação. (MORÉRE, 1986) Por sua vez, D'Alembert chegou a falar em uma “ciência da comunicação das idéias”, em sua introdução à *Enciclopédia* (1751), mas com isso não foi além de uma tradução dos princípios da retórica clássica na linguagem da doutrina das ideias moderna.

A ciência da comunicação das ideias não se limita a pô-las em ordem, deve também aprender como se expressa cada uma delas o mais claro possível e, assim, a aprimorar os signos destinados a lhes exprimir: é [em resumo] o que, pouco a pouco, os homens [de fato] fazem. (D'ALEMBERT, 1751, p. 10)

Durante as primeiras décadas do século passado, embora o termo, usado predominantemente no plural, ainda servisse para, sobretudo, referir os meios de transporte e vias de circulação, acrescidos então da telegrafia e telefonia, surgiram, contudo, novos sinais em sua semântica. Houve uma primeira apropriação acadêmica e reflexiva da expressão. Albion Small (†1903) e Charles Cooley (†1929) começaram a elaborar conceitualmente o termo, retomando as metáforas organicistas com que Schaffle esboçara sua sociologia, mas também o esforço de reflexão histórico-sistemática sobre os meios de transporte de informações feito por Knies. Provocando os doutrinadores liberais, defenderam os autores que os periódicos e outros meios de transporte de símbolos e sinais não são simples instrumentos de que se utiliza a sociedade, mas uma de suas partes vitais, na medida em que se encontram “[...] em interdependência com todos os seus demais órgãos”. (SMALL, 1894, p. 329)

Antes deles, Knies (†1898) vira no processo de desenvolvimento dos meios de transporte, especialmente os de transporte de informações (que ele chamava de notícias), uma forma de o homem cultivar suas habilidades como ser social, aprimorando suas várias relações com seus semelhantes. Schaffle (†1903), por sua vez, sofisticara essa perspectiva, cha-

mando a atenção para o fato de que o desenvolvimento da sociedade, em especial o de sua consciência comum, depende não apenas da contínua criação de símbolos, mas da permanente invenção de veículos capazes de permitirem o relacionamento intelectual entre as pessoas, ao envolverem conhecimento, julgamento e decisão. (HARDT, 1979)

Seguindo essas pistas, Small (1894, p. 370) descobriu “[...] a imensa importância dos aparatos sociais de comunicação, cujos serviços na sociedade atuam de forma análoga aos do sistema nervoso no corpo animal”. Para ele, a comunicação pode ser vista como “o sistema nervoso da sociedade” (SMALL, 1894, p. 215), constituindo um sistema que permite o contato psíquico entre suas várias partes. Os circuitos de comunicação funcionam de maneira análoga às fibras nervosas que regem os centros de controle e coordenação do organismo nos animais, mas de maneira psíquica.

Os elementos pessoais do organismo social não se mantêm pelo contato físico por meios materiais, mas por laços psíquicos. Os movimentos na sociedade são ocasionados por impulsos psíquicos. A ação social depende da comunicação de pensamentos através de todo o organismo. (SMALL, 1894, p. 261-262)

A sociedade se estrutura com base no desenvolvimento de órgãos especializados na produção e distribuição de riqueza, tanto quanto naqueles especializados na coordenação e sustentação desses últimos. Entre estes, estão os que “[...] disciplinam e desenvolvem os poderes psíquicos do indivíduo”, os sistemas relacionados com a criação e comunicação de influências psíquicas: conhecimento, sentimentos e vontade, por meio de instituições, que vão da família e o Estado, até o telégrafo e a imprensa. (SMALL, 1894, p. 211) As comunicações são, do ponto de vista do conteúdo, psíquicas; e físicas, do ponto de vista dos meios pelos quais os impulsos psíquicos são transmitidos. O conteúdo é espiritual; a forma é material. As pessoas são células de um organismo em que os meios servem para preservar a memória e superar as distâncias, sem alterar o princípio de transmissão dos impulsos psíquicos, que nascem com a palavra trocada de indivíduo para indivíduo. (SMALL, 1894)

Os aparatos técnicos e agências de comunicação (correios, telégrafo, transportes, impressos) servem para materializar e transportar os

símbolos dos impulsos psíquicos, formando uma “rede de comunicações” e abrangência cada vez mais ampla, até fazer surgir um sistema que, no limite, alcança dimensões planetárias. “Esta estrutura é usada pelos sistemas reguladores de todos os grupos, grandes ou pequenos, da família ao estado. Mas é apenas um meio técnico para se comunicar simbolicamente, e não tem ação ou efeito como influência psíquica.” (SMALL, 1894, p. 220-221)

Charles Cooley convergiu em entendimento com Small, explorando teoricamente a tese de que “[...] o desenvolvimento da sociedade depende da acurada, rápida e livre comunicação dos impulsos psíquicos”. (SMALL, 1894, p. 246) Para ele, “[...] a sociedade é resultado do encontro dos homens uns com os outros”. (COOLEY, 1897, p. 74) A comunicação seria bem definida, por sua vez, como o “[...] mecanismo através do qual as relações sociais existem e se desenvolvem – todos os símbolos espirituais, mais os meios de fornecê-los através do espaço e preservá-los através do tempo”. (COOLEY, 1909, p. 61) Na medida em que os encontros que formam a sociedade “[...] resultam da comunicação entre os homens”, a conclusão que se impõe tirar é a de que “[...] a história desta última é o fundamento de toda a história restante”. (COOLEY, 1897, p. 74)

Durante a maior parte da história, os relacionamentos, sempre que escapavam ao costume e tradição, sucumbiam em meio à força ou violência. Desde a Revolução Industrial, surgiu, porém, uma nova perspectiva. Os mecanismos de comunicação começaram a passar por uma profunda mudança, “a criar um novo mundo para nós”. (COOLEY, 1909, p. 65) Através deles, a sociedade começa a se tornar orgânica em amplas dimensões e, por aí, a desenvolver novas formas de sociabilidade, cujas relações, cada vez mais, “se caracterizam por ter base na escolha e simpatia”. (COOLEY, 1897, p. 78)

Graças aos meios técnicos surgidos com a era moderna, as pessoas estão se colocando sob a influência umas das outras em escala cada vez mais ampla, que lhes permitem se tornarem mais reflexivas e individualizadas. As ferrovias, o telégrafo, o telefone e a imprensa de massas estão permitindo estender nosso poder de expressar e receber ideias em termos cada vez mais globais e diferenciados. Os livros e periódicos são, contudo, os mais importantes, porque viabilizam a formação da opinião pública e o desenvolvimento do conhecimento.

[Todos estes meios] tendem a fortalecer e diversificar o fluxo de pensamento e sentimentos, multiplicando as possibilidades de relacionamento social. [...] Eles tornam todas as influências mais rápidas em transmissão e mais gerais em sua incidência. Elas ficam mais acessíveis a grandes distâncias e junto a um maior número de pessoas. (COOLEY, 1897, p. 81)

Cooley (1909) e Small (1894) expressaram teoricamente assim a formidável expansão que, em seu tempo, estava ocorrendo nas formas e instituições com que se transmitiam e se recebiam as ideias. “Quando as pessoas se informam e discutem, notou o primeiro, elas desenvolvem uma vontade e isso, mais cedo ou mais tarde, impacta nas instituições da sociedade.” (COOLEY, 1909, p. 70) Associados ao nascimento do consumo de massas e à difusão dos institutos democráticos, estavam emergindo fenômenos novos, como a imprensa popular, a indústria de anúncios, as práticas de *publicity* e os serviços telegráficos de utilidade pública. De início percebidos e elaborados no registro da imprensa e suas circunstâncias e, apenas secundariamente, da comunicação (que abrangia os transportes e suas vias), após a guerra esse campo de experiência, todavia, passou a ser discutido a partir de outra figura, a da propaganda, enquanto as discussões sobre a opinião mudavam de foco, da liberdade e do progresso para o controle e a manipulação.

IMPRENSA E PROPAGANDA

Provinha do século XIX o consenso de que, apesar de sujeita à corrupção, a função da imprensa consistia em instruir ou educar o povo. (FRÉMY, 1866; LASSALE, 1903) Havia uma conexão entre os conceitos de imprensa e propaganda, que se instituíra sob a égide do projeto iluminista contido na existência da primeira. De acordo com tanto, os impressos eram vistos como “[...] um incomparável objeto de propaganda, embora propaguem tanto o erro quanto a verdade”. (DUBIEF, 1892, p. 309) Partia-se do entendimento de que, embora fosse lícita a tentativa de influenciá-las, as pessoas eram livres e racionais. Isto é, eram capazes tanto de persuadir quanto de serem persuadidas, com base na tese da vitória do melhor argumento. (LEWIS, 1875) A formação da opinião era, em última análise, função do indivíduo, considerado eixo soberano do processo social-histórico.

A imprensa era, portanto, vista como “[...] uma espécie de instrumento”: podia “servir a fins diversos, ao mal e ao bem, ao progresso ou à derrocada [de uma causa]”. (DUBIEF, 1892, p. 308)

Desde o final do período, entretanto, a crescente organização empresarial da imprensa começou a determinar uma revisão na linha de entendimento do assunto até então adotada pelos defensores do liberalismo e da social-democracia reformista. A reorientação da atividade no sentido comercial e mercadológico descortinou-lhes o que lhes pareceu ser um novo e problemático processo de influência na formação da opinião pública: a manipulação da informação através da política editorial do noticiário. De fato, aconteceu de o jornalismo começar a se tornar objeto de suspeita e eventual falta de legitimidade pela consciência pública ilustrada. A conversão da imprensa em puro e simples negócio, em que as motivações doutrinárias iam caindo para segundo plano, passou a saltar à vista dos seus estudiosos. (BÜCHER, 1901; LÖBL, 1903; HOLT, 1909)

Destarte, a crítica foi se endereçando, cada vez mais, aos mecanismos de seleção, distorção e supressão das notícias, ao emprego mais ou menos consentido das práticas de *publicity* com objetivos políticos pelas páginas dos jornais, à sua falta de imparcialidade na apresentação do noticiário. (IRWIN, 1969; RUSSELL, 2004; ROSS, 1912) Ainda em 1914, Wilhelm Bauer (2009, p. 214) observava, sem qualquer reserva ou sinal de preocupação, que “[...] todos os meios de expressão confluem no sentido de organizar a propaganda, peculiar a todo movimento espiritual de certa importância”. Depois da I Guerra Mundial, a perspectiva, contudo, se tornou problemática. A relação entre imprensa e propaganda que se havia estabelecido em favor da primeira foi invertida. A propaganda se tornou o conceito mais central com o qual o saber passou a se ocupar dos fenômenos de opinião pública e formação da consciência na sociedade contemporânea.

Nos Estados Unidos, em especial, os setores intelectuais conservadores convergiram com a intelectualidade progressista para refletir e avaliar os rumos que estava tomando o processo de formação da opinião pública em um momento de crescente intervenção propagandística, nacional e internacional, por parte de partidos, empresas e governos. A propaganda que, insidiosamente, parecia, havia posto o país no conflito e, agora, procurava engajar os cidadãos em movimentos totalitários, mas também

as práticas de *publicity* públicas e privadas, que distorciam aquele processo, se tornaram foco de ampla e significativa discussão por parte de educadores, empresários, jornalistas, políticos, acadêmicos e sindicalistas. (SPROULE, 1997)

Grosso modo, formaram-se dois partidos a respeito do assunto. Os setores politicamente conservadores e tecnocráticos predicaram a necessidade e a legitimidade das práticas de propaganda, seguindo uma posição exemplarmente elaborada por Lippmann e Lasswell. Os setores politicamente progressistas e humanistas, antes a denunciaram, passando a pregar o combate à sua influência através educação, conforme fica claro lendo autores como por Lumley e Dewey. Os primeiros viram na propaganda um instrumento para o manejo político dos diversos assuntos sociais numa era de crescente massificação, procurando justificar o emprego dos seus meios e técnicas com vistas à prevenção de crises e manutenção da ordem, agora que não há mais como mantê-las exceto explorando as formas de “medir e administrar o público”. (SPROULE, 1997, p. 71) Os segundos viram na propaganda um novo meio de influência e disputa social, procurando revelar o emprego politicamente negativo dos meios de comunicação, sem deixar de crer na capacidade do público, com a ajuda desses meios, pensar por conta própria e aprender a respeito de seus próprios interesses, visando “[...] assumir seu devido papel como cidadãos na Grande Sociedade”. (SPROULE, 1997, p. 52)

De acordo com Edward Bernays, porta-voz do espírito do tempo, a sociedade progrediu no sentido de uma massificação que, agora, nos força a abrir mão de muitas de nossas prerrogativas individuais em favor de um padrão de conduta que uns poucos forjam para nós, capturando nossa consciência de acordo com os interesses das suas respectivas instituições. Na democracia contemporânea, existe “[...] um governo invisível, que dita nossos pensamentos, dirige nossos sentimentos e controla nossas ações”. (BERNAYS, 1928, p. 61) A crítica a tanto merece ser feita, porque as pessoas responsáveis por ele podem ser mal intencionadas, mas a propaganda, em si mesma, não, já que é pura e simplesmente necessária à manutenção da ordem social na atualidade.

Talvez fosse melhor se tivéssemos, em vez de propaganda, comitês de sábios escolhendo nossos governantes, ditando nossa conduta pública e privada, decidindo

sobre os melhores tipos de roupas e tipos de alimentos para nós. Porém, escolhemos o método oposto, o da competição aberta e, agora, precisamos descobrir um jeito de fazer essa livre concorrência funcionar suavemente. Para tanto, a sociedade concordou que a competição seja organizada pela liderança e pela propaganda. (BERNAYS, 1928, p. 11-12)

Contemporâneo de Lord Northcliffe e Randolph Hearst, explica o autor que a sociedade democrática moderna optou por dispensar o emprego da força para manter a ordem e mobilizar a ação, desenvolvendo, em vez disso, mecanismos de controle da mente e condução da opinião pública. Divergindo do entendimento feito a respeito por gente como Goebbels e Münzenberg, partia ele, à mesma época, da premissa de que, em vez de serem enquadradas ou enganadas, as pessoas consentiriam em ser comandadas pelos que as manipulam através dos meios de propaganda, devido à sua competência, inteligência e posicionamento social.

Qualquer que seja nossa atitude em relação a essa condição, continua sendo fato que, em quase todas as situações da vida cotidiana, seja na esfera da política ou dos negócios, seja na conduta social ou no pensamento ético, somos dominados por um número relativamente pequeno de pessoas [...], que entende os processos mentais e padrões sociais das massas. São elas que puxam os cordeis com que se controla a mente do público, que põem arreios nas velhas forças sociais e impõem novos meios de ligar e de guiar o mundo. (BERNAYS, 1928, p. 9-10)

Gostemos ou não, conclui o autor, a propaganda se tornou a peça central “do mecanismo que controla a mente do público.” (BERNAYS, 1928, p. 18) O emprego propagandístico dos meios técnicos é o recurso com que, numa era de gigantismo, se pode arregimentar as massas, “moldar a mente das massas [...] em uma direção desejada” e institui uma espécie de “governo invisível da sociedade”. (BERNAYS, 1928, p. 19-20)

DEWEY E AS ORIGENS DA UTOPIA DA COMUNICAÇÃO

John Dewey acompanhou o surgimento da era da propaganda assim caracterizada e lhe submeteu à dura crítica desde um ponto de vista liberal

e emancipatório. (DEWEY, 1927, 2008) O principal aqui, porém, é o fato de ele ter pensado os fundamentos teóricos com que se poderia articular uma reação ao seu avanço e renovar a democracia moderna. Dewey aparentemente tomou de Cooley o conceito de comunicação como processo de coordenação das relações sociais por meio de símbolos, salientando o entendimento, apenas entrevisto por aquele outro, de que ela deve ser analiticamente distinguida dos aparatos técnicos que a agenciam. O ponto decisivo, contudo, é que o encarou como fundamento estratégico para a reconstrução da vida política na era da máquina e do que chamou de grande sociedade. O autor, noutros termos, concebeu a utopia de acordo com a qual a comunicação pode servir de base para a construção de “uma nova cultura, capaz de expressar as possibilidades imanentes à civilização material da era da máquina, libertar o que é distintivo e potencialmente criativo nos indivíduos, tornando-os os criadores de uma nova sociedade.” (DEWEY, 1927, 2008, p. 109)

Para ele, o aparato tecnológico criado pela ciência moderna que serve à propaganda não está blindado à sua transformação por parte de uma ação política organizada. “Dispomos hoje de meios físicos de comunicação como nunca tivemos”. O problema é que “os pensamentos e aspirações congruentes com eles não são comunicados e, portanto, não são comuns”. Os simbolismos dominantes possuem um cunho essencialmente propagandístico. A tarefa a que precisamos nos dedicar, portanto, consiste em desenvolver aquela comunicação, “porque, sem ela, o público permanecerá sem forma e na sombra, espasmodicamente procurando por si mesmo, para, em vez de sua substância, apenas apanhar sua sombra e nela permanecer”. (DEWEY, 1927, p. 142) O eclipse do público promovido com o avanço da propaganda pode ser superado com a recriação da democracia, via a conversão do seu aparato em meio de comunicação. A comunicação não se confunde com a propaganda, é diálogo, em vez de discurso, por mais que aquela não exista sem este, e, por isso, em última análise, a democracia só pode ter base “[...] nos relacionamentos pessoais da comunidade local.” (DEWEY, 1927, p. 218)

A palavra impressa é parcial, e o público que dela resulta está apenas parcialmente informado, até que os significados que ela provê passem de boca em boca, [...] circulem pelas comunicações da comunidade lo-

cal: apenas isto confere substância à opinião pública.
(DEWEY, 1927, p. 219)

O efeito de conjunto desse entendimento é a proposição de uma plataforma de reforma da sociedade baseada na pesquisa e desenvolvimento de novos processos, formas e usos da comunicação.

Os padrões de pesquisa mais elevados e difíceis devem, justamente com as artes da comunicação mais sutis, delicadas, vívidas e responsáveis, tomar posse do maquinário físico de transmissão e circulação das ideias, insuflando-lhe vida. Quando a era da máquina assim aperfeiçoar seus maquinários, ela passará a ser uma forma de vida, e não sua despótica dominadora. A democracia chegará a ser o que é, porque democracia é o nome de uma vida em comunhão livre e enriquecedora, que só terá sua consumação quando a pesquisa social independente for indissolúvelmente ligada à arte de se comunicar plena e agilmente [através dos aparatos disponíveis]. (DEWEY, 1927, p. 184)

Dewey viu a sociedade numa encruzilhada, em que havia as opções do regime totalitário e da democracia plebiscitária e tecnocrática, mas também a chance de recriar a democracia participativa. A propaganda e o controle da consciência eram a via das duas primeiras. A comunicação e o desenvolvimento do conhecimento público poderiam ser a via da última perspectiva. As massas não precisam dispor de meios de saber e pesquisa especializados para desenvolverem um modo de vida democrático. O essencial é, antes, adquirir a habilidade de julgar o peso do conhecimento sobre problemas comuns que nos é fornecido, e isso só pode ser obtido se passarmos a dispor de aparatos que, em vez de servirem à ação propagandística, promovam a livre a comunicação, visto que essa, a comunicação livre, aberta e horizontal, “[...] é a precondição de existência de um público efetivo e genuíno”. (DEWEY, 1927, p. 142)

GUERRA IDEOLÓGICA: COMUNICAÇÃO *VERSUS* PROPAGANDA

Malcolm Willey (1935) pode ter sido influenciado por Dewey, como o foi pelos porta-vozes da nova indústria do rádio e da televisão (SIMONSON 2010), para, no período entre-guerras, propor que a expressão “propagan-

da” fosse, pelo seu cunho polêmico, substituída pelo termo “comunicação de massas”, visto que “[...] a propaganda, não importa a definição dada, deveria ser vista como uma, apenas, das formas de comunicação de massas”. (WILLEY 1935 apud GLANDER, 2000, p. 27) Ainda assim, nessa época, o termo “comunicação” seguia expressando, predominantemente, os serviços de transporte e transmissão de dados, como em parte ela não deixou de designar até a atualidade. A palavra seguiu tendo um sentido genérico e não comparecia nas discussões que galvanizavam a consciência ilustrada e os porta-vozes do espírito que dominava o tempo até o início dos anos 1950.

Entretantes, John Marshall rompeu a tendência no sentido de discutir os processos de formação da consciência unicamente com o termo propaganda, propondo que se desenvolvesse “uma teoria geral da comunicação”. Coordenador de projetos da Fundação Rockefeller e leitor de Dewey, ele, de início (1938), pretendia estudar o impacto e possibilidades do emprego dos meios técnicos nos processos de formação da cidadania e desenvolvimento educacional da população. Com a eclosão da II Guerra Mundial, o foco do grupo de acadêmicos intelectuais que reunira para estudar o assunto, contudo, passou a ser o seu papel na vida política e, em seguida, o seu uso como meio de guerra psicológica. Recaiu-se, por conseguinte, no entendimento dessas tecnologias como instrumento de propaganda que passara a dominar a partir de 1914.

Através de cuidadosa análise documental, Brett Gary (1999), contudo, nos revela que, para evitar o seu endosso como termo denominador da reflexão, resolveu-se, na época, adotar o termo comunicação, para distinguir entre propaganda democrática e totalitária. Diante das conotações pejorativas adquiridas pelo termo, acordou-se entre os principais pesquisadores do assunto que havia uma diferença entre a comunicação (democrática) e a propaganda (totalitária), porque enquanto aquela seria um processo de duas mãos, esta seria linear e impositiva.

No relatório final dos trabalhos do grupo, concluiu-se, com efeito, que a relação entre os regimes democrático e ditatorial com o público e sua opinião não era a mesma. O primeiro se distinguiria do segundo porque “[...] não pode sobreviver sem uma comunicação de duas mãos”. Contrariamente às ditaduras, “[...] a democracia requer o consenso inteli-

gente, mas também o dissenso e a discussão, para obter seus propósitos”. (GARY, 1999, p. 105)

Contudo, conservaram seus autores o entendimento de que “a comunicação pode se converter em poderoso [canal] de propaganda”. (GARY, 1999, p. 106) O fato era que, em última análise, o consenso pode ser manufaturado para os que estão no poder e desejam dispor da consciência pública para exercerem sua liderança sobre a sociedade. Afinal, escreveram, “[...] dispomos hoje de métodos de pesquisa que podem fornecer informação confiável acerca da consciência pública e sobre o modo como ela é ou pode ser influenciada em relação aos assuntos públicos (através dos meios de comunicação)”. (GARY, 1999, p. 103)

Conforme comenta o autor de que temos nos valido para dar este relato:

A pressuposição de que a pesquisa em comunicação era uma nova e segura arma para obter objetivos democráticos através do controle da opinião pública subjaz ao relatório, porque se acreditava que, com elas [a pesquisa e a comunicação], se pode ajudar os líderes a entender a consciência pública e seus preconceitos, ajudar a transformar os preconceitos problemáticos, acalmar os temores públicos em meio a crises, mediar entre o público e seus líderes e, enfim, contribuir para aperfeiçoar os processos democráticos, porque elas ajudam os líderes a obter mais facilmente o consenso, e o consenso dos governados é a base da democracia. (GARY, 1999, p. 103)

Noutros termos, pode-se concluir que, sob a oposição entre propaganda e comunicação, estabeleceu-se uma competição entre dois entendimentos da propaganda: um primeiro, fechado, impositivo e ditatorial, que seus autores não hesitaram em condenar; e um segundo, aberto, competitivo e democrático, mas não menos instrumentalizável, que inclusive seria elaborado teoricamente, em seguida ao final do conflito, do ponto de vista da comunicação, com, por exemplo, o conceito de engenharia do consentimento, proposto por Edward Bernays.

Retomando as teses de seu tratado sobre a propaganda (BERNAYS, 1928), sem fazer uso da expressão, o publicista observa que “a formidável expansão das comunicações” está fornecendo ao mundo “o mais penetrante e efetivo aparato de transmissão de ideias”. O recurso à “engenharia do

consentimento”, por ele pregado, consiste no emprego “cientificamente calculado” desses canais de comunicação para influenciar os outros, de acordo com o próprio interesse. A liberdade de expressão que nos confere os regimes liberais a legitima, porque “a engenharia do consentimento é a própria essência do processo democrático, o exercício da liberdade de persuadirmos e sugestionarmos [uns aos outros]”. (BERNAYS, 1966, p. 222-223)

O conhecimento é poder e, nas circunstâncias de uma sociedade democrática e liberal, este consiste, sobretudo, em saber usar os sistemas de comunicação, para manejar os outros e obter seu consentimento. “A comunicação é a chave para manejar o consentimento necessário à consecução da ação social”, a partir do momento em que se torna objeto de “[...] métodos organizados e um sólido planejamento estratégico”. (BERNAYS, 1966, p. 233) O fato que precisamos todos aceitar é que, em nosso tempo, “[...] apenas com o domínio das técnicas de comunicação se pode atuar frutiferamente na arte de conduzir o público no vasto mundo que é o da democracia”. (BERNAYS, 1966, p. 221)

Em função disso, pode-se entender porque, além do crescente estímulo empresarial e do interesse puramente acadêmico, o campo de estudos a respeito da comunicação tenha, nos seus primórdios, se desenvolvido sob o impacto da pesquisa a respeito da propaganda e da recém-introduzida noção de guerra psicológica. Começando no período da II Guerra e se estendendo pelo menos até meados dos anos 1960, nota Christopher Simpson, houve uma tendência a ver na comunicação um nome menos embaraçoso e mais contagiante ideologicamente para se estudar e desenvolver o que era, até o início dos anos 1940, chamado pura e simplesmente de propaganda. Durante todo aquele período, a propaganda foi “[...] o objeto de fixação da pesquisa de ponta em comunicação”, como chegou a dizer Schramm, em 1954 (apud SIMPSON, 1994, p. 115)

Responsável pela criação dos primeiros programas de formação acadêmica em Comunicação (1947), este, quase inequivocamente, procurou fundamentar a pesquisa em propaganda nas ciências sociais e, com isso também, fornecer à propaganda a legitimação que as guerras mundiais lhe haviam privado e as urgências da Guerra Fria recomendavam que, camuflada pela nova nomenclatura, fosse conquistada. (CHAFFE; ROGERS, 1997) Por isso, não deve surpreender que, mesmo onde não houve influência política e empresarial direta, a comunicação tendeu a ser tratada como um

conjunto de fatores (emissor, mensagem, canal, receptor), passível de ser mensurado discretamente (contextualizado apenas em relação a seus intermediários), com vistas à obtenção de conhecimento útil no desenvolvimento de projetos e ações institucionais.

Em geral, o fenômeno foi entendido basicamente como a transmissão de mensagens com que, explorando a devida técnica, se podia, em tese, alcançar objetivos políticos, senão obter controle social, embora se reconhecesse que o processo é mais complexo e os efeitos pretendidos, se logrados, não dependem apenas de sua mecânica.

Na prática, as principais revistas acadêmicas daquela época não demonstraram muita preocupação com o que a comunicação é. Em vez disso, concentraram-se na forma como a tecnologia poderia ser usada pelas elites para manejar com a mudança social e extrair concessões políticas, ou obter decisões favoráveis de audiências específicas. [...] O processo da comunicação foi reduzido aos termos de um modelo simplificado, baseado na transmissão de mensagens persuasivas e, em última análise, coercitivas. (SIMPSON, 1994, p. 62)

Ironicamente, aconteceu, portanto, que comunicação, um termo de caráter originalmente orgânico ou expressivo, acabou, após a guerra, ao menos, sendo adotado como máscara de um entendimento dos processos de relacionamento social que era predominantemente instrumental na prática. Lazarsfeld e Merton deixam isso muito claro em sua síntese sobre o assunto, observando que a comunicação é a base para uma forma mais sutil de controle social e exploração psicológica das massas por parte do poder econômico. Isto é, para o que, em seu tempo, e por eles também, ainda era chamado de propaganda: “Cada vez mais, os principais grupos de poder, entre os quais as empresas organizadas ocupam posição de destaque, passaram a adotar técnicas para manipular o público de massa, através da propaganda, em lugar de meios mais diretos de controle.” (LAZARFELD; MERTON, 1985, p. 24)

Agora, o objetivo de controlar as pessoas não é mais alcançado através da força, mas através da “propaganda disseminada através dos meios de comunicação de massas” (LAZARFELD; MERTON, 1985, p. 24), como dizem os autores, e, entre suas técnicas, uma das mais recentes consistia, precisamente, em se valer da descoberta, supostamente feita por

sua escola, de que o fluxo dessa comunicação é filtrado ou mediado para o público pelas suas lideranças pessoais. Isto é, a propaganda pode ser mais eficiente, se empregar em seu favor os formadores de opinião acreditados para influir na opinião e, eventualmente, manejar a conduta dos diversos grupos sociais passíveis de recorte em meio às massas. (SIMPSON, 1994)

A CIBERNÉTICA, A MÍDIA E O ECLIPSE DA PROPAGANDA

Cabe notar, contudo, que, nessa altura, o contexto histórico, político e teórico mais amplo estava se alterando radicalmente, devido à paralela emergência do pensamento cibernético. Os inventos desenvolvidos durante a guerra impulsionaram o fetichismo tecnológico. De motivo de prevenção, a propaganda se foi tornando palavra antiquada e de mau gosto. A teoria da informação foi chamada a servir de matriz para dar conta do processo da comunicação. Projetou-se em todo um novo âmbito ou perspectiva a utopia da comunicação que, pioneiramente, havia sido pensada pelo pragmatista John Dewey. A solução dos nossos problemas numa era de progresso tecnológico, passou-se a crer, não deveria mais ser buscada em projetos políticos ou doutrinas filosóficas, mas no remanejamento cibernético da comunicação entre homem e máquina.

Segundo Norbert Wiener, principal arauto dessa visão, a experiência nos ensinou que aqueles projetos e doutrinas só nos levam à guerra e à destruição. O avanço para uma era de bem-estar individual e paz universal passa pelo seu abandono, pela elaboração teórica e o desenvolvimento operacional de um pensamento cibernético.

[De acordo com ele há] primeiro, a absoluta necessidade de o homem ser reconhecido como ser comunicativo e que suas capacidade sejam utilizadas neste sentido; em seguida, a das máquinas passarem a ter o estatuto social que elas merecem e que a elas seja transferida a responsabilidade dos processos de comando e decisão [sobre a existência]; e enfim, a de que a sociedade se autorregule, graças à retroatividade e ao caráter aberto das vias de comunicação [entre homem e máquina]. (BRETON, 1995, p. 60)

Amparada no impacto cada vez maior da informática no desenvolvimento das atividades sociais e sua crescente influência no agenciamento

da subjetividade do homem contemporâneo que promana da apropriação cotidiana de seus meios técnicos, a cibernética revelou-se, assim, uma força decisiva no processo de através do qual o conceito de propaganda vem sendo eclipsado pelo de comunicação: isto é, se impôs “[...] a ideia de que o desenvolvimento dos seus meios e a liberdade de expressão são as condições essenciais do progresso das sociedades”. (BRETON, 1995, p. 9)

Por outro lado, aconteceu também, por esta época, que, consoante o formidável ciclo de crescimento econômico e exploração cotidiana de novas tecnologias, consolidou-se uma cultura de consumo de massas, cujas fórmulas expressivas, em vez da propaganda, passaram a provir da publicidade e em meio a qual, entendida como “mídia”, se tornou estratégico o conceito de comunicação. Em seguida ao final da II Guerra, retomou-se nos Estados Unidos, para em seguida espalhar-se pelo mundo, o movimento no sentido de tornar o mercado não apenas um meio de satisfação das necessidades, mas o contexto em que as relações sociais deveriam adquirir sua plena significação, conforme havia sido ensaiado naquele país nos anos 1920.

Naquela época, os movimentos contra o regime econômico vigente e o avanço do socialismo foram contidos com um misto de repressão e desenvolvimento de um conjunto de instituições oriundo da atividade empresarial, no âmbito de um vasto processo de reorganização do capitalismo. O americanismo, conforme os europeus o chamaram à época, consistiu, com efeito, em um processo de integração das camadas assalariadas à ordem econômica estabelecida, mediante a expansão do seu poder de consumo. O desenvolvimento da cidadania política, prometido pelos democratas, e o controle do processo de produção, sonhado pelos seus intérpretes socialistas, começaram a ser desviados para o cultivo da vida privada, através da conversão dos hábitos de consumo em prática de lazer e base do modo de vida. (EWEN, 1976)

Depois da guerra, as corporações encontraram uma situação econômica e um estágio de desenvolvimento tecnológico altamente favoráveis para, mais ou menos por todo o mundo, passarem, pouco a pouco, a promover um sistema de vida baseado no consumismo. O mercado e seus meios de articulação ideológica foram convertidos no principal fator estratégico, via o que foi chamado de indústria cultural, por Theodor Adorno

e Max Horkheimer, em seu livro *Dialética do esclarecimento* ([1944] 1947, 1985).

Na falta de espaço para aprofundar o relato, concluiríamos levantando a hipótese de que a emergência, em meados do século passado, do chamado campo da Comunicação representou, desde um ponto de vista crítico e reflexivo, uma emanção, ao mesmo tempo utópica e ideológica, da superação desta era política, que foi a da propaganda, por, pelo menos, dois novos princípios de comando da vida social no mundo capitalista. O primeiro é o da indústria cultural, o do processo de transformação da cultura em mercadoria, que hoje, a passos rápidos, se vai reduzindo ao negócio com a notícia e o entretenimento. O segundo, ainda mais radical, é o da cibernetização, o do processo de redução da existência à informação eletrônica, que, vivenciado através das manifestações da chamada cibercultura, etapa superior da indústria cultural, nos empurra para os limites da utopia da comunicação, a julgar pelo que dizem suas vanguardas. (HUGUES, 2004; MORE, 2013)

CONCLUSÃO

Desde bom tempo, os filósofos e historiadores das ciências vêm polemizando a respeito do caráter de seu desenvolvimento, acabando por se dividirem em dois grupos. Os externalistas advogam que a autonomia da pesquisa científica é muito relativa, evoluindo basicamente a partir de estímulos oriundos de outras esferas da sociedade. Os internalistas, em contraponto, sustentam que essa influência, embora exista, não é decisiva no processo do desenvolvimento científico, movido antes pela criação e desdobramento de suas próprias questões. (ALSTON, 1998)

O presente trabalho sugere que essa perspectiva é problemática, se pensada em relação ao campo dos estudos sobre comunicação. O fato é que, nessa área, a reflexão e pesquisa andam a reboque da fortuna dos meios e processos que ensejaram o surgimento e avanço do próprio conceito. A comunicação, convém que fique claro de uma vez por todas, não é algo dado, um objeto ao alcance da mão ou que se possa apontar de maneira empírica e imediata.

O estudo do tema enquanto tal é sempre abstrato e teórico, embora as proposições que dele resultem possam, circunstancialmente, mas

apenas assim, intervir e orientar na pesquisa objetiva e concreta sobre o que tem a ver com o que, no nosso contexto de discussão, mais interessa: os fenômenos de mídia, jornalismo, publicidade, internet etc. A comunicação é uma construção histórico-ontológica de caráter coletivo e anônimo, uma categoria formadora de mundo própria de nosso tempo, mas dele apenas, cujo entendimento e manejo exigem essa reflexão, isto é, a consciência de sua relatividade, sob pena de, empregando-a no trabalho intelectual, se sucumbir na ingenuidade e reificação.

Ocorreu de a figura da “comunicação” ter sido ligada a fenômenos como jornais, televisores e serviços de internet e, mais, passado a servir para designar um campo de estudos acadêmicos a seu respeito – mas isso é produto das circunstâncias, carece de necessidade gnosiológica, conforme procuramos indicar neste breve capítulo. A formação desse campo por certo a projeta num novo patamar, na medida em que, passando a lhe exigir a teorização capaz de lhe dar legitimidade intelectual, estimula o surgimento de uma reflexividade ontológica em cima da categoria.

O pensamento, todavia, não pode se submeter à ontologia; precisa ser crítico, histórico e analítico, se quiser continuar sendo verdadeiro pensamento, em vez de mero espírito do tempo (por maior que seja sua elaboração) e, por isso, as postulações e reivindicações das teorias da Comunicação, no caso de serem pertinentes, terão sempre validade circunscrita, limites epistemológicos e históricos.

Quais são esses limites não se pode afirmar *a priori*, mas a cada caso, mediante o confronto de ideias e a apresentação de argumentos. O principal a levar em conta no caso, portanto, é que tudo isso nos obriga a entender reflexivamente a comunicação no plano do saber, em vez do da ciência propriamente dita, para valermos-nos de uma distinção proposta por Michel Foucault (1972).

Foucault, recordemos, distingue entre ciência e saber. O saber, ao contrário da ciência, é o conhecimento mundano carente de autonomia formal e gnosiológica, visto se desenvolver em conexão com as práticas sociais e o processo histórico abrangente, através da mediação do que chamou de episteme. A episteme, com efeito, refere-se aos códigos fundamentais que ordenam intelectualmente uma cultura, ao regime discursivo que comanda o emprego da linguagem enquanto conhecimento, à rede nocional que estrutura e orienta o nosso pensamento em função de

urgências transcendentas a seu próprio princípio de desenvolvimento. (FOUCAULT, 1972)

No Ocidente, a episteme, assim entendida, passou, segundo o filósofo, por, no mínimo, três etapas. Até o fim do século XVI, teria predominado a figura da similitude. Em seguida, passou a imperar o princípio da ordem. Por volta de 1800, a história começou a tomar o seu lugar, mas isso não impede que hoje tenhamos o sentimento “de que alguma coisa de novo esteja em vias de principiar [no horizonte do pensamento]”. (FOUCAULT, 1978 p. 499)

Apoiando-nos na obra de Lucien Sfez, afirmaríamos que essa novidade é a figura da comunicação. Desde o final do século passado, a história, com efeito, pôs-se em crise. Oriunda das práticas científicas e centros de pesquisa tecnológica, como quer o autor, mas também das práticas profissionais e da economia de mercado, como pensamos, apareceu uma nova episteme para comandar o saber e orientar a prática do homem contemporâneo. O fato de a comunicação transcender a condição de tema de estudo e tipo de atividade para, reflexivamente, ter adquirido o *status* de princípio epocal de instituição do conhecimento e da prática social em geral é o que, segundo o autor, nos autoriza a também falar dela como:

[...] uma forma simbólica ou filtro através do qual nós podemos enquadrar não apenas as relações individuais e sociais mas, ainda, nossas relações com o mundo; como um esquema que pouco a pouco estaríamos interiorizando, a tal não ponto de não mais ser percebido como filtro, ou meio de conhecimento entre outros, mas como matriz doadora de uma única forma de apreensão da realidade. (SFEZ, 1992, p. 18-19)

Na impossibilidade de desenvolver o ponto, basta-nos, para reiterar, observar que, lançando alguns elementos para entender a pré-história dessa figura, procuramos pesquisar aqui a hipótese de que a comunicação é uma espécie de emanção ao mesmo tempo ideológica e utópica, no plano do saber, do processo que vem nos levando da era política e tecnocrática da propaganda para a era sistêmica e mercadológica da mídia eletrônica, do que, primitivamente, foi chamado de indústria da cultura e hoje se desenvolve com o nome de cibercultura. A tarefa, cremos, se justifica em termos práticos: acusar a conversão da categoria em chave de episteme e a

relatividade histórica desse evento como matriz de saber pode servir para nos manter em livre relação com suas circunstâncias e, assim, nos ajudar a escapar das pretensões abusivas e do fetichismo intelectual que eventualmente dominam o pensamento a respeito da comunicação.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, [1944/1947] 1985.
- ALSTON, William. Internalism and externalism in epistemology. In: CRAIG, Edward (Org.). *Routledge Encyclopedia of Philosophy*. Londres: Routledge, 1998.
- BAUER, Wilhelm. *La opinion publica y sus bases historicas*. Santander: Universidad de Cantabria, [1914] 2009.
- BERNAYS, Edward. *Propaganda*. Nova York: Liveright, 1928.
- _____. La técnica del consentimiento. In: BERNAYS, E. *Relaciones publicas*. Buenos Aires: Troquel, [1947] 1966.
- BRETON, Phillippe. *L'utopie de la communication*. Paris: La Découverte, 1995.
- BÜCHER, Karl. *Études d'histoire et d'économie politique*. Bruxelas: Lamertin, [1893] 1901.
- CHAFFE, S.; ROGERS, E. *The beginnings of communication study in America*. Thousand Oaks: Sage, 1997.
- COOLEY, Charles. *The process of social change*. Boston: Ginn, 1897.
- _____. *Social organization*. Nova York: Scribner's, 1909.
- CONDILLAC, Etienne de. *Essay on the origin of human knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press, [1746] 2001.
- D'ALEMBERT, Jean. Discourse preliminaire. In: *Encyclopédie*, Paris, 1751. Disponível em: <www.wikisource.org>. Acesso em: 3 fev. 2014.
- DEWEY, John. *The public and its problems*. Nova York: Holt, 1927.
- _____. *Individualism old and new*. In: *The later works*. Vol. 5. Carbondale (IL): Southern Illinois University Press, [1930] 2008.
- DUBIEF, Eugène. *Le journalisme*. Paris: Hachette, 1892.
- EWEN, Stuart. *Captains of consciousness*. Nova York: Basic Books, 1976.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Lisboa: Martins Fontes, 1978.
- _____. *Arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes, [1969] 1972.
- _____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FRÉMY, Arnould. *La révolution du journalisme*. Paris: Librairie Centrale, 1866.

- GARY, Brett. *The nervous liberals*. Nova York: Columbia University, 1999.
- GLANDER, Thomas. *Origins of mass communications research during the American cold war*. Mahwah: Lawrence Erlbaum, 2000.
- HARDT, Hanno. *Social theories of the press*. Beverly Hills: Sage, 1979.
- HOLT, Hamilton. *Commercialism and journalism*. Nova York: Mifflin, 1909.
- HUGHES, James. *Citizen cyborg*. Nova York: basic Books, 2004.
- IRVIN, Will. *The american newspaper*. Ames (Iowa): Iowa State University, [1911] 1969.
- LASSALE, Ferdinand. Trois symptômes de l'esprit publique: les fêtes, la presse et la diète. In *Discours et pamphlets*. Paris: Giard et Brière, [1863] 1903.
- LAZARSELD, P.; MERTON, R. Comunicación de masas, gusto popular y acción social organizada. In: MORAGAS, Miquel de (Org.). *Sociologia de la comunicacion de masas II*. Barcelona: Gustavo Gilli, [1948] 1985.
- LEWIS, George. *An essay on the influence of authority on matters of opinion*. Londres: Longman, 1875.
- LÖBL, Emil. *Kultur und presse*. Leipzig: Duncker & Humblot, 1903.
- LOCKE, John. *Ensaio sobre o entendimento humano*. São Paulo: Martins Fontes, [1690] 2012.
- MATTELART, Armand. *L'invention de la communication*. Paris: La Découverte, 1994.
- MORE, M.; MORE, N. (Org.). *The trans-humanist reader*. Oxford: Blackwell, 2013.
- MORÉRE, Pierre. Signes et langage chez Locke et Condillac. *Colloques de la Société d'études anglo-américaines*, Paris, n. 23, 1986, p. 16-29.
- PETERS, John. *Speaking in to the air*. Chicago: University of Chicago Press, 1999.
- ROSS, Edward. *Changing America*. Nova York: Century, 1912.
- RUSSELL, Charles. These days in American journalism. In: MCCHESENEY, Robert; SCOTT, Ben (Org.). *Our unfree press*. Nova York: New Press, [1911] 2004.
- SFEZ, Lucien. *Critique de la communication*. Paris: Seuil, 1992.
- SIMONSON, Peter. *Refiguring mass communication*. Champaign (IL): University of Illinois, 2010.
- SIMPSON, Christopher. *The science of coercion*. Nova York: Oxford University, 1994.
- SMALL, Albion. *An introduction to the study of society*. Nova York: American Book, 1894.
- SPROULE, Michael. *Propaganda and democracy*. Nova York: Cambridge University Press, 1997.
- WILLEY, M.; RICE, S. *Communication agencies and social life*. Nova York: McGraw-Hill, 1933.
- WILLIAMS, Raymond. *Historia de la comunicación*. Barcelona: Bosch, 1997.

A nova forma de pesquisar a comunicação: a engenharia das emoções, o autômato espiritual e um campo de conhecimento que se constitui

COMUNICAÇÃO COMO FENÔMENO INSONDÁVEL

Há dois tipos de fenômenos comunicacionais, do ponto de vista do produto: os abertos e os fechados. Abertos são os fenômenos que se transformam enquanto estão sendo realizados, exibidos, produzidos. São “vivos”. São as matérias jornalísticas realizadas como *live transmission*, os programas que se transformam seguindo as reações do outro (programas de auditório ou de entrevistas, rádio ao vivo, *shows*, palestras, aulas, diálogos diretos ou por computador). Fechados são os produtos editados e transmitidos sincronicamente para grandes públicos (cinema, televisão, rádio gravado), assim como aqueles cuja recepção é individualizada e não sincronizada (jornal, revista, livro), da mesma forma que os demais produtos em que o articulador já não participa mais diretamente, ausentou-se ou já morreu. Esses produtos não são exatamente “mortos”, pois continuam a exercer sua força comunicativa, mas sua vitalidade depende daquele(s) que os recebe(m). São como que “congelados”. Teatro, audição de música clássica, declamação ou dança seriam tecnicamente “fechados”, apesar de os protagonistas poderem alterar a performance – maior ou menor empatia – segundo sua sensibilidade em relação à percepção do público.

A diferença entre os produtos do primeiro e do segundo tipo é que no primeiro há um acontecimento comunicacional não terminado – proponente(s) e as pessoas a quem se dirige consideram as reações uns dos

outros e participam conjuntamente no desenvolvimento do fenômeno. A comunicação daí surgida é algo coletivo, socializado, comum. Cria-se uma corrente de energia que aumenta ou decresce segundo o envolvimento e a participação dos envolvidos. Às vezes, esse acontecimento confunde-se com as formas de reação coletiva descritas por Georges Bataille, em que um fato toma conta de todas as pessoas, as fazendo sentirem juntas essa energia do processo. É o caso das torcidas de futebol, das manifestações políticas ou religiosas, que, entretanto, nada têm a ver com a Comunicação.

No segundo tipo, os que sofrem a ação deparam-se com formas prontas e podem reagir ou não a elas. Dois lados entram em jogo aqui: a força expressiva da obra (sua apuração técnica, seu apelo efetivo, sua qualidade enquanto capacidade de envolvimento) e a abertura da pessoa que a recebe. Há algo como uma “dialética” entre esses dois lados da questão: o indivíduo fruidor, que se depara com a obra, e a própria obra, que busca seduzi-lo. Nesse encontro, existe a chance de interferir um elemento inesperado, um incorpóreo, que promove a alteração na pessoa que entra em jogo com esse objeto ou essa ação. O mesmo fenômeno ocorre nas formas do tipo anterior, as formas abertas, quando se dá um choque, especialmente entre os participantes – mas não necessariamente só neles.

A diferença entre os produtos transmitidos sincronicamente para grandes públicos e aqueles desfrutados de forma não sincrônica e individual é que os primeiros podem conduzir a pessoa participante, levá-la a certos desenvolvimentos, embalá-la, enquanto que os segundos também o podem, mas há a possibilidade de serem brecados pela temporalidade imposta pelo espectador ou leitor (ele pode suspender a leitura) e pela recepção isolada, que não supõe a sintonia com as demais pessoas.

Digamos, provisoriamente, que nessas duas formas ocorrem dois tipos de comunicação. Nos processos “ao vivo”, há a provocação por parte de um agente que joga com a comunicação observando o público, sentindo-o, capturando suas mais sensíveis mudanças, adaptando-se às menores oscilações. Ele age como um mágico ou um prestidigitador, que conta com a atenção do outro, que busca dominá-la. Ele trabalha com insistência, persistência, repetições e retroações. A comunicação aqui é um fenômeno que opera com o tempo, que pode se estender e exigir sempre novos reinícios. O resultado comunicacional vem no final, como coroamento,

como consecução, como realização da “virada”. As pessoas saem transformadas. Ou então, se não saem, ficam incomodadas, intrigadas, perplexas, já não são mais as mesmas. O próprio provocador pode sair alterado. As transformações do outro, suas reações, suas observações, seu mal-estar também, tudo isso exige do provocador uma recomposição, uma rearticulação, um novo formato que utilizará na próxima vez. Sua virada pode ter sido menor, mas não foi inexistente. A comunicação, assim, não é um fenômeno de dupla mão. Ela acontece somente de um lado, o lado que sofre a ação, que, paradoxalmente, poderá, num segundo momento, ser o lado do promotor do evento, quando se torna, ele também, objeto da reação do que o recebe. Invertendo-se os polos, cada um é, a seu tempo, alguém objeto dos sinais do outro, realizando a comunicação. Isso só acontece com a comunicação do primeiro tipo.

O fenômeno aqui, majoritariamente presencial (pois há que se considerar as formas eletrônicas de comunicação “viva”), considera corpos em presença que sinalizam pela fala, pela postura, pelo agir e reagir, as sensações que estão vivenciando. A interação, o campo de forças psicológico que se cria, o peso da presença e do imprevisto, tudo isso atua junto. Pessoas, ambiente, procedimentos se combinam numa espécie de dança, de coreografia espontânea coletiva, e a própria surpresa dos resultados é o fator de maior engajamento, de prazer, de gosto pela participação.

Diferente é a comunicação do segundo tipo, proporcionada pelos objetos ou pelas situações predefinidos. Sobrevive a individualidade das percepções, a forma diferenciada como cada um sente o fenômeno, as reações são pessoais e intransferíveis, mas já não há a força e a insistência de um provocador. Um programa de rádio, um filme, uma instalação estão lá esperando pela presença de um apreciador. Não estamos mais num jogo entre olhares, expectativas, alterações de falas e de condutas, característicos do primeiro tipo. Sem nós, nenhuma dessas obras, nenhuma dessas produções existe, por mais bem acabadas que sejam, por mais esteticamente nobres que tenha sido sua elaboração, por mais reverenciadas que tenham sido em outras épocas. É preciso que entremos em contato com elas para vivermos sua comunicabilidade e a nossa. A arte do provocador está inteiramente depositada na e somente na obra: ela tem vida própria e deverá falar por ele.

Raramente aprecio uma obra de forma totalmente nova. Um arqueólogo pode encontrar uma peça de cerâmica milenar e encantar-se com ela, ou descobrir afrescos em uma parede de uma residência soterrada há vários séculos. O valor desses achados lhes confere a dignidade de uma grande obra. Mas raramente apreciamos os produtos culturais dessa forma. Geralmente procuramos uma exposição, um filme, um programa de TV cujas informações anteriores nos tenham chamado a atenção. A indústria da divulgação trabalha para isso: para nos instigar a ir a um espetáculo porque este ou aquele especialista nos aconselhou. Esse fato faz com que a apreciação imediata, espontânea, livre e pessoal seja quase impossível. Mas nem sempre o é. Sem necessitarmos de uma indicação anterior, podemos nos deparar com imagens, construções, elaborações que nos encantam naturalmente, imprevisivelmente, até mesmo magicamente.

Fato é que a maioria dos fatos com os quais nos deparamos já vêm sugeridos. Vendo as telas, as esculturas, as instalações de um museu ou de uma galeria posso me deixar encantar por elas, mas a legenda, a inscrição de que se trata de uma “grande obra” irá confirmar meu prazer em observá-la, irá me fazer mais seguro do meu gosto. De alguma forma, a opinião especializada estará soprando aos meus ouvidos que eu acertei, que escolhi a boa obra, que estou diante de uma *master piece*. A mim, então, só me caberá reafirmá-la ou não. Se confirmar, estarei corroborando aquilo que vejo e me sentindo de acordo com um padrão oficial e estabelecido. Há sérias dúvidas de que isso seja comunicação. Principalmente porque, especialmente para esses objetos, a sensação nos aparece quase como “de encomenda”.

Em qualquer caso, a questão do tempo é decisiva. É diferente se assistimos a um filme ou se vivenciamos outro produto qualquer na sua extensão cronológica e não de forma instantânea. Apreciar uma fotografia é semelhante a desfrutar uma tela. Temos diante de nós uma cena, um olhar, um quadro. A percepção é imediata, um ato momentâneo, dura apenas alguns segundos. A não ser que “entremos na cena”, que a façamos se movimentar, que construamos um contexto, uma vivência, um prolongamento indefinido da percepção. Que lhe demos uma vida mais longa. A magia do cinema vem exatamente disso. Eu posso ter recebido informações, comentários, críticas, resumos, apreciações diversas sobre um filme, mas nada disso será a vivência desse filme em sua extensão.

Um filme me toma 30, 60, 90 minutos, não importa. Importa que ele me retém, fixa minha atenção, me insere numa situação em que eu sou como que um participante invisível. Eu estou nessa cena. Nisso ele se assemelha às formas de comunicação do primeiro tipo: alguém está realizando alguma coisa e eu estou acompanhando. Naturalmente, essa pessoa não me vê nem altera seu comportamento por eu estar ali. Esse detalhe não existe. Mas o fato de eu fazer a imersão na cena me coloca simuladamente num contexto em que eu vivencio os humores, os temores, as angústias e as alegrias dos personagens. De alguma forma, sou contaminado por eles, por todos esses sentimentos e emoções.

Do ponto de vista técnico, a percepção aqui funciona de dois lados: o da produção esteticamente elaborada de uma peça artística ou cultural, que dispensa a presença de um ser humano para trabalhá-la junto aos que a fruem, e o da vontade destes mesmos em fazer a imersão nela. O primeiro eixo dessa dualidade, a qualidade intrínseca da produção (fílmica, radiofônica ou televisiva) usa-se de recursos de edição para administrar as sensações daquele que a recebe. A engenharia das emoções cuida para que uma cena mais longa, acompanhada de uma trilha sonora específica, trabalhando com processos de identificação entre personagens e público assistente gere criação de vínculos e, com isso, cativa emoções, participações e mesmo transferências. O que o personagem sente, mantidas as condições de acoplamento da vivência minha à dele, eu irei também sentir. Isso faz com que sejamos eventualmente capturados pelo prazer ou pela dor, pelo lacrimejar, pelo impacto em situações que não estávamos necessariamente esperando sentir. Ou, então, pode ocorrer o inverso, a provocação de total desprendimento, de desvinculação do público em cenas ou temas que seriam teoricamente envolventes ou trágicos, de forma a se tornarem banais e inconsequentes. Os processos de edição podem administrar pela técnica os níveis de engajamento conforme procedimentos dramatúrgicos mais ou menos envolventes, independentemente dos temas. Em síntese, segundo os critérios de edição, da engenharia das emoções, podemos ser levados a um envolvimento total com a cena ou a uma frieza absoluta diante da temática, seja ela qual for. Esse lado da comunicação não depende de nós. É parecido com o que Deleuze chama de automatismo da imagem cinematográfica, que o cinema faz acoplar com nosso autômato espiritual, enquanto seres humanos perceptores. (DELEUZE, 1984, 1990)

Deleuze acredita que o cinema instiga a que pensamentos se fabriquem em nós enquanto assistimos a um filme. Quando falamos aqui que uma engenharia de produção de afetos ou emoções é mobilizada para neutralizar a dramaticidade de um assassinato, de cenas de tortura ou de estupro, ou, ao contrário, para nos fazer chorar diante da morte de um animal de estimação ou de um velho canalha, o que está acontecendo é a provocação em laboratório de sensações a partir de recursos psicológicos de envolvimento, a partir da manipulação técnica de imagens. Mas Deleuze aposta que o cinema faz mais do que isso, que ele avance também na produção de novos pensamentos, o que, entretanto, é mais discutível, visto que, para isso, não se trata agora apenas de um jogo maquinal com supressão e estimulação de sensações, como pressupõe a psicologia comportamental, mas de evocação de algo que transcende essa mera engenharia técnica e entra no campo metafísico das questões existenciais. A nós nos parece que isso precisa do concurso do próprio recipiente, como será exposto a seguir.

Um filme, uma peça de TV, um radioteatro nos comandam. Nós os seguimos. A comunicação, se ocorrer, se dará no durante, na nossa exposição ao tempo de exibição ou apresentação. Podemos, naturalmente, desistir de acompanhar a narrativa e sair, desligar o aparelho, abandonar a recepção. Mas, se ficarmos, estaremos assim mantendo um voto de confiança naquilo que estamos recebendo como som, imagem ou cena em movimento. Queremos ver mais, temos curiosidade, precisamos saber em que dará tudo isso... É aí que um segundo nível concorre com o primeiro, o da tecnologia, exposto acima. Se eu assisto a um filme que mostre cenas fortes, com conteúdo de alta violência ou desespero e não me influencio por elas, algo foi construído na edição do filme que me levou à dispersão. A cena não foi fiel, os personagens não convenceram, a estrutura geral da ambientação foi falsa. Dispersamos.

A empatia entre os dois polos, espectador-fluxo de imagens (ou sons), será bem-sucedida se, da parte daquele que assiste, houve não apenas o interesse, a vontade, o desejo de receber aquela narrativa, mas também a colaboração (a aceitação), e isso escapa ao plano de Deleuze. Eu me deixo envolver pela trama na medida em que ela é convincente, real, simula de forma razoável as cenas cotidianas da vida. Não basta eu ser capturado pela emoção criada pela engenharia técnica das emoções; as

telenovelas provocam isso sem realizar a comunicação. Elas obtêm, do grande público, uma participação, um acompanhamento dos capítulos, uma necessidade de seguir, de saber em que vai dar tudo aquilo. Mas não comunicam... Nada se altera no cotidiano das pessoas, na sua organização de vida, nas suas ideias e pensamentos. Terminada a telenovela, tudo volta ao normal. Foi mais um passeio inconsequente.

Uma conexão precisa surgir entre uma produção construída de forma tecnicamente aprimorada e uma expectativa, conexão que interfira efetivamente na sensibilidade daquele que está assistindo. O produto tem que mexer de fato com aquele que o recebe, mas a qualidade da comunicação está exatamente nos efeitos possíveis, alcançáveis dessa conexão, a saber, se eles foram só aparentemente penetrantes ou se, de fato, provocaram resultados inovadores; se eles não só fizeram sentir, mas também mexeram com a cabeça, subvertendo padrões.

Nas formas comunicacionais de primeiro tipo, a comunicação acontece na própria vivência, no estar junto através de insistências e persistências por parte do elaborador, do incitador, do realizador. Ele sente e vê resultados. Nos outros, e, em alguns casos, até em si mesmo. Especialmente aqueles que recebem se sentem diferentes, percebem que coisas mudaram em seu modo de sentir, viver, perceber o mundo. Nas formas comunicacionais do segundo tipo, a comunicação acontece apenas no lado dos que recebem, em conjunto ou isoladamente. É uma experiência interior específica, pessoal, única, intransferível.

COMO PESQUISAR A COMUNICAÇÃO?

Isso posto, chegamos à segunda parte deste capítulo, que interessa mais diretamente à Academia. Como trabalhar os processos de comunicação ou quase comunicacionais que nos interessam? Como estudar efetivamente o fenômeno comunicacional por meio de um procedimento específico, particular, não cumulativo, sem pretensões a generalizações ou inferências?

O trabalho do pesquisador obedece, antes, aos pressupostos de uma “objetividade radical”, da forma como o pensava Husserl, em que a “verdade” estaria embutida na própria experiência vivida. Isso só é possível se a ciência da comunicação deixar de ser história da comunicação e dos

eventos significativos de outros tempos, deixar de ser sociologia da comunicação, tratando das repercussões micro e macrosociais de processos comunicacionais, deixar de ser política, economia, psicologia ou estudo das estruturas linguísticas ou semióticas da comunicação, em suma, se Comunicação deixar de ser apenas um campo de aplicação de outros saberes.

Isso porque a contemporaneidade evidencia um flagrante paradoxo epistemológico: enquanto a comunicação é campo emergente que habita todos os espaços e levanta indagações e questões absolutamente atuais, carentes de trabalhos investigativos imediatos, são os saberes constituídos em outros contextos e em outras épocas, que atendiam a demandas sociais outras, que se colocam na condição de estudá-los. Ora, é preciso virar essa mesa, dotar os estudos comunicacionais *stricto sensu* da precedência que lhes cabe. A hora é de nos dedicarmos aos fenômenos comunicacionais e à sua emergência como o grande fenômeno da contemporaneidade com estatuto de campo próprio e autônomo.

O procedimento investigativo para tanto, considerando as proposições da primeira parte deste ensaio, é o da utilização do “quase método”, ou metáporo, em que o desenvolvimento se faz no durante, no próprio ato da pesquisa, a saber, observando-se um fenômeno enquanto está acontecendo. O fenômeno-sendo-visto é o que condiciona a organização de nossa experiência; nós assistimos à sua realização, o capturamos instantaneamente e sem conceitos, por meio da intuição sensível. Fenômenos comunicacionais são diferentes de outras ocorrências de massa descritas atrás. Distinguem-se, por exemplo, da euforia das torcidas futebolísticas, que entram em verdadeiro delírio coletivo e se entregam a mais autêntica orgia quando juntas as pessoas vivenciam uma conquista do campeonato, distinguem-se delas porque esse evento não é um evento comunicacional, visto que não há a figura de um agente interessado em comunicar, em envolver o outro, em conquistá-lo, mas apenas uma festa coletiva e emocionada, soma das expectativas acumuladas e energias represadas de todos, que acabam se combinando numa corrente de vitalidade vibrante. O fenômeno comunicacional é de outra natureza. Para haver comunicação, a primeira condição é a de que haja intencionalidade explícita ou subentendida de um agente.

Mais ainda: a emoção vivenciada pela massa durante a realização de um evento social importante funciona como fator de união, congregação,

fusão, em uma palavra, confirmação de pressupostos já existentes. Seu caráter é consolidador, de estreitar laços, de manter unidos, de cristalizar formas, jamais de pôr em xeque, causar trepidações, introduzir novas sensações, percepções, ideias, típicas, ao contrário, dos fenômenos comunicacionais.

Observa-se o acontecimento enquanto ele está ocorrendo, o fenômeno não se subordina a um método predefinido pelo pesquisador, este simplesmente observa e tenta apreender o sentido que se constrói no ato. O fenômeno doa sentido, o “exprime”. No contato imediato com o acontecer da coisa, obtém-se um conhecimento imediato, “carnal”, noético. Vivencia-se a coisa. O sentido ou a expressão são derivados da própria produção realizada pelo acontecimento, é sua face espiritual, noemática.

Caso 1

O pesquisador quer estudar o processo de comunicação que se realiza numa igreja evangélica. Para observar a ação, ele apresenta-se ao responsável e passa a frequentar a igreja como um fiel, igual aos demais. Na convivência continuada, ele passa a conhecer de forma mais intensiva os demais participantes da cerimônia e perceber suas reações ante as palavras do pastor. Ao cabo de algumas semanas, ele já pode se considerar um membro regular do ofício. Isso lhe permitirá avaliar as transformações produzidas pela palavra do pastor em um ou outro membro da comunidade de ouvintes. Estará em condições de constatar que alguns já eram adeptos à seita, outros, ainda não. Esses outros poderão ou não demonstrar transformações progressivas derivadas da frequência regular ao culto. Não será estranho se ele ouvir da voz do próprio participante, depois de uma série de observações, que sua vida se transformou a partir do contato com a religião, com as palavras do pastor, com a audição atenta das passagens bíblicas. Essa virada repentina teve um momento, um “estalo”, um golpe que tornou esse fiel outra pessoa. O pastor em questão é o agente comunicador que por seguidas insistências busca convencer os fiéis das verdades que está transmitindo. Sua meta é a submissão completa, a total adesão, a conquista da consciência através de suas falas, de seu comportamento, de seus “milagres”, de todas suas realizações. O pesquisador, acompanhando esse desdobramento, identifica a passagem, a mudança de estado, se tiver

sorte, inclusive a interveniência do incorpóreo, mudando o atributo de sua consciência. Toda a cena litúrgica doa sentido, exprime-se nele.

O modelo pode se aplicar também em situações de ensino, não quando o ministrante repassa uma técnica, um aprendizado mecânico, uma regra linguística ou matemática, mas quando suas aspirações transcendam o campo físico e busquem o metafísico, o choque de ideias, de concepções estéticas ou morais, que não se voltam à aplicação prática, mas à reflexão daqueles que participam da aula como alunos.

Caso 2

A sociedade entra, de um momento para outro, em situação de ebulição. Organizam-se passeatas, protestos, produzem-se palavras de ordem, músicas, faixas e discussões. Num contexto dessa natureza, o estudioso da comunicação acompanha o desenrolar do movimento social consultando todos os canais possíveis: dos grandes meios de comunicação, passando pelas declarações dos políticos e pessoas influentes na opinião pública, até as plataformas individuais e grupais de troca eletrônica (*blogs*, *twitters*, *facebook*s, mensagens do *WhatsApp*). Ele próprio participa fisicamente do movimento e tenta trabalhar a evolução e seus desdobramentos possíveis, considerando o clima, a tensão, o medo das pessoas e dele próprio diante dessas situações. Tecnicamente, há pelo menos quatro agentes funcionando juntos. Os líderes políticos, as lideranças mediáticas, as vozes subterrâneas das redes e a vivência pessoal dos acontecimentos. Todos colaboram intensamente na constituição do recheio dessa cena mediática que envolve toda a população, o contínuo atmosférico dos meios de comunicação. O pesquisador trabalha com todas ao mesmo tempo, observando o início do movimento, seus desdobramentos nos dias sucessivos e seu esvaziamento. A intenção é apreender até que ponto o movimento como sujeito altera a mente das pessoas e as faz pensar diferentemente. Neste caso, distinto do exemplo citado atrás, das torcidas futebolísticas, há instigadores do acontecimento, mesmo que este, posteriormente, adquira vida própria e se desligue de seus estimuladores.

O trabalho de pesquisa consta no mapeamento das mudanças de posição da grande imprensa, do rádio e da televisão durante esses dias, das declarações dos homens públicos e dos líderes diversos, o que dará

ao pesquisador um quadro mais ou menos fiel do posicionamento dos proprietários das redes clássicas de comunicação e de seu envolvimento ou não com o *status quo* político. Essas informações serão checadas com as dos meios subterrâneos de informação, os “agentes desestabilizadores” do contínuo mediático, que são as redes informais eletrônicas. A comparação entre um e outro, e entre ambos, e o movimento vivenciado nas ruas permitirá ao pesquisador visualizar, como um observador, todo o desenvolvimento do acontecimento. Se ele gerou ou não comunicação, isso se evidenciará através da mudança de postura dos seus participantes e do alcance dessa mudança. Ele poderá sentir em que medida o envolvimento das pessoas com o movimento de rua as fez ver diferentemente a ação do governo, dos grandes meios de comunicação e o alcance de seus próprios instrumentos de ação, no caso, as redes sociais.

Caso 3

Um grupo musical apresenta-se a um público. Que comunicação acontece aí? Há uma situação eventualmente comunicacional entre os executantes e o público assistente. Há outra situação potencialmente mais comunicacional entre os próprios executantes e sua interação recíproca tocando a melodia, entrando em entrelaçamento harmônico, gerando, a partir disso, novas descobertas. Do ponto de vista comunicacional, uma audição musical tem poucas chances de efetivar-se como comunicação *stricto sensu*. O que se tem, em geral, são confirmações emotivas, passionais, vivenciais, vindas de uma capacidade que possui a música de evocar sentimentos passados, acoplados a situações anteriores em que a música foi ouvida. A música evoca esse tipo de memória, lembrança recorrente carregada de emoções, o que faz revivê-las. Esse tipo de sentimento é confirmador, ele reata com o vivido, reforçando-o, não havendo experiência de ruptura.

Quando se participa de uma audição musical é improvável a ocorrência da comunicação, principalmente porque o público a assiste para se reencontrar com suas emoções, para reviver audições antigas, em suma, para estender essas ações sobre o presente. O tempo de um espetáculo também colabora para dificultar as chances de acontecer a comunicação. O novo, se aparece, não tem a chance cronológica de provocar um efeito de quebra. Por isso, é mais provável que entre os próprios executantes,

quando se trata de um grupo musical, isso possa ocorrer. Pelo fato de tocarem juntos, de já se conhecerem e circular intimidade entre eles, no momento da apresentação, como refinamento dessa própria intimidade musical, pode-se chegar a um novo sentido: as inovações, as descobertas, as ousadas têm a capacidade de provocar a alteração e a proposição de novidades e verdadeiras descobertas, muitas vezes desconcertantes.

O público que acompanha um determinado grupo musical poderá transformar radicalmente seu gosto estético por influência desse mesmo grupo, na medida em que este surpreender sua própria platéia com arranjos ousados, letras incomuns, performances espetaculares. Cria-se, com isso, uma cultura específica desse grupo ou do líder do grupo, que instituirá uma aceitação automática e continuada de suas criações posteriores. Essa virada, que se dá pela quebra do padrão anterior e pela instituição de um novo, corresponde, sem dúvida, a um evento comunicacional significativo, visto que produziu um novo sentido.

Caso 4

O cinema tem uma grande capacidade de realizar o acontecimento comunicacional. Ele conta que a extensão do tempo, a duração da assistência de um filme é suficiente para gerar, no espectador, um processo interno de questionamento de posições ou opiniões. Além do mais, por ser um produto criado sob a ordem ficcional, ele permite a esse mesmo espectador uma abertura maior para as representações que são mostradas na tela. Junto com isso se acrescenta o ambiente fechado, escuro, a força expressiva do som ou da trilha sonora, e o fato de ser uma experiência coletiva: outros estão, da mesma forma que esse espectador, participando, como num ritual, de um mesmo espetáculo.

Se o filme comunicou ou não, isso já é sentido no próprio comportamento do público ao sair. Há plateias que saem felizes, animadas, conversando de forma entusiasmada, rindo ou lembrando de cenas alegres. Em São Paulo, após a exibição de *Tropa de elite* [José Padilha, 2007], pessoas se levantavam e aplaudiam de pé. Não se pode dizer que ocorreu a comunicação; o que se teve, de fato, foi uma confirmação e um reforço de uma postura de manutenção de certo princípio, de certas ações, em suma, de certa visão da relação polícia/criminoso (a ação implacável contra os bandidos). O filme foi um reforço disso tudo.

Da mesma forma, a provocação do choque, do impacto nervoso, da tensão, colaboram para manter a plateia magnetizada,

Ao decorrer do filme aprendi uma coisa: As reações físicas de um corpo em angústia são intensas. Quando senti na pele a ansiedade que o filme provoca, percebi o quanto são interessantes as reações corporais intensas e involuntárias – e como só percebemos que elas agiram sobre nós quando elas cessam. Ao final do filme, encontrei-me ofegante, e pior, não me lembro em nenhum momento de ter prendido a respiração. Acredito que entrei em uma espécie de transe, de maneira que fiquei hipnotizado pelas cenas. Pois, ao mesmo tempo em que elas eram chocantes e intensas, eram também esteticamente muito belas. Há uma cena que ilustra de maneira sublime a exteriorização da tensão no corpo humano. Closes em mãos trêmulas, olhos arregalados, pescoços que se movem por causa de respirações intensas, foram as imagens utilizadas. A ponto de eu ter percebido em mim a manifestação de parte dessas mesmas reações. Era como se eu tivesse obedecido, passo a passo, uma ordem externa de um ‘sentir’ o que me foi mandado. (SILVA JR., 2012)

Às vezes a própria narrativa cinematográfica apresenta um fenômeno comunicacional quando o personagem, em contato com outro, vai se alterando e refazendo suas posições. É o caso do *Meu jantar com André* (Louis Malle, 1981), em que o diretor transforma um espetáculo de cinema em um diálogo, que provoca, pouco a pouco, a abertura da cabeça do protagonista. Wally, em verdade, não estava muito animado com o encontro com André, achava mesmo que seria enfadonho e pensava em criar técnicas para torná-lo pelo menos um pouco interessante. Contudo, é André que assume o diálogo e suas narrativas são cada vez mais interessantes, de forma que capturam o interesse, o envolvimento e mesmo a reflexão de Wally, que, após o jantar, pode-se dizer, ficou incomodado e começou a pensar...

Casos 5 e outros

O YouTube goza de prestígio similar ao do cinema. Não se trata de mensagem manipulada, como ocorre com frequência na TV, mas de escolha pessoal. Da mesma forma, não há as imposições da censura, na maneira

como a conhecemos nos meios tradicionais de comunicação. É um mundo ainda relativamente livre e aberto, gozando por isso de ampla aceitação popular. Pessoas assistem vídeos, acompanham séries, vão atrás de certas modas e as abandonam com a mesma rapidez com que a elas aderem.

É o caso do fenômeno “Irmãos Green” e sua comunidade de seguidores. As pessoas que acompanham essa série de vídeos buscam participar efetivamente das realizações da dupla: além do trivial, que é o fato de repetirem em suas casas as receitas, tomarem juntos os mesmos sucos produzidos, participam “interativamente” das cerimônias. Quando Hank completou 30 anos, John pediu às pessoas da comunidade que plantassem árvores e mandassem fotos e vídeos das mesmas. Nas primeiras reações, já se tinha notícia de que mais de 10 mil árvores haviam sido plantadas em todo o mundo. No caso, as proposições da série conduziram pessoas à ação. Não tivessem assistido, possivelmente as árvores não teriam sido plantadas. Se, a partir disso, serão mais cuidadosas com a questão ecológica, não se sabe; contudo, os atos não revelam apenas “adesão cega” a uma ordem, mas uma decisão racional, que não entra em conflito com a consciência.

Às vezes, uma visita a um museu funciona como um choque, uma verdadeira imersão num ambiente, cuja intenção, da instituição, declarada ou não, é a de despertar sensibilidades. A comunicação é menos evidente na visita a obras clássicas, de amplo conhecimento, em que o visitante aparece para rever, confirmar e consolidar impressões já tidas ou sabidas por outras fontes. A imprensa cultural cunhou o termo “conferir”, quando se trata, de fato, de ver, participar, sentir as obras. Conferir, ao contrário, carrega um sentido fortemente conservador e clássico na visita ao museu ou à galeria.

Um exposição, uma bienal, não estão lá para serem conferidas, mas para evocarem emoções outras. Há o espaço da inovação, da provocação, do fino trabalho de provocar trepidações no conceito convencional estático e conservador da arte. Algumas exposições, instalações, experimentações são ali dispostas exatamente para despertar o visitante para outras estéticas, outras apreensões de mundo, outros olhares. E, nesse caso, quebram expectativas.

Assim como a arte e o filme, o livro tem também a alta capacidade de quebrar expectativas e de alterar posições assumidas. O livro é uma espé-

cie de diálogo em que o leitor apenas ouve e o redator ou escritor tem tempo, espaço e circunstância para expor longamente sua visão de mundo. Ele se contrapõe a um hábito contemporâneo de não ouvir o outro ou ouvi-lo de forma fragmentária e rudimentar. Também os debates em pequenas rodas, se submetidos a regras de exposição de argumentos e de permanência dentro do tema, têm demonstrado capacidade comunicativa, na medida em que fazem com que cada um se sinta provocado a expor suas ideias, ao mesmo tempo em que é levado a ouvir o outro. Não são raros os casos em que o evento comunicacional estudado fique em plano inferior e no debate com os demais construam-se novas posições, exatamente derivadas do entrelaçamento de opiniões. No caso, o evento comunicacional originário vai para segundo plano e se cria um novo momento comunicacional, mais rico e animado, que leva a reposicionamentos e mudanças de opinião.

REFERÊNCIA

BATAILLE, Georges. *A experiência interior*. Tradução de Celso Libânio Coutinho, Magali Montagné e Antonio Ceschin. São Paulo: Editora Ática, 1992.

DELEUZE, Gilles. *A Imagem-Tempo*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DELEUZE, Gilles [1984]. 67 - 30/10/1984 - 4 - *La voix de Gilles Deleuze*. Disponível em: <www2.univ-paris8.fr/deleuze/article.php?id_article>. Acesso em: 30 jul. 2011.

HUSSERL, Edmond. *Logische Untersuchungen II, I*. Halle: [s.n.], 1913.

SILVA JR., Valdir da. *Pesquisa sobre os efeitos do filme O Anticristo, de Lars Von Trier*. Festival Metapórico, edição 2012. Arquivos do FiloCom, ECA-USP, 2012.

Entre os dispositivos de interação, as simulações do comum e o sedimento afetivo da sociabilidade: paradigmas críticos de uma discursividade estética nas teorias da Comunicação¹

Há duas maneiras principais de acessarmos a importância e a oportunidade com a qual se entrecruzam as referências teóricas do campo da pesquisa sobre fenômenos e processos comunicacionais e os registros conceituais e heurísticos da disciplina filosófica chamada de “estética”: no primeiro deles, de espectro crítico mais amplo e historicamente mais remoto em suas origens, reflete-se sobre a crescente presença dos elementos da mediação cultural proporcionada pelos modernos meios de comunicação, por sua vez tomados em sua presumida dimensão de veiculação de determinados valores próprios a uma experiência cultural característica da modernidade; o corolário desta interrogação se define por uma disputa acerca da dimensão possivelmente mais “nobre” das variedades simbólicas, linguísticas (e, em última instância, “artísticas”) de uma cultura constituída pela presença desses meios no tecido histórico da contemporaneidade.

Em uma outra perspectiva desse debate, uma que é mais modesta e “doméstica”, avaliamos como é que um determinado “pensamento co-

1 Este texto foi originariamente apresentado como intervenção oral na I Jornada de Estudos sobre Comunicação e Experiência Estética, realizada pelo grupo de trabalho Comunicação e Experiência Estética da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), nos dias 24 e 25 de outubro de 2013, na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Sou especialmente grato aos colegas Carlos Mendonça, Cesar Guimarães, Denilson Lopes, Eduardo Duarte, Felipe Trotta, Jeder Janotti, João Freire Filho, Jorge Cunha Filho e Maurício Lissovsky, por todas as observações, reparos e críticas feitas naquele momento, esperando que as mesmas tenham encontrado uma boa repercussão no texto na sua forma presente.

municacional” vem organizando – por vezes até de maneira involuntária – uma caracterização dos sedimentos conceituais e heurísticos de nossas práticas de pesquisa: nesse outro extremo do arco dos discursos em nosso campo de estudos, há uma inflexão crítica um pouco distinta sobre as supostas confluências entre a estética e as teorias da Comunicação. Assim sendo, poderíamos explorar as diversas vozes através das quais o debate epistemológico conduzido em nosso campo parece manifestar essa importância atribuída aos regimes experienciais correlatos aos produtos e processos de nosso universo de interesse – em especial, naquilo que implica uma avaliação crítica a certos de seus pressupostos, por demais tementes aos vocabulários clássicos das ciencias sociais.

Esses dois percursos de formulação inspiram a problematização que buscamos fazer aqui sobre certas discursividades teóricas, por sua vez originárias dos esforços em aproximar as teorias estéticas e a pesquisa em Comunicação, no decorrer dos últimos anos. No primeiro deles, caracterizamos a história mais remota dos enlaces mais genéricos entre estética e mediatização, no modo como certas tradições fundadoras do discurso de nosso campo os fixaram: identificamos aí a centralidade de toda uma axiologia crítica, constituída em torno do eixo fornecido pela problematização da racionalidade técnica e instrumental, enquanto elemento articulador da experiência societária e histórica da modernidade – sobretudo naqueles aspectos que provocam os posicionamentos mais característicos das ciencias sociais, no decorrer do século passado. Sendo este um aspecto originário do pensamento sociológico do século XX, ele perpassa as discussões praticadas em nosso campo sobre as correlações que se estabeleceram entre os produtos mediáticos e os sistemas de valores culturais que configuravam a tradição das artes.

Do outro lado desse espectro, avaliamos o modo como certos debates mais próprios ao nosso contexto mais restrito da reflexão epistemológica da pesquisa em Comunicação valoriza certas dimensões da comunicação atinentes ao estético, mas ainda sem deixar de reforçar esta herança que as teorias da Comunicação receberam, genericamente falando, do vocabulário crítico das ciencias sociais nos últimos dois séculos: neste último aspecto, examinaremos o modo como certas categorias comunicacionais (em especial, a da interação e a da recepção) são frequentemente lidas, em nosso campo de estudos, a partir de sua caracterização enquanto fenôme-

no matricial dos processos intersubjetivos da socialização, o que favorece sua rentabilidade heurística, a partir dos quadros descritivos da Sociologia, da Antropologia e da Psicologia social. Na predileção pelos marcos conceituais desses campos de estudo, as intuições sobre uma dimensão estética dos processos comunicacionais ficam condicionadas a uma mediação epistemológica das questões da sensibilidade e dos afetos pelo seu aspecto de “vetor sensível” de interações sociais, o que veremos que compromete, em última instância, uma melhor definição daquilo que há de mais genuinamente atinente a uma questão estética em nossos objetos de exame mais frequentes.

Na estrutura argumentativa deste capítulo, essas duas chaves da compreensão delineam duas grandes ordens de discurso para nosso interesse sobre como se entrelaçam os saberes estéticos em nosso campo de estudos: no primeiro caso, propomos uma espécie de genealogia crítica da estética da Comunicação, através dos autores mais frequentemente restituídos às matrizes mais remotas dessa discursividade nas teorias da Comunicação (nesse contexto, emergem as referências ao pensamento de Frankfurt, mas também os marcos mais recentes de uma valorização das materialidades e da dimensão constitutiva das “extensões técnicas”, sobretudo a partir dos escritos de McLuhan). No momento seguinte, apreciamos três grandes eixos do debate epistemológico em nosso universo mais restrito da pesquisa em comunicação, através dos debates em torno do estatuto preciso de nossos objetos de estudos (no modo como essa fala se desenvolveu entre certos escritos de José Luiz Braga e Ciro Marcondes Filho) e, finalmente, no modo como o problema da gestão mediática das paixões e da sensibilidade assume um aspecto momentaneamente central da reflexão de Muniz Sodré sobre as “estratégias sensíveis”, características de uma cultura pautada pelos fenômenos da mediatização.

Ao correlacionarmos estética e comunicação, seja em percursos de interrogação teórica e epistemológica ou no contexto mais prático do ensino de disciplinas como Estética da Comunicação ou Estética da Cultura de Massa ou Comunicação e Experiência Estética (presentes na estrutura curricular de boa parte dos cursos de graduação em Comunicação no Brasil), encontramos a implicação de um repositório de vocabulários e conceitos – sem contar uma inteira historicidade de discursos teóricos – na qual se relacionam as questões estéticas, os fenômenos e processos comunicacio-

nais e discursividades críticas próprias do discurso filosófico da modernidade. É evidentemente necessário, entretanto, que se esclareça um pouco mais o entendimento tacitamente partilhado entre os praticantes desse gênero de interrogações teóricas sobre o significado mesmo da correlação entre tais domínios (muito especialmente aqueles que põem em jogo uma orientação “estética” para a pesquisa em Comunicação). Sem considerarmos as diversas variantes dos discursos que articularam historicamente a “comunicação mediatizada” e a “experiência estética”, reconhecemos na base de suas tópicas mais recorrentes a noção de que os meios de comunicação (especialmente os casos da imprensa e da fotografia, e posteriormente o rádio, o cinema e a televisão) constituiriam um fator de tal ordem original na sua emergência histórica que a discussão sobre seus aspectos de eficácia simbólica e de alcance social suscitava que se construísse para esses fenômenos uma modalidade de aproximação teórica e axiológica de novo tipo.

Pois é em um tal contexto intelectual que se pode avaliar, entre tantos outros aspectos, aquela cifra privilegiada da crítica cultural dos meios de comunicação desenvolvidas a partir da segunda metade do *Novecento* (manifestas em um linguajar caracteristicamente histórico e sociológico), como aspecto fundamental das práticas heurísticas das teorias da Comunicação. Essa discursividade crítica (que implica um acento presumidamente estético das teorias da Comunicação) se constitui originariamente sobre uma duplicidade de posições teóricas nas ciências sociais da primeira metade do século XX: de um lado, na rejeição das conexões entre arte, técnica e racionalidade instrumental (na letra da filosofia social de Frankfurt, especialmente com Adorno, mas também por certas questões da fase tardia da filosofia de Heidegger); do outro lado desse espectro, vemos um anúncio adventício das modalidades experienciais, a partir de um enfrentamento não traumático dessa mesma predominância das engenharias técnicas na contemporaneidade (o caso exemplar aqui é o do ensaísmo de Benjamin sobre os signos mais patentes de uma experiência histórica da modernidade).

Mais precisamente, é a “questão da técnica” que influte decisivamente esses discursos críticos sobre a modernidade, naquilo em que tentam pôr em cena as relações (quase necessariamente conflitantes) entre o universo dos modernos meios de comunicação de massa e a ordem cultural

precedente, esta última justificada aqui em termos variados: seja como uma relação livre com a natureza do mito e com seus modos próprios de concatenação, em Adorno e Horkheimer, ou ainda como a manifestação da unicidade do objeto estético como sintoma de sua relação com as formas da transmissão dos conteúdos da tradição cultural, em Benjamin, ou, finalmente, como a identificação dos movimentos originários da constituição do ser, baseados em um princípio poético que constitui uma técnica como forma originária do aparecer, em Heidegger.

Nesses termos, pensar a Comunicação e o conjunto de seus dispositivos e produtos implicaria no reconhecimento de uma modalidade da sensibilidade gestada, por assim dizer, “nos modos próprios da técnica”: ora, se essa mesma questão sobre a predominância da instrumentalidade assumiu uma posição central, nas correlações entre a definição do objeto da comunicação e sua localização no contexto histórico da modernidade, é porque aí se visa a um novo padrão experiencial (cultural e histórico) que assume, por sua vez, a centralidade da técnica enquanto seu caráter definidor. Não obstante a aparente distância entre Adorno e Benjamin, por exemplo, sobrevive em todas essas proposições a identificação de um núcleo estético desse novo quadro experiencial: ele se identifica especialmente com um certo estatuto da “artisticidade” que originaria o modo de qualificar a experiência cultural, como um todo. Assim sendo, é em face deste caráter artisticamente derivado dos fenômenos estéticos que poderíamos examinar como variam esses sinais da reflexão sobre a presença da racionalidade técnica, no domínio da cultura. Mais adiante ainda, veremos como é que se pode relativizar essa implicação algo imediata entre técnica, estética e artisticidade.

Primeiramente evocado a partir da constatação de uma predominância dos padrões mediáticos e massivos na circulação de bens culturais na contemporaneidade (implicados aí os aspectos de estratégias discursivas associadas à vigência simbólica destes produtos), este viés de análise que privilegia um caráter estético de todas essas interrogações se define por um aspecto de discriminação valorativa desse estado de coisas, sobretudo em face da necessidade de estipular para o universo da cultura dos modernos meios de comunicação um lugar que não os deixasse imiscuídos com os objetos da tradição artística, por exemplo. Numa boa medida, poderíamos dizer que este acento mais estetizante das teorias da Comunica-

ção parece mais delineado pelos sistemas de valores que definem o argumento que, na tradição frankfurtiana, nasce dos escritos benjaminianos e respinga em certas formulações tardias de Marcuse, por exemplo: a propósito, quando nos defrontamos mais tarde com a franca comodidade na qual os escritos de McLuhan tecem a inevitável correlação entre o reino da cultura e o universo das “extensões técnicas” que a constituem, parece-nos anunciado o cenário no qual a interrogação estética sobre a Comunicação pode ser finalmente demarcada, com a singularidade que lhe será devida, daí por diante.

Dessa forma, o viés estético que passou a predominar nos estudos comunicacionais se confundiu frequentemente com certas considerações sobre o reino das tecnologias e seu papel na constituição de um tecido cultural, não apenas do ponto de vista de sua estrita “materialidade” (termo da moda nos dias que correm), mas também na dos valores associados a essa centralidade valorativa das extensões técnicas (especialmente no modo como elas reestruturam a própria significação que atribuímos à experiência cultural, em seu todo). Se alguma lição pode ser extraída de todo esse percurso (que nasce das reservas frankfurtianas até o “alegre profetismo” mcluhaniano) é a de que nossa cultura é mesmo atravessada por uma predominância da instrumentalidade técnica, associada não apenas aos modos de fazer, mas também, e sobretudo, como fenômeno ligado aos regimes do ser e do aparecer.

Entretanto, esse elogio implícito da técnica pode nos conduzir a equívocos de apreensão quanto ao real lugar de um tal matiz estético no interior do composto discursivo das teorias da Comunicação: o fato de que a pertinência desses meios na contemporaneidade se restitua a uma linguagem das extensões tecnológicas não significa que a interrogação estética sobre questões comunicacionais devesse ficar necessariamente rendida numa mera contemplação dessas relações entre os meios de comunicação e sua constituição enquanto “dispositivo” mediático. Em suma, o destaque feito sobre os aspectos tecnologicamente determinados da experiência cultural contemporânea – uma vez que sejam frequentemente afirmados como elementos definidores daquilo que é mais central às pesquisas em comunicação – não constituem necessariamente o umbral mínimo e intransponível da orientação estética que se possa imprimir ao exame dos processos e fenômenos comunicacionais. Para sermos mais claros, a

contribuição de uma discursividade estética no campo da comunicação, pode-se dizer, foi constituída historicamente na base de um problema que era apenas parcialmente coligado às matrizes originárias de uma reflexão estética.

Não é o caso de entrarmos em maiores detalhes sobre as questões que nos motivam a restituição de toda essa forte linhagem de discursos teóricos que ainda tem enorme presença no debate (ainda que num plano mais pedagógico do que propriamente heurístico): a necessidade de conferirmos um eixo em torno do qual se possam discriminar as qualidades mais próprias dos fenômenos com os quais nos confrontamos sempre nos conduziu a esta estranha predileção pelas materialidades, pelos dispositivos e pelos «processos de mediatização, como se nesses casos se exprimisse uma dimensão central dos fenômenos societários e culturais, na medida em que fossem axiologicamente inacessíveis às disciplinas mais tradicionais das humanidades e das ciencias sociais. De nossa parte, basta constatar que o recurso inicial a uma certa perspectiva estética dos estudos comunicacionais pareceu marcada pela suposição de que essa direção da pesquisa permitiria incluir ao debate os objetos de nosso interesse, a partir de uma certa valorização dos mesmos que seria organizada em torno das características mais “intrínsecas” dos objetos e produtos desse universo.

Ora, esse é um aspecto que, nascido das reservas críticas contra a predominância da racionalidade instrumental no campo da cultura, ainda encontra um forte eco em uma boa porção dos discursos de nosso campo que reclamaram o viés estético como definido pela construção de axiologias aplicáveis ao exame de obras ou gêneros artísticos da cultura contemporânea. De nosso ponto de vista, esse esforço é absolutamente legítimo, no que respeita sua dimensão de enquadramento crítico dos objetos de estudo aos quais nos dedicamos; mas não constitui, por isso mesmo, um problema de natureza rigorosamente estética, sendo este o ponto que nos parece digno de interrogação. Tratar uma dimensão estética da Comunicação a partir da suposição de que esta tenha origem em características “imanescentes” dos objetos comunicacionais (de ordem linguística, sonora, plástica ou semisósica) constitui um equívoco ao qual frequentemente estamos submetidos, no diálogo em torno de certos problemas centrais de nosso campo de estudos.

No lugar de um sistema de valores, acessório aos juízos críticos sobre produtos mediáticos, tomado como *parti pris* estético, devemos nos restituir à questão sobre como se manifesta nestes a junção entre sua significação e seu sentido propriamente estético. Ao avaliarmos a estrutura semiosicamente constituída desses produtos (não apenas por “programas de efeito”, mas também em sistemas semânticos ou textuais), devemos colocá-las em correlação com a dimensão do vínculo perceptivo e afetivo, que é igualmente originário de sua manifestação expressiva. É necessário, portanto, destituir de uma possível estética da comunicação as relações históricas que nosso campo de pesquisas manteve com o caráter judicativo do exercício de análise e da crítica do universo cultural contemporâneo: em seu lugar, devemos introduzir, neste contexto da reflexão sobre uma cultura mediática, os fundamentos afetivos e sensacionais sobre o qual se constrói o sentido social e intersubjetivamente partilhado dos juízos do gosto que é correspondente a cada uma dessas manifestações.

Por outro lado, no que diz respeito ao problema dos padrões de mediatização (que caracterizam para tantos de nós o modo como a comunicação assumiu um lugar mais proeminente na tessitura dos regimes da sociabilidade contemporânea), o exame de uma dimensão estética desses fenômenos nos requer o distanciamento com respeito ao signo no qual esta relação entre comunicação e sociabilidade tem sido construí. Nesses termos, consideradas as formas nas quais a aparição sensível da sociabilidade é mediada pela lógica dos dispositivos técnico-mediáticos, o lugar de uma abordagem estética da comunicação não é inteiramente assimilado a este registro quimérico das “estratégias sensíveis” da mediatização do histórico, do social e do político. Ao considerarmos, enfim, que os processos mediáticos carregam em si uma dimensão atinente às abordagens estéticas de análise, não podemos confundir essa dimensão da mediatização com um fenômeno de origem “poética”: com isto, queremos dizer que seu fundamento não se encontra na ordem das estratégias produtivas que caracterizam sua gênese concreta, mas sim no caráter relacional que fornece as bases de qualquer *poiesis* que se queira.

Ora, esse aspecto fundante da eficácia com a qual uma poética se programa, nas obras em que se encarna, é precisamente o fenômeno estético que nos interessa e que destacamos para a atenção de uma teoria da Comunicação. Ou seja, se a dimensão estética não é estritamente derivada

da ordem produtiva dos sentidos da mediatização, então essa dimensão deve ser examinada em seu caráter necessariamente interacional, aquele no qual as competências e faculdades esportivas estão jogadas em cena, desde o início do processo, aquele no qual essas faculdades serão definidas também em sua dimensão de fatos de comunicação. Em tais condições, uma estética da comunicação não concerne apenas aos produtos da mediatização, mas também aos processos em que se joga com a competência presumida de sujeitos da sensibilidade e dos afetos.

Curiosamente, o campo da Comunicação no Brasil tem refletido algumas destas questões, no modo como pareceu insistir em escapar a certos predicamentos sociológicos da formulação de nossos objetos de estudos, numa perspectiva mais ampla: o debate epistemológico que atravessa constantemente certos discursos da pesquisa sobre a Comunicação parece exibir, de uma maneira quase involuntária, as vantagens (mas também muitos dos problemas) resultantes da adoção de uma perspectiva de construção de questões teóricas e analíticas que valorizem a centralidade dos processos interacionais e da instância da recepção – indicando uma maior proximidade com uma espécie de paradigma estético das teorias da Comunicação. Pois bem, é através desse caminho mais “doméstico” das disputas intelectuais em nosso campo de estudos que pretendemos restituir certas questões que constituem uma discursividade estética na reflexão sobre meios e processos comunicacionais, assim como a paradoxal sobrevivência nesses mesmos discursos contemporâneos dos sistemas conceituais e axiológicos que articularam a existência e a legitimidade desses objetos ao universo da tradição cultural.

Em alguns de seus escritos mais recentes, Muniz Sodré tem explorado essa possível “dimensão estética” dos fenômenos culturais associados ao universo da Comunicação em uma perspectiva que se descortina como uma outra forma de enxergar essa centralidade da mediatização: por exemplo, quando percorremos a linha argumentativa de *As estratégias sensíveis* (SODRÉ, 2006), ficamos com a promissora e inicial impressão de que finalmente as questões mais importantes de nosso campo de estudos (em seus aspectos simultaneamente antropológico, histórico e político) receberão aquele selo de problema atinente às ciências sociais, mas formuladas a partir desta dimensão em que suas variáveis sensoriais e afetivas são colocadas mais ao centro das formulações.

Quando recupera este valor próprio das situações enunciativas em que o sentido constitutivo de alteridade define a própria interação linguística (instaurando questões como: “quem é este outro com que falo?”), Sodré recupera um sentido particular da noção de estratégia para definir o lugar preciso da sensibilidade nos processos interacionais. Separada de suas conotações propriamente instrumentais, a estratégia aqui se manifesta como elemento de uma dinâmica intersubjetiva pela qual essa diferença constitutiva da conversação e da comunicação se define como um processo de ajuste e de aproximação às condições necessárias para o prolongamento dinâmico dessa interação. Definidas por seu caráter hipoteticamente mais espontâneo, essas estratégias sensíveis constituiriam um dos núcleos menos tematizados dos processos comunicacionais.

É particularmente visível a urgência de uma outra posição interpretativa para o campo da comunicação, capaz de liberar o agir comunicacional das concepções que o limitam ao nível da interação entre forças puramente mecânicas e de abarcar a diversidade da natureza das trocas, em que se fazem presentes os signos representativos ou intelectuais, mas principalmente os poderosos dispositivos do afeto. Nos fenômenos da simpatia, da antipatia, do amor, das emoções, mas igualmente nas relações em que os índices predominam sobre os signos com valor semântico, algo passa, transmite-se, comunica-se, sem que nem sempre se saiba muito bem do que se trata. (SODRÉ, 2006, p. 12-13)

Não deixa de ser curioso que esse aspecto de um posicionamento sobre a epistemologia da Comunicação pareça também se refletir em outras vertentes dessas teorias, nesse contexto mais “doméstico”. Partindo de plataformas consideravelmente distintas do pensamento comunicacional, as ideias sobre um universo das estratégias sensíveis se assemelham um tanto com certas posições de Ciro Marcondes Filho; especialmente quando se trata da identificação da centralidade da interação, enquanto fenômeno comunicacional de preferência, os dois autores parecem ressoar uma mesma preocupação, especialmente no que respeita o necessário deslocamento que essa valorização das condicionantes mais “pragmáticas” da comunicação impõe a certas demarcações epistemológicas e heurísticas de nosso campo de pesquisa. No lugar do exame dos produtos comunicacionais, busca-se valorizar os processos intersubjetivos não apenas

“instaurados” ou “vetorializados” pelos mesmos, mas precisamente como instâncias constitutivas da eficácia mesma dos processos mais canônicos da comunicação mediatizada.

Esse encontro de perspectivas teóricas nos interessa pelo modo como nele é relativamente fácil presumir que a definição da comunicação seja aqui partilhada como constituindo uma “interação, pela qual surge algo verdadeiramente novo” (MARCONDES FILHO, 2011, p. 171): ao mesmo tempo em que isso parece disparar a possibilidade de uma concepção sociologicamente menos ortodoxa do objeto de nossos estudos, ainda assim ela nos restitui a uma incompreensão final do registro mesmo dessa novidade sobre a qual se instaura a comunicação, enquanto assunto de pesquisa.

Há de se reconhecer – especialmente no mérito da crítica de Marcondes Filho aos maus costumes epistemológicos da pesquisa em nosso campo – o fato de que esse registro de seu discurso tem o propósito expresso de produzir um radical deslocamento do modo costumeiro pelo qual fixamos a dependência da comunicação com respeito à prescindência de uma ordem social que estabelece, por razões diversas (linguísticas, políticas, históricas ou que tais), aquilo que pode ser comunicado. Assim sendo, o valor mais genérico de suas ideias corresponde a esta assunção pela qual aquilo que pode ser socialmente instituído pela comunicação não deveria, em uma medida muito importante, ser o objeto de nossa atenção – pois a comunicação propriamente dita estaria, rigorosamente falando, em outro lugar (ou, quem sabe, até antes de tudo isto). Nos termos dessa deflação de uma dimensão de pertinência semântica da comunicação, é possível estabelecer, ao menos na partida desses dois pensamentos, uma igual valorização dos elementos da interação que antecedem aquilo que tardiionalmente identificamos como próprio aos “conteúdos” dos processos comunicacionais.

Presente-se a inspiração de uma dimensão estética em argumentos desta espécie no modo como se valoriza aqui a centralidade do “impacto momentâneo” que caracteriza um certo modo de pensar os efeitos da comunicação, em contextos interacionais: pois, em certas vertentes de uma “estética da comunicação”, a introdução desta categoria dos “efeitos” ou da “resposta” (central em certas teorias estéticas) é aquilo que dimensiona a nuclearidade dos afetos e da sensibilidade, como elementos de uma

comunicabilidade incoativa da própria recepção sensível. Ao nos restituir a uma certa série de pensamentos acerca das qualidades próprias dos processos interacionais, Marcondes Filho identifica nas ideias de Martin Buber e Emmanuel Lévinas uma interessante fonte para um deslocamento a ser feito sobre o real “momento” da comunicação, para além daquilo que resulta do encontro agônico entre duas forças subjetivas: nesses termos, a comunicação que nasce de uma interação precisaria ser explanada por aquilo que dá sentido radicalmente relacional a este encontro.

Num encontro entre duas pessoas, assim, não há exatamente um ‘processo de recepção’, de um, da fala do outro. Há a interpenetração de dois seres, um, nada querendo saber do outro, ou seja, não se colocando, no encontro, nenhum ‘fundamento gnosiológico’: eu não me encontro com o outro para saber nada, eu me encontro para participar de uma relação fundamental diádica, síntese de evento e eternidade, em que sou introduzido na existência do outro a partir da relação, da linguagem, da ‘cena’ [...]. A comunicação como diálogo foi incorporada por Lévinas, que a ela atribui adicionalmente um compromisso ético, que não nos interessa por ora, mas apenas o fato de ele expandir a relação dialógica, enquanto momento comunicacional, elevando o outro a uma importância excepcional: é ele que permite a comunicação, pois eu, abrindo-me a ele, esvaziando meu ego autossuficiente, o insiro em meu contexto, transformando-me. (MARCONDES FILHO, 2012, p. 3)

Um mérito igualmente importante do argumento de Muniz Sodré, por seu turno, é o de que essa dimensão sensível da comunicação que perpassa seu argumento não se define (como na discursividade estética que se desenvolveu historicamente entre nós) a partir de quaisquer diagnósticos acerca das relações entre o domínio social da mediatização e os critérios da “artisticidade” reclamados para certos de seus produtos: razão pela qual o lugar de uma interrogação estética sobre a comunicação passa a se situar no âmbito dos processos interacionais e não como suposta inscrição de valor a obras manifestas (que comporiam apenas uma parte do fenômeno, precisamente como “mediadores” ou “vetores” da interação); situadas numa certa condição de transcendência com respeito à normatividade do ordenamento simbólico ou linguístico, a interação própria à comunicação se definiria primordialmente por esta “potência emancipató-

ria” (mas, sobretudo, existencialmente vinculante) do sensível e do afetivo, razão mesma pela qual uma estética da comunicação definiria seu objeto.

Explorando com erudição admirável todas as nuances filosoficamente interessantes dessa valorização de uma dimensão estética da comunicação, Muniz Sodré nos conduz a todo esse outro endereço teórico de problematizações, em que o estético e o comunicacional se definem no caráter constitutivo da experiência da compreensão e na reflexividade definidora da experiência estética: em especial, nos interessa essa construção discursiva que, desde a terceira *Crítica* de Kant, vinculou o juízo de gosto (e sua capacidade de representar os estados momentâneos da sensibilidade) ao sentido da partilha comunicacional dos afetos que eles implicam, até alcançarmos as formulações mais recentes das estéticas da recepção, em Jauss, na valorização do sentimento catártico, definido como aquele no qual a sensibilidade estética se encontra mais pateticamente empenhada na relação com o destino alheio. Nessas linhagens de uma discursividade estética, a comunicabilidade se define como condição de possibilidade de uma vida sensível, na medida em que, mesmo originadas de um sentimento subjetivo do prazer ou do desprazer, apenas adquirem seus contornos fenomênicos quando aspiram à universalidade, própria à estrutura judicativa do gosto.

Sem confundir esse último aspecto com o papel possivelmente pedagógico do exercício crítico do juízo sobre as artes, Sodré recupera dessa comunicabilidade do sentimento estético aquele aspecto pelo qual ela define nossa própria condição existencial face ao mundo, através de nossas disposições passionais: ao valorizar esta junção entre o juízo e o *pathos*, ele recobra uma linha discursiva da filosofia pragmatista que, nascendo na teoria das paixões de Hume e chegando à pragmática de Parret, se descortina como uma possível estética da comunicação. Nesse contexto, o fundamento normativo de nossa orientação por crenças não poderia ser completamente afastado de um “sentimento” (pelo qual apreendemos a força instituinte de uma certeza socialmente firmada), tampouco da ideia de que esse *pathos* se exprime necessariamente na forma de um juízo.

Neste aspecto, Parret chama a atenção para a função ‘quase judicativa’ da paixão: ‘As razões da paixão são valores e a paixão sempre regulamente os estados de coisas, que são objetos de valoração’. No que concerne à osmose da *episteme* e do *pathos*, Hume atribui às

crenças o poder de competir com as impressões, conferindo-lhes uma influência análoga sobre as paixões. Basta que as crenças se igualem em força e vivacidade às impressões para que tenham este mesmo poder: a simples concepção *vigorosa e intensa* de uma idéia já é suficiente. Mas o inverso também é verdadeiro. Hume escreve que ‘se a crença é quase absolutamente necessária para despertar nossas paixões, também as paixões, por sua vez, favorecem grandemente as crenças.’ (SODRÉ, 2006, p. 51-52, grifos do autor)

Mas esse aparente deslocamento do objeto da comunicação que é promovido pelos argumentos de Sodré e de Marcondes Filho parecem limitar-se por uma visão um tanto restritiva do caráter adventício da “transformação” ou da “emancipação” pelas quais se pretende demarcar a centralidade antropológica, social e histórica da comunicação. Do lado de Sodré, esse encurtamento do horizonte estético da comunicação se manifesta na quebra que se instaura, na passagem de sua argumentação nos dois primeiros capítulos de *As Estratégias Sensíveis*: nesse intervalo, aquilo que uma perspectiva estética anunciava como promissor, na perspectiva específica da renovação epistemológica de nosso campo de estudos (pela valorização das condições pragmáticas da interação), se dissolve no reforço de um vocabulário tradicionalmente crítico dos regimes da mediatização, enquanto manifestações simulacrais da experiência do comum.

Definidas a partir da tese mais remota de que os modernos meios de comunicação instauraram uma ordem social do vivido que se caracteriza por um processo hipertrofiado de virtualizações (designado como “*bios mediática*”), suas ideias sobre o caráter sensivelmente vinculante da sociabilidade finalmente manifestam seu propósito mais claro de fornecer uma espécie de “matriz eidética” da interação afetiva como elemento motriz de uma sociabilidade historicamente emancipada: a experiência estética dotada desse caráter emancipatório seria, portanto, aquela que caracteriza os aspectos da pasionalidade ainda não capturados pela lógica simuladora da mediatização. Pois é precisamente nesse aspecto que se pode identificar os distintos pontos de inflexão entre suas posições e aquelas de Marcondes Filho, no que respeita o estatuto sensível e afetivo da interação, como fator a ser examinado pelas teorias da comunicação. Em Sodré, essa discursividade que traria as questões estéticas para o centro das teorias da Comunicação não chega a fazer um deslocamento radical dos pressu-

postos epistemológicos de uma crítica aos processos de mediatização da sociabilidade, muito pelo contrário: a rigor, uma estética da Comunicação, na perspectiva desenhada por seus escritos, é apenas a reiteração de um discurso já estabelecido em nosso campo sobre os aspectos históricos e ideologicamente determinados da eficácia simbólica dos produtos de uma cultura mediática.

O espetáculo de hoje resulta, assim, de uma sobredeterminação histórica da imagem. A espetacularização é, na prática, a vida transformada em sensação, em entretenimento, com uma economia poderosa voltada para a produção e consumo de filmes, programas televisivos, música popular, parques temáticos, jogos eletrônicos. Efeitos de fascinação, moda, celebridade e emoção a todo custo permeiam sistematicamente esta forma de vida emergente, em que a estesia detém o primado sobre velhos valores de natureza ética. O fenômeno estético torna-se insumo para a estimulação da vida, doravante dirigida para a indústria e o mercado. É, portanto, mais *aisthesis* do que *ethos* – embora se possa falar de um *ethos* da estética, ou seja, de uma inteligibilidade do sensível capaz de levar a uma ‘ética’ ou uma arquitetura social de valores. (SODRÉ, 2006, p. 116)

A perspectiva em que Marcondes Filho apresenta esse aspecto adventício de uma concepção sobre os processos interacionais, tomados como base daquilo que se deve examinar nas teorias da Comunicação, tem a pretensão de (ao menos, em seus pressupostos) oferecer um quadro renovado da epistemologia a partir da qual poderíamos operar. Assim sendo, a valorização dos aspectos mais “impactantes” e “imediatos” da interação intersubjetiva seriam aqueles que definiriam a centralidade fenomênica da comunicação a que visamos teoricamente; no contraste com a argumentação de Sodré sobre os processos de mediatiza o e da simula o do comum, a perspectiva de Marcondes Filho estaria mais identificada com os quadros de uma crítica epistemológica de nosso campo de estudos.

Ainda assim, no sentido mais “metaporoso” com o qual se pensou o *status* desse impacto existencial da intera o comunicacional, Marcondes Filho pareceu destacar os aspectos puramente *afeccionais* do contato intersubjetivo, isolando-o de tudo aquilo que nos faz pensar nessa dimensão primária da sensibilidade como v st bulo da forma o de um patri-

mônio comum da interação e promotor de sua continuidade dinâmica – portanto, como elemento ontogenético (portanto, de reforço valorativo e operante) dos processos genuinamente societários. Na visão que parece depreender-se dos escritos em que ele elabora sua “nova teoria da comunicação”, apenas importariam os aspectos puramente fusionais da relação entre corpos e mundos, sem relação com aquilo que despontaria nas afecções originárias como indicativo de uma partilha intersubjetiva ou como elemento de uma permanente – ainda que tentativa – anamnese dos processos sensoriais.

Ora, nesse contexto preciso (e na perspectiva que desejamos de uma maior explicitude dos horizontes estéticos das teorias da Comunicação), precisaríamos introduzir o contraste entre essas ideias sobre o aspecto epistemologicamente adventício da interação entre sujeitos (enquanto definidora do que é próprio aos estudos comunicacionais) e as alternativas teóricas que se apresentam no debate sobre essas questões. A tal título, gostaríamos de introduzir aqui a interlocução que Marcondes Filho e José Luiz Braga estabeleceram em variados veículos, no decorrer dos últimos anos, acerca dos fundamentos epistemológicos da pesquisa em nosso campo, atentando para o fato de que certos aspectos de uma abordagem estética dos fenômenos comunicacionais se fazem notar nesta discussão, passando muitas vezes despercebidos do debate e de suas consequências – em especial, no âmbito da comunidade científica que vem acompanhando essa rica troca de ideias.

A perspectiva que Braga nos aporta, pelo caráter mesmo da origem epistemológica de sua formulação, parece mais ajustada a um certo cânone da reflexão sobre os fundamentos da Comunicação, própria à herança das ciências sociais. Assim, pareceria a nós como mais apropriada a cumprir a função de antípoda de uma discursividade genuinamente estética – supondo-se que, no campo da Comunicação, esta última tenha tentado promover deslocamentos mais profundos nos costumes epistemológicos da reflexão sobre o caráter socialmente comprometido dos valores sensíveis e emocionais dos conteúdos da interação.

Ainda assim, sua proposta neste debate tem méritos que decorrem do esforço que ele parece estatuir para fixar o objeto da comunicação numa instância não tão estrita, como parece ser o caso de Marcondes Filho: ainda que reconheça, de saída, que a definição das interações sociais

como “lugares de comunicação” é o espaço no qual se pode examinar a instituição da novidade (que é essencial ao conceito mesmo dos objetos de nosso campo), Braga tem suas reservas quanto ao caráter radicalmente excepcional dessa novidade, do ponto de vista de sua descoberta, como objeto de exame. Diferentemente de Marcondes Filho, os processos de mudança de percepção devem ser examinados no âmbito de uma processualidade dinâmica e duradoura e não como episódios pontuais de uma experiência comunicacional. Ponto para ele.

Com especial atenção aos processos de aprendizagem, implicados que estão no papel de interações constantes, a transformação subjetiva que se pode examinar ali é algo que exige uma maior latitude do olhar sobre a dinâmica comunicacional, pois a novidade se instaura por um acúmulo de pequenas transformações, que não podem ser dissociadas entre si, tampouco abstraídas de uma consciência autorreflexiva e terminal desse sentido de mudança. Assim sendo, não apenas há uma diferença entre escalas da experiência comunicacional da mudança, como também uma integração entre seus diferentes níveis de intensidade, na perspectiva dos sujeitos de conhecimento.

É claro que há também modificações extraordinárias (raras) do indivíduo, através de sentimentos oceânicos, de processos de revelação, de *insights* por definição súbitos, do *heureka* repentino. Mudam também as sociedades e instituições, por processos revolucionários, por períodos de revisões abrangentes de ideias, dos comportamentos e das relações produtivas. Entretanto, mesmo estas transformações rápidas e espetaculares se preparam por transformações incrementais em diferentes ângulos, aspectos e setores que, na conjuntura de sua entrada em relação mútua, acabam disparando a faísca desencadeadora. Vejo com clareza a incidência comunicacional no lento solapar/assorear – mais do que no rompimento repentino dos diques. (BRAGA, 2012, p. 29, grifos do autor)

É fato, contudo, que esses argumentos refletem uma posição epistemológica da autocompreensão mais geral de nosso campo de estudos que não reclama um radical afastamento de uma “normalidade” da ciência que se pratica nesse contexto da pesquisa: as posições de Braga manifestam um acordo geral em relação às balizas históricas da constituição dos

estudos comunicacionais, enquanto partes do repertório discursivo das ciências humanas e sociais, nos últimos dois séculos, pelo menos. Particularmente sintomático desse aspecto teoricamente mais “conservador” de suas posições é o próprio modo como concebe a valorização das práticas da escuta, como um elemento axial dos processos interativos (tomados enquanto nucleadores de situações comunicacionais). Se é fato, de um lado, que as pesquisas sobre a recepção que predominam em nosso campo pareceram implicar historicamente uma espécie de virada no modo de pensar o fluxo comunicacional (em contraste aos modelos informacionais que predominaram até o início dos anos 1960 do último século), é igualmente notável como Braga parece valorizar essas perspectivas analíticas de novo tipo, como se nelas se concentrasse tudo aquilo que é possível estabelecer acerca do caráter ativo da recepção (ou seja, como necessária reelaboração – crítica ou de resistência – a conteúdos informacionais socialmente dominantes).

Outro ponto de sintonia entre nossas perspectivas se refere à ênfase no que poderíamos denominar de âmbito do recebimento [...]. Aprecio efetivamente como relevantes tais proposições. Contrariamente a perspectivas mais tradicionais, que enfatizam a mensagem e seu emissor, adoto a fórmula de que a comunicação está na escuta. Os estudiosos da recepção vêm estudando com boa produtividade este ângulo da questão comunicacional. (BRAGA, 2012, p. 30)

Nesse ponto, parece escapar a seu argumento precisamente aquela imensa tradição de pensamento sobre a recepção estética (explicitada, por exemplo, na argumentação inicial de Sodré sobre os enlaces entre a comunica o e a sensibilidade), oriunda dos estudos literários e de suas condicionantes fenomenológicas e pragmáticas, segundo as quais o próprio *status* da compreensão (na leitura de textos, por exemplo) não   algo que se deva confundir exclusivamente com a manifesta o empírica da figura situada do receptor dos processos comunicacionais. Algumas dessas teorias têm uma relativa impacta o nos discursos teóricos de nosso campo, mas uma imensa dificuldade em corresponder aos critérios científicos demandados por nossa tradi o de pesquisa, na circula o social de seus resultados – ou seja, justamente conferir um valor empiricamente observável (a partir de critérios de densidade sociom trica) a certas teses

acerca do caráter potencialmente comunicacional da sensibilidade e da afetividade da recepção, nos processos interacionais e nos produtos da cultura mediática.

De nossa parte, as inquietações a respeito de uma tal compreensão acerca das relações entre estética e Comunicação nascem, em primeiro lugar, da ideia mesma de “mediatização” – definida de diferentes modos, por Braga e Muniz Sodré, como processo interacional preferencial nas sociedades contemporâneas. Através desse conceito, redefine-se a processualidade mesma das interações sociais, algo que é provocado – em larga escala – pelo modo como os meios de comunicação se instituem historicamente como agentes predominantes destes mesmos processos. A mediatização é o termo pelo qual se definem vários dos aspectos da interacionalidade pelos quais se veem reformulados certos padrões da sociabilidade – dos quais destacamos, em primeiro lugar, o das condições espaciais da interação. Nesse contexto, as interações interpessoais vão perdendo seu fator de centralidade na modelação da sociabilidade, como um todo; nessas condições, vai ganhando mais importância a ideia de que o tecido da sociabilidade passa a incorporar a seu repertório o regime de funcionamento que caracteriza os dispositivos mediáticos.

Se, na perspectiva de Muniz Sodré, essa predominância da interação mediatizada é a base de sua tese sobre a constituição de um “*bios virtual*”, em Braga, por seu turno, o cruzamento entre a interação, a mediatização e os poderes reconfiguradores da recepção redundam na confluência entre os conceitos de “experiência estética” e a “interação mediatizada”, ou seja: ainda que uma interrogação estética tenha lugar na comunicação (precisamente por valorizar no caráter estético dos produtos a processualidade interacional que eles avançam), há algo dos produtos mediáticos que determina a especificidade de uma problematização estética, no campo da Comunicação. Esse caráter específico de uma estética da comunicação se manifestaria na ideia de que a interação que nos interessa é aquela que se derivada de um dispositivo mediático que promove e vetoriza a experiência do espectador. Pelo percurso que nos conduziu da materialidade “extensional” dos sentidos promovida pelos meios até a interacionalidade mediatizada na sociedade, o que parece descortinar-se como uma estética da comunicação é, em suma, uma espécie de teoria ampliada dos dispositivos sociais de mediatização.

O que acaba por sobreviver, neste percurso que nasce de uma atenção aos padrões subterrâneos da mediatização, é a ideia de que se concentra na operatividade dos dispositivos mediáticos o elemento constitutivo de sua positividade comunicacional, na promoção de vetores experienciais (incluindo aí aqueles de natureza estética): curiosamente, é um critério de eficácia na instrumentação dos meios que se deriva do modo como a maior parte das teorias da Comunicação evoca questões originárias de uma discursividade estética. No que respeita o problema dos “padrões de mediatização” que caracterizam para tantos de nós o modo como a Comunicação tece os regimes da sociabilidade contemporânea, o exame de uma dimensão estética desses fenômenos nos requer o distanciamento com respeito aos signos costumeiros mediante os quais essa relação entre comunicação e sociabilidade tem sido teoricamente construída. Nesses termos, ainda que se considere as formas nas quais a aparição sensível da sociabilidade é mediada pela lógica dos dispositivos técnico-mediáticos, o lugar de uma abordagem estética da Comunicação não é inteiramente assimilado a esse registro – ora ilusório, ora adventício – das “estratégias sensíveis”.

Ao considerarmos que os processos mediáticos carregam em si uma dimensão atinente às abordagens estéticas de análise, não podemos ficar restritos à noção de que a mediatização seja tratada como fenômeno originário desse processo. A partir do momento em que a Comunicação é pensada na sua correta dimensão estética, algo de muito grave incide sobre uma ordem inteira do pensamento comunicacional – e para o qual os pensadores desse domínio dedicam pouquíssima atenção: na ideia de que a receptividade encontra-se valorizada enquanto qualidade estética das interações sociais, é a própria concepção de sociabilidade que vai ser deslocada em seus fundamentos – na sua condição de condutora dos efeitos que atribuímos aos processos e aos produtos da experiência cultural na contemporaneidade. E esse outro modo de pensar uma sociabilidade atravessada por uma dimensão estética da comunicação faz um deslocamento que é verdadeiramente epistemológico, no que respeita os modos de se endereçar à Comunicação enquanto fato social e histórico.

Se podemos sumariar os sedimentos dessa inflexão heurística de nosso campo de estudos, na direção da valorização de uma dimensão estética dos fenômenos comunicacionais, ele envolveria três admissões crí-

ticas: em primeiro lugar, no registro fenomenológico de uma “experiência da comunicação”, essa dimensão estética manifesta-se sob o signo de uma unidade que se define pela “interação” (não apenas a interpessoal, mas também aquela que é da ordem fenomênica da compreensão e do estar no mundo); essa unidade é potencialmente dinamizadora de processos de mudança, mas que não podem ser confundidas com o caráter “aterrador” das certezas e valores (que exprime o problema limítrofe da sublimidade como experiência estética). Assim sendo, essa novidade, enquanto qualidade sensível e afetiva que unifica a experiência, é um elemento constitutivo das práticas interacionais mais ordinárias, muitas vezes sumariadas sob o signo do “comum” ou do “ordinário”. Do mesmo modo, no plano propriamente comunicacional de sua admissão, a sensibilidade não pode ficar apartada da ordem predicativa dos juízos e de seus horizontes axiológicos: assumir a dimensão partilhada dos conteúdos que se exprimem pelo gostar e pelo prazer que decorre desse sentimento (assim como seus valores opostos) já implica, pelo fato de se exprimir em valores e não por conteúdos, um horizonte judicativo que é parte constituinte do entendimento (sem estar a este submetido).

Segunda admissão de inflexões estéticas nas teorias da Comunicação: é necessário não confundir a centralidade histórica e cultural dos processos de mediatização, como elementos da interação social, com a noção de que estes se constituam como transcendentais, quando interrogados sob o aspecto das condições pragmáticas de sua eficácia, mesmo em se considerando sua particular força instituinte na cultura contemporânea; se não consideramos essa cláusula de restrição, transformaremos a estética da Comunicação em uma teoria social que é apenas a descrição da operatividade socialmente justificada dos dispositivos mediáticos, tomados agora como valores *a priori* dos vários regimes da sociabilidade contemporânea (na política, na história, na cultura e até mesmo na vida ordinária). Uma estética da Comunicação se constituirá, num vetor inverso a este, como exame das condições pragmáticas (portanto intersubjetivas e relacionais) nas quais os dispositivos mediáticos operam as competências performativas da recepção e da valoração dos processos interacionais, como derivadas de uma herança antropológica (portanto, cultural e histórica) que transcende essa mera materialidade e operosidade dos modernos meios de comunicação.

Em terceiro lugar, finalmente (na linha contínua de uma valorização das processualidades interacionais e de suas condições pragmáticas e fenomenológicas), seria necessário destituir da dimensão estética da Comunicação a conotação crítica que certas de nossas tradições de estudo ainda inscrevem ao problema da mediatização: num viés contrário àquele que deriva das visões debordianas e baudrillardianas da “simulação” e da “espetacularização”, é fundamental valorizar na estesia dos fenômenos e processos comunicacionais, no largo espectro dos regimes e ordens da sociabilidade e da subjetividade em que as encontramos perfeitamente funcionais, o aspecto constitutivo e transcendente de sua eficácia simbólica, para não ficarmos enfim entretecidos na noção de que os processos de mediatização se definam necessariamente como produção de “puras aparências”, ou como “falseamento ilusório” dos repertórios e valores sensoriais e afetivos da experiência societária (em sua dimensão histórica, cultural e política).

Não devemos renunciar às dimensões críticas que demarcam muito claramente a historicidade profunda que atravessa o exame que se pode fazer sobre os processos de estetização que decerto caracterizam uma sociabilidade que foi genericamente sequestrada pelos processos industriais de mediatização, no capitalismo contemporâneo: mas talvez seja necessário compreender a inflexão verdadeiramente epistemológica de uma estética da Comunicação, tomando-a a partir de uma inversão dos paradigmas da pesquisa em nosso campo; parafraseando as anotações de um jovem Marx sobre a filosofia da história de Feuerbach, em 1845, ousamos propor, não sem falsa modéstia, que o sentido “transformado” da realidade a que visamos em teoria não dispensa a necessidade de reconhecermos (mediante boas interpretações) que essa realidade já se constitui, sob o signo de uma dinâmica em que os aspectos estéticos cumprem um papel central e não apenas decorativo. Num sinal mais contemporâneo e familiar dessa mesma inversão da crítica da ideologia, é Barthes quem nos recorda, num posfácio de suas *Mitologias*, que “não haverá denúncia sem um instrumento de análise fina”.

REFERÊNCIAS

BRAGA, José Luiz. Interação como contexto de comunicação. *Matrizes*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 25-41, 2012.

MARCONDES FILHO, Ciro. Duas doenças infantis da comunicação: a insuficiência ontológica e a submissão à política. *Matrizes*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 169-178, 2011.

_____. A comunicação no sentido estrito e o Metáporo: ou porque a Nova Teoria não é estudo de recepção, etnografia, nem tem a ver com Edgar Morin. In: ENCONTRO NACIONAL DA COMPÓS, 20., 2012, Juiz de Fora. *Anais...* Juiz de Fora: UFJF, 2012. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/biblioteca.php>>. Acesso em: 13 jul. 2013.

PARRET, Herman. *Estética da comunicação: para além da pragmática*. Tradução de Roberta Pires de Oliveira. Campinas: Unicamp, 1997.

SODRÉ, Muniz. *As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

Existe uma ética nas teorias da Comunicação? Perspectivas conceituais nas apropriações brasileiras

INTRODUÇÃO

As discussões a respeito das teorias da Comunicação não são habitualmente articuladas com questões éticas. A rigor, seria possível mesmo notar, a partir de uma observação superficial, certa distância entre questões teórico-epistemológicas da Comunicação, pensadas no domínio conceitual, nas discussões de área e suas demandas, e as problemáticas normativas e deontológicas, consideradas seja em sua dimensão especificamente voltada para a prática profissional (MEYER, 1986; MARTINO, SILVA, 2013), seja trabalhada do ponto de vista de uma ética comunicativa. (MARQUES, 2011)

Nos cursos de Comunicação, se é possível tomá-los como um índice, há pouca ou nenhuma interseção entre os programas de teorias da Comunicação, voltados para o estudo das chamadas escolas teóricas dentro de uma notável dispersão epistemológica (MARTINO, 2011, 2012), e Ética ou Ética e Legislação, no qual se trabalham temas voltados para as questões de caráter profissional. (CHRISTOFOLLETTI, 2011) Espalhadas em momentos diferentes nas matrizes curriculares das habilitações, parecem não manter muitas relações entre si, como se o conhecimento das teorias, em um momento – geralmente nas séries iniciais – não estivesse ligado ao conhecimento das práticas e responsabilidades dos profissionais no momento de sua graduação.

Dentre as exceções, pode-se assinalar os trabalhos de Barros Filho (1995) e Karam (1997, 2005) como aportes nos quais a questão ética é inserida no contexto de teorias da Comunicação, no caso de Barros Filho, e teorias do Jornalismo ou Semiótica, no trabalho de Karam. No entanto, esses estudos sugerem uma apropriação das teorias da Comunicação para o estudo dos temas da ética, sem focalizar especificamente o que poderia ser pensado como uma ética presente nas teorias da Comunicação, algo sugerido por Signates (2005, p. 2), em sua afirmação que “desde o princípio, o objeto da comunicação é ético e que, portanto, sua definição implica em parâmetros éticos”.

Este capítulo busca delinear algumas das dimensões éticas presentes nas teorias da Comunicação, procurando observar, dentro de seus principais postulados, quais são suas perspectivas no que diz respeito aos elementos extraepistemológicos que podem ser entendidos como uma interpretação a respeito do mundo a partir da qual se esperam ou deduzem ações práticas.

A ética, de modo geral, poderia ser examinada, a partir de sua primeira sistematização aristotélica em suas duas éticas, a partir de duas dimensões principais desdobradas da noção de *ethos*. A primeira diz respeito ao *ethos* como modo de ser, como modo de vida que garante aos sujeitos o estabelecimento de uma identidade e vínculo com um entorno. É nessa dimensão que definimos quem gostaríamos de ser e refletimos sobre disposições normativas que nos orientam a agir. Em segundo lugar, o *ethos* como princípio habitual de ação. Nesse sentido, a ética também apresentaria um caráter social e comunicacional, pois embora centrada no indivíduo, ela é domínio de inter-relação, das relações sociais no interior das instituições e das comunidades.

Diante desse quadro, é possível perguntar quais problemas éticos são trabalhados nas teorias da Comunicação? Essa pergunta requer alguns cuidados no uso dos conceitos. (BOURDIEU, 1983) Se trabalhos exclusivos a respeito de ética ou teoria da Comunicação já demandam uma complexa elaboração conceitual, a tentativa de construção de uma articulação entre ambos poderia sugerir uma abertura de foco eventualmente incompatível com o fazer de pesquisa. Aproximar essas duas questões, portanto, requer algumas definições que, embora discutíveis, são necessárias para se partir de algum lugar.

O objetivo deste capítulo é delinear algumas intersecções e intermittenças das teorias da Comunicação em relação às questões éticas presentes na área. Conquanto o termo e o objeto por ele designado possam ser objetos de questionamento, entende-se que é possível tomar como ponto de partida a apropriação feita de conjuntos teóricos, objetivadas tanto nos livros intitulados “Teoria da Comunicação” quanto àquelas mencionadas nos espaços institucionais e acadêmicos de discussão epistemológica.

Entende-se que enquanto “discurso”, pensado como produção articulada de saberes de uma área, as teorias da Comunicação não se desligam dos espaços de sua produção, bem como das concepções a respeito de sociedade, poder, emancipação, participação, autonomia, hierarquias e comportamentos que se articulam com sua produção. Nesse sentido, o texto de Bennett (1983) intitulado sintomaticamente *Teorias da Mídia, Teorias da Sociedade* se apresenta como uma possibilidade de trabalho próxima da deste capítulo, considerando que não há uma teoria da Comunicação que não se articule, tanto em seus pontos de partida e chegada quanto em seus desenvolvimentos, com uma “teoria da sociedade”.

Assim, por ética dentro das teorias da Comunicação faz-se referência não exatamente ao que poderia ser um estudo sobre as várias éticas, mas, de maneira próxima a uma metaobservação, procura-se compreender as concepções de um princípio de ação dentro desse quadro de teorias. Uma teoria da Comunicação, na medida em que lida com elementos humanos em dimensões cognitivas, políticas, sociais e históricas, traz implícita uma série de considerações a respeito do que é o humano, a sociedade, o que se pode, ou deve, fazer e, sobretudo, como isso se aplica no terreno das relações com os meios.

A PARTIR DE QUAIS PERSPECTIVAS É POSSÍVEL PENSAR EM UMA ÉTICA DAS TEORIAS DE COMUNICAÇÃO?

Emerge das ambivalências presentes nas teorias da Comunicação uma abordagem normativo-deontológica decorrente das concepções apresentadas a respeito dos meios de comunicação, sejam de qual tipo forem, e a sociedade com o qual se articulam. Retomando a argumentação de Barros Filho (1995), ao especificar “efeitos”, “articulações”, “apropriações” e “resistências” na relação entre indivíduos, comunidades e meios de co-

municação, se está implicitamente sugerindo, ou deixando subentendido, o que pode ser feito. Não parece ser possível, em alguns casos, separar o diagnóstico de um certo prognóstico, ainda que isso não seja feito no sentido de palavras de ordem, manifestos ou incitações à ação. Para o autor, o normativo, nesse sentido, é mais uma decorrência do epistemológico do que propriamente uma *causa sui* direcionado a normatizar uma prática.

Nas luzes e sombras do discurso epistemológico, sobretudo em sua reflexão sobre a realidade e a prática, estão os elementos constitutivos das prerrogativas de ação normativa, em especial porque se volta, igualmente, para a prática da qual foi haurida. Assim, se o epistemológico se articula com a prática no estabelecimento de conceitos e ideias que servirão de base para o normativo, esse normativo igualmente se articula com a prática, da qual novamente o epistemológico pode retirar alguns de seus elementos de análise.

Em outras palavras, um dos pontos de interseção entre o ético e o epistemológico revela-se no fato de que a explicação sobre “o que acontece” pode ser igualmente vista como uma proposição “o que se deve fazer a partir disso”. Revelam-se no exame das teorias da Comunicação concepções de um *ethos* e de formas dissensuais de expressão e interação que inventam modos de ser, ver e dizer, configurando novos sujeitos e novos modos e cenas de enunciação coletiva, naquilo que Esteves (2007) chama de agonística da vida coletiva.

As teorias da Comunicação podem nos ajudar a pensar como essas interações são desenhadas eticamente, sobretudo em suas vertentes simétricas e assimétricas, enfocando as posições de produtores e receptores que, investidas de marcas distintivas de poder atribuem aos sujeitos posições sociais, espaços de visibilidade ou invisibilidade, limitações de discurso e de participação nas discussões e decisões coletivas.

Nesse sentido, é possível, apenas para efeitos de clareza, delinear três tipos principais de perspectivas éticas dentro das teorias da Comunicação: (1) teorias que postulam uma assimetria ontológica entre emissores e receptores, deixando à reflexão conceitual a tarefa de denunciar os aspectos de controle, poder e dominação entre esses polos; (2) uma segunda perspectiva trabalha uma certa simetria entre mídia e público, entendido como um elemento de fruição/reconstrução da mensagem e, portanto, valorizado também na reflexão teórica como parte ativa do processo;

(3) a identificação de uma perspectiva de interseção entre mídia, indivíduos e sociedade da qual emerge uma ética pautada no exame de formas de poder que, eventualmente exógenas à mídia, manifestam-se nos dispositivos midiáticos e de controle da sociedade.

Vale notar que essas três perspectivas, embora tenham tido desenvolvimentos históricos diacrônicos, apresentam-se dentro dos estudos de Comunicação como perspectivas operacionais ativas nos espaços epistemológicos de pesquisa, nos quais manifestam suas premissas éticas implícitas/explicitas. A cronologia, em outras palavras, não deve ser tomada como sinônimo de sucessão.

A PERSPECTIVA ASSIMÉTRICA

Uma separação que talvez ajude a problematizar as questões éticas dentro das teorias da Comunicação é observar certa ambivalência entre “teoria da Comunicação”, o nome, e a ação de observar as práticas e processos comunicacionais de maneira a extrair daí algum tipo de elaboração conceitual coerente ao que se poderia chamar de “teoria” relacionada, no caso, com a Comunicação. Se pensarmos dessa maneira, a dimensão ética das teorias pode ser realçada.

Tomando como ponto de partida o critério cronológico, a preocupação teórica com a Comunicação nasce no âmbito de uma compreensão política dos “efeitos” dos meios de comunicação sobre a sociedade no contexto do final da Primeira Guerra Mundial. Os estudos levados a efeito pelos chamados “pais fundadores”, em particular Lasswell (1927), Merton e Lazarsfeld (1948), de uma das vertentes da Teoria da Comunicação nos Estados Unidos estavam pautados, ainda que não de maneira explícita, na maneira como os meios poderiam influenciar a personalidade dos indivíduos no que diz respeito à formação de uma “opinião pública” em relação ao conflito. Os estudos pioneiros de Lasswell (1927; 1931; ver também Varão, 2010 e Martino, 2012) refletem essa temática na consideração de que um elemento de poder, no caso, a mídia, teria relevância no comportamento políticos dos cidadãos, influenciando, inclusive, na tomada de decisões eleitorais.

As primeiras teorizações sobre Comunicação pautam-se em uma assimetria presumida entre os meios e os indivíduos que se relacionarem

com eles. A noção de “massa” assume aqui um espaço fundamental no sentido de classificar a audiência como um todo homogêneo sobre o qual vai se agir. Essa assimetria reserva o poder, em boa parte, aos meios de comunicação pensados em uma dimensão quase que exclusivamente política (mais tarde “ideológica”) na qual se relega a segundo plano qualquer consideração econômica. O poder dos meios de comunicação se refere, também nesse sentido, a uma perspectiva relacionada ao público: enquanto “massa”, o potencial de manipulação – palavra que se tornará cara aos estudos de Comunicação de vários matizes – seria consideravelmente alto, reforçando a assimetria entre o caráter dos cidadãos atingidos por uma mídia potencialmente nefasta.

Em sua vertente crítica, o exame da mídia indicava uma ressonância dessa assimetria em relação aos grupos e indivíduos. Nesse sentido, mesmo um trabalho de fôlego como o capítulo sobre “indústria cultural” na *Dialética do Esclarecimento*, de Adorno e Horkheimer, ou nos textos posteriores de Adorno sobre o assunto – exclui-se o estudo pioneiro de Horkheimer (2006) intitulado *Arte e Cultura de Massa* – se mantém caudatário de uma perspectiva de desigualdade entre um polo emissor, nos quais identificam uma poderosa influência da economia política, e um polo receptor constituído de indivíduos à mercê desse sistema. A segunda geração da Teoria Crítica, representada principalmente por Jürgen Habermas e suas reflexões publicadas na década de 1960, perpetua e amplifica essa dimensão assimétrica, destacando o modo como os meios de comunicação, além de impedirem a emancipação subjetiva, minam a constituição de esferas públicas de livre manifestação de pontos de vista e justificação recíproca de argumentos.

Habermas (1984, p. 218) avalia a transformação da imprensa de opinião em imprensa comercial, destacando a perda de seu caráter crítico-reflexivo em favor da “entrada de interesses privados privilegiados na esfera pública.” Para ele, “por um lado é verdade que o âmbito da esfera pública se ampliou com a contribuição da mídia, mas, por outro lado, o equilíbrio de interesses e as intenções do emissor continuam se firmando no bem-comum, sem contudo satisfazê-lo.” (HABERMAS, 1984, p. 233) Apesar de Habermas, em 1992, ter revisto sua afirmação de que havia um desenvolvimento linear de um público politicamente ativo para um público recluso numa privacidade perversa – indo de um “público que debate cul-

tura para um consumidor de cultura” (HABERMAS, 1984, p. 438) –, ele nunca deixou de considerar a assimetria entre produtores e receptores de informação, nem o caráter dúbio de ação da mídia no âmbito da formação de esferas públicas. Segundo ele, se de um lado os meios de comunicação conferem visibilidade aos discursos de atores localizados em diferentes arenas comunicativas, de outro, “os profissionais da mídia produzem um discurso de elite, alimentado por atores que disputam entre si por acesso e influência”. (HABERMAS, 2006, p. 417)

Não seria talvez exagero dizer que, com variações críticas, essa posição assimétrica encontrou larga ressonância e descendência nas pesquisas sobre Comunicação, estabelecendo uma série de posicionamentos éticos mais ou menos explícitos no que diz respeito às suas concepções.

Um primeiro tópico seria o postulado de um ser humano indefeso, incapaz de raciocinar por conta própria sem o material dos meios de comunicação. A noção de “alienação”, tomada muitas vezes em um sentido vulgar descolado de sua origem marxiana, é uma das palavras sintomáticas dessa perspectiva. Se o receptor é parte de uma massa desprovida de qualquer autoconsciência de sua condição e, portanto, suscetível de influência considerável no fluxo de suas atividades cotidianas pelas mensagens dos meios de comunicação, talvez não seja de todo errado presumir que ele esteja “desprotegido” diante do poder da mídia. Dessa maneira, sua tomada de decisões, seja no âmbito político, seja mesmo no âmbito pessoal, decorreria de um recurso constante às mídias como forma de adquirir algum tipo de conhecimento a respeito do mundo.

Se à mídia caberia dominar e ao receptor obedecer, como a reflexão teórica poderia apontar caminhos e trajetórias outras aos sujeitos, capazes de auxiliá-los em seus projetos identitários, na construção de sua autonomia e de sua cidadania? Parece advir daí o segundo componente de caráter ético vinculado às origens das teorias da Comunicação.

A ética da teoria, nesse caso, seria denunciar esses mecanismos de ação – e a palavra mecanismo é usada intencionalmente no sentido de realçar a perspectiva dessas elaborações teóricas – no auxílio ao indivíduo, seja na proteção do jogo democrático, seja na própria perspectiva de tirá-lo de uma condição de alienação. Em ambos os casos, parece haver, nos textos de Adorno e Horkheimer, e apesar de sua profunda descrença na capacidade crítica dos sujeitos, uma vaga pressuposição de uma atuação

auto-outorgada da teoria no sentido de “libertar” (ou esclarecer, ou emancipar) os indivíduos nessas condições.

O convite à reflexão ética que parece emergir dessa perspectiva assimétrica refere-se ao estudo teórico como um elemento responsável por restaurar um eventual equilíbrio entre emissores e receptores, entendidos como polos desiguais de ação. Isso imediatamente poderia levar à pergunta referente a existência de uma postura igualmente assimétrica entre o público e as pessoas responsáveis (especialistas, intelectuais) pelo que seria sua emancipação: parece haver um pressuposto implícito de que o público deva ser “libertado”, “acordado” ou mesmo “salvo” de potenciais influências dos meios de comunicação e de seus produtos. Ainda assim, emancipar-se pela voz crítica dos intelectuais não conduz o sujeito a “tomar a palavra”, a fazer-se interlocutor em cenas de dissenso e a conquistar sua autonomia via troca comunicativa pública. Falar em nome do sujeito ou em sua defesa não significa emancipá-lo e sim assujeitá-lo, torná-lo dependente do discurso e das habilidades de outrem. (SPIVAK, 2010)

De algum modo, Eco (1995) identifica essa postura como representante de uma perspectiva que coloca um desnível entre pesquisadores e público, ao mesmo tempo em que convida aqueles que compartilham das premissas de pesquisa a se observarem como pertencentes a um lado específico dessa ruptura. Referindo-se às pesquisas críticas, Eco (1995, p. 42) lembra que “no fundo, o apocalíptico *consola* o leitor” indicando que o exercício da reflexão em si já o separaria de uma “massa” atingida pela mídia. Em contraposição, o próprio Eco (1997, p. 12) igualmente menciona que não há separação, diante dos meios de comunicação, entre o público em geral e aqueles epistemologicamente preparados para entender essas mensagens.

Ainda no âmbito da emancipação do sujeito, a contribuição de Habermas aponta não no sentido de um esclarecimento vindo dos especialistas, mas oriundo da própria atividade comunicativa dos sujeitos. (MARQUES, 2013) Em sua obra, é o viés pragmático da linguagem que delinea a ética como forma e princípio de ação diante de problemas de ordem moral. (MARTINO; MARQUES, 2012) De modo a revelar como, por meio da interação discursiva na esfera pública, os indivíduos poderiam alcançar sua autonomia política e chegar a um mútuo entendimento acerca de seus interesses e necessidades, Habermas (1995) procurou esboçar um conjunto

de procedimentos normativos, a ética do discurso, capaz de evidenciar como o uso comunicativo da linguagem é capaz de promover emancipação, alcançada pelo desenvolvimento de habilidades comunicativas de exposição argumentativa e justificação públicas. A ética do discurso também contempla a busca de uma autoconcepção ética que, inspirada nas considerações de George Herbert Mead, coloca o sujeito constantemente em relação a uma segunda pessoa, em um processo de leitura constante de gestos significativos em busca de reconhecimento e do atendimento às expectativas alheias.

Não podemos deixar de salientar que a conquista da emancipação e da autonomia política, em seu viés relacional, depende de componentes externas aos sujeitos, ou seja, de dimensões comunicativas, sociais e institucionais que, consideradas as assimetrias de poder e de discurso, os permitam participar da vida pública, sendo respeitados, ouvidos e valorizados.

A SIMETRIA POSSÍVEL

Uma segunda postura dentro do que se chama aqui de ética das teorias da Comunicação procura modificar a perspectiva anterior no sentido de encontrar um ponto de equilíbrio entre as mensagens produzidas pelos *media* e os seus destinatários, pensados não mais em termos de uma “massa”, mas como “receptores ativos”, responsáveis por atribuir sentidos às mensagens dentro de um processo de negociação, mais do que em um modelo estritamente linear-causal.

De saída, nota-se nesse modelo uma preocupação em ressaltar as características próprias do receptor, pensado não como um “alvo” de um processo, mas como um sujeito a ser recuperado em suas dimensões históricas, políticas e sociais. Em particular, um sujeito que articula suas vivências e, portanto, suas condições materiais e históricas de percepção, com o conteúdo dos meios e, por que não, com os próprios meios.

Essa segunda perspectiva obteve considerável acolhida na área de Comunicação, sobretudo a partir dos anos 1990. (JACKS, 2010; JACKS; ESCOSTEGUY, 2005) No entanto, seria talvez precipitado buscar na cronologia uma homologia com qualquer desenvolvimento em termos de sucessão ou superação: os modelos assimétricos continuaram não apenas

em vigor como também pautaram considerável volume de pesquisas na área.

A ideia de simetria aqui não significa, em absoluto, uma equivalência institucional de poderes entre os meios de comunicação de massa, caracterizados como grandes conglomerados empresariais, e o receptor. Essa postura parece encontrar os pontos de resistência e mesmo de recusa às mensagens da mídia no âmbito da articulação de sentidos, mostrando um receptor que não apenas está diante dos meios, mas também participa de seus significados.

Mais do que ser “protegido” ou “fortalecido” por uma pesquisa que procura denunciar efeitos, a postura, sem perder o viés crítico em relação aos meios de comunicação, procura entender de que maneira os sujeitos recebem e reconstróem as mensagens dos meios. O sujeito passa a ser conhecido como uma fonte de contrapoder identificado pela teoria como contraponto às mídias de massa. O receptor, em sua rede de interações, parafraseando uma expressão de Martín-Barbero (1997), é o lugar no qual a comunicação propriamente acontece, a despeito de todo o aparato técnico e empresarial das mídias.

A ética do sujeito receptor não o coloca em pé de igualdade institucional, mas parte do princípio de que qualquer mensagem da mídia será reconstruída por indivíduos responsáveis por trazer novos significados, trabalhar com sentidos e estabelecer leituras para além de todo e qualquer contrato previamente estabelecido pelos meios. A dimensão subjetiva destaca-se da perspectiva de massa, e sua ética também é diferente.

Sob uma constelação de influências que inclui desde estudos literários até Gramsci, Foucault e os pós-estruturalistas franceses, a formulação dos estudos culturais é uma das primeiras tentativas de trazer uma nova perspectiva na racionalidade prática a respeito dos receptores. Se os estudos de recepção literária de Jauss¹ (2004) – ou, recuando ainda mais, Walter Benjamin (1986) – indicavam uma alternativa para pensar os receptores como parte inalienável do processo de construção da “obra”, entendida como algo que existe na medida em que se articula com um leitor/espectador, são os estudos culturais que vão sugerir de maneira objetiva a perspectiva não só de uma resistência, mas também de contrapoder.

1 Ver também Cruz (1986).

Nos trabalhos de alguns de seus fundadores, como Hoggart (1983) e Thompson (1995), já é possível encontrar indícios de uma ética do sujeito receptor, ressaltados principalmente nos trabalhos de Hall (1981). Nesse sentido, textos posteriores de McRobbie (1990) e Lewis (1994) se estabelecem como clássicos para indicar formas de consumo cultural e resistência às mensagens da mídia no momento de sua reelaboração, ou mesmo de uma apropriação crítica das mensagens (HEBDIGE, 2000) na forma de reelaborações e apropriações cotidianas. (FISKE, 1993a, 1993b)

Na ética desses desenvolvimentos teóricos, o poder dos meios de comunicação é contrabalançado pelo poder dos vínculos construídos por um receptor multidimensional, que reconstruirá o conteúdo dos meios a partir de suas vivências políticas, históricas e afetivas. Os dois espaços de poder se interseccionam, se completam e se desafiam mutuamente na construção de hegemonias e resistências, em um equilíbrio dinâmico decorrente da simetria identificada, e longe de ser estático em qualquer circunstância.

Na América Latina há uma série de desenvolvimentos desse ponto de vista objetivado nas várias apropriações da chamada “Teoria das Mediações”, elaborada por Martín-Barbero (1997) em seu estudo inicial, *Dos meios às mediações*. Em sua larga descendência, o livro de algum modo abriu caminho para que a perspectiva assimétrica “poder das mídias/vulnerabilidade do receptor” se traduzisse em “poder da mídia/mediações do receptor” como construção de sentidos e significados.

Os trabalhos de Lopes, Borelli e Resende (2004), Baccega (2006), Jacks (1999), Escosteguy (2001) e Jacks e Escosteguy (2005), entre inúmeros outros, sugerem essa tendência ao articular o receptor dentro de uma trama discursiva na qual ele é o protagonista – mas um protagonista igualmente polifônico, dentro de uma perspectiva na qual suas múltiplas vinculações, como gênero, faixa etária, classe social, afetos e razões, são pensados como itens indispensáveis na formação não só de sua condição de receptor, mas de ser humano. Daí a perspectiva ética desse discurso teórico trazer em si uma concepção de natureza humana distante da primeira: no lugar do indivíduo atomizado da massa, encontra-se um indivíduo pertencente a uma comunidade na qual conversa, discute e trabalha os significados.

Isso abre espaço para a terceira perspectiva, da ética de um receptor -produtivo.

INTERSEÇÕES ENTRE PRODUTORES E RECEPTORES NO ÂMBITO DE UMA CULTURA DA PARTICIPAÇÃO

Uma dimensão teórica da Comunicação em especial advoga a prática da coprodução de discursos e sentidos entre agentes midiáticos e agentes sociais: aquela ligada às práticas colaborativas de produção das informações e de construção discursiva de acontecimentos no espaço virtual. Nela, o receptor produz discursos e circula sentidos, trabalhando ao lado de agentes midiáticos para a elaboração conjunta não só de discursos, mas das cenas nas quais esses discursos são encenados e reelaborados enquanto são também reelaborados os próprios sujeitos que os enunciam.

A redefinição das alternativas epistemológicas da Comunicação interseccionada com o âmbito das mídias digitais e da cibercultura é uma das razões de extenso debate, no sentido em que indicam as reflexões de Felinto (2011), Pimenta (2011), Rüdiger (2011) e Ferreira (2012), entre outros, podendo um recuo temporal indicar ainda as propostas de Lankshare (2003), Trivinho (2003) e Santaella (2003). As insuficiências postuladas em relação ao modelo emissor-mensagem-receptor, apontadas já em décadas passadas – conferir Beltrán (1978) – recrudescem quando a teoria da Comunicação se articula com os cenários empíricos da cibercultura.

Se a discussão dessas relações está ainda em elaboração, é possível observar, diante de pesquisas elaboradas por pesquisadores em diversas abordagens, a transposição e alteração das questões éticas sugeridas nos itens anteriores e formular outras questões. Nos ambientes digitais e na cibercultura, na medida em que é discutível a existência de uma relação “emissor-receptor”, faria sentido ainda pensar em “simetrias” ou “assimetrias” entre um e outro polo? Aliás, seria possível de fato falar em “polos” dentro de uma cultura “participatória”, como lembra Jenkins (2008), na qual o domínio das linguagens ultrapassa o monopólio de alguns tipos de comunicação? Na medida em que, no argumento de Shirky (2008), cada indivíduo é um produtor de mídia ou faz parte de um núcleo constitutivo da “inteligência coletiva”, na conhecida expressão de Lévy (1999), é questionável se haveria diferenças a serem pensadas. Finalmente, é preciso

considerar se as formas de associação e engajamento cívico e/ou político nas redes sociais digitais, como sugerem, entre outros, Altheman (2012), Marques (2011), Merklé (2010), Papacharissi (2009) e Recuero (2012), poderiam ser entendidas como formas de rearticulação de poderes, discursos e ações na sociedade.

Nesse sentido, as teorias que discutem a comunicação nos ambientes digitais parecem substituir uma dicotomia “simetria/assimetria” por uma outra dinâmica pautada pela conexão e desconexão entre esferas discursivas e atores/interlocutores, ou ainda por uma forma específica de intersecção e articulação. As mensagens da mídia de massa, que não deixam de continuar existindo, não são apenas reelaboradas ou fruídas por receptores localizados e localizáveis no âmbito de um espaço e tempo determinado, mas são refeitas, ressignificadas, comentadas e reelaboradas em contextos discursivos absolutamente diversos de sua produção. Mais ainda, essas produções são compartilhadas no espaço das mídias digitais, ganhando repercussão e outros direcionamentos que escapam, pela própria estrutura da rede – e vale, sobre isso, ver os trabalhos de Leão (1999), Lemos e Santaella (2011) e Recuero (2008) –, ao controle das mídias de massa.

Assim, mídia, produtores e receptores aglutinam-se de maneira multimodal em inúmeros “nós” da rede, nas quais as relações de poder, adaptadas a uma estrutura rizomática de interação (DELEUZE; GUATTARI, 1999) se espalham sem ser necessariamente constitutivos de outras ressonâncias no mesmo sentido – em alguma medida, esse é o argumento de Siegel (2005) ao examinar os usos das máquinas e redes digitais.

A “cultura dos fãs”, por exemplo, indica não apenas reapropriações dos produtos da indústria cultural mas a existência de reelaborações bastante pessoais, em alguns momentos levadas para direções fundamentalmente opostas àquelas de seus produtores, como sugerem textos de Amaral (2010), Auxílio, Martino e Marques (2013), Braga (2009), Jenkins (2006, 2008) e Santaella (2003, 2005, 2013).

Por outro lado, a própria interação em rede não escapa às vicissitudes, demandas e constrangimentos da sociedade na qual se insere, incluindo nisso os ditames de uma economia de mercado na qual todo e qualquer espaço pode ser objeto de apropriação pelo capital em suas diversas formas. O exame da economia política da internet e das mídias digitais, bem

como de seus elementos cognitivos e de diferenciação social, apontam para outra ética. Se não é possível fazer um recenseamento completo de todas essas abordagens, vale ao menos buscar sumariá-las na medida em que são indicativas de uma ética próxima, em alguns aspectos da perspectiva assimétrica indicada.

O problema político referente ao controle e à regulação, mas também de crítica à inclusão indicado por Cazeloto (2008) ou Brittos (2010), entre outros, manifesta-se como parte de um pensamento ético que trabalha a internet em termos de conflito de poderes e, portanto, caudatárias de uma postura crítica em relação ao receptor. No mesmo sentido, as pesquisas sobre vigilância, transparência e visibilidade dos indivíduos na internet, temas tratados nos trabalhos de Bruno (2003), Sibila (2005) e Antoun (2008) sugerem uma postura contrária a do “fortalecimento” dos usuários/receptores/interagentes nos ambientes digitais.

A diluição de fronteiras entre esfera privada e esfera pública, lembra Papacharissi (2008), bem como as formas de solidão geradas nos e pelos ambientes digitais (TURKLE, 2005) insinuam um cenário no qual se nota um enfraquecimento dos laços políticos e sociais.

A pretensa igualdade que se instaura entre emissores e receptores nas redes sociais, também esconde desigualdades que se materializam sobretudo no desenho discursivo das redes para conversação e debate. Ainda que, no âmbito da cibercultura, receptores sejam saudados como produtores – não só de informações, narrativas, produtos culturais e bancos de dados, mas também de suas próprias mídias e canais de difusão – os usos sociais dos meios e a produção social de meios têm que vencer barreiras que vão desde as limitações impostas pelas arquiteturas discursivas de plataformas projetadas por poucos até constrangimentos associados a pressões mercadológicas (manutenção de veículos digitais via *marketing*), institucionais e políticas.

É preciso que tenhamos sempre em mente que a comunicação em rede é intermediada por *softwares*, por agentes mediadores e condicionada por protocolos que delimitam os conteúdos e os formatos de interação. A assimetria entre interagentes nos espaços virtuais de diálogo coloca em dúvida se os atos de fala e a liberdade comunicativa são minimamente equilibrados nas interações entre os que dominam ou entendem os códigos e os que não entendem. (SILVEIRA, 2009) Tais assimetrias nas relações e opor-

tunidades de acesso à rede interconectada dificultam a participação paritária dos indivíduos e a própria constituição de esferas públicas *on-line*.

A cautela em apontar espaços *on-line* como esferas públicas deriva do fato de que os diferentes tipos de arquitetura discursiva dos espaços *on-line* possuem tanto o potencial de constranger quanto de facilitar a abertura, o uso da razão, a criatividade cultural, a auto-organização e a solidariedade. O que está em tela nas trocas conversacionais *on-line* é o questionamento das ordens hierárquicas e consensuais nas quais a fala de cada um e o lugar ocupado pelas pessoas são definidos em termos de sua apropriação e de sua adequação a uma função previamente definida como tal. (ALTHEMAN; MARTINO; MARQUES, 2013)

Associada a essa questão, nota-se um recrudescimento das perspectivas de vigilâncias institucionais, das formas de controle e detecção das ações do indivíduo na proliferação do que Agamben (2012) chama de “dispositivos” no sentido mesmo de proteger o cidadão, lançando mão de controles e formas de prescrutar a vida individual além de qualquer perspectiva crítica assimétrica. Assim, o cidadão estaria relativamente desprotegido no ambiente das mídias digitais.

Finalmente, mas talvez com menos ênfase política, uma perspectiva teórico-ética dentro da cibercultura e das mídias digitais postula a existência de um receptor claramente inepto para participar ou gerir esses ambientes, tornando-se presa fácil de sua própria incapacidade, como especificam os trabalhos de Keen (2008). Até certo ponto seria possível observar, neste último item, duas perspectivas opostas. Se, em termos éticos, há uma novidade teórica no entendimento do apagamento de fronteiras emissor-receptor na noção de um usuário gerador de conteúdos, ao mesmo tempo a continuidade e transformações do capitalismo e a proliferação dos dispositivos se apresenta, no terreno teórico, como parte de uma reflexão na qual os poderes se espalham sem se dissolver, e o usuário não estaria muito distante, o que não deixaria de ser paradoxal, das concepções de uma perspectiva da comunicação de massa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intersecção entre o ético e o epistemológico no âmbito das teorias da Comunicação pode não se apresentar imediatamente à apreensão no âmbito

de estudos específicos de uma ou outra parte, pensados sobretudo separadamente. Não obstante, afirma-se como uma possibilidade de retomar a perspectiva de que as teorias da Comunicação, enquanto objetivação de um discurso reflexivo-conceitual a respeito de um “campo da experiência” (DELEUZE; GUATTARI, 1999), não se desliga, como toda produção de discursos, das condições específicas de sua origem, mediadas por outras circunstâncias de apropriação e reapropriação institucional e epistemológica. A existência do que poderia ser denominada uma “política” na delimitação do espaço conceitual trabalhado pelas teorias da Comunicação (FERREIRA, 2003), bem como nas condições de sua institucionalização (MARTINO, 2012) sugerem uma das premissas exploradas neste texto.

A perspectiva é de que os discursos teóricos sobre Comunicação estão relacionados, de maneira mais ou menos explícita, a pressupostos éticos derivados não apenas de seus vínculos epistemológicos, mas também das proposições apresentadas. Em particular, destacam-se as proposições referentes às relações entre os “meios de comunicação”, definição elástica e explorada em suas diferentes formas ao longo do tempo, e os indivíduos e comunidades que, de alguma maneira, estarão ligados a esses meios. As condições histórico-sociais, bem como epistemológicas e conceituais, dessa ligação sugerem as inferências passíveis de análise a partir das quais este capítulo se estruturou.

Variando de perspectiva no que diz respeito às relações entre emissores, meios e receptores (em uma perspectiva anterior às mídias digitais) ou às perspectivas de reelaboração e participação, no caso do ambiente digital e interacional da internet, as teorias da Comunicação parecem se delinear não apenas como reflexão a respeito dos elementos conceituais e metodológicos para compreender um fenômeno, mas também de uma normatividade específica que, de certo modo, propõe um protocolo anterior, muitas vezes subjacente, relativo à maneira como se deve observar essas relações entre ambientes, mídias e sociedade.

Em outras palavras, as teorias da Comunicação, ao elegerem seus objetos, métodos e conceitos, mostram quais serão os modos de entendimento propostos em relação às pessoas e às coletividades em suas práticas e vivências, mediadas ou não pelos meios.

A identificação conceitual do indivíduo diante de uma tela (e posteriormente inserido em um contexto atravessado por várias mediações),

por exemplo, variando entre massa, receptor, fruidor, usuário e fã, não indica apenas modos de apropriação epistemológico de um fenômeno de interação (mais controlado em uma concepção, mais livre em outra), mas também as perspectivas éticas dessas modalidades no espaço não de uma ética da Comunicação, mas na perspectiva de pensar uma ética das teorias da Comunicação – não necessariamente para além do epistemológico, mas em sua articulação. É nessa interseção que podemos observar concepções específicas de ser humano, de suas relações políticas e econômicas e, de certo modo, em escala metarreflexiva, do próprio lugar das atividades de pesquisa.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. O que é um dispositivo. In: _____. *O que é o contemporâneo?* Florianópolis: Argos, 2012.
- ALTHEMAN, F.; MARTINO, L. M. S.; MARQUES, A. C. S. O potencial deliberativo de conversações políticas sobre o Projeto de Lei do Ato Médico no YouTube. *Revista Compólitica*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 45-69, 2013.
- AMARAL, A. *Visões perigosas*. Porto Alegre: Sulina, 2010.
- ANTOUN, H. (Org.). *Web 2.0*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.
- AUXILIO, T.; MARTINO, L. M. S.; MARQUES, A. C. S. Formas específicas de apropriação cultural dos fãs brasileiros da série Doctor Who. *Ciberlegenda*, Rio de Janeiro, n. 28, 2013, p. 110-124.
- BACCEGA, M. A. *Televisão e Educação*. São Paulo: Senac, 2006.
- BARROS FILHO, C.; MARTINO, L. M. S. *O habitus na Comunicação*. São Paulo: Paulus, 2003.
- BARROS FILHO, C. *Ética na Comunicação*. São Paulo: Moderna, 1995.
- BELTRÁN, L. R. Adeus a Aristóteles: comunicação horizontal. *Comunicação e Sociedade*, São Paulo, n. 6, Cortez/Intercom, 1981.
- BENJAMIN, W. O que os alemães liam enquanto seus clássicos escreviam. In: _____. *Documentos de Cultura, Documentos de Barbárie*. São Paulo: Cultrix, 1986.
- BENNETT, T. Theories of the media, theories of the society. In: BENNETT, T.; CURRAN, J.; GUREVICH, M. (Ed.). *Culture, Society and the Media*. Londres: Methuen, 1983.
- BOURDIEU, P. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BRAGA, A. *Persona Materno-Eletronicas*. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- BRITTO, V. *Economia Política da Comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.

- BRUNO, F. et al. *Vigilância e Visibilidade*. Porto Alegre: Sulina, 2010.
- CAZELOTO, E. *Inclusão Digital*. São Paulo: Senac, 2008.
- CHRISTOFOLLETTI, R. O ensino de ética nos cursos de comunicação. *Libero*, Itália, n. 26, 2011, p. 13-26.
- CRUZ, M. T. A. estética da recepção e a crítica da razão impura. *Revista de Comunicação e Linguagens*, Lisboa, n. 3, 1986.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O que é a Filosofia*. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- ECO, U. *Apocalípticos e Integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- _____. *O super-homem de massa*. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- ESCOSTEGUY, A. C. *Cartografias dos Estudos Culturais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- ESTEVES, João Pissarra. *A ética da comunicação e os media modernos: legitimidade e poder nas sociedades complexas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenian, 1998.
- FELINTO, E. Da Teoria da Comunicação às teorias da mídia. In: ENCONTRO DA COMPÓS, 20., 2011, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, jun. 2011. p. 1-14.
- FERREIRA, J. Campo acadêmico e epistemologia da comunicação. In: LEMOS, A. et al (Org.). *Mídia.br*. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- _____. Proposições que circulam sobre a Epistemologia da Comunicação. In: ENCONTRO DA COMPÓS, 20., 2011. Juiz de Fora. *Anais...* Juiz de Fora: UFJF, jun. 2012. p. 1-17.
- FISKE, J. *Reading popular culture*. Londres: Routledge, 1993a.
- _____. *Understanding popular culture*. Londres: Routledge, 1993b.
- HABERMAS J. *Mudança Estrutural na Esfera Pública*. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1984.
- _____. Further reflections on the public sphere. In: CALHOUN, Craig (Ed.). *Habermas and the public sphere*, 1992, p. 421-461.
- _____. Discourse Ethics: Notes on a Program of Philosophical Justification. In: BENHABIB, S.; DALLMAYR, Fred (Ed.). *The Communicative Ethics Controversy*. Cambridge: MIT Press, 1995, p. 60-110.
- _____. Political communication in media society: does democracy still enjoy an epistemic dimension? the impact of normative theory on empirical research. *Communication Theory*, v. 16, 2006, p. 411-426.
- HALL, S. Encoding / Decoding. In: HALL, S. et al. (Ed.). *Culture, Media, Language*. Londres: Hutchinson, 1980.
- HEBDIGE, D. *Subculture: the meaning of style*. Londres: Routledge, 2000.
- HOGGART, Richard. *The Uses of Literacy*. Londres: Penguin, 1983.
- JACKS, N. (Org.). *Meios e Audiências*. Porto Alegre: Sulina, 2010.

- JACKS, N.; ESCOSTEGUY, A. C. *Comunicação e Recepção*. São Paulo: Hackers, 2005.
- JACKS, N. *Querência*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.
- JAUSS, H. J. *Towards an aesthetics of reception*. Minnesota: Minnesota University Press, 2004.
- JENKINS, H. *Convergence Culture*. Nova York: New York University Press, 2008.
- _____. *Fans, bloggers and gamers: exploring participatory culture*. Nova York: NYU Press, 2006.
- JOHNSON, S. *Cultura da Interface*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2010.
- KARAM, F. J. *A Ética Jornalística e o interesse público*. São Paulo: Summus, 2005.
- KARAM, F. J. *Jornalismo, ética e liberdade*. São Paulo: Summus, 1997.
- KEEN, A. *The cult of the amateur*. Londres: Nicholas Brealey, 2008.
- LASSWELL, H. The Theory of Political Propaganda. *The American Political Science Review*, v. 21, n. 3, p. 627-631, ago. 1927.
- LEÃO, L. *O labirinto da hipermídia*. São Paulo: Iluminuras, 1999.
- LEMOES, A. *Cibercultura*. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- LEWIS, L. A. *The adoring audience*. Londres: Routledge, 1994.
- LOPES, M. I. V.; BORELLI, S.; RESENDE, R. *Vivendo com a telenovela*. São Paulo: Summus, 2004.
- MARQUES, A. C. S. A ética dos processos comunicativos: discurso, alteridade e espaço público. *Verso e Reverso*, São Leopoldo, v. 25, p. 80-91, 2011.
- MARQUES, A. C. S. A ética do discurso e a formação do sujeito político em Habermas. *Cadernos da Escola do Legislativo*, Belo Horizonte, v. 15, p. 3-25, 2013.
- MARTIN-BARBERO, J. *Dos Meios às Mediações*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- MARTINO, L. M. S.; SILVA, L. R. Paradoxos e fronteiras éticas do jornalismo investigativo. *Revista Comunicação Midiática Bauru*, v. 8, n. 1, jan./jun. 2013.
- MARTINO, L. C. Apontamentos epistemológicos sobre a fundação e a fundamentação do campo comunicacional. In: CAPPARELLI, S. et al. *A Comunicação Revisitada*. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- MARTINO, L. M. A influência de fatores políticos na formação epistemológica do campo da comunicação no Brasil. In: CONFIBERCOM, 1., 2011. São Paulo. *Anais...* ago. 2011. p. 1-16.
- MARTINO, L. M.; MARQUES, A. C. S. A ética da comunicação a partir da abordagem dos conceitos de interesse e uso da linguagem. *Galáxia*, São Paulo, v. 23, p. 139-152, 2012.
- MARTINO, L. M. *Teoria da Comunicação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- McROBBIE, A. *Postmodernism and popular culture*. Londres: Routledge, 1994.

- MERKLÉ, P. *Sociologie des Réseaux Sociaux*. Paris: La Decouverte, 2010.
- MERTON, R.; LAZARFELD, P. Mass Communication, Popular Taste, and Organized Social Action. In: BRYSON, L. *The Communication of Ideas*. New York: Harper, 1948.
- MEYER, P. *Ética no jornalismo*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.
- PAPACHARISSI, Z. *A private sphere*. Londres: Polity, 2009.
- PIMENTA, F. J. P. Jogos, redes sociais e a crise no campo da Comunicação. SIMPÓSIO NACIONAL DA ABCIBER, 5., 2011, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, nov. 2011. p. 1-16.
- RECUERO, R. *A conversação na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2012.
- RECUERO, R. *Redes Sociais na Internet*. Porto Alegre: Sulina, 2008.
- RÜDIGER, F. A reflexão teórica em cibercultura e a atualidade da polêmica sobre a cultura de massas. *Revista Matrizes*. Ano. 5, n. 1, jul./dez. 2011.
- SANTAELLA, L. *Navegar no ciberespaço*. São Paulo: Paulus, 2003.
- SANTAELLA, L. *Porque as comunicações e as artes estão convergindo*. São Paulo: Paulus, 2005.
- SANTAELLA, L. *Comunicação ubíqua*. São Paulo: Paulus, 2013.
- SANTAELLA, L.; LEMOS, R. *Redes Sociais Digitais*. São Paulo: Paulus, 2011.
- SANTOS, J. R. *Comunicação*. Lisboa: Difusão Cultural, 1992.
- SANTOS, R. *As Teorias da Comunicação*. São Paulo, 2003.
- SHIRKY, C. *Here comes everybody*. Londres: Penguin, 2008.
- SIBILIA, P. *O show do eu*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- SIEGEL, L. *Against the machine*. New York: Serpent's Tail, 2008.
- SIGNATES, L. Encontros de teoria e ética: a relação epistemológica da comunicação e as questões éticas contemporâneas. In: ENCONTRO DA COMPÓS, 14., 2005, Niterói. *Anais...* 2005. p. 1-18.
- SILVEIRA, Sérgio Amadeu. Esfera pública interconectada, blogosfera e redes sociais. *Esfera Pública, Redes e Jornalismo*. Rio de Janeiro: E-papers, 2009, v. 1, p. 70-89.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.
- THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses*. São Paulo: Unesp, 1995.
- TRIVINHO, E. *O mal-estar na teoria*. São Paulo: Quartet, 2003.
- TURKLE, S. *Alone together*. New York: Basic Books, 2011.

CONCEITOS ▶

As matrizes epistêmicas da comunidade na Comunicação: uma genealogia

INTRODUÇÃO

Em disciplinas constituídas pragmaticamente a partir de aportes da Sociologia (como foi o caso da Comunicação), a ideia de comunidade consolidou-se através de uma certa interpretação da obra de Ferdinand Tönnies, *Gemeinschaft und Gesellschaft*, qual seja, enquanto forma social diametralmente oposta à figura dominante da *Gesellschaft* (sociedade racional, urbana e industrial).¹

Neste capítulo especulamos acerca das principais matrizes epistêmicas responsáveis pelo desenvolvimento de tal interpretação, desde o âmbito da Sociologia até as apropriações comunicacionais. Positivismo, marxismo, hegelianismo e desconstrutivismo compõem os ramos genealógicos (não obrigatoriamente históricos) do desdobramento semântico da comunidade. Como pretendemos apresentar aqui, o desenvolvimento de tal interpretação em cada ramo será observado segundo uma dupla determinação: o movimento geral das ciências sociais brasileiras e as críticas epistemológicas relacionadas às apropriações do referido conceito.

1 *Gemeinschaft* é definida por Tönnies (1995, p. 231) como relação ou associação humana proveniente da atividade projetiva de indivíduos que expressam uma vontade de união específica (*Wesenwille*): “[...] tudo aquilo que é partilhado, íntimo, vivido exclusivamente em conjunto [...] será entendido como a vida em comunidade [...] Na comunidade, há uma ligação desde o nascimento, uma ligação entre os membros tanto no bem-estar quanto no infortúnio”. Diversamente, a *Gesellschaft* define-se por outro tipo de vontade (*Kürwille*) que estabelece uma forma social mecânica, atomizada e impessoal, portanto, oposta à *Gemeinschaft*.

COMUNIDADE NAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Para o historiador da Sociologia, Robert Nisbet, a “descoberta” do conceito de comunidade no século XIX² constituiu um “divisor de águas” do pensamento social. Isso porque, além de influenciar disciplinas importantes como a Filosofia, a História e a Teologia, tal conceito permitiu a consolidação da Ciência Social propriamente dita, extraindo da noção comunitária não apenas o seu objeto (o “social”), mas as estruturas fundamentais da pesquisa sociológica (princípios epistemológicos, teorias e metodologias).³

Conforme Nisbet, se a comunidade serviu como referência ao social era porque a heterogenidade que caracterizava o cenário europeu do século XIX explicava-se, razoavelmente, por meio de um parâmetro histórico ou lógico que fazia da comunidade o ponto de partida do qual as diferentes formações humanas correspondiam a diferentes níveis de desenvolvimento social, político e econômico.

Nesse contexto fragmentário, e sob a égide do universalismo ocidental, cumpre observar uma dicotomia estruturadora do pensamento que se avultou nesse período: a *Gemeinschaft* x *Gesellschaft*, de Tönnies. Baseada na diversidade das formações sociais, e inicialmente voltada a estudos comparativos, tal dicotomia, a partir de uma interpretação positivista, viria a sugerir uma unidirecionalidade para o desenvolvimento humano.⁴

O estudo tipológico da ideia de comunidade constituiu a principal contribuição da Sociologia ao pensamento

2 Para uma análise mais aprofundada do tema “comunidade como invenção do século XIX” ver Benedict Anderson (2008) e Jean-Luc Nancy (2000).

3 “A comunidade não constituiu apenas o principal domínio de interesse empírico dos sociólogos – manifesto em estudos de parentesco, localidade e associação –, mas uma perspectiva, uma metodologia, que iluminava os estudos de religião, autoridade, lei, linguagem, personalidade, e dava um novo escopo ao problema da organização e da desorganização. A sociologia deu primazia ao conceito de ‘social’. O ponto a ser enfatizado aqui é que o ‘social’ tinha como referência o comunal. É a *communitas* – e não a *societas* com suas conotações impessoais – a verdadeira etimologia da palavra ‘social’, utilizada pelos sociólogos em seus estudos sobre personalidade, parentesco, economia e política.” (NISBET, 1966, p. 56)

4 Sobre isso é conhecida a “lei dos 3 estados” (teológico, metafísico e positivo), uma suposta evolução – não do ser humano europeu, mas do homem em geral (espírito humano) – em que se distingue um centro ou uma instância ideal do desenvolvimento (que, não por acaso, é a imagem inequívoca das cidades industriais europeias). Segundo essa lei, todas as outras civilizações do mundo deveriam ser cotejadas e auxiliadas pelo “centro” para atingirem este momento de plenitude da humanidade: o positivismo.

social moderno, *emprestando tal conceito a outras ciências sociais, sobretudo no estudo de nações subdesenvolvidas do mundo contemporâneo*. Através dessa tipologia, a importante transição social do século XIX, própria do contexto histórico europeu, de seu caráter, em grande parte, comunal e medieval, à sua forma moderna, industrializada e politizada, transformou-se em um quadro mais geral de análise aplicável às transições análogas em outras regiões do mundo. (NISBET, 1966, p. 71, grifos nosso)

Assim, conforme Nisbet, o modelo tipológico de Tönnies, conhecido pelas imagens opositivas entre o campo e a cidade (ou entre o sistema arcaico do feudalismo e o capitalismo urbano-industrial), estender-se-ia não apenas para a compreensão do desenvolvimento desigual entre regiões do mundo ou de um mesmo país, mas para a identificação dos possíveis problemas e, é claro, de soluções para sua integração.

Acreditamos que essa estrutura dicotômica (*Gemeinschaft* x *Gesellschaft*), investida pelo ímpeto desenvolvimentista da época – quer dizer, de um dever moral de elevação do espírito humano a um patamar civilizatório ideal (a partir de uma intervenção verticalizada) –, embasou a nossa principal matriz cognitiva da comunidade.

Na Sociologia latino-americana (e, por extensão, na Comunicação), ela pode ser encontrada numa concepção de comunidade que Juan Farré denominou “construtivista e instrumental”, isto é, a planificação de um suposto sociológico: a *Gemeinschaft*.

A moderna concepção expressivista da comunidade (herdada do romantismo), que identifica o nexos social comunitário com um vínculo de pertença e com a auto-criação a partir da vivência na intimidade plena, foi se convertendo – sob a figura da *Gemeinschaft* – em uma positividade, em uma construção teórica e em um campo de intervenção das Ciências Sociais contemporâneas. Há diversos matizes que as Ciências Sociais introduziram nessa ideia expressivista da comunidade, e um dos mais notórios concerne ao sentido construtivista e instrumental que se atribui à comunidade na intervenção de caráter comunitário: ao mesmo tempo em que se concebe como um lugar natural da solidariedade espontânea, do sentimento de pertencimento e da intimidade plena, a comunidade se torna um objeto de planificação, instrumentação, coordenação, gestão

cultural e desenvolvimento com o propósito de criar e potencializar laços comunitários, concebidos como um valioso recurso. (FARRÉ, 2010, p. 73-74, grifo do autor)

A ideia de campo de intervenção, como observa Farré, define bem a nossa “concepção expressivista da comunidade”, ou seja, o significado que tal conceito assume em nosso pensamento, logo, em nossas práticas investigativas (sociológicas, antropológicas e comunicacionais).

Se atualmente esse significado “expressivista” ainda persiste, sua gênese decorre da referida estrutura tipológica que foi incorporada pelas teorias desenvolvimentistas de meados do século XX, algumas das quais se consagraram no Brasil e na América Latina rendendo muitos trabalhos, como foi o caso da Teoria da Modernização. Bastante questionada por investigadores da época – sobretudo pelo sociólogo mexicano Rodolfo Stavenhagen (1981), que a considerou um grande dogma, uma verdade inquestionada das ciências sociais latino-americanas –, essa teoria chamava atenção pelo modo como reduzia as singularidades regionais a um jogo dualista.⁵ Reproduzindo quase que mecanicamente as imagens idealizadas de Tönnies, ela instituía dois mundos completamente distintos entre si, cuja conciliação dividia as opiniões entre progressistas e conservadores nos departamentos de pesquisa.

Enno Liedke Filho, historiador da Sociologia brasileira, resumiu assim essa teoria:

A Teoria da Modernização concebe o processo de desenvolvimento como uma transição de uma sociedade rural tradicional para uma sociedade industrial moderna [...] Essa transição, quando incompleta, acarreta a coexistência de ambas as formas societárias dentro de uma mesma sociedade nacional, caracterizando-a como uma sociedade dual. Ressalte-se que esta tese teve ampla aceitação internacional na sociologia do de-

5 “Não há dúvida de que em todos os países latino-americanos há grandes diferenças sociais e econômicas entre as áreas rurais e urbanas, entre indígenas e não-indígenas, entre a massa de camponeses e as pequenas elites urbanas e rurais, e entre regiões muito atrasadas e outras bem desenvolvidas [...] Estas diferenças, contudo, não justifica o uso do conceito ‘sociedade dual’: em primeiro lugar, porque os dois pólos são o resultado de *um único processo histórico*, e em segundo lugar, porque as relações mútuas que conservam entre si as regiões e os grupos ‘arcaicos’ ou ‘feudais’ e ‘modernos’ ou ‘capitalistas’ representam o funcionamento de uma só *sociedade global* de que ambos os pólos são partes integrantes.” (STAVENHAGEN, 1981, p. 16, grifos do autor)

envolvimento, assim como no âmbito das agências internacionais como a UNESCO. (LIEDKE FILHO, 2005, p. 386)

Tal dualidade societária, entretanto, perdurou por muitos anos como modelo explicativo das disparidades entre as regiões do país, e mesmo das diferenças urbanas, advindo daí aproximações entre o campo e a favela (*Gemeinschaft*) como entraves geográficos e civilizatórios das cidades (*Gesellschaft*). Como afirma Licia Valladares (2011, p. 22), “percebidas atualmente como um fenômeno tipicamente urbano, as favelas foram consideradas durante a primeira metade do século XX um verdadeiro ‘mundo rural na cidade’”. De fato, à época de efervescência dos estudos sobre a favelização na América Latina e no Brasil, circulavam teses antropológicas como a do norte-americano Oscar Lewis que replicavam aquela dicotomia através de expressões como a “cultura da pobreza” e a “teoria da marginalização social”.

Segundo seu modelo de interpretação [Lewis], os habitantes de bairros pobres, de origem rural, teriam adotado um estilo de vida específico, caracterizado por valores e comportamentos diferentes da cultura dominante. ‘Subcultura’ produzida e reproduzida por eles, o que explicaria suas reações através de traços culturais específicos às situações sociais às quais eram confrontados. Essa ‘cultura da pobreza’ passaria de uma geração a outra, mantendo assim um círculo vicioso capaz de garantir aos pobres condições de sobrevivência na sociedade moderna. Segundo Oscar Lewis, tal modo de vida terminaria por gerar uma ‘síndrome’ específica das populações pobres, em que tanto se manifestava um espírito de resignação e fatalismo frente ao futuro, quanto uma certa ‘alegria de viver’ e uma forte dose de calor humano, tornando as dificuldades cotidianas mais suportáveis. (VALLADARES, 2011, p. 128-129)

A presença marcante dessa dicotomia nos anos de 1960 e 1970, época das primeiras pesquisas em Comunicação no Brasil,⁶ nos leva a supor

6 A referência aqui é de Vera R. Veiga França (2013), que estabelece como marco o ano de 1969, quando o Conselho Federal de Educação (CFE-MEC), através da Resolução nº 11/69, transforma os cursos de Jornalismo em cursos de Comunicação Social. José Marques de Melo (2008), por sua vez, aponta o ano de 1963 como marco dos estudos científicos da comunicação, quando o

a sua influência tanto na produção de um significado conceitual de comunidade para o campo, quanto nos temas arrolados na “Comunicação Alternativa”, importante setor de pesquisas comunicacionais da época.⁷ É bem verdade que a essa dicotomia se associaram outras igualmente atuantes do período (comunismo x capitalismo; localismo x globalização; cultura popular x cultura de massa; mundo da vida x sistema etc.). Todavia, longe desses cruzamentos colocarem à prova o modelo dicotômico generalizante, ou mesmo o “simbolismo” aglutinador da *Gemeinschaft* (NISBET, 1966), esses ganharam ainda mais força.

COMUNIDADE NA COMUNICAÇÃO

A estrutura *Gemeinschaft* x *Gesellschaft*, disposta no viés do desenvolvimentismo (modernização), definirá dois modos diferentes de se pensar a comunidade: em oposição à sociedade moderna (e aos seus sistemas ideológicos) e integrada a ela, como componente elementar da chamada sociedade civil (a *communitas communitatum* imaginada por Hegel).

Em linhas gerais, podemos divisar esses dois modos acompanhando o próprio desenvolvimento das ciências sociais brasileiras, desde a importação de teorias pelos primeiros pensadores sociais, aos problemas aqui insurgentes que obrigaram uma reformulação (e até o abandono) dessas teorias – tais como a questão racial, a condição terceiro-mundista (consumidor, reproduzidor), a exigência de um pensamento autóctone (reivindicada pelas chamadas escolas latino-americanas) etc. (LIEDKE FILHO, 2005) A primeira perspectiva, de matriz marxista e inspirada na luta de classes, toma a comunidade a partir de uma posição irreduzível a tudo o que diz respeito à conciliação com o projeto societal burguês (integratório), encontrando materialidade e alento em grupos de trabalhadores explorados ou marginalizados pelo capitalismo urbano-industrial.

então jornalista Luiz Beltrão funda, na Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), o Instituto de Ciência da Informação (Inciform).

7 Na obra *Temas básicos em Comunicação*, organizado por Roberto Peres de Queiroz e Silva, no ano de 1983, tópicos como “comunicação popular”, “contrainformação”, “imprensa alternativa” e “imprensa operária” são arrolados ao setor da comunicação alternativa. Expressões como comunicação horizontal ou participativa, comunicação emergente, entre outras, estão subsumidos nesses tópicos ou diluídos em outros temas.

A segunda perspectiva, que possui raízes nos movimentos populares dos anos de 1970, mas ganha visibilidade nos anos seguintes a partir de uma série de acontecimentos importantes (crise do mundo comunista, reorientação das alianças político-econômicas em vista do processo irreversível da globalização, movimentos transclassistas ou multiculturalistas, advento da comunicação distribuída etc.), irá definir uma concepção de comunidade com base em um pluralismo integrador.

Nessa primeira perspectiva, o significado de comunidade abarcará um conjunto de objetos, de suposta mesma natureza (internamente unificados), colocados em oposição frontal à forma social dominante, qual seja, o modo de produção capitalista consubstanciado nos anseios massificadores da classe burguesa e do Estado (enquanto escritório da burguesia) que, para tal, lançará mão de seus aparelhos repressores e ideológicos. Esse significado evidencia a exigência de um forte engajamento político e o desejo inadiável de um projeto de sociedade a longo prazo, isto é, que não se esgota em conquistas políticas pontuais ou imediatistas. É o que podemos identificar em, pelo menos, três vertentes investigativas dos anos de 1970 e 1980, todas de caráter combativo: cultura popular x cultura dominante (ideologia), campesinato x burguesia e favela x cidade.

Os trabalhos de Marilena Chauí (1986) sobre os modos de conformismo e resistência no interior da cultura brasileira, e de Paulo Freire (1989) sobre a urgência de bibliotecas populares (ou centros de memória popular) enquanto posição “crítico-democrática” para consolidação das classes menos favorecidas, constituem referências importantes que traduzem o apelo das mobilizações comunitárias contra o repertório massificado da mídia hegemônica.

Na frente de combate entre o campo e cidade, destacamos novamente Freire (1983) e sua paradigmática obra *Extensão ou comunicação?*, que põe as diferenças entre as duas formações sociais (urbana e rural) em correlação aos modos distintos de comunicação (técnica ou extensionista vs. dialógica). O processo de libertação (conscientização) humana, objetivo pedagógico de Freire, faz da comunicação uma ferramenta indispensável; mas essa, por sua vez, não se restringe ao diálogo, estendendo-se para o reavivamento de um tipo de relação intimista próxima à *Gemeinschaft* (relação orgânica, respeito à tradição, amor fraternal). Nessa vertente, os conflitos de interesse entre a classe camponesa e a burocracia ou burguesia

agropecuária⁸ compõem um pano de fundo comum, tendendo, na maioria das vezes, para o terreno da resistência ou do entesouramento cultural.

Sobre a dicotomia favela x cidade, apresentam-se aqui, mais notoriamente, as incidências de uma “filosofia da práxis”⁹ e a ideia de sujeito como agente de seu próprio desenvolvimento – autoctonia que endossará a valorização do saber local e da participação popular na construção de bens comuns (comunitários), de uso coletivo. Tal perspectiva, que Valladares (2011, p. 133) definiu como uma mudança de “visão da favela como solução e não como problema”, advém como resposta às teorias desenvolvimentistas protagonizadas pelo Estado e pelo mercado imobiliário. Não obstante, é o fundamento que hoje confere legitimidade ao funcionamento de veículos comunitários (os tradicionais jornais, rádios e TVs comunitárias), mas que, em contrapartida, dado esse mesmo caráter endógeno, é o que tem induzido a algumas limitações (alcance técnico, produção de conteúdos, audiência, captação de recursos ou publicidade).

Observa-se que essas dicotomias, caras às investigações e intervenções voltadas ao desenvolvimento local, encontraram na Comunicação um terreno fértil que potencializou o significado romântico da comunidade (em oposição à *Gesellschaft*) e, desse modo, o “sentido construtivista e instrumental” enfatizado por Farré (2010). Em parte, isso pode ser atribuído à própria constituição desse campo que, de maneira pragmática e principiante, operou com a simplicidade das polarizações (comunicação de massa x comunicação alternativa, cultura de massa x cultura popular,

8 Cf. Wilson Corrêa Fonseca Jr. (2003), O autor resgata o viés marxista da sociologia rural, a reboque da qual a Comunicação foi conduzida. Esse resgate se faz na forma de uma crítica à visão predominante (difusionista), na qual ele enfatiza “o caráter excessivamente institucionalizado do difusionismo, em que técnicos agrícolas e burocratas definiam os objetos de pesquisa e a prioridade dos assuntos a serem investigados, levando ao sério risco do desvirtuamento da sociologia”.

9 Segundo Doimo (apud VALLADARES, 2011, p. 134) “a partir do início dos anos 1970 a ideia do ‘povo como sujeito’ estava muito presente no discurso de muitos atores sociais importantes, entre os quais ela cita: ‘a Igreja Católica, especialmente os seus setores progressistas; o ecumenismo, particularmente aqueles de perfil secular, ligado à ética do compromisso social; segmentos da intelectualidade acadêmica, principalmente os que fundaram centros independentes de pesquisa em resposta ao expurgo das universidades impetrado pelo regime militar; e agrupamentos de esquerda, então dilacerados pela ditadura e tão logo desencantados com as fórmulas violentas de ação transformadoras’. A inspiração assistencialista dos programas de desenvolvimento comunitário, como aqueles financiados pela Aliança para o Progresso, voltou à cena com o aumento do anti-imperialismo, assim como com a influência de novas correntes europeias como a ‘filosofia da práxis’ e a interpretação marxista da sociedade e da cidade”.

direita x esquerda) e modelos frágeis, unidirecionais (emissor – receptor; dominador [forte, poderoso] – dominado [fraco, indefeso]) que reforçavam o pensamento salvacionista da comunidade.

Exemplo disso é a própria dicotomia básica da Comunicação, predominante nos anos de 1970 e 1980, entre “apocalípticos e integrados”, que contribuiu ainda mais para prolongar aquela estrutura polarizada (*Gemeinschaft* x *Gesellschaft*), na medida em que sublinhava o papel dos apocalípticos enquanto guardiões da crítica, um ônus que demandava uma posição inflexível (não conciliatória com a integração massificadora da sociedade), logo, implicitamente, a salvaguarda das comunidades, já que dessas emanavam as manifestações autênticas da cultura.

A recuperação desse contexto teórico-conceitual pode ser observada em Vera Veiga França (2013, p. 2), conforme segue:

[...] no contexto daquela época [1970], a distinção ‘apocalípticos e integrados’ e a divisão entre estudos (e grupos) críticos x descritivos faziam pleno sentido. A Teoria Crítica da Escola de Frankfurt estava na moda, assim como a rejeição aos estudos norte-americanos e escola funcionalista, numa divisão que, grosso modo, reproduzia no campo acadêmico a oposição esquerda-direita no cenário político. Os conceitos de classe e ideologia, no âmbito da perspectiva crítica, eram centrais.

O caráter marcadamente polar e assimétrico das estruturas cognitivas comunicacionais, bem como a forte influência marxista implícita em axiomas como a reprodução ideológica, a luta de classes, a reapropriação dos meios de produção da mensagem, o papel do sujeito na história, a emancipação humana pela consciência, portanto, consolidaram-se como importante matriz semântica da comunidade.

Esses elementos podem ser percebidos nos próprios temas de Comunicação da época, muitos dos quais em plena sintonia com os problemas que afligiam o país e as pautas sociológicas (a redemocratização, os movimentos sociais populares, a resistência às imposições burguesas e governamentais). Temas que indicavam objetos e *corpus* variados (jornal de bairro, jornal operário, imprensa alternativa, jornal popular, rádio pirata, rádio livre etc.), agregados em áreas de concentração pouco precisas (comunicação alternativa, participativa, horizontal, popular, emergente,

contrainformação...), mas que, no geral, ressaltava um ou outro aspecto do modelo dicotômico, além dos referidos axiomas.

Em meio a essas várias dicotomias, cabe destacar os levantamentos bibliográficos e sistematizações empreendidas por Beatriz Dornelles (2007) e Cícilia Peruzzo (2009a, 2009b) nas áreas citadas acima. Essas autoras, ao constatar o emaranhado de fios dicotômicos que prendiam termos como o “popular”, o “alternativo” e o “comunitário”, causando certa confusão conceitual nas atuais pesquisas, propuseram uma melhor categorização desses termos a partir dos principais problemas que tais áreas gestavam.

A pesquisa de Dornelles, por exemplo, tem o mérito de precisar duas importantes dicotomias (comunicação alternativa x comunicação de massa e popular x burguesia) que muitas vezes se misturam ou se intercambiam produzindo combinações que levam, com frequência, a compreensões ambíguas, tal como o conceito de “jornal popular”.

Não é fácil definir o que é Comunicação Popular, usada praticamente como sinônimo de Comunicação Comunitária, Comunicação Participativa, Comunicação Alternativa, Comunicação Dialógica (horizontal) etc. Regina Festa identificou 33 tentativas de definir comunicação popular e/ou alternativa na América Latina. [Pedro Gilberto] Gomes observou que o ‘conceito alternativo’ parece apontar para uma contraposição à comunicação massiva, enquanto que o ‘conceito popular’ diz respeito à inserção num contexto alternativo de luta que visa estabelecer uma nova sociedade a partir da ótica das classes populares. [Christa] Berger observa que o ponto comum entre os autores está no objetivo: ‘a outra comunicação busca transformar a Comunicação de Massa, para que as classes e os grupos dominados tomem a palavra e alcancem uma sociedade mais justa.’ (DORNELLES, 2007, p. 5)

Embora a pesquisa de Dornelles não se volte precisamente para o conceito de comunidade – mas para a expressão “comunicação popular”, utilizada por autores latino-americanos e brasileiros (em especial Gomes, Festa e Berger) –, é possível localizar o lugar semântico onde a comunidade é alojada nessa compilação de termos entre os anos de 1960 a 1980, isto é, enquanto conjunto à parte da sociedade capitalista, e marcada pelo seu forte apelo político e aglutinador.

Isso se verifica no próprio entendimento de jornal comunitário (jornalismo ou imprensa comunitária), expressão designativa de uma economia de subsistência da informação ou de uma produção comunicativa intimista (destinada à ritualização de elementos fundantes do grupo), uma ideia compartilhada entre estudiosos da época, como José Marques de Melo (1979, p. 112) – “[...] uma imprensa só pode ser considerada comunitária quando se estrutura e funciona como meio de comunicação autêntico de uma comunidade. Isto significa dizer: produzida pela e para a comunidade” –, ou ainda Ciro Marcondes Filho (1992, p. 160-161, grifo nosso):

O jornalismo comunitário é o meio de comunicação que interliga, atualiza e organiza a comunidade e realiza os fins a que ela se propõe. Falar-se, então, de jornalismo de bairro, de judeus, de negros como jornais comunitários é falso. Pode ser, porém, jornais feitos por certas comunidades de negros, judeus ou de bairros. Como expôs Agnes Heller, desses grupos pode-se formar uma comunidade na medida em que haja uma estruturação (no caso, já dada), *uma dinâmica interna que a separe da sociedade global* e uma preocupação com a realização da individualidade e dos objetivos do grupo.

Outro subsídio importante à genealogia da comunidade na Comunicação é fornecido por Círcia Peruzzo (2009a, p. 48) com a organização das referidas áreas de concentração, objetos e *corpus* de pesquisa em um único setor (a comunicação alternativa). A autora propõe, a partir daí, a segmentação das pesquisas em “duas grandes correntes que também têm seus desdobramentos: [1] comunicação popular, alternativa e comunitária, e [2] imprensa alternativa.” (PERUZZO, 2009b, p. 133)

Mas a grande contribuição de Peruzzo (2009a, p. 47, grifo do autor) provém da análise diacrônica do setor onde ela observa o surgimento de um centro agregador de estudos (a comunicação comunitária) em conformidade com a mudança de seu conceito principal (a comunidade).

A comunicação popular foi também denominada de alternativa, participativa, participatória, horizontal, comunitária, dialógica e radical, dependendo do lugar social, do tipo de prática em questão e da percepção dos estudiosos. Porém, o sentido político é o mesmo, ou seja, o fato de tratar-se de uma forma de expressão de

segmentos empobrecidos da população, mas em processo de mobilização visando suprir suas necessidades de sobrevivência e de participação política com vistas a estabelecer a justiça social. No entanto, desde o final do século passado passou-se a empregar mais sistematicamente, no Brasil, a expressão *comunicação comunitária* para designar este mesmo tipo de comunicação, ou seja, seu sentido menos politizado. Na prática, a comunicação comunitária por vezes incorpora conceitos e reproduz práticas tipicamente da comunicação popular em sua fase original e, portanto, confunde-se com ela, mas ao mesmo tempo constrói outros matizes. Por exemplo, às vezes se desconecta de movimentos sociais e assume feições diversificadas quanto às bandeiras defendidas e mensagens transmitidas. A grande mídia também incorporou a palavra ‘comunitário’ para designar algumas de suas produções.

O diagnóstico apresentado pela autora sobre “outros matizes” assumidos pela noção de comunidade no campo, alguns até apropriados pelo mercado, é o que tem motivado o recente movimento de redescritção do conceito, como aquele verificado em Raquel Paiva no claro intuito de dar uma nova gênese à expressão “comunicação comunitária”.¹⁰ Paiva, que desde a última década do século XX vem insistindo no valor político (crítico, reivindicativo e contestatório) dos veículos comunitários de comunicação (jornal, rádio e TV), acrescentou à ortodoxia teórica marxista o olhar gramsciano da cultura, redefinindo a comunicação comunitária – logo, o próprio conceito de comunidade – como “força contra-hegemônica no campo comunicacional”. (PAIVA, 2007, p. 137)

O olhar de Paiva, sensível às mudanças sobrevindas no campo histórico e às contingências que costumam as alianças políticas no bloco social, se junta ao de outros (como Peruzzo) que compartilham, a partir de um compromisso com a democracia, uma visão mais flexível do desenvolvimento, portanto, mais próxima da realidade dos grupos, de suas demandas e possibilidades de conquistas políticas e sociais.

10 “[...] cada vez mais e de forma muito mais agressiva, impõe-se a necessidade de se reinterpretar o conceito de comunicação comunitária. E esta é uma perspectiva animadora, porque se percebe que há em curso formas diferenciadas de compreensão e de conceitualização. Cada vez mais se sente a premência daqueles que atuam nos veículos de comunicação comunitária, em especial o grupo da radiodifusão, de sistematizar formas para o aprimoramento da linguagem e da produção de novas formas discursivas.” (PAIVA 2007, p. 137)

Com o passar do tempo, o caráter mais combativo das comunicações populares – no sentido político-ideológico, de contestação e *projeto de sociedade* – foi cedendo espaço a discursos e experiências mais realistas e plurais (no nível do tratamento da informação, abertura à negociação) e incorporando o lúdico, a *cultura* e o divertimento com mais desenvoltura, o que não significa dizer que a combatividade tenha desaparecido. Houve também a apropriação de novas tecnologias da comunicação e incorporação com mais clareza da noção do acesso à comunicação como direito humano. (PERUZZO, 2009a, p. 52, grifo nosso)

Tudo isso, na verdade, aponta para o abrandamento de uma visão política radical (dura, ortodoxa ou “apocalíptica”) e a emergência de um viés mais “integrado” (FRANÇA, 2013) ou “menos politizado”, sem deixar de ser combativo. (PERUZZO, 2009a) Uma transformação que acompanhava um movimento ainda mais amplo do pensamento social brasileiro, conforme apontou Liedke Filho.¹¹

Essa mudança pode por ser verificada na própria noção de comunidade que passa a integrar amplos setores da sociedade ao invés de se referir somente a uma classe social. Marcondes Filho vê aí uma modificação muito importante, pois indica o enfraquecimento de um significado “retrógrado”, “uma visão romântica e idealista de ‘recuperação’ de um mundo não tão dominado por contradições capitalistas, um mundo como na utopia da ‘comunidade comunista’, que tem existência exclusiva no imaginário das esquerdas”. Segundo ele,

11 Segundo o autor, uma “Nova Sociologia” emerge nas últimas décadas do século XX (ancorado em autores como Bourdieu, Foucault, Giddens, Elias, Habermas e Weber), deslocando os estudos sobre os movimentos democrático-populares para as questões (microsociais) de identidade e representação: “A Sociologia no Brasil, no período dos anos 60 e 70 para os anos 90, vivenciou uma passagem de análises macros-sociológicas de crítica ao modelo econômico-social excludente do ‘milagre’ e de crítica ao modelo autoritário para uma microsociologização dos estudos. Em grandes linhas, verificou-se uma evolução temática da Sociologia brasileira nos seguintes termos: de grandes interpretações macroestruturais do modelo econômico-político-cultural do regime anterior, passou-se para a análise dos agentes e características da transição democrática, seguida dos temas da democratização necessária, dos movimentos sociais e da estratégia de reativação da sociedade civil. Rapidamente, ocorreu uma dissociação da questão dos movimentos sociais em relação a condições macroestruturais, passando a Sociologia a dedicar-se massivamente a focar as identidades e representações sociais dos movimentos urbanos e rurais, do movimento sindical, dos movimentos feministas e gay, do movimento negro e dos movimentos ecológicos.” (LIEDKE FILHO, 2005, p. 425-426)

Comunidade não pode ser vista como uma alternativa à sociedade (capitalista, no caso). É parte dela, e sua lógica funciona junto com a da sociedade maior, despersonalizada, anônima etc. É somente dentro dessa perspectiva que cabe colocar o problema da comunidade e da comunicação (do jornalismo) dentro dela. (MARCONDES FILHO, 1992, p. 156)

O rompimento semântico entre comunidade e classe social faz-se necessário, segundo o autor, a fim de conferir maior concretude política às inúmeras comunidades (ou grupos de pressão popular), uma vez que essas possuem “leis próprias e talvez mais condições de entrosamento e de auto-realização do que a classe.” (MARCONDES FILHO, 1992, p. 157)

Em um período que se via às voltas com o imperativo da redemocratização, o cuidado com a autonomia de grupos políticos e organizações populares constituía uma preocupação frequente para muitos pensadores brasileiros da Comunicação, entre eles, Marcos Palácios. Não à toa que em seu texto intitulado *Sete teses equivocadas sobre a comunidade e a comunicação comunitária* ele reivindica não só a disjunção conceitual apontada por Marcondes Filho, mas uma necessária revisão crítica da dicotomia fundadora, a *Gemeinschaft x Gesellschaft*, que, naquele momento, havia nos levado a alguns “equivocos”.

As comunidades exprimem diferenças dentro do sistema capitalista. Categorias profissionais diversas, conquanto certamente formadoras do conjunto de trabalhadores de um país, possuem características e especificidades que as diferenciam entre si. Ainda que elas possam se aproximar através de motivações de ordem geral (como uma luta contra uma política salarial governamental servindo como catalisador para várias comunidades de trabalhadores, por exemplo), as suas especificidades não devem ser perdidas de vista. *As comunidades de interesses, ainda quando constituídas por representantes de uma mesma classe social, não se diluem ou se confundem com a classe.* Tal preservação de especificidades e traços distintivos de grupamentos sociais diferenciados é, em nosso entender, sadia, e desejável. (PALÁCIOS, 1990, p. 106, grifo nosso)

Há, de fato, sempre algum risco nas apropriações dedutivistas ou dogmáticas (doutrinárias). No caso da aproximação da estrutura dicotô-

mica de Tönnies com as classes antagônicas, o risco pode variar desde a distorção da realidade vivida dos grupos (segundo imagens idealizadas) ao obscurcimento de fenômenos políticos não categorizáveis em termos de classe social.

Liedke Filho, citando Guerreiro Ramos, faz um alerta nesse sentido: certas aproximações, se por um lado mostram-se aprováveis do ponto de vista lógico, por outro, confirmam a fragilidade de um pensamento incapaz de pensar fora dos conceitos tradicionais, ou mesmo de criticá-los ou abandoná-los em função de outros mais ajustados a seu contexto social.

Houve tempo em que se tentou explicar a evolução do Brasil à luz das leis gerais da evolução sob a ótica positivista, sendo que ‘atualmente este dedutivismo é perceptível em trabalhos de sociólogos brasileiros aficionados do marxismo [...] Principalmente, quando tentam explicar os nossos problemas políticos e jurídico-sociais, muitos o fazem segundo estudos marxistas aplicados a países estrangeiros, ou segundo aplicação mecânica de categorias marxistas. Procedimento este, diga-se logo, que contraria a essência do marxismo, mas que assinala a força do impacto da situação colonial na psicologia do colonizado. (RAMOS, 1957 apud LIEDKE FILHO, 2005, p. 393)

De outro modo, a ampliação da ideia de comunidade para um conceito mais afinado com suas “leis próprias” (MARCONDES FILHO, 1992) ou com as “especificidades” dos grupos (PALÁCIOS, 1990) nos conduz a uma compreensão “hegeliana”¹² na medida em que desloca o protagonismo da classe social para o conjunto das instituições modernas (famílias, associações, partidos políticos e demais organizações civis), segundo a movimentação livre do espírito (subjetividade).

Ora, é em torno desse conceito que hoje tem gravitado a maioria das pesquisas comunicacionais dedicadas ao tema das comunidades. Desde

12 A referência filosófica pode ser encontrada no § 447 da *Fenomenologia do espírito*: “O espírito é a comunidade que para nós, ao entrarmos na figuração prática da razão em geral, era a essência absoluta, e que aqui emergiu em sua verdade para si mesmo, como essência ética consciente, e como essência para a consciência, que nós temos por objeto. É o espírito que é para si enquanto se mantém no reflexo dos indivíduos, e que é em si, - ou substância, - enquanto os contém em si mesmo. Como substância efetiva, o espírito é um povo; como consciência efetiva, é cidadão do povo.” (HEGEL, 1992, p. 11, grifo nosso)

aquelas de tendência militante, participativa (pesquisa-ação; análise, gestão e aperfeiçoamento de veículos comunitários), até aquelas de cunho comunitarista ou mobilizatória (uma resposta civil-democrática à onda neoliberal dos anos de 1980: jornais de bairro, ONGs ou grupos sociais, independentemente de sua condição econômica).

Enquadram-se também dentro desse princípio as “comunidades virtuais” que, nos últimos anos, tem chamado muita atenção dos pesquisadores do campo.

A expressão, trazida por Howard Rheingold em livro homônimo, relaciona-se a novas formas de associação e sociabilidade (em alguns casos, de politização) nesse território infotecnológico conhecido como “rede” (*web*).

As comunidades virtuais são agregados sociais que surgem da Rede, quando uma quantidade suficiente de pessoas leva adiante essas discussões públicas durante um tempo suficiente, com suficientes sentimentos humanos para formar redes de relações pessoais no espaço cibernético. (RHEINGOLD, 1996, p. 20)

Embora essas comunidades fossem já conhecidas desde o final do século passado pelos investigadores da Comunicação, a sua popularidade no século XXI viria com o uso massificado de microcomputadores pessoais e internet, de aparelhos móveis de telefonia, *games* e jogos *on-line*, além, é claro, dos sites de relacionamento (Orkut, Twitter, Facebook etc.).

As indagações sobre a natureza efetivamente sociotécnica dessas comunidades, além das numerosas expressões que se associaram a elas – em geral rótulos propagandeados pela mídia (ciberjornalismo, ativismo de sofá, protestos digitais, movimento *hacker* etc.) –, talvez justifiquem o interesse crescente de pesquisadores. Mas não se pode duvidar do grande impacto que essa expressão (comunidade virtual) produziu na disciplina ao embaralhar velhos conceitos (como é o caso da *Gemeinschaft*), exigindo de seus epistemólogos a revisão de seus fundamentos, ou ainda, ao ampliar seus objetos, conforme o novo contexto comunicacional nele implicado – agora não mais restrito às dicotomias e polarizações clássicas (emissor x receptor, dominador x dominado, comunicação de massa x comunicação alternativa, entre outras).

Mesmo que seja ainda difícil a aceitação da sociabilidade e da participação política em suas formas virtualizadas, a expressão dá notoriedade a essas questões, além das práticas da “comunicação distribuída” – modalidade comunicativa não mais monopolizada por um único agente (o emissor) e livre da unidirecionalidade processual que a caracteriza desde os seus primórdios.¹³

Em termos de pesquisa, os questionamentos sobre as comunidades virtuais trouxeram para a Comunicação outras importantes áreas do conhecimento (Estudos da Linguagem, Cibernética, Ciências da Computação, Informática, Filosofia), ampliando a sua base sociológica. Essas aproximações foram tributárias de uma crescente percepção sistêmico-estrutural que vinculava comunidade e comunicação mediante as problemáticas do comum: compartilhamento de subjetividades e arquivos digitais; colonização da linguagem/cultura pelas grandes empresas multimidiáticas; privatização e vigilância de bens coletivos; interdição, ruptura ou subversão de códigos e sistemas simbólicos e culturais.

A produtividade desse diálogo interdisciplinar permitiu resgatar conceitos comunitários tardiamente utilizados (por exemplo, a contra-hegemonia e o capital social¹⁴), além de ampliar outros já consagrados em seus campos de origem, mas que têm um desenvolvimento original na Comunicação (a interatividade e a mineração de dados, a *Lebenswelt*, a semiosfera, entre outros).

ESTADO DE ARTE DA COMUNIDADE

Paralelamente a essas intersecções teóricas, comparecem também na Comunicação importantes reflexões sobre o estatuto ontológico do refe-

13 Sobre a comunicação distribuída, ver Henrique Antoun (2008, p. 16): “Nos anos 90, o poder integrador das páginas web e do universo que formavam trouxe para a comunicação distribuída a reunião dos diferentes movimentos em ações coletivas, seja para empreender uma luta comum, seja para construir uma atividade comum. A dinâmica da distribuição das informações e dos debates desenvolvidos pelos grupos de discussão se alia à gestão do conhecimento como um bem comum de todos das páginas web e sítios virtuais. A paixão dispersiva das opiniões e ideologias e a paixão concentradora do consumo e dos gostos encontram sua remediação na mídia interativa de comunicação distribuída”.

14 Ambos os conceitos têm sido empregados às estruturas discursivas multimidiáticas.

rido conceito de comunidade.¹⁵ Inspiradas na filosofia desconstrutivista (ou pós-estruturalista) de pensadores como Georges Bataille, Maurice Blanchot, Jean-Luc Nancy, Jacques Derrida, Giorgio Agamben e Roberto Espósito, tais reflexões têm colocado sob suspeita o fundamento da comunidade e suas variadas manifestações conceituais (*Gemeinschaft*, comunitarismo, ética da comunicação etc.), qual seja, o substancialismo comunitário.

Por substancialismo comunitário pode-se compreender a lógica fundadora de toda comunidade: 1) definição de uma substância própria, essencial, supostamente expropriada (identidade, território, tradição etc.), que totaliza todo o grupo e que, portanto, deve ser recuperada; 2) exclusão das singularidades ou daqueles (sujeitos) que ora recusam tal ressarcimento (e ritualização), ora a criticam, ora propõem uma cisão interna do grupo.

Embora sejam variadas as expressões propostas por cada autor para fazer frente ao substancialismo das comunidades,¹⁶ essas se aproximam na percepção (e crítica) de um germe totalitário presente em toda manifestação comunitária. Segundo esses pensadores, nas tentativas de acooplamento conceitual visando adequá-la às demandas sociais e políticas do momento, o substancialismo comunitário permaneceu praticamente inalterado. Mesmo quando se parte de reformulações pontuais, como em Rheingold, o princípio que o orienta é ainda um essencialismo inquisidor, voltado tanto à satisfação pessoal na procura do outro (no caso da sociabilidade), quanto no uso da comunidade para fins políticos particulares de grupos e organizações sociais.

Essas críticas, entretanto, são de grande valor, pois alertam para uma necessária revisão epistemológica da comunidade não só no campo comunicacional, mas nas ciências humanas e sociais como um todo.

De fato, desde a importação sociológica da comunidade (do contexto europeu ao Brasil, e da Sociologia à Comunicação), observa-se que tal conceito nunca passou por uma provação ontológica, sendo incorporado pragmaticamente pelas preocupações (ou temas) consoantes aos fatos

15 Cf. Paiva (2007).

16 Comunidade dos sem comunidades (Bataille), comunidade inconfessável (Blanchot), comunidade inoperante (Nancy), comunidade anacoreta (Derrida), comunidade que vem (Agamben), *communitas* (Espósito).

históricos brasileiros, sob a ótica de determinados agentes: crítica aos modelos econômico-excludente e político-autoritário; exaltação dos movimentos sociais urbanos e rurais (além do novo sindicalismo); participação e comportamento político sob a dominância da Teoria da Dependência. (LIEDKE FILHO, 2005, p. 399-400)

De maneira dispersa, porém incisiva, autores como Palácios, Farré e Sodré, já há algum tempo, vem apresentando o lado limitador e contraditório das apropriações substancialistas da comunidade (a exemplo da *Gemeinschaft*), acautelando-nos sobre o seu uso irrefletido e inconsequente, bem como exigindo o revisionismo crítico-ontológico para seus campos de aplicação.

No citado texto de Palácios (1990), por exemplo, o autor examina pontos nevrálgicos da comunicação alternativa que se tornaram verdades inquestionadas, tais como o dogma dos movimentos comunitários enquanto ideal progressista (e não como algo potencialmente conservador) ou aquilo que o autor chama de “síndrome do partipacionismo”, a exigência de certas condições para que algo seja “da comunidade”.

Pode-se ver nessa síndrome uma espécie de transcendentalização do comum da comunidade, ou seja, o estabelecimento de uma relação específica (universal – particular) para a totalidade dos entes comunitários. Nessa relação, determina-se um modelo ideal e abstrato de comunidade (a participação), a partir do qual todos os entes já entram como degradações. Inexiste aqui qualquer “imanência” (emergência singular), considerando-se apenas uma única “eminência” (erudição valorativa deliberada de cima para baixo) e manifestações menores (degradadas), segundo a estruturação hierárquica subjacente.

Outra crítica ao substancialismo da comunidade provém de Farré e se dirige às disciplinas que, assim como a Comunicação, dedicam-se ao desenvolvimento local ou comunitário. Segundo ele, essas disciplinas partem de pré-concepções da *Gemeinschaft* (ou de construções idealizadas) e, em geral, obrigam os pesquisadores a formatarem seus trabalhos segundo essas imagens ou a participarem dos projetos sociais já implementados.

Mesmo quando a intervenção comunitária visa o aprimoramento ou o fortalecimento das formas de ação e participação da comunidade (à margem dos interesses do Governo e outras agências públicas ou privadas), opera-se, com frequência, a partir da visão idealizada

do profissional da atividade comunitária. Semelhante pré-concepção costuma *superestimar a orientação ao consenso e a paixão participativa dos atores sociais*, de modo que, ao topar com os conflitos internos e com os modos de reação excludente que se apresentam realmente em suas comunidades de intervenção, o trabalhador comunitário se vê forçado a operar como um conselheiro e mediador tutelar. Em suma, a instrumentalização da intervenção comunitária, por agências cada vez mais profissionais de investigação e desenvolvimento comunitário, não só faz com que a busca de resultados se enquadre em diretrizes prévias, *forçando a comunidade a enquadrar-se em uma estrutura ou marco organizativo teoricamente pré-fixados*. Ademais, a intervenção comunitária inspirada na concepção expressiva da comunidade [*Gemeinschaft*] introduz demasiadas presunções idealizadas sobre a harmonia e o pertencimento comunitário. (FARRÉ, 2010, p. 78, grifo nosso)

Às comunidades virtuais pesam também críticas como aquelas que recaem sobre o pressuposto democrático da informação (seu acesso público e ilimitado) ou sobre o pensamento liberal e/ou tecnicista – “utopias cibernéticas”, nas palavras de Sodré – que nos últimos anos tem ocupado o vazio deixado pelas antigas vanguardas políticas; uma nova “mitologia (sustentada pela ideologia moral da boa consciência tecnológica), na qual comunidade e ética universalista se constroem por mero efeito de uma interatividade cibernética, democrática e mercadologicamente administrada.” (SODRÉ, 2002, p. 203)

Essa mitologia, segundo o autor, dá a impressão de um reavivamento político da comunidade numa nova esfera “tecnocultural”. Porém, é exatamente o contrário o que decorre, pois a formação de “redes de relações pessoais no espaço cibernético”, como atesta Rheingold (leia-se: uma rede intimista, personalista ou familiar), aniquila a “simbolização”,¹⁷ a ambivalência ou o conflito decorrente da presença (ou acolhimento) do outro (diferente).

17 Simbolização, para Sodré (2005, p. 37), designa uma situação conflitiva, a troca de um símbolo (sistema de regras) por outro. “O que se troca? Não é a natureza pela convenção, [...] mas uma convenção por outra, um termo grupal por outro, sob a égide de um princípio estruturante que pode ser o pai, o ancestral, Deus, o Estado etc. É o símbolo que permite ao sentido engendrar limites, diferenças, tornando possível a mediação social. E só pode fazê-lo enquanto é uma ordem irreduzível a qualquer outra”.

A cultura cibernética apresenta-se até agora como ‘des-simbolizante’, na medida em que se constrói em torno de relações imaginárias sem saídas externas para o desejo dos sujeitos e em que politicamente pretende neutralizar conflitos e tensões (o único a ser considerado é a pane ou o rearranjo técnico do sistema), seja na troca estritamente comunicacional, onde vige a retroação museificante e arqueológica dos conteúdos culturais; seja na relação genérica de um ‘eu’ com um outro. Pretende, na verdade, controlar ou virtualizar a própria dimensão simbólica. (SODRÉ, 2002, p. 164-165)

Segundo tais autores, tomar a comunidade como classe social, manifestação da cultura ou de um “eu” agigantado nas redes cibernéticas, constituem práticas que, de saída, suprimem a singularidade das associações humanas presentes nos espaços sociais. O uso de um quadro pré-definido, embora possa nos ajudar na orientação sobre os vetores associativos predominantes em uma determinada formação histórico-social, de algum modo, corrobora para sua inércia ou monotonia, na medida em que ignora manifestações não subjetivas que passam fora ou atravessam obliquamente as categorias transcendentais.

No atual estado de arte das pesquisas sobre comunidade, sobretudo na Comunicação, etnografias e estudos de casos em torno dessas singularidades (experiências micropolíticas, práticas artísticas, fenômenos não subjetivos) são sintomáticos de uma mudança radical na forma de se pensar a comunidade.

A transição de um modelo dual simplificador para as diversidades humanas (multiculturalismo), e dessas recentes e heterogêneas manifestações sociais amparadas por dispositivos móveis de comunicação, traçam aqui não uma linha histórico-evolutiva da semântica comunitária, mas um campo de tensões interpretativas de um conceito imprescindível ao pensamento social e à Comunicação.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANTOUN, H. (Org.). *Web 2.0: participação e vigilância na era da comunicação distribuída*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

- CHAUÍ, M. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- DORNELLES, B. Divergências conceituais em torno da comunicação popular e comunitária na América Latina. *E-compós*, v. 9, p. 1-18, ago. 2007. Disponível em: <<http://compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/176/177>>. Acesso em: 19 jul. 2013.
- FARRÉ, J. G. R. Gemeinschaft, communitas y otras Comunidades. *Revista Pléyade*, Santiago de Chile, Ano 3, n. 6, p. 65-86, jul./dez. 2010.
- FONSECA JR. W. C. Comunicação rural: em busca de novos paradigmas. In: DUARTE, J; BARROS, A. T. (Org.). *Comunicação para ciência, ciência para comunicação*. Brasília: Embrapa, 2003, p. 95-111.
- FRANÇA, V. R. V. Crítica e metacrítica: contribuição e responsabilidade das teorias da comunicação. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 22., 2013, Salvador. *Anais...* Salvador: UFBA, 2013, p. 2. Disponível em: <http://compos.org.br/data/biblioteca_2059.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2013.
- FREIRE, P. *A importância do ato de ler*. São Paulo: Editores Associados, 1989.
- _____. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do espírito*. Vol. II. Petrópolis: Vozes, 1992.
- LIEDKE FILHO, E. D. A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. *Sociologias*, Porto Alegre, Ano 7, n. 14, p. 376-437, jul/dez 2005.
- MARCONDES FILHO, C. *Quem manipula quem?* Petrópolis: Vozes, 1992.
- MARQUES DE MELO, J. Imprensa comunitária no Brasil. *Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo, n. 2, p. 49-60, 1979.
- MARQUES DE MELO, J; TRIGUEIRO, O. (Org.). *Luiz Beltrão: pioneiro das ciências da Comunicação no Brasil*. João Pessoa: Ed. UFPB, 2008.
- NANCY, J-L. *La comunidad inoperante*. Santiago de Chile: ARCIS, 2000.
- NISBET, R. A. *The sociological tradition*. New York: Basic Book, 1966.
- PAIVA, R. (Org.). *O retorno da comunidade*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- PALACIOS, M. Sete teses equivocadas sobre comunidade e comunicação comunitária. *Comunicação e Política*, Salvador, v. 9, n. 11, p. 103-110, 1990.
- PERUZZO, C. M. K. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. *Revista ECO-Pós*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 46-61, ago. 2009a.
- _____. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 17, p. 131-146, jun. 2009b.
- RHEINGOLD, H. *La comunidad virtual*. Barcelona: Gedisa Editorial, 1996.

SILVA, R. P. de Q. (Coord.). *Temas básicos em Comunicação*. São Paulo: Edições Paulinas/INTERCOM, 1983.

SODRÉ, M. *Antropológica do espelho*. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. *A verdade seduzida*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

STAVENHAGEN, R. Siete tesis equivocadas sobre America Latina. In: _____. *Sociología y Subdesarrollo*. México: Nuestro Tiempo, 1981, p. 15-84.

TÖNNIES, F. Comunidade e sociedade. In: MIRANDA, O. (Org.). *Para ler Ferdinand Tönnies*. São Paulo: EdUSP, 1995, p. 229-352.

VALLADARES, L. P. *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

Sobre contribuições epistemológicas de Paul Ricoeur para estudos em Comunicação: ação, narrativa e acontecimento

INTRODUÇÃO: PAUL RICOEUR E A COMUNICAÇÃO

As comemorações do centenário de nascimento de Paul Ricoeur, em 2013, são um momento oportuno para destacar algumas das contribuições da obra do filósofo para o campo de estudos em Comunicação. No Brasil, diversos pesquisadores vêm se apropriando das obras de Ricoeur para tratar de questões concernentes à esfera dos problemas comunicacionais, entre as quais discussões sobre temporalidades (BARBOSA, 2008), narrativas (MOTTA, 2004; RESENDE, 2009) e epistemologia. (BARROS, 2012; CARVALHO, LAGE, 2012; FRANÇA, 2013) Em outros países, a filosofia ricoeuriana também tem sido inspiradora para uma série de pesquisas do campo da Comunicação, especialmente aquelas que têm as narrativas como lugar de desafios teóricos e metodológicos (ARQUEMBOURG, 2003; LITS, 1997; TÉTU, 2000) São escassas, porém, as referências diretas a Ricoeur como um autor cuja vasta obra tem oferecido aportes teóricos significativos para o entendimento de processos comunicacionais. (BARBOSA, 2006; CARVALHO, 2012)

Embora raramente tenha tratado de problemas específicos e circunscritos ao horizonte de estudos em Comunicação, a filosofia ricoeuriana vem fornecendo *insights* de grande relevância para conceitos e questões caros ao nosso campo, como os de texto e interpretação (RICOEUR, 1989), de narrativa (RICOEUR, 2010a; 2010b; 2010c), de identidade (RICOEUR,

1991a), de memória e esquecimento (RICOEUR, 2007), além de noções importantes para estudos recentes da área, como as de acontecimento (RICOEUR, 1991b), reconhecimento (RICOEUR, 2006), entre outras. Um raro exemplo de referência desse autor à comunicação como interesse central é a conferência *Discours et communication*, proferida em 1971, em que o filósofo a define como um acontecimento enigmático, um “paradoxo que a experiência cotidiana e a linguagem ordinária dissimulam”. (RICOEUR, 2004, p. 52) Esteado na fenomenologia, Ricoeur preocupava-se, então, com os desafios da comunicabilidade ainda em termos linguísticos, mas já relativos à práxis e à reflexividade.

Foi com a mudança de percurso em direção à hermenêutica, na virada da década de 1970 para a de 1980, que vieram as principais obras de Ricoeur apropriadas por estudiosos da Comunicação: *A metáfora viva*, *Do texto à ação* e *Tempo e narrativa*. É importante demarcar, de saída, a hermenêutica ricoeuriana como perspectiva cuja tarefa ultrapassa significativamente as abordagens anteriores de F. Schleiermacher ou de W. Dilthey, subordinadas à exegese, à semiologia e à filologia dos textos clássicos de um ponto de vista restritivo. Para Ricoeur, na esteira de Gadamer e Heidegger, a hermenêutica não deve se submeter à busca por sentidos imanentes, por intenções ocultas ou pelo simples equilíbrio entre o primado da objetividade e da subjetividade interpretativas. Em linhas gerais, a hermenêutica seria “a teoria das operações da compreensão em sua relação com a interpretação dos textos” (RICOEUR, 1990, p. 17), proposta à qual devemos acrescentar premissas como a complementaridade entre os gestos compreensivo e explicativo, a orientação por uma noção não estruturalista de texto, o postulado da fusão de horizontes como modelo de compreensão da experiência da linguagem e, principalmente, a recusa de qualquer pretensão epistemológica de dominar o sentido.

Mais tarde, em obras como *Tempo e narrativa*, *O si-mesmo como um outro* e *A memória, a história, o esquecimento*, Ricoeur avança em sua própria perspectiva em direção a uma hermenêutica narrativa, a uma hermenêutica do si e a uma hermenêutica da condição histórica. Como afirma Gagnebin (1997, p. 266), o filósofo opera uma virada em relação ao sentido clássico da hermenêutica, o que compele essa abordagem a uma tarefa mais ambiciosa: “a da interpretação e da compreensão não apenas do(s) sentido(s) já dado(s), mas igualmente dos processos de criação de

sentido(s)”. E tais processos já não se restringem mais aos escritos e às escrituras. Contemplam, principalmente, as constituições de narrativas, de identidades e de memórias a partir de processos diversos, segundo esquemas práticos de compreensão da experiência dos acontecimentos, da experiência de si e das experiências da memória e do esquecimento.

No escopo deste capítulo não poderíamos pretender sumarizar aquilo que, dentre a vasta produção de Ricoeur, vem sendo apropriado por autores da Comunicação. Nossa intenção é demarcar algumas contribuições mais representativas e já incorporadas por nosso campo de estudos, seja como pano de fundo teórico-metodológico, seja como abordagens teórico-conceituais específicas. Nosso ponto de partida será o conjunto de pressupostos que fundamentam a hermenêutica narrativa de Ricoeur, relativos principalmente à atividade mimética e à tessitura de intrigas como par constituinte do círculo hermenêutico. Em seguida, exploramos a dimensão pragmática dessa abordagem hermenêutica, o alcance e os limites das ideias ricoeurianas de narrativa e intriga, para, ao final, situarmos as contribuições do filósofo para a Comunicação à luz da compreensão do acontecimento a partir da visada narrativa.

A NOÇÃO DE NARRATIVA E SUAS POSSIBILIDADES

Em relação ao período de lançamento de *Tempo e narrativa*, obra das mais decisivas no projeto filosófico de Ricoeur, as apropriações do autor começaram tardiamente no Brasil. Naturalmente, a Filosofia se antecipou aos demais campos, promovendo as primeiras leituras (NUNES, 1988), sendo sucedida pela História e pela Literatura. (COSTA LIMA, 1989; REIS, 2007) A demora se explica, em parte, pelo atraso das traduções da obra do filósofo, feitas somente uma década após o lançamento em língua francesa. É na virada dos anos 1990 para os anos 2000 que encontramos as primeiras referências ao trabalho de Ricoeur feitas por pesquisadores da Comunicação, relativas, então, às noções de narrativa e de tempo, tais como desenvolvidas nos três volumes de *Tempo e narrativa*. Desde então, a abordagem narrativa ricoeuriana ganhou inúmeras apropriações, especialmente dos estudos em jornalismo.

As contribuições de Ricoeur reveladas e exploradas pelo conjunto de leituras empreendidas na Comunicação são de ordens diversas: do pon-

to de vista teórico, ofereceram uma alternativa ou complementaridade às visadas essencialmente discursivas dos fenômenos jornalísticos (RESENDE, 2009); do ponto de vista metodológico, forneceram novas formas de apropriação dos produtos e processos jornalísticos, observando aspectos éticos, poéticos e estéticos relativos aos lugares de problema das investigações. (MOTTA, 2004) Há, no entanto, uma carência relativa às contribuições de ordem epistemológica, ainda que mantenham o problema da narrativa como eixo balizador – deixando temporariamente de lado, por exemplo, discussões sobre texto e referencialidade, identidade, memória e esquecimento, entre outras. Nossa retomada, portanto, será menos no sentido de recensar as proposições do filósofo do que no de tirar consequências de cunho epistêmico, apontando para o que acreditamos ser importantes repercussões de sua abordagem para a Comunicação.

A perspectiva narrativa de Ricoeur possui ao menos dois pontos de partida, revelados na conhecida e muitas vezes pouco problematizada fórmula: “o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo, e a narrativa alcança sua significação plenária quando se torna uma condição da existência temporal.” (RICOEUR, 2010a, p. 93) Repetimos a fórmula, dessa vez em outra síntese e com outra tradução, talvez mais precisa: “o tempo *devém* tempo humano na medida em que é articulado de modo narrativo, e os relatos *adquirem sentido* ao tornarem-se as condições da existência temporal.” (RICOEUR, 2012, p. 300, grifos nossos) A diferença entre o *se tornar* e o *devir* é suave, mas decisiva. Ricoeur de maneira alguma confina a experiência do tempo – ao mesmo tempo prática, cotidiana, pessoal e coletiva – à narrativa. Pelo contrário, se o filósofo convoca a discussão sobre a inescrutabilidade do tempo para sua empreitada sobre a narrativa é porque o tempo, por sua natureza enigmática, prática e fenomenológica, é exatamente aquilo que nos permite narrar e dar sentido e inteligibilidade às experiências. Em corolário, transposto pela narrativa, o tempo *vem a ser* humano, porque, à revelia desse gesto compreensivo, permaneceria sempre enigmático e inescrutável.

Os fundamentos da hermenêutica narrativa ricoeuriana são constituídos principalmente pelos conceitos de *mise en intrigue* e de mimese, ambos interpretados a partir da *Poética* aristotélica. A tessitura da intriga se refere à “organização dos fatos”, ação pela qual se promove uma “síntese do heterogêneo”, integrando fatos e ações temporalmente dispersos

na totalidade de uma história. Por *mise en intrigue*, então, entende-se uma atividade, e não uma estrutura, correlativa à dimensão de ato da mimese (mimese II), por sua vez definida como representação da experiência prática. Mas é necessário precisar essa compreensão da mimese como representação.

Uma concepção platônica nos levaria à ideia de mimese como representação no sentido da imitação, da duplicação das coisas, ou mesmo da falsificação, enquanto que a perspectiva aristotélica toma a atividade mimética como imitação necessariamente criativa e criadora, como recriação. Para Ricoeur, narrar significa empreender uma atividade mimética, operar uma “transfusão poética da realidade” via tessitura da intriga. (NUNES, 1988, p. 14) Essa tessitura, enquanto atividade configuradora e organizadora dos fatos em uma história, remete-nos a um esquema narrativo de compreensão da experiência, o *verstehen* narrativo. A compreensão narrativa seria o nexos elementar que se estabelece entre ações, acontecimentos e personagens conjugados pela tessitura da intriga.

Uma característica da *mímesis* seria visar o *mythos*, não seu caráter de fábula, mas seu caráter de coerência. Seu ‘fazer’ seria logo de partida um ‘fazer’ universalizante. Todo o problema do *Verstehen* [compreensão] narrativo está contido aqui em germe. Compor a intriga já é fazer surgir o inteligível do acidental, o universal do singular, o necessário ou o verossímil do episódico. (RICOEUR, 2010a, p. 74, grifos do autor)

O processo mimético, contudo, não poderia se esgotar apenas na relação entre a intriga e a experiência prática que aquela transpõe narrativamente, pois há todo um universo de sentidos éticos e culturais que, em certo aspecto, antecede o fazer narrativo porque diz respeito à nossa pré-compreensão do mundo prático (mimese I); por outro lado, não estaríamos discutindo hermenêutica se negligenciássemos o papel decisivo dos espectadores e leitores em relação às narrativas (mimese III). Nesse sentido, a tessitura da intriga (mimese II) assume uma função de mediação, conduzindo-nos do “antes do texto” ao “depois do texto”, em uma espiral de sentidos. E é precisamente essa função exercida pela *mise en intrigue* que nos leva à inscrição da narratividade num processo eminentemente

comunicativo, em que são consideradas instâncias narrativas a experiência prática, a composição poética e a interação.

Quando divide o processo mimético, isto é, a atividade de transposição poética de nossa experiência no mundo, Ricoeur não estabelece uma linearidade temporal, tampouco um esquema fixo e procedimental da ação de narrar, como se fossem etapas meramente sucessivas. Trata-se de uma divisão analítica na qual a tessitura da intriga assume função mediadora entre a experiência prática e a compreensão narrativa: “*mimesis II* extrai sua inteligibilidade de sua faculdade de mediação, que é a de conduzir do antes ao depois do texto, de transfigurar o antes em depois por seu poder de configuração.” (RICOEUR, 2010a, p. 94) A faculdade de mediação diz respeito àquele conjunto de operações segundo as quais uma narrativa se destaca do viver, do agir e do sofrer para ser ativada, por assim dizer, por um leitor que projeta o “mundo do texto” pelo ato de leitura, e o funde a seu próprio mundo.

É construindo a relação entre os três modos miméticos que constitui a mediação entre tempo e narrativa. É essa própria mediação que passa pelas três fases da *mimesis*. Ou, para dizê-lo com outras palavras, para resolver o problema da relação entre tempo e narrativa, tenho de estabelecer o papel mediador da composição da intriga entre um estágio da experiência prática que a precede e um estágio que a sucede. (RICOEUR, 2010a, p. 95, grifo do autor)

Devemos ressaltar, portanto, o caráter de ação intrínseco à atividade narrativa, à montante, à jusante, e em seu cerne. Narrativas, segundo Ricoeur, dizem respeito à experiência prática (*mimesis praxeos*) porque se enraízam necessariamente na compreensão prévia que temos do mundo das ações; mas também porque a própria tessitura da intriga é uma ação, um gesto de composição e organização de elementos da experiência prática sendo poeticamente transpostos; e principalmente porque o círculo mimético não poderia nem mesmo se iniciar se não fosse o caráter produtivo da interação, sem a qual as narrativas se resumiriam a materialidades sem sentido, ou, nos termos do autor, apenas um esboço para leitura. A narrativa, diz Ricoeur (2010a, p. 122-123), “alcança seu sentido pleno quando é restituída ao tempo do agir e do padecer da *mimesis III*”. Cabe ao leitor, assim, conduzir a refiguração da narrativa, atualizá-la em leitura.

Demarcando seu afastamento em relação ao estruturalismo e à semiótica, Ricoeur abandona o texto – no sentido estrito, formal e material – como conceito operatório em favor da reconstituição do círculo hermenêutico, isto é, das “operações mediante as quais a experiência prática dá a si mesma obras, autores e leitores”. (RICOEUR, 2010a, p. 95) A nosso ver, o reconhecimento da dimensão prática intrínseca ao círculo hermenêutico de Ricoeur associado ao entendimento da narrativa como esquema compreensivo da experiência temporal e prática constituem um modelo bastante produtivo do ponto de vista comunicacional, uma vez que conjuga as dimensões culturais, pragmáticas e estéticas da atividade mimética – da pré-figuração à refiguração das narrativas, passando pela configuração. E, embora preponderem os exemplos literários nos escritos de Ricoeur, veremos adiante que a renúncia à perspectiva estruturalista acaba por abrir o horizonte de possibilidades dessa abordagem.

Um exemplo que vem norteando a adoção dessa perspectiva hermenêutica é a percepção do jornalismo à luz da narratividade ricoeuriana. Assim, para além de uma preocupação restrita às discursividades, tanto o enraizamento cultural e ético do jornalismo e suas narrativas quanto os processos de interação que acionam a produção e as disputas de sentidos passam a fazer problema, cuja resolução não poderia se restringir nem à explicação afeita aos aspectos estruturais e imanentes dos textos nem à sua compreensão irrestrita. Segundo Motta (2004, p. 11), com a perspectiva ricoeuriana, estaria aberto

[...] um caminho mais fértil e de muito maior poder explicativo e analítico para o exame dos enunciados jornalísticos como narrativas. A força narrativa dos enunciados jornalísticos estaria menos nas qualidades narrativas intrínsecas do texto das notícias e reportagens ou no confronto entre o estilo descritivo e o narrativo, mas principalmente no entendimento da comunicação jornalística como uma forma contemporânea de domar o tempo, de mediar a relação entre um mundo temporal e ético (ou intratemporal) pré-figurado e um mundo refigurado pelo ato de leitura. Uma trilha que põe a narrativa no campo dos atos de fala e das relações pragmáticas.

Assim, embora se possa argumentar que as abordagens do jornalismo pelo viés das narrativas não são recentes, os termos dessa apropriação

se modificam de forma radical. A narratividade jornalística deixa de ser uma “qualidade” textual ou uma questão de gênero para se tornar uma forma de abordagem mais atenta, por exemplo, à comunicação jornalística em uma tripla dimensão: relativa ao universo axiológico e cultural que antecede as narrativas e também as atravessa em todos os níveis do processo mimético; relativa aos jogos de sedimentação e inovação que regulam a configuração de narrativas; e, por fim, às múltiplas possibilidades de interação, interpretação e apropriação das narrativas jornalísticas. Mas, para avançarmos em direção aos argumentos de cunho epistemológico mais amplo, ainda é necessário nuançarmos os termos pragmáticos da hermenêutica de Ricoeur.

ACÇÃO E HERMENÊUTICA EM PAUL RICOEUR

Um pano de fundo epistemológico permeia todo o escopo das reflexões de Paul Ricoeur e é chave preciosa para que não sejam enviesadas as apropriações das suas contribuições para o campo comunicacional. Trata-se das noções de ação e hermenêutica, que se encontram intimamente ligadas, de tal modo que é possível se afirmar sobre a filosofia ricoeuriana um constante cuidado com a ação hermenêutica, que deixa de ser uma mera questão de interpretação de sentidos precedentes, fixos e imanentes.

É o caso, por exemplo, quando, nos marcos das reflexões sobre as narrativas, o problema da ação hermenêutica se inscreve no círculo da tríplice mimese. (RICOEUR, 2010a) Isso implica pensarmos o ato de configuração narrativa segundo uma articulação entre temporalidades e intriga que parte de um mundo cultural, moral e eticamente anterior – o que seria o primeiro momento do processo mimético: mimese I. Se a esse processo corresponde um mundo prefigurado, a ação hermenêutica está na configuração narrativa, o estágio de mimese II, que supõe agenciar e organizar fatos, personagens, ações e acontecimentos dispersos – ou discordantes – rumo à concordância a favor da inteligibilidade do que é narrado. Ou melhor, para usarmos os termos do autor, trata-se de inseri-los na dinâmica da concordância discordante ou da discordância concordante.

Não está em jogo, como se percebe, a mera interpretação dos sentidos éticos, morais e culturais que precedem a nossa própria entrada em cena no mundo e, mais particularmente, no mundo das articulações nar-

rativas, mas a necessária sagacidade de, também em função da capacidade de interpretação, propor novos sentidos ao mundo narrado, o que é parte constitutiva dos modos pelos quais nos situamos nesse mundo que nos precede, tornando-o também (coletiva e intersubjetivamente) nosso.

O processo do círculo hermenêutico virtuoso, contudo, não encontra termo final em mimese II, mas abre-se a múltiplas interpretações em mimese III, posto que é no trabalho de leitura que as narrativas se abrem à constituição de sentidos. Ou seja, ao mundo prefigurado de mimese I, mediado pela configuração de mimese II, a leitura das narrativas em circulação situa a mimese III como o lugar certamente mais rico e complexo da perspectiva de uma permanente ação hermenêutica. É aqui que, como afirma Ricoeur, entram em jogo o que se assemelha a uma espiral, que, embora possa golpear a vista com a sensação de retorno ao ponto de origem, está longe da repetição estéril ou da tautologia morta, mas aberta a outra condição cara ao pensamento ricoeuriano, a da inovação semântica.

Se entendemos a inovação semântica tanto no sentido da abertura a infinitas possibilidades do “como se” no que diz respeito às ficcionalidades e a possibilidade também infinita de compreensão dos sentidos do passado, presente e futuro com a qual lidam historiadores e jornalistas quanto na perspectiva das virtualidades de sempre atribuir novos sentidos aos acontecimentos e aos modos como os narramos, é-nos possível compreender que a ação e a hermenêutica, de fato, fazem sentido em conjunto na obra de Paul Ricoeur. O gesto narrativo se constitui, assim, como uma ação sobre o agir. Transpõem-se poeticamente as ações e acontecimentos do mundo, por meio da ação de compor intrigas, à condição de narrativas sempre disponíveis à inovação semântica, isto é, no sentido hermenêutico, às interpretações e reinterpretações.

São os marcos dessa ação hermenêutica, ou de uma hermenêutica da ação – termos que não significam a mesma coisa, mas apontam, de novo sob a forma de um círculo virtuoso, para a dialética agir no mundo/interpretar o mundo a partir da ação sobre ele – que nos permitem entender como Paul Ricoeur nos oferece um cipoal de conceitos e pistas metodológicas para a superação do que o caráter aporético da nossa compreensão e ação sobre o tempo poderia trazer de paralisia. Se não nos paralisamos ante a impossibilidade de uma solução definitiva para as aporias do tempo – as dificuldades de defini-lo e apreendê-lo – é porque as narrativas são

o que Ricoeur define, em parte, como “guardiãs do tempo”, sentido mais profundo do que eventuais sugestões de locais estáticos de arquivos memorialísticos podem fazer crer.

Novamente é a ação hermenêutica que nos impele à frente, que nos coloca o desafio permanente da busca de sentidos, fazendo-nos agir sobre o mundo e nossos modos de nele e com ele interagir. Narrar é, desse modo, espernear contra a perda da memória, forjar esquecimentos, lutar pela manutenção de sentidos ou pela construção de novos, mas também reconhecer que nossas experiências, se não podem jamais ser substituídas ou mesmo apreendidas em sua totalidade pelas narrativas que delas fazemos, também jamais podem ser mantidas em estado vivo ou de latência se delas não tecemos narrativas. Trata-se de assegurar a diferença – e não a independência – entre inteligência narrativa e de inteligência prática, mas também de tomar a ordem narrativa dos pontos de vista prático e hermenêutico em sua relação pulsante com a ordem das ações e acontecimentos no mundo:

Podemos resumir da seguinte maneira a dupla relação entre inteligência narrativa e inteligência prática. Ao passar da ordem paradigmática da ação para a ordem sintagmática da narrativa, os termos da semântica da ação adquirem integração e atualidade. Atualidade: termos que só tinham uma significação virtual na ordem paradigmática, isto é, uma pura capacidade de uso, recebem uma significação efetiva graças ao encaadamento sequencial que a intriga confere aos agentes, ao seu fazer e ao seu sofrer. Integração: termos tão heterogêneos como agentes, motivos e circunstâncias tornam-se compatíveis e operam conjuntamente em totalidades temporais efetivas. É nesse sentido que a dupla relação entre regras de composição da intriga e termos de ação constitui ao mesmo tempo uma relação de pressuposição e uma relação de transformação. (RICOEUR, 2010a, p. 100)

Um aspecto em particular nos interessa nesse campo de investigações: o das articulações entre narrativa e acontecimento, pois nelas vislumbramos um vasto campo a ser explorado em estudos sobre jornalismo, televisão, cinema e outros produtos e processos comunicacionais. Defendemos, nessa direção, que há uma dialética a ser explorada nas interconexões entre acontecimentos e narrativa, em que os primeiros

constituem aquilo de que se ocupam as mais diversas formas do narrar – ficcionais, históricas, comunicacionais e outras – enquanto essas se situam no campo das disputas de sentido a que todo acontecimento que mereça este estatuto está sujeito. Em outros termos, dialeticamente todo acontecimento ganha vida significativa à medida que é narrativamente colocado em jogos e disputas de sentido, revelando interesses individuais e coletivos, relações de poder e outros modos de interpretação e ação sobre o que atravessa nossa experiência. Pensar a dialética que permeia as relações entre acontecimento e narrativa é pensar ainda na dialética agir-sofrer implicada nos acontecimentos, pois, como nos lembra Ricoeur (1991b), todo acontecimento, ao acontecer a alguém (individual ou coletivo), não apenas age sobre nós, mas nos convoca a agir retrospectivamente sobre ele.

Dessa dinâmica resultam possíveis contribuições para uma epistemologia da comunicação de inspiração ricoeuriana, na qual o caráter relacional está presente em todas as etapas do processo de estar no mundo frente ao outro. Eis aí o que, no sentido proposto em *O si-mesmo como um outro*, constitui o pensamento ético que deve considerar que nossa alteridade não se constrói somente na relação com um outro diferente de nós, mas com um eu diferente de mim mesmo – que se consubstancia na dialética mesmidade-ipseidade. Somos, pela lógica da mesmidade, uma unidade ética e moral que tende à estagnação, que, no entanto, é negada pelo sentido da ipseidade, pois nosso confronto dialógico se dá com nossa história de vida, com nossas transformações físicas, éticas e morais. Metaforicamente, um caminho profícuo a se explorar na compreensão da historicidade dos modos como pensamos, fazemos e estudamos a Comunicação, seus processos e produtos.

Uma maneira de entender os problemas e desafios metodológicos da noção de hermenêutica em Ricoeur e que nos permite uma síntese dos problemas que a exploração do conceito traz às reflexões aqui propostas está na condição de não entendermos compreensão e explicação, elementos do processo interpretativo, como dois métodos que se opõem:

Nesse sentido, a compreensão envolve a explicação. Em contrapartida, a explicação desenvolve analiticamente a compreensão. Esta é a projeção, no plano epistemológico, entre o pertencimento de nosso ser aos seres e ao ser e o distanciamento que torna pos-

sível toda objetivação, toda explicação e toda crítica.
(RICOEUR, 2011, p. 131)

Uma ação hermenêutica, assim como uma hermenêutica da ação, colocam em jogo, conseqüentemente, nossos modos de narrar segundo condições que não são historicamente estáveis. A instabilidade se inscreve ao menos duplamente em nossas experiências e no modo como as narramos: pelas mudanças que ocorrem no mundo à nossa volta, da qual somos parte implicada e interessada, e pelas mudanças físicas, éticas e morais que experimentamos em nosso próprio percurso existencial, o que faz com que nos narremos distintamente em fases diferentes da nossa vida.

Do ponto de vista das experiências comunicacionais – mediadas ou não por dispositivos sociotécnicos – temos como corolário que as narrativas constituem ações que sustentam e dão forma material, significativa e sensível a produtos e processos jornalísticos (em suas múltiplas manifestações), a filmes, a telenovelas, entre outros. Mas também elas são materialidades presentes em nossas interações face a face que, a despeito dos arsenais à nossa disposição, ainda resistem como formas de narrar acontecimentos e experiências, compondo o rico repertório de narrativas que desafiam teórica e metodologicamente nossas empreitadas investigativas. Além de materialidades, é necessário acrescentar, as narrativas constituem metaforicamente um conjunto de saberes sobre nós mesmos e nossos mundos, abrindo outros desafios teóricos e metodológicos em sua exploração.

AS NARRATIVAS PARA ALÉM DAS APORIAS DO TEMPO E DA COMPOSIÇÃO DA INTRIGA

As apropriações dos conceitos de Paul Ricoeur sobre as narrativas realizadas pelos estudos em Comunicação têm caído facilmente na tentação de classificação – ou filiação – do autor a alguma corrente de pensamento. Pós-estruturalismo e narratologia são normalmente as mais comuns, o que traz como consequência o enviesamento da interpretação do pensamento ricoeuriano, cujas sutilezas convidam a não situar suas preocupações com as narrativas em função da busca de gêneros narrativos ou estruturas textuais. Nessa perspectiva, são frágeis mesmo aquelas críticas que cobram do autor uma expansão do escopo de análise das narrativas que de

fato, em sua vasta obra, deu mais atenção às particularidades dos desafios teóricos e metodológicos implicados em narrativas históricas e ficcionais.

Em resposta a essas perspectivas críticas, devemos lembrar que o próprio Ricoeur “aplica” o conceito de tríplice mimese à arquitetura, ao compreendê-la a partir de um esquema narrativo de inteligibilidade do mundo prático. Sobre esse paralelismo, o filósofo afirma que “a arquitetura seria para o espaço aquilo que a narrativa é para o tempo, ou seja, uma operação ‘configurante’”. (RICOEUR, 1998, p. 2, tradução nossa) Se narrar é inscrever o tempo na dialética da concordância e da discordância pela via da operação mimética, isto é, transpor o tempo da experiência ao todo temporal da intriga, a arquitetura seria também uma modalidade de transposição do espaço: toma-se o ato arquitetural em analogia à prefiguração, a construção como o gesto configurante e o habitar como momento de refiguração do espaço.

Sobre os desenvolvimentos da noção da tríplice mimese como possibilidade de análise da arquitetura como narrativa, Umbelino (2011, p. 147) lembra que ela se dá a partir da perspectiva de que ocupamos espaços urbanos coletivos ou do nosso lar em íntima conexão com nossos corpos. Desse modo,

A oposição entre uma concepção de espaço geométrico e uma concepção de espaço vivido nasce da constatação de que a concepção moderna de um espaço matemático, projectado como homogêneo, uniforme, isotrópico e infinito, está longe de exaurir a experiência que, enquanto corpo, fazemos do espaço, longe de poder anular o saber do espaço que ressoa através da nossa corporeidade. Do mesmo modo que em relação ao tempo se distinguiu entre ‘tempo do mundo’, mensurável, sequencial, indiferente e homogêneo, e um ‘tempo vivido’ onde as tradicionais dimensões do tempo se experimentam em infindáveis variações de intensidade e reciprocidade, assim também haverá lugar a distinguir entre a concepção de um espaço exterior ou espaço do mundo e um espaço vivido ou fenomenológico.

Da perspectiva epistemológica, portanto, não se trata simplesmente da transposição conceitual das proposições ricoeurianas de um campo a outro, mas da verificação, primeiro, da pertinência da “aplicação” dos conceitos desenvolvidos pelo autor, e, segundo, do estabelecimento de diálogo

gos no interior dos próprios desenvolvimentos teóricos e metodológicos de Ricoeur. Nesse particular, especialmente os últimos trabalhos do filósofo apresentam traços simultâneos de crítica e acréscimo àquilo que ele já vinha desenvolvendo ao longo dos anos. Matizes conceituais apresentados nesses últimos estudos são às vezes determinantes para evitar críticas apressadas ou mal localizadas, tornando a tarefa hermenêutica relativa ao pensamento ricoeuriano exigente.

Veja-se, por exemplo, no campo questões implicadas nas noções de narrativa, o que ocorre com outra corrente de críticas segundo as quais os limites impostos pelas noções de tessitura da intriga e articulações temporais não abririam possibilidades de outros enfoques para as narrativas e, nesse particular, estariam os problemas relativos à não identificação ou ao não desenvolvimento, em Ricoeur, de componentes estruturais das narrativas. Cremos ser essa a modalidade de crítica mais equivocada, não somente pelo fato anteriormente aludido de que não são as estruturas que movem teórica e epistemologicamente a empresa ricoeuriana ao tratar das narrativas, como, especialmente, pelo cuidado que o autor tem em situar, dos pontos de vista da materialidade textual das narrativas e das suas potencialidades heurísticas, as relações entre tessitura da intriga e tempo no escopo das possibilidades de compreensão dos modos como nos situamos espaço-temporalmente, tal como indica Umbelino (2011) relativamente a uma proposta de entendimento da arquitetura e do urbanismo pelo viés narrativo e que nos parecem preocupações também pertinentes para as apropriações analíticas no campo comunicacional. É a partir das nossas apropriações que questões outras serão incorporadas, mas o cuidado necessário é não propor que Ricoeur dialogue com empreitadas analíticas sobre as narrativas incompatíveis com as premissas por ele postuladas.

Uma pergunta em especial é desafiadora e, não por acaso, está na proposição que dá nome ao artigo de Baroni (2013), *Aquilo que a intriga cresce ao tempo: uma releitura crítica de Tempo e Narrativa, de Paul Ricoeur*. Valendo-se de críticas de outros autores, inclusive aquelas contemporâneas ao lançamento da trilogia *Tempo e narrativa*, Baroni não demonstra muita convicção de que estaria no caminho certo, fato perceptível no constante retorno a afirmações do próprio Ricoeur, titubeando o texto, conseqüentemente, entre suposições de lacunas – particularmente sobre se a tríplice mimese seria um círculo virtuoso ou vicioso – e a reafirmação de

acertos na empreitada ricoeuriana. O autor, ademais, cai na tentação de buscar estruturas e gêneros exatamente na contramão do que já destacamos: em Ricoeur, trata-se de agenciamentos, de entendimento a partir de esquemas de articulação, mesmo quando nos marcos das especificidades narrativas históricas e ficcionais, que em outros autores efetivamente ganham desenvolvimentos a partir de preocupações estruturais e/ou de classificações quanto a tipos textuais.

A crítica de Baroni nos parece nascer equívoca já na pressuposição exposta no título, pois o problema das relações entre tempo e tessitura da intriga não se colocam, ao contrário do sugerido, por uma relação de hierarquia ou de precedência. Mais do que isso, Ricoeur deixa claro, já no ousado diálogo entre Santo Agostinho e Aristóteles presente em *Tempo e narrativa*, que fará valer um dos princípios metodológicos de sua análise das narrativas, qual seja, o de que ela implica uma síntese do heterogêneo, fazendo assim da sua própria teoria sobre as narrativas uma narrativa sobre os limites e potencialidades das noções de tessitura da intriga e de tempo rumo às demais nuances que, por derivação dos princípios fundadores de sua reflexão, serão desenhadas ao longo de sua gigantesca empreitada intelectual anterior e posterior aos três tomos de *Tempo e narrativa*. A relação entre tempo e tessitura da intriga, assim sendo, somente pode ser entendida como dialetizada, uma a favor da outra, e não uma contra a outra ou em relação de assimetria, mas ambas a serviço da narrativa, da produção de sentidos e da compreensão de nosso mundo prático.

O mérito de Baroni deve ser destacado no reconhecimento das potencialidades que inspirações ricoeurianas trazem para o campo das problemáticas comunicacionais. Mas é preciso ler com cuidado sua proposição.

Além disso, pode-se observar uma tendência, em minha opinião bastante legítima, ao desejo de integrar à segunda *mimese* uma narratividade transgenérica e transmidiática, o que conduz a generalizar a proposição de Ricoeur sobre as narrativas não somente midiáticas, mas também orais e conversacionais (Bres, 1994). Se continuássemos este movimento de generalização até integrar ao processo de '*mise en intrigue*', os trabalhos atuais que tratam da apreensão cognitiva das ações e dos acontecimentos, não haveria mais, portanto, razão para refletir sobre o que está na *mimese* II, uma vez que a *mimese* I, se considerada como uma modalidade pré-

narrativa [sic] da experiência, seria completamente esvaziada de seu conteúdo. (BARONI, 2013, p. 22, grifos do autor)

Voltemos ao cuidado na leitura da proposição de Baroni. O problema da mediação de mimese II em relação à mimese I e à mimese III (ignorada pelo autor, como se tais modalidades narrativas não fossem ativadas pelo estágio da leitura reconfiguradora) continua em qualquer narrativa, pois, efetivamente, para ficarmos no campo das narrativas “transgenéricas, transmidiáticas, orais e conversacionais”, o que está em jogo não é a ameaça de esvaziamento de conteúdo de mimese I, mas precisamente o oposto disso. O primeiro problema teórico e metodológico que daí pode derivar para os estudos comunicacionais estaria no equívoco de imaginar os esquemas narrativos citados pelo autor como autônomos, não ligados a quaisquer modalidades pré-narrativas da experiência, o que nos levaria à suposição de que eles instaurariam algo absolutamente novo no mundo. O segundo problema, também teórico e metodológico, seria o desprezo das próprias especificidades implicadas nas construções narrativas, e nesse particular, as análises, ainda que eventualmente se voltem mais diretamente ao escrutínio de um dos componentes do círculo mimético virtuoso, não podem negligenciar os demais, sob pena de fracasso na compreensão do fragmento estudado.

As preocupações teóricas e metodológicas sobre as narrativas brevemente indicadas, que estão longe de recensar todas as potencialidades heurísticas daí derivadas para os estudos comunicacionais, somam-se questões relativas à noção de acontecimento trabalhadas por Ricoeur. O encontro desses dois campos de investigação, narrativa e acontecimento, nos parece o mais promissor para a compreensão de uma série de questões implicadas nos modos como produzimos, fazemos circular e interpretamos produtos e processos comunicacionais na atualidade.

ACONTECIMENTO E CONSTITUIÇÃO DE SENTIDOS

O desenvolvimento que Ricoeur dá à problemática do acontecimento nos parece produtivo não apenas do ponto de vista da possível aplicabilidade dessa perspectiva ao repertório de narrativas que atravessam nosso cotidiano buscando dar conta de uma profusão de acontecimentos, mas tam-

bém do ponto de vista epistemológico, explorando o funcionamento do círculo hermenêutico. Trata-se de enfrentar – sem a pretensão de resolver – o desafio posto pela hermenêutica narrativa à dialética da compreensão prática e da compreensão narrativa, lidando com o acontecimento sob o duplo prisma de sua *force d'interruption*, em termos fenomenológicos, e de sua *force d'initiative*, em termos práticos e relativos à constituição de sentidos pela via da narratividade. Nossa abordagem encontra esteio na conferência *Événement et sens* (1991b), proferida em 1987, não por acaso logo após a publicação de *Tempo e narrativa*.

Antes de prosseguir, é necessária a ressalva quanto à natureza dos acontecimentos abordados por Ricoeur. Mesmo porque seria um equívoco pretender que tal conceito tenha permanecido o mesmo ao longo de um extenso percurso filosófico. Por outro lado, seja em *Tempo e narrativa* (2010a), seja em produções específicas sobre o acontecimento (1991b, 1992), ou mesmo em obras de espectro mais amplo, como *A memória, a história, o esquecimento* (2007), prevalece certo sentido histórico dos acontecimentos a que Ricoeur faz referência. Nessas obras, o termo aparece, por via de regra, relativo a acontecimentos marcadamente históricos, como o assassinato do arquiduque austríaco Francisco Fernando como causa da eclosão da Primeira Guerra Mundial (RICOEUR, 2010a), a utilização dos fornos crematórios em Auschwitz (RICOEUR, 2007), ou a traição de Hitler ao tratado germano-soviético em 1941. (RICOEUR, 1992)

Nossa ressalva, contudo, perderá sentido ante o exame dos postulados de Ricoeur sobre o acontecimento e a narratividade. Sem negar o caráter fenomenológico do acontecimento como *quelque chose qui arrive*, isto é, como alguma coisa que irrompe e instaura “uma novidade em relação a uma ordem já instituída” (RICOEUR, 1991b, p. 43, tradução nossa), o filósofo correlaciona à força de irrupção do acontecimento o recurso à compreensão narrativa. Ricoeur reivindica um lugar de centralidade para o esquema narrativo de inteligibilidade da experiência dos acontecimentos no processo de constituição de sentidos sobre os mesmos. Como argumentamos anteriormente, se, por um lado, tais experiências são irredutíveis à ordem narrativa, por outro é preciso reconhecer o lugar da narratividade como força de iniciativa fundamental para fazer dos acontecimentos fenômenos com sentidos. Nas palavras de Ricoeur:

Tomo, aqui, a narratividade como forma matricial de inteligibilidade, tal como a fazem funcionar tanto a narrativa na ação quanto a narrativa sobre a ação. À diferença da racionalidade instrumental ou estratégica, ou mesmo da racionalidade ética (ao menos reduzida ao silogismo prático), é a inteligência narrativa que salva o acontecimento no movimento mesmo onde ela o pensa. O acontecimento é, por sua vez, incluído, isto é, englobado, e reconhecido como irreduzível ao sentido. (RICOEUR, 1991b, p. 50, tradução nossa, grifo do autor)

O argumento de Ricoeur segue rumo à defesa da dimensão narrativa dos acontecimentos que atravessam nossa aventura e passam a integrá-la, sem, no entanto, incorrer no equívoco de sustentar que os acontecimentos possuem uma natureza narrativa, como algo estritamente linguageiro. Afinal, “a linguagem não constitui um mundo em si mesma. Nem mesmo é um mundo”. (RICOEUR, 2010a, p. 133) Desse modo, o acontecimento passa a ser compreendido como ocorrência física, do ponto de vista perceptivo, mas principalmente enquanto fenômeno humano, que, portanto, não resiste aos processos de constituição de sentido.

Em torno do acontecimento, retoma-se a conhecida problemática da comunicabilidade da experiência, cujos contornos são delineados nos termos da compreensão narrativa como gesto responsivo à força de irrupção e ao poder de afetação desses fenômenos. Como afirma Arquembourg (2003, p. 32, tradução nossa), em sua leitura da proposta ricoeuriana: “Face à irrupção dessa desordem, surge uma demanda de sentido à qual responderá a produção de narrativas configurando o acontecimento”. Ou seja, tanto maior a força de ruptura do acontecimento, surpreendendo nossas expectativas e desafiando a compreensão, mais somos compelidos a fazer desses eventos fenômenos inteligíveis pela via da narratividade: “Nessa acontecimentalidade selvagem, a força de resistência se junta ao sentido.” (RICOEUR, 1991b, p. 52, tradução nossa)

A ressalva perde validade, então, porque os acontecimentos de que trata Ricoeur não seriam intrínseca e ontologicamente históricos. É sua inscrição no círculo hermenêutico que os transforma e qualifica como tal. “É preciso ir ainda mais longe: a narrativa não se limita a integrar acontecimentos, mas qualifica como acontecimento aquilo que inicialmente era apenas ocorrência, ou, como dissemos, simples peripécia. A narrativa é

reveladora de acontecimentos.” (RICOEUR, 1991b, p. 50, tradução nossa) Em analogia à relação dialética entre tempo e tessitura da intriga tal como comentamos acima, o que agora está em questão é a reciprocidade que se instaura entre o acontecimento como ocorrência e a compreensão narrativa: já não se trata de uma “adição” de sentidos, revelando uma hierarquia entre ordem prática e ordem linguageira, mas da narratividade como aquela “forma matricial de inteligibilidade”, de produção de sentidos e de compreensão de nosso mundo prático. E, em corolário, o acontecimento assume papel crucial do ponto de vista narrativo como aquilo *de que* tratam as narrativas e que as possibilita avançar.

Portanto, segundo essa perspectiva, a tessitura da intriga e, acrescentando-se, todo o círculo hermenêutico, “introduz uma primeira distinção epistêmica entre o acontecimento tal qual ocorrido e o acontecimento tal qual narrado, registrado, comunicado”. (RICOEUR, 1992, p. 29, tradução nossa) O lugar dessa distinção é justamente o caráter inacessível desse acontecimento em estado bruto, embora não se possa negar que o acontecimento seja aquilo que desafia a constituição de sentidos, aquilo que possui necessariamente um caráter de abertura.

É compreensível que, em sua abordagem do acontecimento, Ricoeur acentue o papel da mediação narrativa. Especialmente quando consideramos que os exemplos de que o filósofo lança mão são acontecimentos que vêm sendo continuamente construídos e reconstruídos pela historiografia. Mais compreensível ainda se torna essa perspectiva quando lembramos que uma das premissas dessa hermenêutica é exatamente pensar a dinâmica da narrativa para além da pretensão de domínio dos sentidos, isto é, rumo à constituição ininterrupta de sentidos sobre a experiência prática e tudo aquilo que nela intervém.

O esquema ricoeuriano da compreensão narrativa estabelece parâmetros importantes para o exame da comunicabilidade dos acontecimentos, resguardando seu caráter fenomenológico, mas inscrevendo-os na dinâmica do círculo hermenêutico a partir do qual adquirem sentido e contribuem para o desenrolar das intrigas. Os lugares que os acontecimentos ocupam nessas narrativas carregam necessariamente as marcas do mundo pré-figurado, isto é, daquele conjunto axiológico, ético e cultural que fornece as condições para a tessitura de intrigas. Ao mesmo tempo, é pela mediação dessa tessitura acionada nos processos de interação

com as narrativas que os acontecimentos vêm à tona de modo significativo, inscrevendo-se em processos de discussão e instaurando disputas de sentido em torno de si e das intrigas de que participam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As consequências desse modelo epistemológico para pensarmos os processos comunicativos são pelo menos de três ordens. Em primeiro lugar, como observou Gagnebin (1997), o esquema ricoeuriano voltado à compreensão de nossa experiência prática através das mediações da linguagem (e mais especificamente da narrativa) nos remete à problemática relativa às dinâmicas de constituição de sentidos. Abandona-se, assim, qualquer busca por sentidos imanentes às narrativas em favor do reconhecimento da complexidade desses fenômenos no que tange suas dimensões culturais, poéticas e estéticas. Subjaz à proposta ricoeuriana uma abordagem fortemente relacional e processual tanto da atividade narrativa quanto das relações que ela instaura com a experiência prática.

Em segundo lugar, deve-se reiterar o pano de fundo ético do modelo ricoeuriano, no qual a hermenêutica é uma questão de interpretação, mas, sobretudo, de ação: narrar, compreender, refigurar, mediar. Não por acaso Ricoeur define a tarefa da hermenêutica como a reconstituição das operações pelas quais as narrativas se destacam “do fundo opaco do viver, do agir e do sofrer, para ser dada por um autor a um leitor que a recebe e assim muda seu agir”. (RICOEUR, 2010a, p. 95) Tal perspectiva demarca o caráter de ação e de mediação das narrativas, mas aponta para uma dimensão epistemológica e metodológica de grande relevância: o próprio gesto investigativo de nossas pesquisas pressupõe uma dimensão hermenêutica que opera tanto no sentido da interpretação dos fenômenos quanto no de sua transposição poética em esquemas compreensivos e explicativos.

Em terceiro lugar, contra expectativas de modelos narrativos estruturais, é preciso ressaltar o caráter dinâmico da narratividade tal como trabalhada por Ricoeur. Ao invés de sugerir a construção de formas narrativas, a atividade mimética consoante à tessitura de intriga pressupõe o exercício da compreensão narrativa como competência para transpor a experiência prática à ordem narrativa. Tal postura epistemológica recoloca o problema da representação e da comunicabilidade da experiência nos termos

do círculo hermenêutico, isto é, em seu papel mediador entre um mundo pré-figurado e outro refigurado: as narrativas tanto produzem compreensões sobre nossa experiência quanto dela participam constituindo nossas identidades e as de outrem, reunindo nossas memórias e ajudando a conformar o mundo no qual nos situamos.

Fazendo um balanço das contribuições de Ricoeur, talvez o principal *insight* seja o de pensar os processos humanos de atribuição de sentidos às experiências nos termos de uma abertura de possibilidades interpretativas, compreensivas e explicativas. Dada a transversalidade e diversidade das Teorias da Comunicação, em vez de reivindicar nelas um lugar cativo a tais proposições epistemológicas, mais produtivo é tirarmos proveito dessas contribuições num gesto constante de ressignificação dos processos comunicativos – especialmente no que tange o enraizamento ético e cultural das atividades miméticas, o lugar mediador da linguagem e da composição poética e os limites e possibilidades das leituras que empreendemos. Certamente, e seguindo com rigor os postulados ricoeurianos, as possibilidades de apreensão da obra desse autor continuam em aberto, afigurando outras propostas investigativas.

REFERÊNCIAS

- ARQUEMBOURG, J. *Le temps des événements médiatiques*. Bruxelles: De Boeck, 2003.
- BARBOSA, M. C. O filósofo do sentido e a comunicação. *Conexão* (Caxias do Sul), Caxias do Sul, v. 5, n. 9, p. 139-150, 2006.
- _____. Meios de comunicação e usos do passado. Temporalidade, rastros e vestígios e interfaces entre comunicação e história. In: RIBEIRO, A. P. G.; HERSCHMANN, M. (Org.). *Comunicação e História: Interfaces e novas abordagens*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008, p. 83-96, v. 1.
- BARONI, R. Aquilo que a intriga cresce ao tempo: uma releitura crítica de Tempo e Narrativa, de Paul Ricoeur, *Contracampo*, Niterói, RJ, v. 27, n. 2, ago. 2013, p. 10-33. Disponível em: <<http://www.uff.br/contracampo/index.php/revista/article/view/599/373>>. Acesso em: 1 nov. 2013.
- BARROS, L. M. Experiência estética e experiência poética: a questão da produção de sentidos. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 21., 2012, Juiz de Fora. *Anais...* Juiz de Fora: UFJF, 2012. p. 1-13.
- CARVALHO, C. A. de. Entendendo as narrativas jornalísticas a partir da tríplice mimese proposta por Paul Ricoeur. *Matrizes* (USP. Impresso), v. 6, p. 169-188. 2012.

- CARVALHO, C. A. de; LAGE, L. R. Pela adoção da perspectiva da pertinência em pesquisas comunicacionais. *E-Compós*, Brasília, v. 15, p. 1-16, 2012.
- COSTA LIMA L. A narrativa na escrita da história e da ficção. In: _____. *A Aguarras do Tempo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989, p. 15-116.
- FRANÇA, V. Crítica e metacrítica: contribuição e responsabilidade das teorias da comunicação. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO. 22., 2013, Salvador. *Anais...* Salvador: UFBA, 2013. p. 1-17.
- GAGNEBIN, J-M. Uma filosofia do cogito ferido: Paul Ricoeur. *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 11, v. 30, 1997, p. 161-272.
- LITS, M. Le récit médiatique: un oxymore programmatique. *Recherches en communication*, Louvain, n. 7, 1997, p. 37-59.
- MOTTA, L. G. Jornalismo e configuração narrativa da história do presente. *E-Compós*, Brasília, n. 1, v. 1, p. 1-26, 2004.
- NUNES, B. Narrativa histórica e narrativa ficcional. In: PRADO JR., B. et al. *Narrativa: ficção e história*. Rio de Janeiro: Imago, 1988.
- REIS, J. C. Tempo, História e Compreensão Narrativa em Paul Ricoeur. *Locus*, Juiz de Fora, v. 12, p. 17-40, 2007.
- RESENDE, F. O jornalismo e suas narrativas: as brechas do discurso e suas possibilidades de encontro. *Galáxia* (PUCSP), São Paulo, v. 18, p. 31-43, 2009.
- RICOEUR, P. *Do texto à ação*. Ensaios de hermenêutica II. Porto: Rés, 1989.
- _____. A tarefa da hermenêutica. In: RICOEUR, P. *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1990, p. 17-42.
- _____. *O si-mesmo como um outro*. Campinas: Papirus, 1991a.
- _____. Événement et sens. *Raisons Pratiques*, Paris, n. 2, p. 41-56, 1991b.
- _____. Le retour de l'événement. *Mélanges de l'Ecole française de Rome, Italie et Méditerranée*, v. 104, n. 1, p. 29-35, 1992.
- _____. Architecture et narrativité. *Urbanisme*, Paris, n. 303, nov./dez. p. 44-51, 1998.
- _____. Discours et communication. *Cahiers de L'Herne*, Paris, n. 1, 2004, p. 91-128.
- _____. *Percurso do reconhecimento*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- _____. *A memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Unicamp, 2007.
- _____. *Tempo e narrativa: a intriga e a narrativa histórica*. Tomo I. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010a.
- _____. *Tempo e narrativa: a configuração do tempo na narrativa de ficção*. Tomo II. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010b.
- _____. *Tempo e narrativa: o tempo narrado*. Tomo III. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010c.

- RICOEUR, P. *Escritos e conferências 2 – hermenêutica*. São Paulo: Edições Loyola, 2011.
- _____. Entre tempo e narrativa: concordância/discordância. *Kriterion*, Belo Horizonte, n. 125, jun. p. 299-310, 2012.
- TÉTU, J-F. Les médias et le temps: figures, techniques, mémoires, énonciation. *Les cahiers du journalisme* [S.l.], n. 7, jun. 2000, p. 68-87.
- UMBELINO, L. A. Espaço e narrativa em P. Ricoeur. *Revista Filosófica de Coimbra*, Coimbra, n. 39, 2011, p. 141-162. Disponível em: < http://www.uc.pt/fluc/dfci/publicacoes/espaco_e_narrativa_em_p.ricoeur>. Acesso em: 11 nov. 2013.

O acontecimento e o campo da Comunicação¹

INTRODUÇÃO

O conceito de acontecimento não ocupa um lugar de destaque entre as teorias clássicas da Comunicação. Muito trabalhada nos campos da filosofia e da história, por exemplo, essa noção só mais recentemente vem sendo acionada em diferentes estudos filiados ao campo da Comunicação. Entretanto, podemos encontrar em uma tradição sociológica importante desse campo os alicerces para uma compreensão contemporânea daquele conceito: a Escola de Chicago (e sua base teórica central, o pragmatismo).

O objetivo deste capítulo é refletir sobre a noção de acontecimento, evidenciando algumas de suas contribuições para as análises no campo da Comunicação. Para tanto, o capítulo está dividido em três partes. A primeira apresenta como os pragmatistas George Herbert Mead e John Dewey discutem tal conceito, bem como a articulação deste com a experiência. A segunda mostra como tais contribuições são articuladas na construção da reflexão de Louis Quéré, acionando outros autores que trabalham em sintonia com a perspectiva desse sociólogo contemporâneo. A terceira seção procura demonstrar o potencial heurístico desse conceito (FRANÇA, 2012a; SIMÕES, 2012), apresentando algumas pesquisas realizadas à luz do mesmo e evidenciando a dupla dimensão de poder do acontecimento –

1 Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Minas Gerais (Fapemig) e à Pró-reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (PRPQ/UFMG) pelo auxílio concedido ao desenvolvimento desta pesquisa.

seu poder de afetação e seu poder hermenêutico. Com isso, nossa proposta é mostrar como esses dois eixos de compreensão do acontecimento permitem apreender a dimensão comunicacional dos fenômenos, fazendo com que esse conceito se converta em importante instrumental de nosso campo para a compreensão da comunicação e da vida social.

ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DO PRAGMATISMO

O pragmatismo é uma perspectiva filosófica que busca compreender as condições em que se cria o pensamento, sendo que as ideias são vistas como surgindo da ação. Essa filosofia da ação é iniciada nos EUA por Charles Peirce, William James e outros filósofos, no fim do século XIX, e seguida por outros pensadores, como John Dewey e George Herbert Mead. Esses dois últimos são responsáveis por incorporar as reflexões do pragmatismo no campo da Sociologia e das ciências humanas, sedimentando o terreno para o desenvolvimento da Escola de Chicago. (JOAS, 1999) É, portanto, através desses dois autores que resgatamos a perspectiva de Chicago na compreensão da articulação entre acontecimento e experiência.²

Em *The philosophy of the act*, Mead se refere à experiência como uma parte do processo vital dos seres vivos, que inclui as ações destes em relação ao meio ambiente. Como explica Ignacio Sánchez de la Yncera (1994, p. 62-63), a concepção de experiência proposta por Mead enfatiza a dimensão interativa que constrói a relação entre organismo e ambiente.

Essa perspectiva interacional da experiência é compartilhada por John Dewey (1980, p. 95-96). Segundo o pragmatista,

[...] toda experiência é o resultado de interação entre uma criatura viva e algum aspecto do mundo no qual ela vive. Um homem faz algo; levanta uma pedra, por exemplo. Em consequência padece, sofre alguma coisa: o peso, a resistência, a textura da superfície da coisa levantada. As propriedades assim sofridas determinam o agir subsequente. A pedra é excessivamente pesada ou muito angulosa, ou não é suficientemente sólida; ou, ainda, as propriedades sofridas mostram que ela é adequada para o uso para o qual foi pretendida. O processo

2 Para uma retomada do histórico e das características do pragmatismo, ver Joas (1999); Pogrebinschi (2005); Murphy (1993) e Sánchez de la Yncera (1994).

continua até que emerja uma adaptação mútua do eu e do objeto, e então tal experiência específica alcança um término.

Dewey enfatiza, assim, a experiência como uma travessia, marcada por uma dupla dimensão: a experiência se constitui a partir da ação de um indivíduo, que inicia o percurso e, ao mesmo tempo, sofre algo em consequência daquela primeira ação. Na perspectiva dele, “a experiência é *behavioral*: ela é uma questão de ação, comportando elementos motores, nas interações de um organismo com o ambiente que o circunda”. (QUÉRÉ, 2010, p. 31) Ela se constitui na transação entre o agir e o reagir, entre o produzir e o sofrer, os quais, por sua vez, orientam as ações futuras. Nesse processo, tanto a criatura viva como o aspecto do mundo com o qual ela interage se adaptam à situação vivida e se transformam mutuamente. Evidencia-se, assim, o papel transformador do sujeito e do mundo através da vivência de uma experiência.

Para Dewey, a experiência acontece continuamente, pois a interação entre o ser vivo e as condições que o cercam “está implicada no próprio processo da vida”. (DEWEY, 1980, p. 89) A experiência deve, assim, ser pensada a partir do contexto concreto dos indivíduos e envolve as ações racionais e emocionais que eles realizam no mundo. Ela se desenvolve como um processo de percepção e interpretação das coisas, que se efetiva a partir de um repertório existente, o qual é atualizado, configurando um processo interativo entre os indivíduos, as coisas do mundo e as temporalidades que marcam um contexto.

É justamente a partir dessa ideia de experiência que podemos apreender o sentido de acontecimento para Dewey. Como explicam Sarmiento e Mendonça (2013, p. 6-7), “por meio do conceito de experiência, Dewey defende a natureza relacional das emergências do mundo, explicando que a compreensão destas requer atenção à interação entre seres e coisas.” Ou seja, os acontecimentos são entendidos a partir de sua dimensão interacional, na medida em que são “produtos de interação da natureza humana com as condições culturais”. (DEWEY, 1970, p. 256) Mas, para além dessa dimensão, como definir um acontecimento na abordagem deweyana?

Um acontecimento é estritamente o que sobressai, o que é saliente, a consequência mais notável, o ponto culminante. Ele implica um conceito teleológico; des-

crê-lo e narrá-lo só é possível mediante sua delimitação por um começo e por um ponto final, com um intervalo entre esses dois pontos [ou seja, no fundo, mediante sua formulação como intriga] (DEWEY, 1993 apud QUÉRÉ, 2012, p. 23, tradução nossa)

Aqui, o acontecimento é visto como um existente que se destaca de um contexto; esse existente saliente é descrito e narrado, assumindo uma nova existência a partir desse processo de simbolização. É nesse sentido que, para Dewey, “o acontecimento deve ser apreendido sob a categoria do *becoming*, ou seja, da mudança existencial.” (QUÉRÉ, 2012, p. 23)

Ainda que passe por transformações ao longo do tempo, o acontecimento ocorre no presente. É isso que Mead (1932, p. 1) defende em *The philosophy of present*: ele é uma emergência. Segundo o autor, “o mundo é um mundo de acontecimentos”. Estes insurgem como algo novo na realidade, inscrevem-se em um processo temporal em curso na experiência e sob determinadas condições, as quais influenciam sua emergência, ainda que não a condicionem completamente. É a situação em que o acontecimento emerge que “cria com sua unicidade um passado e um futuro”, tornando-se “uma história e uma profecia”. (MEAD, 1932, p. 23) Assim, o acontecimento tanto aponta para o passado como para o futuro que ele mesmo inaugura.

Em outra obra, *The philosophy of act*, Mead (1938) também aciona a noção de acontecimento “[...] para salientar a centralidade do acaso nas experiências humanas e a dimensão temporal dessas experiências”. (SARMENTO; MENDONÇA, 2013, p. 6) O autor atenta para as emergências que conformam o mundo, bem como para as relações entre seres e coisas. Nessa abordagem, o evento não é visto como “mera passagem em um fluxo sem fim. Ele é ‘a origem da estruturação do tempo’ (JOAS, 1997, p. 176), atuando como interrupção que leva à reconstrução, *a posteriori*, de uma ordem causal e também dos futuros vislumbráveis.” (SARMENTO; MENDONÇA, 2013, p. 6)

Assim, podemos dizer que, para esses pragmatistas, o acontecimento é uma emergência na experiência, um existente saliente que irrompe em um contexto e neste sofre mudanças e contingências. Ele emerge no presente e, com isso, constrói tanto um passado como um futuro – revelando a dimensão temporal que lhe é constitutiva. Essas ideias de Dewey

e Mead (associadas a outros autores) ajudam a construir a perspectiva de Louis Quéré sobre acontecimento – o que será discutido a seguir.

LOUIS QUÉRÉ E A NOÇÃO DE ACONTECIMENTO

O acontecimento é entendido por Louis Quéré (1995, 1997, 2000, 2005, 2010, 2011, 2012) como uma emergência que instaura sentidos e rompe com a continuidade da experiência. Ele se inscreve em um contexto e ganha uma nova dimensão na medida em que é narrado e descrito através da comunicação (incluindo aqui os processos comunicativos realizados através da mídia). Para compreender melhor a perspectiva do autor, é preciso lembrar o modo como ele se afasta de outras abordagens acerca do conceito de acontecimento. A primeira delas se refere ao construtivismo, que, segundo o autor,

[...] está fundada sobre a ideia de que os acontecimentos que a mídia nos apresenta não são as imagens puras e simples do que ocorre no mundo, mas os resultados de um processo socialmente organizado, e socialmente regulado, de dar forma a, de encenar e de dar sentidos às informações, isto é, de descrições de ocorrências ou de situações. (QUÉRÉ 1997, p. 416)

Conforme Quéré (1997, p. 417), o construtivismo pode assumir duas formas: uma radical e uma moderada. A abordagem mais radical entende o acontecimento como “[...] um puro artefato mediático”; ele é visto menos como uma ocorrência no mundo e mais como um esquema de percepção e de representação da realidade construído pela mídia. A perspectiva moderada, por sua vez, situa a constituição dos acontecimentos nos processos de construção das notícias, levando em conta o papel das empresas e da própria linguagem jornalística nesse processo. Nessa abordagem, podemos situar alguns trabalhos realizados acerca do jornalismo, como o da socióloga norte-americana Gaye Tuchman (1978). Como explica Eduardo Meditsch (2010), o livro *Making news: a study in the construction of reality* reflete o esforço da pesquisadora por apreender “[...] as notícias ‘como a construção social da realidade.’” (MEDITSCH 2010, p. 21) Nesse sentido, o acontecimento é visto como aquilo que se configura como notícia, ou seja, é acontecimento o que é narrado pelo jornalismo.

Seguindo essa mesma perspectiva, Éliséo Véron desenvolve um trabalho (publicado em 1981) sobre a cobertura jornalística do acidente na central nuclear de *Three Mile Island*, ocorrido nos Estados Unidos, em 1979. Segundo o autor,

Os acontecimentos sociais não são objetos que se encontram já feitos em alguma parte da realidade e cujas propriedades e transformações nos são dados a conhecer de imediato pelos meios de comunicação com maior ou menor fidelidade. *Eles só existem na medida em que esses meios os elaboram.* [...] Os meios informativos são o lugar onde as sociedades industriais produzem nossa realidade. (VERÓN, 1995, p. 2 apud MEDITSCH, 2010, p. 21-22, grifos nossos)

Nessa abordagem, os acontecimentos são elaborações feitas pelos meios de comunicação. Em outro trabalho, Véron (1997) se volta justamente para as operações discursivas que permitem ao dispositivo de enunciação do telejornal construir e elaborar os acontecimentos. Assim, há quase uma coincidência entre acontecimento e notícia, como sugere também a perspectiva de Alsina: “Os acontecimentos chegam a nós através da mídia e são construídos através de sua realidade discursiva.” (ALSINA, 2009, p. 46 apud MEDITSCH, 2010, p. 22) O foco desses pesquisadores é na notícia como construtora da realidade social, a partir de determinadas lógicas de produção e organização que regem o jornalismo.

A reflexão de Maurice Mouillaud (2002) também se insere nessa perspectiva que procura desvendar o acontecimento no campo do jornalismo. Para o autor, no momento da ocorrência do acontecimento, existe “[...] uma explosão do sentido pulverizado em um pó de detalhes” (MOUILLAUD, 2002, p. 49), cabendo ao campo da informação construir a moldura que enquadra o sentido na construção da notícia. Segundo Mouillaud (2002, p. 56), assim, acontecimento é “[...] a modalidade transparente da informação; aquilo que, então, aparece como figura é seu objeto: os acontecimentos aos quais se refere a informação formam o mundo que se supõe real”.

De acordo com Quéré, a abordagem construtivista tem o mérito de evidenciar que os acontecimentos são sempre construções, não existem como dados *a priori*. Entretanto, ela toma o acontecimento como sendo

apenas o relato disponibilizado através das notícias, negligenciando uma dimensão central que é a ocorrência dele na experiência dos sujeitos.³

A segunda abordagem discutida por Quéré (1997, p. 421) diz respeito à hipótese do *agenda setting*. Nessa perspectiva, “[...] o acontecimento é uma ocorrência saliente que retém a atenção pública: a da mídia, a do público ou a dos atores públicos”.

Essa abordagem privilegia, assim, uma das dimensões da construção dos acontecimentos: a de configuração da visibilidade das ocorrências na mídia, bem como de sua hierarquização. Na visão de Quéré, o conceito de acontecimento não pode se limitar à dimensão de constituição de sua relevância no cenário midiático.

Podemos incluir nesse tipo de abordagem a reflexão de Bregman (1997), que procura perceber a dinâmica de construção de um acontecimento político no interior da agenda midiática. O pesquisador atenta para os temas que disputam tal agenda em determinado contexto, bem como o modo como interpretações divergentes acerca de um mesmo assunto ocupam a cena de visibilidade pública. Leal e colaboradores (2010) também recorrem à noção de agendamento para refletir sobre o acontecimento jornalístico. De acordo com os autores, “[...] a mídia promove uma hierarquização de temas e o estabelecimento de graus de relevância para os diferentes assuntos”. (LEAL et al., 2010, p. 195)

Na perspectiva do agendamento, é preciso ter cuidado, como destacado anteriormente, para não reduzir o acontecimento à dimensão de constituição de sua relevância e saliência no cenário midiático. (QUÉRÉ, 1997) Essa abordagem privilegia a dimensão de configuração da visibilidade das ocorrências na mídia, bem como de sua hierarquização. Mais uma vez, existe o risco de encerrar o acontecimento nos limites da esfera midiática, negligenciando sua emergência na experiência dos sujeitos.

A terceira perspectiva discutida por Louis Quéré entende o acontecimento em termos de um ritual. Daniel Dayan e Elihu Katz (1994, p. 9) se voltam para o modo como determinadas cerimônias e rituais (como uma

3 Em sintonia com a perspectiva de Quéré, Leal, Vaz e Antunes (2010, p. 38) também criticam a perspectiva que restringe o acontecimento à notícia. Ao discutir a homofobia como um campo problemático capaz de gerar acontecimentos, os pesquisadores ressaltam que estes nunca se esgotam na sua conversão em notícia, pois se vinculam a um amplo conjunto de relações sociais e exigem operações interpretativas diferentes.

coroação ou um casamento real) são tratados pela mídia, particularmente, pela televisão, configurando-se como acontecimentos midiáticos. Na visão dos pesquisadores, tais acontecimentos constroem uma visão idealizada de sociedade, enfatizando certos valores e aspectos importantes da memória coletiva. O foco de Dayan e Katz é nesses espetáculos e manifestações extraordinárias, que marcam uma interrupção da rotina, são planejados e programados com antecedência para serem exibidos ao vivo pela TV. Os autores se preocupam em distinguir esse tipo de acontecimento (que se configura como um gênero televisivo) dos acontecimentos noticiosos que povoam a cena midiática cotidianamente, como um acidente nuclear ou uma tentativa de assassinato de um presidente.

De acordo com Quéré (1997), o risco nesse tipo de abordagem é desconsiderar a dimensão temporal dos acontecimentos. Isso porque o ritual é entendido, nesse viés, como uma entidade atemporal, como um dispositivo repetitivo e cerimonial que pode orientar a apreensão dos acontecimentos pela mídia. Quéré destaca que não se pode buscar apreender tais ocorrências apenas em uma dimensão ritualística e atemporal, negligenciando o aspecto temporal dos acontecimentos, que irrompem no cotidiano e se inscrevem em um espaço-tempo.

Afastando-se dessas três perspectivas, Louis Quéré constrói uma abordagem em que o acontecimento não se restringe à sua representação ou relato pela mídia e não pode ser compreendido a partir de um viés atemporal. Essa questão da temporalidade é uma das contribuições do pragmatismo na reflexão de Quéré. Para o autor, o acontecimento desencadeia sentidos ao emergir na experiência dos sujeitos e, com essa emergência, ele inaugura tanto um passado como um futuro – como destacado anteriormente na perspectiva meadiana. “O acontecimento esclarece seu passado e o seu futuro, [...] o passado e o futuro são relativos a um presente evenemencial.” (QUÉRÉ, 2005, p. 62)

Ao enfatizar essa dimensão temporal do acontecimento, além dos pragmatistas, Quéré aciona também contribuições de Hannah Arendt, para quem o acontecimento deve ser entendido como um começo capaz de revelar “uma paisagem inusitada de feitos, sofrimentos e novas possibilidades.” Ao mesmo tempo, o acontecimento marca o fim de um processo, o resultado de um encadeamento que ilumina o passado (reconstruin-

do-o) e projeta novos futuros. É nesse sentido que o acontecimento abre um “novo campo de possíveis”. (ARENDR, 1993, p. 50)

Ao se inscrever em num contexto temporal, o acontecimento afeta a vida dos sujeitos, o que revela a sua passibilidade. Conforme Quéré (2005, p. 61)

O verdadeiro acontecimento não é unicamente da ordem do que ocorre, do que se passa ou se produz, mas também do que acontece a alguém. Se ele acontece a alguém, isso quer dizer que é suportado por alguém. Feliz ou infelizmente. Quer dizer que ele afecta alguém, de uma maneira ou de outra, e que suscita reacções e respostas mais ou menos apropriadas.

Assim, os sentidos desencadeados pelo acontecimento afetam os sujeitos e, ao mesmo tempo, são afetados por estes.⁴ A duração temporal dessa afetação é proporcional à duração do próprio acontecimento. Esta pode ultrapassar os limites estritos da ocorrência espaço-temporal, não coincidindo com a sua ocorrência empírica. Conforme Quéré (2000, p. 11), o acontecimento “[...] dura o tempo que dura a atualização de seu potencial de criação de intrigas, de revelação de possíveis ou de modificação de situações, assim como de afetação [...] daqueles a quem ele acontece”. Essa é uma dimensão central na compreensão do acontecimento: seu poder de afetação.

O acontecimento, portanto, não deve ser tomado como algo isolado do curso social da ação, mas deve ser apreendido a partir de seu aspecto processual, ou seja, “acontecimental”. Como apontam Barthélémy e Quéré (1991, p. 24),

[...] um acontecimento não é nem um instantâneo, nem uma ocorrência isolada submetida à observação; como elemento de uma intriga, ele está ligado a uma história em curso; suscita juízos e desencadeia ações. É por isso que se pode falar de um percurso acontecimental.

4 Essa dinâmica de afetação dos sujeitos como marca do acontecimento é também sugerida pelo filósofo Jacques Rancière, ao afirmar que “não há acontecimento sem sentido de acontecimento, sem subjetivação de acontecimento. [...] não há acontecimento [...] sem um alguém por quem e para quem ele tem sentido de acontecimento”. (RANCIÈRE, 1995, p. 239)

Nesse percurso acontecimental, que articula passado, presente e futuro, um universo de sentidos é desencadeado e é a partir dele que se apreende o poder hermenêutico do acontecimento. De acordo com Quéré (2005, p. 62), todo acontecimento traz em si os elementos para sua própria compreensão: “[...] o acontecimento que torna compreensível o seu passado e o seu contexto, em função do sentido novo cujo surgimento ele provocou. Assim se explica o seu poder de revelação ou de descoberta”. Isso significa que um acontecimento pode revelar uma situação imprevista ou desvelar o caráter problemático de um determinado tema ou questão em jogo:

[...] os acontecimentos se tornam, eles próprios, fonte de sentido, fonte de compreensão e fonte de redefinição da identidade daqueles que afetam. Nessa perspectiva, em que o acontecimento vem antes dos sujeitos e das situações, é o que ele se torna através de seu percurso, e os efeitos de sentido que produz, que contribuem para individualizá-lo. É nesse sentido que se pode falar de um poder hermenêutico do acontecimento. (QUÉRÉ, 2010, p. 35)

Dessa forma, o acontecimento não pode ser simplesmente explicado por causas e consequências no mundo ou por fatores externos a ele. Ao discutir a perspectiva de Quéré, Mendonça (2007, p. 119-120) aponta que, “dotado de certa autonomia, o acontecimento cria as condições para sua compreensão e contém um caráter revelador ao alterar tanto as possibilidades de leitura do passado (daquilo que o causou) como do futuro (à medida que ele inaugura campos de possíveis concebíveis).” É por isso que o acontecimento pode ser visto como “uma chave para tudo o que veio antes e depois.” (BENJAMIN, 1994, p. 37) Ao ser lembrado e tematizado, o acontecimento revela, uma vez mais, sua dimensão temporal.

Essa inserção do acontecimento em um quadro temporal, que ele mesmo constrói e ilumina, ocorre a partir dos sentidos que são instaurados nesse processo. Isso é destacado por França e Almeida (2006, p. 4) ao retomar a discussão realizada por Quéré sobre a relação entre acontecimento e fato:

Sem deixar de ser fato, isto é, sem abandonar sua factualidade, sua existência sensível no mundo, o acontecimento é também da ordem dos sentidos. No entanto

– e é aí que Quéré promove uma inversão – não são os sentidos que advêm para iluminar o fato e convertê-lo em acontecimento: o acontecimento o é porque capaz de desencadear sentidos.

O acontecimento não se reduz, assim, à ideia de fato, já que não pode ser datado, reduzido à sua efetuação espaço-temporal e submetido à lógica da causalidade. (QUÉRÉ, 2005) Os sentidos transbordam da ocorrência empírica pontual, revelando novos elementos do passado, do presente e do futuro.

É importante destacar, ainda, que o acontecimento não é dotado de uma individualidade intrínseca, mas se constitui a partir de um processo de “individuação”. (QUÉRÉ, 2000) Segundo Quéré (1995), esta diz respeito a diferentes tipos de entidades: a coisas, pessoas, ações, relações e acontecimentos. Conforme o autor, um acontecimento é individuado a partir de um processo de determinação, em que se especifica o que o configura como um acontecimento particular, diferenciando-o de outros. Esse processo se realiza a partir de um percurso interpretativo, em que se podem identificar vários eixos em articulação.

Em primeiro lugar, o acontecimento passa por um processo de descrição. Esta se refere à identificação da ocorrência, distinguindo um acontecimento de outros. Nesse primeiro eixo, é importante atentar para o conceito de *quadro*: na perspectiva de Erving Goffman (1974), este deve ser visto como um conjunto de princípios de organização que governam acontecimentos sociais e nosso envolvimento subjetivo neles.⁵ (GOFFMAN, 1974, p. 10-11) São esses princípios conformadores dos quadros que permitem a definição da situação⁶ pelos sujeitos, assim como o posicionamento deles nas diferentes interações. Ou seja, os quadros permitem responder à pergunta

5 O conceito de quadro foi introduzido por Gregory Bateson (2000, 2002), na década de 1950, nos EUA, para indicar os elementos que possibilitam identificar o que se passa em determinada situação interativa. Partindo da observação de animais como lontras e macacos, o pesquisador define o quadro como o conjunto de indícios que permitem perceber uma interação como uma briga ou uma brincadeira. O próprio Goffman reconhece essa “paternidade” do conceito na introdução de *Frame Analysis*.

6 Esse conceito é discutido por Goffman a partir do trabalho de William Thomas (1966), para quem “a interação e seu desenvolvimento dependem [...] de um compartilhamento e/ou cumplicidade” (VELHO, 2008, p. 146), ou seja, de uma boa definição da situação pelos atores sociais engajados nela.

“O que está acontecendo aqui?”. Assim, na descrição do acontecimento, o que se busca é justamente responder a essa questão, ou seja, identificar os quadros que organizam o acontecimento, bem como os posicionamentos adotados pelos atores sociais.⁷

Em segundo lugar, o acontecimento passa por um processo de narração. Este diz respeito à organização narrativa da ocorrência, o que implica: 1) a inscrição do acontecimento em uma linha temporal, articulando-o com o passado e o futuro na construção da intriga; e 2) a identificação e a compreensão das ações e dos agentes que configuram o acontecimento. Esse eixo resgata o acontecimento como uma entidade temporal, que promove aberturas em relação ao passado e ao futuro, e a sua passibilidade, na medida em que aponta para os sujeitos que movem a intriga e, ao mesmo tempo, são afetados pelo acontecimento.

O terceiro eixo do processo de individuação do acontecimento é a configuração de um pano de fundo pragmático. Este atenta para o fato de que o acontecimento não é uma entidade abstrata, mas articula e move práticas instituídas e hábitos de ação. Esse contexto de fundo é animado por crenças e desejos presentes nas estruturas normativas da cultura e é ele que orienta e articula as ações dos indivíduos em relação ao acontecimento. Nesse sentido, a identificação desse pano de fundo pragmático sugere a percepção dos públicos⁸ que se constroem em relação ao acontecimento, já que revela o modo como os sujeitos são acionados para agir e se posicionar em relação ao acontecimento.

Compreender esses eixos no processo de individuação dos acontecimentos é fundamental para apreender a reflexão de Quéré acerca da dupla vida do acontecimento. Partindo da base pragmatista discutida anteriormente, Quéré (2011, 2012) propõe pensar duas formas de acontecimento:

7 O posicionamento dos sujeitos é discutido por Goffman (2008) a partir do conceito de *footing*. Este diz respeito ao alinhamento, ao porte, ao posicionamento, à postura ou à projeção pessoal do participante de uma interação. Está vinculado à linguagem, na medida em que é construído e transformado a partir dos discursos dos participantes de uma interação, e está diretamente ligado aos enquadramentos dos acontecimentos.

8 De acordo com Dewey (1954), públicos emergem contextualmente na medida em que várias pessoas são afetadas indiretamente por certas transações sociais e respondem, coletivamente, a essa afetação. É nesse misto entre o sofrer e o agir, entre a passibilidade e a agência, que públicos se configuram. A perspectiva do pragmatista é apropriada por Louis Quéré (2003) em sua reflexão sobre os públicos.

o acontecimento-existencial e o acontecimento-objeto. O primeiro se refere ao acontecimento tal como ele emerge e ganha concretude na nossa experiência do mundo. Esse tipo de acontecimento desencadeia “reações espontâneas, fundadas sobre a percepção imediata e a emoção.” A segunda forma de acontecimento passa por um processo de simbolização, “que introduz na experiência uma dimensão diferente daquela da simples existência.” (QUÉRÉ, 2011, p. 4) Essa simbolização (marcada pela descrição e pela narração discutidas anteriormente) é realizada através da comunicação, que confere uma qualidade nova e própria ao acontecimento-objeto, que, no entanto, traz ecos do acontecimento-existencial. Passando pelo processo de simbolização, essa forma de acontecimento ganha uma dimensão discursiva e passa a fazer parte da organização de nossa conduta. É importante destacar, contudo, que essas duas formas de acontecimento não são dicotômicas, ainda que apresentem dimensões distintas.

Partindo dessa reflexão de Quéré, podemos pensar que a mídia (como uma das instituições realizadoras da comunicação) atua nesse processo de simbolização dos acontecimentos-existenciais. Nesse processo, os dispositivos midiáticos conferem uma nova dimensão às ocorrências, que adquirem uma qualidade própria em sua constituição como acontecimentos-objeto. Apesar dessa distinção, entendemos que o acontecimento-objeto traz marcas do acontecimento-existencial, que só pode ser apreendido a partir de sua simbolização. Dessa forma, a análise dos acontecimentos tal como construídos e individuados pela mídia nos permite apreender (ao menos em parte) os significados que ecoam a partir da emergência concreta das ocorrências e como esse acontecimento simbolizado participa da organização de nossa experiência no mundo – e de novas experiências nele. Esse tipo de análise nos permite, ainda, apreender a imbricada relação entre mídia e sociedade, não como esferas separadas: os acontecimentos na mídia são também acontecimentos na sociedade, e a leitura daqueles nos permite perceber como as ocorrências emergem na vida social e ordenam nossa experiência.

ALGUMAS PESQUISAS SOB O VIÉS DO ACONTECIMENTO

Essa compreensão do acontecimento proposta por Louis Quéré vem sendo acionada em diferentes estudos filiados ao campo da Comunicação no

Brasil. Vale destacar aqui a coleção de três volumes acerca da relação entre jornalismo e acontecimento, nos quais a reflexão do sociólogo francês se faz muito presente.⁹ Outra obra recente importante nesse cenário é o livro organizado por França e Oliveira (2012) *Acontecimento: reverberações*, que apresenta algumas das pesquisas realizadas no âmbito da Universidade Federal de Minas Gerais (particularmente no Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade – GRIS) e de outras instituições do Brasil, da França e de Portugal.¹⁰

Não é nosso objetivo aqui percorrer essas e outras obras e artigos que tratam do conceito, mas evidenciar como ele tem sido profícuo para analisar diferentes tipos de objeto no campo comunicacional. Se nos estudos de jornalismo, a noção já era muito utilizada (mesmo que à luz de outros autores), só mais recentemente ela vem sendo acionada para refletir sobre objetos tão diversos como um movimento social, um caso de violência de gênero ou a constituição de uma celebridade. É para alguns desses estudos que nos voltamos aqui, a fim de evidenciar o potencial heurístico do conceito para o campo da Comunicação.

Mendonça (2007, p. 138) parte da reflexão de Quéré (e outros autores) para olhar para os movimentos sociais como acontecimentos. Nesse sentido, os movimentos são vistos como “[...] essa potência de ação, que profetizam sobre o passado e o futuro, permitindo a permanente construção social da realidade”. Além dessa importante dimensão temporal, o autor discute o poder hermenêutico do acontecimento, ou seja, seu poder de revelação: “o acontecimento possibilita uma alteração nos quadros de compreensão do *self* e do mundo.” (MENDONÇA, 2007, p. 122, grifo do autor) Não há aqui um estudo empírico, mas a defesa da potencialidade do conceito na análise do surgimento e da atuação dos movimentos sociais.

9 Cf. (BENETTI; FONSECA, 2010; LEAL; ANTUNES; VAZ, 2011; MAROCCO; BERGER; HENN; 2012). Essa coleção foi lançada como resultado das atividades de um convênio de cooperação acadêmica (Procad), financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que promoveu o diálogo e o intercâmbio de pesquisadores de quatro programas de pós-graduação em Comunicação no Brasil (UFMG, Unisinos, UFRGS e UFSC).

10 O livro é resultado de um colóquio de mesmo nome realizado pelo GRIS/UFMG, em Belo Horizonte, em maio de 2011. Vale destacar que, em 2013, o mesmo grupo de pesquisa criou o Laboratório de Análise de Acontecimentos (Grislab), uma atividade de pesquisa e extensão que visa à discussão e análise de diversos acontecimentos que marcam a contemporaneidade. Cf. grislab.com.br

Em outro trabalho, Sarmento e Mendonça (2013, p. 22) se voltam para um estudo empírico à luz da mesma noção. O objetivo dos autores é analisar, no contexto da implementação da Lei Maria da Penha, alguns casos de violência doméstica protagonizados por celebridades e que receberam ampla cobertura midiática: (1) a agressão envolvendo o ator Dado Dolabella e a atriz Luana Piovani; e (2) o desaparecimento/assassinato de Eliza Samúdio, de que o goleiro Bruno Fernandes foi acusado. A análise revela que os acontecimentos “são uma situação privilegiada para a manifestação de controvérsias públicas.” Cada um a sua maneira, os dois acontecimentos revelaram aspectos centrais do quadro de valores de nossa sociedade – como a questão da justiça, do bem-viver, dos laços afetivos que merecem ser protegidos.

Ancorada na perspectiva de Quéré e em sua base pragmatista, Vera França tem desenvolvido e orientado inúmeros trabalhos acerca de acontecimentos de diferentes tipos. Em 2009, a pesquisadora investigou o sequestro da jovem Eloá pelo ex-namorado Lindenberg, que teve grande destaque e repercussão na mídia brasileira em outubro de 2008. França discutiu o processo de “individuação” desse acontecimento e evidenciou que o sequestro foi, a princípio, inscrito em um quadro mais amplo de violência urbana no Brasil, ao lado de outros casos de crueldade que envolvem dramas individuais, e não como um caso de violência de gênero. De acordo com França (2009, p. 16), “a escolha de um enquadramento no campo das relações e papéis de gênero viria problematizar este caso para além da esfera pessoal dos envolvidos, e particularizá-lo dentro do quadro geral da violência urbana no Brasil.” Essa escolha realizada pelos dispositivos midiáticos acaba por manter o acontecimento “no limite entre problema público e domínios particulares.”

O mesmo acontecimento é analisado de modo comparativo a um outro assassinato (de Ângela Diniz, ocorrido em 1977) por Cecília Lana (2010). A pesquisadora procura investigar esses dois acontecimentos a partir de seu processo de individuação pela mídia, tendo em vista as relações de gênero que configuram a sociedade brasileira contemporânea, ainda muito marcada por machismo e padrões patriarcais. Lana (2010) observa os sentidos desencadeados pelos dois acontecimentos, bem como o caráter problemático que revelam, no intuito de perceber valores e normas relativos à questão de gênero.

Marco Antônio de Almeida (2006) parte da noção de acontecimento para investigar a crise política desencadeada pelo mensalão.¹¹ O foco da pesquisa foi em uma personagem específica daquela cena política: Fernanda Karina, ex-secretária de Marcos Valério, um dos protagonistas da crise. O objetivo foi perceber a atuação dessa personagem, bem como o acontecimento que se desenha em torno dela.

Em diálogo com esse trabalho, a pesquisa de Roberto Almeida (2006, p. 3) se volta para o terceiro eixo da individuação do acontecimento aqui evidenciado: a configuração de públicos em relação ao acontecimento Fernanda Karina. O pesquisador procura perceber como a experiência desse acontecimento “[...] toca os sujeitos e afeta suas perspectivas e visões de mundo, seus modos de perceber a si mesmo e a realidade circundante”.

Lana e Simões (2012) retomam o conceito de acontecimento para apreender a constituição das figuras públicas, a partir de dois estatutos de personalidades: aquelas que podem ser vistas como acontecimento e aquelas que se constituem a partir do acontecimento. O objetivo das pesquisadoras é mostrar os movimentos distintos percorridos por tais personagens na cena pública e sua articulação com os sujeitos que são afetados por elas.

Desenvolvendo o argumento de que uma celebridade por ser entendida como um acontecimento, Simões (2012) analisa a construção da imagem pública do jogador de futebol Ronaldo Luiz Nazário de Lima a partir da individuação de algumas ocorrências marcantes em sua trajetória. Da Copa de 1998 à aposentadoria em 2011 – passando pela Copa de 2002, pelo casamento com Daniella Cicarelli e pelo caso das travestis –, a pesquisa aponta valores e traços que conformam a imagem de Ronaldo como uma celebridade carismática.

Não é possível esgotar aqui todos os trabalhos que vem sendo desenvolvidos no Brasil que se ancoram na perspectiva pragmatista de Louis Quéré. O que procuramos demonstrar com esse breve relato de algumas pesquisas foi a riqueza do conceito de acontecimento para análise de diferentes objetos – como uma crise política ou uma celebridade. Acreditamos que esses estudos exibem, cada um à sua maneira, a importância de dois eixos centrais na compreensão do próprio conceito e, sobretudo, de sua

11 Nome como ficou conhecido o esquema de corrupção envolvendo o Partido dos Trabalhadores (PT) e alguns parlamentares, que receberiam uma “mesada” para votar favoráveis às pautas defendidas pelo governo em 2005.

contribuição ao campo da Comunicação: o poder de afetação e o poder hermenêutico do acontecimento.

O acontecimento e sua dupla dimensão de poder

O poder de afetação de um acontecimento, conforme destacado anteriormente, diz respeito à sua passibilidade, ou seja, ao modo como ele afeta, toca, sensibiliza a experiência dos sujeitos. A partir de sua emergência (MEAD, 1932), o acontecimento configura seus públicos (DEWEY 1954; QUÉRÉ, 2003), que não existem previamente, mas se constituem justamente a partir desse processo de afetação.

O poder hermenêutico do acontecimento, por sua vez, exhibe o seu potencial de revelação. Isso significa que o acontecimento é “fonte de sentido” (QUÉRÉ, 2010) e pode iluminar problemas públicos, desvendar questões e evidenciar aspectos importantes do contexto social em que ele se inscreve.

Acreditamos que essa dupla dimensão de poder de um acontecimento permite apreender a natureza comunicacional de inúmeros fenômenos. Para compreender isso, é preciso resgatar a própria noção de comunicação, a partir da mesma base pragmatista recuperada anteriormente. Para Dewey (2010), a comunicação pode ser entendida como um compartilhar vívido e profundo de significados e que constitui a experiência. Essa ideia de compartilhamento de sentidos a partir, portanto, das interações entre os sujeitos em um determinado contexto também emerge na perspectiva de Mead (1934). Como explica França (2008, p. 89-90), na abordagem meadiana, a comunicação é vista como

[...] um todo composto de partes articuladas; constitui-se de uma ação situada; compõe-se de gestos significantes, ou seja, da presença da linguagem. A comunicação é, sobretudo, uma interação, marcada pela reflexividade – em que cada parte atua sobre a outra, e onde passado e futuro são acionados pela ação no presente.

Nesse sentido, a análise de um acontecimento a partir dos dois eixos apontados acima permite apreender justamente a comunicação, essa interação simbólica entre os sujeitos: aqueles que movem e realizam o próprio acontecimento e os públicos que por este são construídos (em

um processo de mútua afetação). Além disso, permite apreender, a partir dos sentidos desencadeados pela emergência – a inscrição temporal do próprio acontecimento, bem como o contexto mais amplo em que ele se insere e que ajuda a construir. Afinal, como destaca França (2012b, p. 20), os “acontecimentos acontecem na nossa experiência – e falam dessa experiência. Retratam quem somos, como vivemos.” A análise deles pode, portanto, revelar um pouco do que somos, de como vivemos.

PARA CONCLUIR

O objetivo deste capítulo foi discutir a noção de acontecimento, reivindicando sua proficuidade para as análises no campo da Comunicação. Assim, revisitamos algumas contribuições dos pragmatistas George H. Mead e John Dewey, que alicerçam a compreensão do acontecimento desenvolvida por Louis Quéré. Procuramos evidenciar a centralidade da experiência na constituição do acontecimento na perspectiva desses autores, que enfatizam a dimensão interacional configuradora dessas emergências. Além disso, destacamos a dimensão temporal que é constitutiva dos acontecimentos, que irrompem no presente e, ao mesmo tempo, instauram um passado e um futuro.

Buscamos atentar para essa base pragmatista que sustenta a reflexão de Louis Quéré em torno do conceito de acontecimento. Encontramos nesse autor a mesma centralidade da experiência, além da mesma dimensão temporal e interacional das emergências que apreendemos da discussão de Mead e Dewey. Encontramos, ainda, a centralidade da comunicação como constituidora dos acontecimentos nessas abordagens. Afinal, é resgatando contribuições desses pragmatistas que o sociólogo francês propõe pensar sobre a dupla vida do acontecimento: segundo Quéré, o acontecimento-existencial ganha uma nova dimensão ao ser simbolizado, através da linguagem, o que o constitui como acontecimento-objeto. Este se constrói, portanto, através da comunicação.

Depois de demonstrar esse alicerce pragmatista da perspectiva de Quéré, retomamos algumas pesquisas que foram desenvolvidas sobre diferentes objetos (como uma crise política ou uma celebridade) à luz da mesma. Dessa forma, procuramos enfatizar o potencial heurístico do conceito (FRANÇA, 2012a; SIMÕES, 2012) para o campo da Comunicação,

tendo em vista, sobretudo, dois eixos: o poder de afetação e o poder hermenêutico dos acontecimentos. O primeiro diz respeito ao modo como essas ocorrências tocam a experiência dos sujeitos, e o segundo, à forma como essas emergências elucidam diferentes aspectos do contexto social em que se inscrevem. Ao retomar algumas das pesquisas realizadas à luz dessa perspectiva, o objetivo foi demonstrar como acontecimentos que afetam uma sociedade em determinado momento podem revelar traços e valores dessa mesma sociedade. É nesse sentido que acreditamos que o duplo poder do acontecimento possibilita a apreensão da dimensão comunicacional de inúmeros objetos: esses dois eixos permitem compreender as interações simbólicas entre os sujeitos que movimentam os acontecimentos e a própria vida social em que eles emergem. Além disso, através deles, é possível identificar, nos sentidos desencadeados pela emergência, traços configuradores de uma sociedade em determinado momento. Dessa forma, ainda que não tenha um lugar de destaque no quadro das teorias e escolas clássicas da Comunicação, a noção de acontecimento trouxe inúmeras contribuições para os estudos na área no Brasil nos últimos anos. E deve continuar iluminando diferentes problemas de pesquisa que se voltam para a apreensão da dimensão comunicacional dos fenômenos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marco Antônio Pessoa V. *A Secretária da Crise: A construção do acontecimento* Fernanda Karina Somaggio. 2006. 70f. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.
- ALMEIDA, Roberto Edson de. *O acontecimento e seus públicos: o caso Fernanda Karina Somaggio*. 2006. 63f. Monografia (Graduação em Comunicação Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.
- ARENDT, Hannah. Compreensão e Política. In: _____. *A dignidade da política*. Ensaios e conferências. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993. p. 39-53.
- BARTHÉLÉMY, Michel; QUÉRÉ, Louis. *La mesure des événements publics: Structure des événements et formation de la conscience publique*. Rapport de recherche pour le CNRS, Paris: Centre d'Etudes des Mouvements Sociaux, 1991, p. 1-85.
- BATESON, Gregory. A theory of play and fantasy. In: _____. *Steps to an Ecology of mind*. Chicago: University of Chicago Press, 2000. p. 177-193.

- BATESON, Gregory. Uma teoria sobre brincadeira e fantasia. In: RIBEIRO, Branca Telles; GARCEZ, Pedro M. (Org.). *Sociolinguística Interacional*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2002. p. 85-105.
- BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. (Org.). *Jornalismo e Acontecimento: mapeamentos críticos*. Florianópolis: Insular, 2010.
- BREGMAN, Dorine. Le cadrage du débat public. Le projet de CSG. In: BEAUD, Paul et al. (Org.). *Sociologie de la communication*. Paris: Réseaux/CNET, 1997. p. 473-495.
- DAYAN, Daniel; KATZ, Elihu. *Media events: the live broadcasting of history*. Cambridge / London: Harvard University Press, 1994.
- DEWEY, John. *Arte como experiência*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- _____. *The public and its problems*. Chicago: Swallow Press, 1954.
- _____. Tendo uma experiência. In: LEME, Murilo O. R. P. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 89-105.
- _____. *Liberalismo, liberdade e cultura*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.
- FRANÇA, Vera R. Veiga. Interações comunicativas: a matriz conceitual de G. H. Mead. In: PRIMO, A. et al. (Org.). *Comunicação e Interação*. Porto Alegre: Sulina, 2008. p. 71-92.
- _____. O crime e o trabalho de individuação do acontecimento no espaço midiático. In: *SOPCOM*, 6., 2009, Lisboa. *Anais...* Lisboa, [s.n.], 2009. p. 1-19.
- _____. *GRISLAB: Laboratório de Análise de Acontecimentos*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2012. Mimeografado.
- FRANCA, Vera R. V. O acontecimento e a mídia. *Galáxia*, São Paulo, v. 12, p. 1-12, 2012b.
- FRANÇA, Vera R. Veiga; ALMEIDA, Marco Antônio P. V. O caso Fernanda Karina: as potencialidades do acontecimento. In: COLÓQUIO BRASIL-FRANÇA DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO E DA INFORMAÇÃO, 7., 2006, França. *Anais...* França: Université Stendhal-Grenoble III, Echirolles, 2006.
- FRANÇA, Vera R. Veiga; ALMEIDA, Roberto Edson de. O acontecimento e seus públicos: um estudo de caso. *Contemporânea*, Salvador, v. 6, n. 2, p. 1-24, dez. 2008.
- FRANCA, Vera R. V.; OLIVEIRA, Luciana (Org.). *Acontecimento: reverberações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- FRANCA, Vera R. V. O acontecimento para além do acontecimento: uma ferramenta heurística. In: FRANCA, Vera R. V.; OLIVEIRA, Luciana (Org.). *Acontecimento: reverberações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012a. p. 39-51.
- GOFFMAN, Erving. Footing. In: RIBEIRO, Branca Telles; GARCEZ, Pedro M. (Org.). *Sociolinguística Interacional*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Loyola, 2002. p. 107-148.
- _____. *Frame Analysis: an essay on the organization of experience*. Boston: Northeastern University Press, 1974.

JOAS, Hans. *G. H. Mead: a contemporary re-examination of his thought*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1997.

_____. Interacionismo Simbólico. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (Org.). *Teoria Social Hoje*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999. p. 127-174.

LANA, Cecília. *Acontecimento midiático e ressonâncias pragmáticas: a produção de sentido em torno de crimes passionais*. 2010. Monografia (Graduação em Comunicação Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

LANA, Lígia; SIMÕES, Paula G. Duas vinculações possíveis entre personalidades e acontecimentos: diferentes modos de atuação na vida pública. In: FRANCA, V. R. V.; OLIVEIRA, Luciana (Org.). *Acontecimento: reverberações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 213-231.

LEAL, Bruno Souza et al. Agendamento, enquadramento e noticiabilidade. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. (Org.). *Jornalismo e Acontecimento: mapeamentos críticos*. Florianópolis: Insular, 2010. p. 187-219.

LEAL, Bruno Souza; VAZ, Paulo Bernardo F.; ANTUNES, Elton. De quem é a agenda. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. (Org.). *Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos*. Florianópolis: Insular, 2010. p. 221-239.

MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa; HENN, Ronaldo. *Jornalismo e acontecimento: diante da morte*. Florianópolis: Insular, 2012. v. 3.

MEAD, George Herbert. *Mind, self and society: from the standpoint of a social behavior*. Chicago: University of Chicago, 1934.

MEAD, George Herbert. *The Philosophy of the Act*. Chicago: University of Chicago, 1938. Disponível em: <http://www.brocku.ca/MeadProject/Mead/pubs2/philact/Mead_1938_toc.html>. Acesso em: 24 fev. 2011.

MEAD, George Herbert. *The Philosophy of the Present*. LaSalle, Illinois: Open Court, 1932. p. 1-31. Disponível em: <http://www.brocku.ca/MeadProject/Mead/pubs2/philpres/Mead_1932_01.html>. Acesso em: 22 fev. 2011.

MEDITSCH, Eduardo. Jornalismo e construção social do acontecimento. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. (Org.). *Jornalismo e Acontecimento: mapeamentos críticos*. Florianópolis: Insular, 2010. p. 19-42.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Movimentos Sociais como acontecimentos: linguagem e espaço público. *Lua Nova*, Revista de cultura e política, São Paulo, n. 72, p. 115-142 2007.

MOUILLAUD, Maurice. Da forma ao sentido. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). *O Jornal: da forma ao sentido*. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 2002a. p. 29-35.

MOUILLAUD, Maurice. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). *O Jornal: da forma ao sentido*. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 2002b. p. 49-83.

- MUPHY, John. *Pragmatismo: de Peirce a Davidson*. Portugal: Asa, 1993.
- POGREBINSCHI, Thamy. *Pragmatismo: teoria social e política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.
- QUÉRÉ, Louis. L'espace public comme forme et comme événement. In: JOSEPH, Isaac (Org.). *Prendre place*. Espace public et culture dramatique. Colloque de Cérizy. Paris: Ed. Recherches, 1995. p. 93-110.
- QUÉRÉ, Louis. L'événement. Introduction. In: BEAUD, Paul et al. (Org.). *Sociologie de la communication*. Paris: Réseaux/CNET, 1997.
- _____. L'individualisation des événements dans le cadre de l'expérience publique. In: BOURDON, P. et al (Org.). *Processus du sens*. Paris: L'Harmattan, 2000. p. 1-23.
- _____. Le public comme forme et comme modalité d'expérience. In : CEFAÏ, Daniel; PASQUIER, Dominique. (Org.). *Les sens du public*. Publics politiques, publics médiatiques. Paris: Presses universitaires de France, 2003. p. 113-134.
- _____. Entre o facto e o sentido: a dualidade do acontecimento. *Trajectos*, Revista de Comunicação, Cultura e Educação, Lisboa, n. 6, p. 59-75, 2005.
- _____. O caráter impessoal da experiência. In: LEAL, Bruno S.; GUIMARÃES, César G.; MENDONÇA, Carlos M. C. (Org.). *Entre o sensível e o comunicacional*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 19-38.
- _____. Les formes de l'événement. Pour un réalisme pragmatiste. In: _____. *II CIS: Acontecimento: reverberações*. Belo Horizonte: [s.n.], 2011, p. 1-24.
- _____. A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista. In: FRANCA, V. R. V.; OLIVEIRA, Luciana (Org.). *Acontecimento: reverberações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 21-38.
- RANCIÈRE, Jacques. Os enunciados do fim e do nada. In: _____. *Políticas da escrita*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. p. 227-252.
- SÁNCHEZ DE LA YNCERA, Ignacio. *La mirada reflexiva de G. H. Mead: sobre la socializad y la comunicaci3n*. 2. ed. Madrid: Centro de investigaciones sociol3gicas / Siglo XXI de Espa1a editores, 1994.
- SARMENTO, Rayza; MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Luana, Eliza e a lei Maria da Penha: o acontecimento em discuss3o. In: ANPOCS, 37., 2013, Águas de Lind3ia, SP. *Anais...* Águas de Lind3ia, SP: [s.n.], 2013.
- SIM3ES, Paula Guimarães. *O acontecimento Ronaldo: a imagem p3blica de uma celebridade no contexto social contempor3neo*. 282f. Tese (Doutorado em Comunica3o Social) - Faculdade de Filosofia e Ci4ncias Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- THOMAS, William. *On social organization and social personality*. Selected papers. Chicago: The University of Chicago Press, 1966. In: VELHO, Gilberto. Goffman, mal-entendidos e riscos interacionais. *RBCS*, S3o Paulo, v. 23, n. 68, p. 145-148, out. 2008.
- THOMPSON, John. A nova visibilidade. *MATRIZES*, S3o Paulo, v. 1, n. 2, p. 15-38, abr. 2008.

VELHO, Gilberto. Goffman, mal-entendidos e riscos interacionais. *RBCS*, São Paulo, v. 23, n. 68, p. 145-148, out. 2008.

VÉRON, Éliséo. Il est là, je le vois, il me parle. In: BEAUD, Paul et al. (Org.). *Sociologie de la communication*. Paris: Réseaux/CNET, 1997. p. 521-539.

A teoria crítica nos estudos da Comunicação: uma agenda empírica para o programa de Jürgen Habermas e de Axel Honneth¹

INTRODUÇÃO

É difícil sublinhar com suficiente veemência a contribuição da pesquisa político-filosófica da Escola de Frankfurt para os estudos em Comunicação Social. Seus postulados vêm sendo transpostos para o desenvolvimento das teorias da Comunicação, desde o início do século XX. Neste capítulo, discutimos as influências da segunda e da terceira geração da Teoria Crítica sobre os estudos em Comunicação. Embora reconheçamos a importância dos pensadores da primeira geração dessa escola – e a vitalidade de seus escritos em renovadas releituras para a abordagem de inúmeros fenômenos contemporâneos –, dedicamo-nos aos avanços nas gerações subsequentes da escola.

Na primeira seção, cotejamos as obras de Jürgen Habermas e Axel Honneth, com o intuito de localizar as preocupações teóricas centrais desses filósofos como guias de agendas de pesquisa no campo da Comunicação. Apresentamos, na terceira seção, alguns estudos que vêm sendo desenvolvidos sob inspiração da obra habermasiana, sobretudo na área de comunicação política, esfera pública e democracia deliberativa. Na quarta

¹ Agradecemos a Anne Júlia, Ana França, Camila Marques e Rodrigo Miranda, bolsistas de Iniciação Científica do Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME).

seção, discutimos algumas pesquisas fundamentadas na obra de Honneth e orientadas, particularmente, pela noção de reconhecimento no campo da Comunicação. São objeto de nossa análise pesquisas de natureza empírica que dialogaram com essas duas vertentes da Teoria Crítica.

A TEORIA CRÍTICA E A PESQUISA EM COMUNICAÇÃO SOCIAL: UMA BREVE TRAJETÓRIA

O Instituto para a Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt surgiu na Alemanha, em 1923, e reuniu pesquisadores que, inspirados na obra marxista, buscavam compreender questões sobre a emancipação e a mudança social. Também conhecida como Escola Crítica, ou Escola de Frankfurt, essa corrente de pensamento vem contribuindo com os estudos de Comunicação desde a sua primeira geração. Destaca-se uma notável diversidade de perspectivas que vão desde o repertório crítico da Economia Política (Theodor W. Adorno, Max Horkheimer) até as tendências filosóficas, em fenômenos estéticos da cultura contemporânea (Herbert Marcuse, Walter Benjamin, Erich Fromm). A primeira geração frankfurtiana foi decisiva para desafiar os chamados “modelos administrativos” da pesquisa em Comunicação, sejam eles entendidos como funcionalistas, informacionais ou behavioristas, de natureza estatística e empirista. Ela trouxe para as pesquisas da área problemas como a massificação da cultura, a fetichização dos bens e o declínio do pensamento crítico individual.

A segunda geração da Teoria Crítica é marcada por uma reorientação crítico-reconstrutiva que ganha ímpeto, sobretudo, com a “virada pragmático-intersubjetiva” na obra de Jürgen Habermas (1984). No início da carreira, Habermas permaneceu adepto aos paradigmas originais, que se centravam em diagnósticos negativos da razão instrumental, da massificação dos sistemas e das práticas da Comunicação Social que, geralmente, indicavam a irreversibilidade da dominação racionalizada. Sem que houvesse um abandono do interesse emancipatório e do materialismo dialético marxista, ocorreu uma radical reinterpretação da comunicação e da intersubjetividade – como dimensão normativo-emancipatórios da contemporaneidade. A Comunicação, sob esse ponto de vista, passa a ser considerada instância da “transcendência na imanência”, isto é, recurso

potencial de crítica das formas existentes de dominação, para a ruptura da ordem social e a transformação da realidade.

A compreensão da relevância da intersubjetividade e da linguagem, baseada na tradição pragmatista, tornou-se referencial para a Teoria do Agir Comunicativo. (HABERMAS, 1984; ANDERSON, 2011) Essa reorientação estendeu o escopo da abordagem dialética a fenômenos além das relações de produção e reprodução social. Divergindo de muitos diagnósticos da primeira geração, mas, em continuidade com os princípios do materialismo dialético, Habermas reinterpretou suas próprias hipóteses quanto às tendências de desenvolvimento da esfera pública e superou as sombrias expectativas da obra de 1962. Para a pesquisa em Comunicação, isso implicou uma intensificação dos esforços de investigação das práticas comunicativas das organizações autônomas da sociedade civil e das práticas comunicativas cotidianas, que passaram a ser percebidas enquanto possibilidade de “revitalização do potencial crítico da esfera pública.” (HABERMAS, 1992, 1994)

O quadro teórico habermasiano favorece a investigação da complementariedade (e das contradições) entre os sistemas institucionais e o mundo da vida em termos da coordenação das tecnocracias estatais e empresariais e das resistências à submissão da vida cotidiana aos ditames desses sistemas. (HABERMAS, 1984) Especialmente em *Direito e Democracia*, Habermas (1992) procura estender a análise da ética do discurso às práticas democráticas da esfera pública e às instituições políticas, como o sistema legal. A ampliação dos estudos sobre a esfera pública e sobre os processos de deliberação (não só no âmbito da política institucional formal, mas também na vida cotidiana) é resultado desse desenvolvimento político-filosófico. A pesquisa empírica em Comunicação, nesse caso, é crescentemente convidada a se debruçar sobre uma variedade de fenômenos, como discutiremos na seção seguinte.

A terceira geração da Escola de Frankfurt, que tem como expoente Axel Honneth, concede centralidade à intersubjetividade como fonte da emancipação política. Atribui-se a Honneth a elaboração de uma agenda de pesquisa capaz de trazer novo ímpeto à Teoria Crítica, ao promover a identificação e promoção dos impulsos emancipatórios presentes explícita ou implicitamente na realidade social (i.e. o princípio da “transcendência na imanência”) e buscar reunir conflito e luta social em uma teoria nor-

mativa do social. Honneth se distancia de Habermas ao calcar sua teoria da intersubjetividade em teorias da filosofia antropológica, elaborando uma noção teórica-intersubjetiva de poder nas interações diárias do mundo da vida. O autor busca ampliar a abrangência da crítica social ao evidenciar as condições que são necessárias ao florescimento humano, através da aquisição de reconhecimento intersubjetivo em três âmbitos: relações pessoais com vínculo afetivo, na esfera do amor; relações de direito na esfera jurídica; relações de solidariedade e estima, na esfera social. Honneth fundamenta sua crítica nas experiências de “dano” relacionadas a essas diferentes esferas (violação da integridade física e da dignidade dos sujeitos; desrespeito e denegação de direitos e, ainda, marginalização ou exclusão social) como potencial para emancipação; como força motriz normativa e motivacional subjacente às lutas contra a injustiça.

Ao desenvolver sua Teoria do Reconhecimento, Honneth percorre um caminho que, em alguns pontos, aproxima-se e, em outros, afasta-se do programa delineado pelas primeira e segunda gerações da Escola de Frankfurt. Acolhendo as principais contribuições habermasianas, a inflexão linguístico-intersubjetiva, a teoria comunicativa da sociedade e a perspectiva intersubjetiva de integração social, Honneth busca, igualmente, estabelecer o plano das interações cotidianas como um âmbito de crítica moral. Seu pensamento retoma, embora em uma chave filosófico-antropológica, a crítica dialética marxista desenvolvida pela primeira geração da Escola de Frankfurt, a fim de compreender que a sociedade se transforma através de “lutas permanentes” entre grupos sociais culturalmente integrados. Esses grupos se engajam em uma ampla gama de conflitos sociais, além do conflito de classes.

Honneth (1991) desenvolve uma análise reflexiva do poder e da dominação, adicionando uma dimensão moral à perspectiva foucaultiana, contribuindo estas extraídas da noção de lutas moralmente motivadas, presente nos escritos iniciais de Hegel. Ao rejeitar a concepção das instituições como meramente “disciplinadoras”, bem como a visão reducionista da razão interpretada em termos meramente instrumentais, Honneth defende a ideia de que são as instituições da democracia constitucional que salvaguardam a autonomia individual e que permitem a afirmação das diferenças concernentes à autorrealização dos indivíduos e às formas de vida culturalmente variadas. A liberdade e a autonomia, sob essa

perspectiva, não devem ser vistas como noções abstratas; e os diretos que protegem sujeitos singulares e grupos minoritários não devem ser vistos como resultado de um contrato social hipotético e nem como uma racionalidade abstrata, mas, sim, como o resultado de lutas históricas.

A publicação de *Luta por reconhecimento*, por Honneth (em 1992 em alemão, em 1995 em língua inglesa), desencadeou indagações e investigações, em vários campos da filosofia social e política,² e em estudos sobre multiculturalismo, políticas de identidade e lutas de grupos sujeitos a má distribuição de renda e desvalorização cultural. Ao abordar o reconhecimento, ampliam-se as perspectivas de investigação de fenômenos comunicativos que contribuem para a constituição intersubjetiva dos sujeitos. Podemos citar uma gama de questões, a exemplo de lutas em torno de representações e discursos midiáticos que humilham, marginalizam ou diminuem indivíduos ou grupos sociais; da construção de uma semântica coletiva no âmbito de movimentos sociais e de grupos sociais engajados em processos de transformação nas esferas íntima, jurídica e social; e do papel da emoção para a autoexpressão dos sujeitos, para as discussões ou para o ativismo.

Nas seções seguintes, apontaremos o modo pelo qual as obras de Habermas e de Honneth têm possibilitado um intenso diálogo da perspectiva crítico-reconstrutiva com pesquisas acerca de diversas questões no campo da Comunicação.

HABERMAS E OS ESTUDOS SOBRE ESFERA PÚBLICA E DELIBERAÇÃO DEMOCRÁTICA

As críticas de Habermas à comunicação de massa, desenvolvidas sob a perspectiva da primeira geração da Escola de Frankfurt, são bem conhecidas. Ainda que a noção de esfera pública desenvolvida pelo autor em *Mudança estrutural da esfera pública* (1991 [1962]) seja muito influente, ela foi profundamente modificada ao longo de sua trajetória. Em *Direito e democracia*, Habermas (1996) revisa o conceito reconstruindo o processo de deliberação pública em sociedades contemporâneas e refinando teori-

2 Ver, por exemplo: van den Brink e Owen (2007); Deranty (2009); Fraser e Honneth (2003); Thompson (2006, 2011) e Mendonça (2009, 2011).

camente a ética do discurso e a concepção da sociedade descentralizada, complexa e eticamente pluralista.

A teoria habermasiana provê, assim, conceitos básicos que abrangem os princípios centrais do modelo de democracia deliberativa³. Numerosas pesquisas investigam seus sentidos e controvérsias normativas. Não obstante receba críticas diversas, esse paradigma é referência importante para pesquisas empíricas e para muitos estudos que procuram incrementar as formulações teóricas de Habermas. Nesse contexto, temos nos alinhado a autores que defendem uma abordagem ampliada dos tipos de comunicação que podem levar à deliberação e que sustentam uma visão expandida de razão, bem-comum, legitimidade e da própria deliberação. (BOHMAN, 1996, 2007; DRYZEK, 2000, 2010; MANSBRIDGE, 1999; STEINER, 2012; MAIA, 2008, 2012) Entendemos, dessa forma, que a deliberação deve ser analisada, levando em consideração seus constrangimentos internos e externos e a sua realização em situações concretas. Nesse sentido, ao atribuir lugar de destaque que a democracia deliberativa ocupa na teoria contemporânea, nosso propósito é o de apontar a relevância desta abordagem para os estudos sobre comunicação e política.

No campo dos estudos sobre internet, por exemplo, a maioria dos pesquisadores concorda que o crescimento da comunicação em rede oferece novas oportunidades para que vários grupos tenham suas vozes ouvidas na esfera pública. Numerosas pesquisas investigam o potencial de deliberação oferecido pela internet, e se detêm nas especificidades conceituais de variados ambientes conversacionais; os fatores que favorecem ou dificultam as discussões *on-line* (DAHLBERG, 2001; STROMER-GALLEY; WEBB; MUHLBERGER, 2012); a estrutura e a interação em grupos de discussão, fóruns, *sites* de instituições políticas, iniciativas de e-democra-

3 Segundo Habermas (2006, p. 413, tradução nossa), "A deliberação é uma forma exigente de comunicação, embora emerge de rotinas diárias imperceptíveis de demanda e fornecimento de argumentos". Como um ideal, a deliberação deve contemplar alguns critérios: (a) a demanda de que os interlocutores apresentem argumentos que considerem compreensíveis e aceitáveis aos outros, especialmente considerando a expectativa de que participantes irão questionar e transcender racionalmente suas predileções iniciais (sobretudo em virtude do impacto dos argumentos); (b) a inclusão de todos aqueles que podem ser afetados pela decisão; (c) a igualdade entre participantes; (d) a liberdade do poder político e econômico; (e) a interação livre e não coerciva, no sentido de que participantes sejam sinceros e tratem seus interlocutores com respeito durante o processo de justificação mútua; (f) a ausência de restrição de tópicos; e (g) a possibilidade de reverter resultados. (HABERMAS, 1992, 1996, 2006), (MAIA, 2012, p. 16)

cia e e-gov, dentre outros (DAHLGREN, 2005; DAVIES; CHANDLER, 2012); e, ainda, o papel que a deliberação *on-line* desempenha em diferentes processos políticos. (MIN, 2007; STROMER-GALLEY; WEBB; MUHLBERGER, 2012)

A matriz habermasiana contribui na construção de abordagens metodológicas. Autores como Steiner e colaboradores, (2004), Dahlberg (2001) e Stromer-Galley (2007) identificaram e operacionalizaram conceitos centrais da ética do discurso de Habermas, a fim de aferir a qualidade da deliberação em diferentes contextos. Apesar de enfatizarem diferentes variáveis, os pesquisadores parecem compartilhar o interesse nos seguintes indicadores: oportunidade de discutir e expressar argumentos; níveis de justificação e contestação; formas de reciprocidade, civilidade e respeito; revisão de opinião e mudança de preferência. São pesquisas e achados que trazem, além de novas evidências ao debate teórico, novos critérios operacionais, métodos de avaliação e diretrizes para construir projetos *on-line* que busquem tornar as práticas e os sistemas políticos mais deliberativos. (KIES, 2010; STEINER, 2012; STROMER-GALLEY et al., 2012)

Enquanto estudos sobre conversação e debate face a face ou na internet tendem a assumir uma perspectiva micro – enfatizando um determinado fórum ou uma instituição –, alguns autores alegam que a deliberação pode também ser observada nos *media* de massa. (FERREÉ et al., 2002; MAIA, 2008, 2012; PAGE, 1996; WESSLER et al., 2008) Um dos desafios para definir a deliberação mediada é compreender a dinâmica entre opiniões publicadas e os discursos representados na arena midiática. Para pensar esse aspecto, é importante destacar que teóricos de distintas filiações⁴ defendem que a deliberação pode – e deve – ser concebida como um processo coletivo de trocas racionais, envolvendo uma pluralidade de atores, estendido por toda a sociedade. Dessa forma, quando se tem em mente a deliberação como um processo ampliado, e não restrito às interações face a face, assume-se que: (a) a deliberação requer formas de publicidade e de troca argumentativa através do tempo e do espaço; (b) os pontos de vista, argumentos ou discursos se desvinculam dos indivíduos

4 Desde aqueles ligados a perspectivas do liberalismo Rawlsiano (GUTMANN; THOMPSON, 1996) até os associados ao neokantianismo e a Habermas (BENHABIB, 1996; CHAMBERS, 2009) e, ainda, aqueles que buscam ampliar as condições normativas da deliberação. (BOHMAN, 1996; DRYZEK, 2000, 2010; MANSBRIDGE, 1999)

e transcendem contextos restritos de interação; e (c) a competição entre argumentos ou a contestação dos discursos possibilita influências recíprocas e resultados imprevisíveis. A partir disso, cabe então indagar sobre o papel que os *media* de massa desempenham em tal dinâmica.

Uma vertente de estudos de viés deliberacionista investiga o modo pelo qual os *media* – como instituições sociais concretas, perpassados por relações de poder – operam como plataformas de debate ou arenas discursivas. Os estudos precursores se preocupavam, basicamente, com a questão do acesso – a composição da coletividade de atores e discursos na arena midiática. (FERREE et al., 2002; PAGE, 1996) Já as pesquisas mais recentes põem em foco não apenas os atos de fala dos participantes, mas, também, suas perspectivas e as funções desempenhadas nos *media*. O objetivo explícito é capturar a dinâmica de interação entre as opiniões publicadas ou verbalizadas nos *media*. (MAIA, 2008, 2012; RINKE; WESSLER, 2013; WESSLER et al., 2008) Foram desenvolvidos parâmetros para mensurar indicadores, adaptando e desenvolvendo os critérios aplicados na discussão interpessoal para aferir a deliberação mediada. Desse modo, as pesquisas identificam a posição dos atores – grupos ou indivíduos –; comparam a representação de atores oriundos de diversos subsistemas e analisam as influências e as oportunidades de participação disponíveis para diferentes categorias de atores na arena midiática.

Estudos sobre esfera pública e deliberação vêm guiando os esforços do Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME/UFMG) há mais de 15 anos. Os problemas de pesquisa e os modelos de análise da deliberação e dos processos midiáticos, apontados acima, estão presentes em diversas pesquisas desenvolvidas no âmbito desse grupo. Encontramos na teoria habermasiana e na interlocução com pesquisadores nessa especialidade respaldo para tratar de diversos tipos de debates públicos tais como: implantação de políticas públicas (MARQUES, 2007; MARQUES; MAIA 2010; MIOLA, 2012; OLIVEIRA, 2013; SAMPAIO et al., 2011; SANTIAGO; MAIA, 2005); conflitos ambientais (LYCARIÃO, 2011); demandas de *accountability* em situações em que os processos formais apresentam déficits de desempenho (MAIA, 2005; NEVES; MAIA, 2009); problemas identitários e conflitos sociais envolvendo demandas por reconhecimento. (MARQUES, 2003; REIS; MAIA, 2006) As pesquisas citadas examinam não apenas opiniões, argumentos e a eventual

deliberatividade dos *media*, mas a interpenetração entre a conduta estratégica de jogos políticos e a argumentação; o apelo emocional para provocar a reflexão; e a utilização de artifícios retóricos e estratégicos para mobilizar diferentes públicos.

No contexto da vida cotidiana, investigamos o modo através do qual as pessoas produzem e reproduzem argumentos em esferas informais de conversação, situadas na periferia do sistema político. Em linhas gerais, constatamos que a comunicação dos *media* apresenta um caráter seletivo, com atores de diferentes esferas desempenhando papéis institucionalmente definidos – representantes políticos, agentes do mercado, especialistas, ativistas e líderes de movimentos sociais.

Em uma dinâmica circular, o material produzido e veiculado pelos *media* de massa serve como pano de fundo para outros contextos discursivos, na medida em que provê informações sobre eventos, diagnósticos sobre acontecimentos e, ainda, torna disponíveis opiniões e discursos que podem ser tomados como referência em conversas informais e no debate político. Nosso interesse é examinar o modo como as pessoas produzem sentido acerca das opiniões e dos discursos que circulam na arena midiática, a fim de: definir problemas; especificar como e porque se sentem afetadas por determinadas questões; refinar suas opiniões e negociar diferenças tendo em vista o que elas querem para si e para os outros; endossar ou contestar as demandas de representantes formais e informais etc. (CAL, 2007; GUICHENEY, 2008; MARQUES, 2007) As pesquisas produzidas no EME nesse eixo temático contribuem para investigar as interconexões, as convergências, as tensões e os dissensos entre as definições dos problemas por elites no âmbito público e os atos de interpretação que ocorrem de baixo para cima.

Compartilhamos, igualmente, a perspectiva colocada em destaque no atual estágio dos estudos em democracia deliberativa. Diversos autores têm advogado por uma agenda capaz de aprofundar o entendimento da deliberação como um processo que abrange a sociedade em sua totalidade. (MAIA, 2012; MANSBRIDGE et al., 2012; THOMPSON, 2008) Recentemente, Mansbridge e outros (2012, p. 26) anunciaram a abordagem sistêmica como uma terceira fase da pesquisa em deliberação. Esta sucederia a fase inicial do debate sobre controvérsias normativas e a fase da virada para estudos empíricos.

Na Comunicação, há, de fato, um volumoso corpo de estudos que investigam a deliberação (ou aspectos deliberativos) em espaços conversacionais da internet (fóruns, *sites* de redes sociais etc.) e nos *media* tradicionais. (DAHLBERG 2001; GASTIL 2008; KIES 2010; MAIA, 2012; PAGE 1996; PARKINSON 2005; STEINER 2012; WESSLER et al., 2008) Contudo, a maioria desses estudos se concentra em um único episódio (ou esfera) de deliberação.

Embora a formulação explícita sobre o chamado sistema deliberativo seja recente, é possível notar que, desde a formulação do modelo de circulação de poder em duas vias (“*two-track model*”) por Habermas (1996, p. 307-308) – cuja ideia central postula que a democracia é fomentada pelas inter-relações entre instituições da política e as esferas informais de conversação e associações dispersas da sociedade –, há diversas teorizações preocupadas em integrar as opiniões formadas publicamente e transmitidas em fluxo às esferas de produção da decisão no aparato estatal. Alguns autores destacaram que há diversas arenas discursivas, além daquelas formais, tais como as conversações cotidianas em ambientes privados, as instituições da sociedade civil e os *media* (MANSBRIDGE, 1999), além de arenas mistas que contam com a participação de agentes da esfera civil e do Estado. (HENDRIKS, 2006) Outros pesquisadores enfatizaram que o processo deliberativo ocorre em diferentes estágios e que instituições e agentes desempenham papéis distintos nessa sequência, que tem como objetivo produzir decisões coletivas. (GOODIN, 2008; NEBLO, 2005; PARKINSON, 2006) Sendo a abordagem sistêmica da deliberação genuinamente inovadora, ela suscita uma série de questionamentos teóricos e impõe desafios para sua operacionalização empírica. (ELSTUB; MCLAVERTY, 2013; MAIA, 2013; OWEN; GRAHAM, 2013)

Apesar de, neste momento, não podermos nos alongar no debate epistemológico, observamos que a “abordagem sistêmica” chama atenção para (a) processos de discussão e argumentação em fóruns singulares a serem tomados como parte de um processo mais abrangente; (b) inter-relações entre fóruns em domínios formais e informais do sistema político; e (c) interfaces que experiências deliberativas estabelecem com outras práticas não deliberativas, dentro do sistema político como um todo. Sob esse ângulo, podemos atentar para a diversidade de agentes e formas de comunicação nas arenas (HENDRIKS, 2006; MANSBRIDGE, 1999) e observar

as práticas para resolução de conflitos em momentos diferentes, os quais podem ter finalidades e virtudes variadas. (GOODIN, 2008; PARKINSON, 2006) Nesse debate, há vários exemplos de tensões, contradições e oportunidades que podem habitar as arenas discursivas (THOMPSON, 2008), assim como de compensações entre propósitos deliberativos diversos, mecanismos autocorretivos e processos de aprendizado coletivo. (GOODIN, 2008; MANSBRIDGE et al., 2012)

Sustentamos que tal abordagem propicia a investigação, de modo inovador, de várias questões empíricas e normativas. (MAIA, 2013) Partimos da premissa que o sistema dos *media* é múltiplo e híbrido, sendo que cada ambiente midiático é altamente diferenciado. (CHADWICK, 2013; WALTHER et al., 2011; PAPACHARISSI, 2010) Argumentamos que os *media* e as plataformas – com lógicas próprias de funcionamento, normas, públicos e oportunidades para ação – influenciam a ação das pessoas nesses ambientes. Essa perspectiva é benéfica para aprofundarmos a compreensão das relações entre a deliberação, os processos de governança e as práticas dos cidadãos, como processo social amplo. Assim sendo, uma promissora área de pesquisa é investigar as relações entre política e comunicação tendo em conta aspectos de interação e mediação tecnológica dos *media* e outras arenas discursivas.

Por essa razão, a perspectiva sistêmica tem perpassado os estudos do EME/UFMG desde as primeiras formulações sobre a noção de sistema deliberativo. Algumas pesquisas buscaram investigar como o processo da deliberação pode acontecer em arenas discursivas distintas e como essas arenas interagem e se afetam. (MARQUES, 2007, 2010; MENDONÇA, 2009) Recentemente, nosso esforço tem sido o de evidenciar inter-relações entre arenas discursivas de modo sistemático, através de estudos quantitativos. Desenvolvemos diferentes desenhos de pesquisa com o objetivo de apreender: (a) a troca de razões sobre um determinado tema controverso na arena dos *media* e de que modo isso se articula com debates em outras arenas da sociedade; (b) o comportamento discursivo de um determinado ator em arenas distintas; (c) a complexa ecologia midiática e os modos que os cidadãos encontram para refletir sobre temas polêmicos.

Destacamos, no primeiro caso, a pesquisa de Miola (2012), que investiga o debate acerca da medida provisória que propunha a criação de um sistema público de radiodifusão – a Empresa Brasil de Comunicação

(EBC). A autora examinou duas arenas: (a) o Parlamento, ou seja, os debates no plenário da Câmara dos Deputados, e (b) a imprensa. Já o estudo de Dantas lançou mão da metodologia denominada *Discourse Quality Index* – DQI (STEINER et al., 2004) para examinar como os especialistas expõem seus pareceres e contribuem na produção da decisão, analisando o debate sobre um projeto de lei da Câmara Municipal de Belo Horizonte que previa a transferência da estação de ônibus da cidade. O estudo também considerou diferentes arenas: (a) minipúblicos e audiências públicas, envolvendo comissões parlamentares da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, nas quais houve o diálogo entre especialistas, legisladores, associações civis e cidadãos comuns; e (b) a imprensa local, representada por três importantes jornais.

Como exemplo do terceiro objetivo, Maia e Rezende (2013) examinaram a deliberação em arenas informais desencadeadas por um evento polêmico – o caso de uma expressão de racismo proferida pelo deputado federal Jair Bolsonaro em um programa de TV (CQC, Band TV). Foram investigados os debates em diferentes plataformas digitais de redes sociais: (a) um domínio *on-line* genérico que cobre qualquer assunto ou tema – YouTube; (b) um domínio para discussão personalizada relacionada a temas específicos – *blogs*; e (c) uma plataforma para conversação pessoal em um determinado círculo social – Facebook.

Nosso percurso tem mostrado que refletir sobre a deliberação em termos de sistema é útil para a investigação de diferentes problemas, variáveis e coordenadas metodológicas, além de enfatizar o valor de instâncias informais de conversação cotidiana. Os casos empíricos analisados demonstram a complexidade das relações que os *media* estabelecem com distintas esferas discursivas, instituições, agentes e momentos de deliberação. Tal abordagem contribui para que observemos como o debate em diferentes instâncias opera em seu próprio contexto, ligado a determinadas normas jurídicas e administrativas, à economia política, à cultura e às relações de interesse e poder. O viés sistêmico das pesquisas também permite esclarecer como decisões em instâncias formais estabelecem conexões com a arena midiática dentro de processos de governança mais amplos e, ainda, como práticas deliberativas e não deliberativas se articulam. Embora ainda haja espaço para aprofundamentos teóricos e empíricos, a abordagem sistêmica parece ter movido a pesquisa para uma nova fase.

O esforço conjunto de pesquisadores, no cenário nacional e internacional, nessa agenda de pesquisa, sugere que a influência habermasiana sobre estudos de comunicação e política, certamente, terá vida longa.

HONNETH E OS ESTUDOS SOBRE RECONHECIMENTO

A Teoria Crítica ganhou novos contornos com a obra de Axel Honneth (1995). Nos últimos anos, a noção de reconhecimento – conceito chave nos estudos desenvolvidos na terceira geração da Escola de Frankfurt, por este filósofo – alcançou uma posição central no debate sobre o multiculturalismo, as políticas de identidade e as lutas de grupos vítimas da má distribuição de renda e da desvalorização cultural. O quadro teórico de Honneth permanece convergente com o legado habermasiano em vários aspectos, especialmente pela centralidade atribuída à intersubjetividade. Contudo, na reconstrução honnethiana, a intersubjetividade é conectada à noção de autorrealização, tida como referência para se compreender e se aferir as dimensões normativas de conflitos ético-políticos.

Cabe destacar que a teoria do reconhecimento de Honneth não se confunde com políticas identitárias e tampouco com “políticas de reconhecimento”, conforme discutido por Charles Taylor. Para Honneth, a autorrealização tem menos a ver com a concepção tradicional de identidade, entendida como um conjunto de afiliações e identificações recíprocas, e mais com a ideia de plena autonomia do indivíduo; e isso se vincula tanto à noção de liberdade individual ou autonomia quanto à de agência e florescimento individual. (DERANTY, 2011) A combinação única que Honneth faz entre a Antropologia, a Filosofia social e política e o diagnóstico das patologias sociais credencia o pesquisador a cotejar experiências de injustiça vivenciadas cotidianamente, com amplos processos de discussão na esfera pública. Essa abordagem ilumina também o entendimento de certas ações coletivas de movimentos sociais ou protestos, e da configuração de normas e políticas públicas em instâncias formais do sistema político e jurídico nas sociedades democráticas. (ANDERSON, 2011; DERANTY, 2011; PETHERBRIDGE, 2011)

Sob esta ótica, a obra de Honneth pode ser vista – pelo menos parcialmente – como complementar às preocupações dos teóricos da democracia deliberativa. Uma significativa parcela dos estudos sobre esfera pública

e deliberação preocupa-se em capturar as perspectivas dos participantes, suas experiências de vida e suas formas de interação; mostrando como as pessoas articulam suas preferências, aumentam o conhecimento político e refinam opiniões, e, ainda, avaliando a maneira como o poder restringe ou potencializa a deliberação. Diferentemente de Habermas, o projeto honnethiano não está voltado para as conversas e debates, nem para a série de condições que devem ser cumpridas caso os participantes pretendam resolver conflitos por meio de debates na esfera pública, com o objetivo de produzir decisões no sistema democrático representativo. Ao desenvolver uma crítica sociologicamente orientada sobre a dominação social, a fim de trazer os conflitos sociais para o centro do seu pensamento, Honneth proporciona à análise das relações de poder um quadro teórico com mais nuances. Sob essa perspectiva, pode-se detectar e construir diagnósticos sobre formas sociais que inibiriam o pleno desenvolvimento dos indivíduos.

Ao reconstruir a teoria da intersubjetividade e da socialização, Honneth se preocupa com uma teoria da ação fundamentada em interações conflituosas e em lutas entre grupos, que ocorrem na intenção de conquistar (ou expandir) relações de reconhecimento. O reconhecimento baseado na noção de autorrealização – interpretada tanto nos termos da autonomia e da liberdade individual, quanto nos termos de uma inclusão social – deve ser visto como um processo intersubjetivo, construído na e através da relação com os outros, e, portanto, dependente da interação. Honneth, assim, oferece instrumentos para o exame da inter-relação estrutural entre a individualização, a socialização e a inclusão social, bem como para a investigação das experiências negativas dos sujeitos – experiências motivadoras da ação coletiva e a transformação social.

Interessa-nos indicar como Honneth desenha uma agenda de pesquisa para a Comunicação. Apontamos três perspectivas sob as quais as lutas por reconhecimento podem ser investigadas: (a) a representação mediada, que direciona nossa atenção para os insumos dos *mass media*; (b) as interações sociais e culturais, centradas no modo pelo qual as pessoas interagem com as produções massivas – imagens midiáticas, ideias e discursos. Essa dimensão engloba a conversação e os processos identitários que emergem das interações. Incluímos também (c) as práticas nas plataformas digitais de comunicação – nas quais as pessoas se tornam produ-

toras, coprodutoras e codistribuidoras de conteúdo para diversos públicos. Há oportunidade, assim, para múltiplas formas de expressão; participação nas arenas discursivas, incluindo as instituições políticas formais; promoção de ações coletivas, mobilização e protestos, a fim de exercer coordenação e cooperação entre os cidadãos ou influenciar os processos de decisão.

Partimos de uma perspectiva geral que compreende o ambiente dos *media* como híbrido e interconectado. Entendemos, contudo, que os *media* permanecem como espaços importantes para a compreensão das dinâmicas das lutas por reconhecimento. Os discursos e o imaginário construído via comunicação de massa constituem interpretações culturais – um pano de fundo contra o qual os membros dos grupos definem o significado de seu *status* e o valor de suas identidades. Em termos gerais, os pesquisadores do campo dos *media* manifestam um duplo interesse em relação às questões de autoidentificação e reconhecimento social. (LARSON, 2005 ; MITTELL, 2010) De um lado, mostram-se interessados em compreender o impacto que os produtos midiáticos podem ter na constituição dos sujeitos, na medida em que os indivíduos utilizam esses materiais para se verem e avaliarem a si mesmos, em relação às atitudes e os pontos de vista dos outros. De outro lado, preocupam-se em entender as contribuições dos *mass media* na representação do “outro”, uma vez que proporcionam “modelos mentais” ou conformam “perspectivas culturais”. Ainda que, comumente, não se mobilize o reconhecimento como uma ferramenta analítica, com frequência identificamos questões que podem ser interpretadas nos termos de lutas por reconhecimento.

Nesse sentido, outra das frentes de trabalho do grupo EME/UFMG têm investigado os *media* como provedores de textos, imagens e conhecimentos relevantes que a circular em na sociedade. Em particular, alguns estudos examinam como os sujeitos apreendem esses discursos e formulam suas próprias reflexões e engajamentos em lutas por reconhecimento, onde quer que elas ocorram. Nesses estudos, analisamos o modo pelo qual membros de grupos em desvantagem – por exemplo, moradores de favela (MAIA; ROCHA, [2014]; ROCHA, 2007), pessoas com hanseníase (MENDONÇA, 2009, 2011) e mulheres que trabalharam na infância como empregadas domésticas (CAL, 2007; MAIA; CAL, 2013, MAIA; CAL, no prelo) – produzem sentido acerca das representações midiáticas e se engajam em discussões sobre questões afetam suas vidas. Ao enfati-

zar experiências de marginalização, desrespeito e dominação, bem como “sentimentos de injustiça” das próprias pessoas afetadas, investigamos se há (e como se configuram) as motivações morais por trás de reações afetivas e cognitivas de pessoas envolvidas nessas experiências negativas. Tal abordagem convida os pesquisadores a considerarem o autointeresse ou a capacidade de autoafirmação dos indivíduos em meio a uma gramática moral mais ampla, isto é, uma dinâmica conflituosa entre grupos culturalmente integrados. Acreditamos que a teoria do reconhecimento de Honneth oferece diferentes níveis de entendimento da luta por reconhecimento na vida cotidiana, em termos essencialmente políticos.

O programa de pesquisa do reconhecimento provê importante instrumental teórico para a análise das interações que ocorrem na internet – as quais transformaram dramaticamente o cotidiano. A sociabilidade nas plataformas digitais envolve práticas em diferentes esferas de relacionamento – íntima, social e política. Afirmamos, assim, que as tecnologias digitais de comunicação, a exemplo das redes sociais *on-line*, também podem ser abordadas do ponto de vista da teoria do reconhecimento.

No âmbito das pesquisas do EME/UFMG, algumas pesquisas têm demonstrado como a teoria de Honneth apresenta caminhos promissores para compreender o papel da emoção na política, particularmente quando questões de injustiças estão em jogo. Um desses estudos utilizou as histórias de vida de pessoas surdas partilhadas em dois ambientes digitais: (a) o *site* da principal organização de pessoas surdas no Brasil (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – Feneis) e (b) Orkut, uma rede social *on-line*. O estudo explorou a construção de uma semântica compartilhada de identidade – tanto individual quanto coletiva –, que está relacionada a emoções e a interpretações conflituosas acerca de necessidades, direitos e conquistas sociais. (GARCÊZ; MAIA, 2009; MAIA; GARCÊZ, 2013) Em outra ocasião, analisamos como os sujeitos interpretam ataques às suas identidades, aos seus valores e às suas demandas, provocados por outros sujeitos em uma rede complexa de interações, ilustrando o caso em três plataformas *on-line* distintas. (MAIA; REZENDE, 2013) Aqui ilustramos como as pessoas que demandam reconhecimento precisam se engajar em conversações cotidianas para testar suas próprias convicções, e para decidir se os obstáculos localizados nas práticas culturais, em instituições e nas leis vigentes são ou não legítimos. Nossas preocupações convergem

para a teoria deliberacionista, na medida em que buscam evidenciar que as pessoas, na luta por reconhecimento, frequentemente se engajam em desacordos morais e conflitos de interesse. Tais disputas ocorrem, usualmente, sob condições nas quais as pessoas não são livres (ou autônomas) quais justificativas devem ser acionadas na tentativa de resolver um determinado problema ou para contestar um julgamento particular.

Por endossar o programa político da Teoria Crítica, Honneth almeja oferecer um quadro normativo fundamentado em experiências de injustiça e em tentativas práticas de ultrapassá-las. Nesse sentido, a ligação explícita que Honneth faz entre os sentimentos de desrespeito e os princípios normativos de reconhecimento oferece articulações transfronteiriças para pesquisadores dos *media* associarem os conflitos na vida cotidiana com práticas democráticas e questões mais amplas de justiça. Nesse âmbito, citamos o estudo dos projetos de emancipação em políticas contemporâneas fundamentadas em ideias de individualidade e de inclusão social. Tendo em vista o caso das pessoas atingidas pela hanseníase, foi objeto de análise o modo pelo qual questões de injustiça e reconhecimento são expressas e configuradas: (a) no âmbito das conversações cotidianas das próprias pessoas com hanseníase, (b) no âmbito do jornal do Movimento pela Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan); e (c) no âmbito das matérias da imprensa de referência nacional (Mendonça, 2009). Abordando a construção de enquadramentos, outro estudo examinou a evolução da tematização de pessoas com deficiência, bem como dos discursos públicos sobre a questão da deficiência nos jornais de maior circulação no Brasil entre 1960 a 2008. (MAIA; VIMIEIRO, 2013; VIMIEIRO; MAIA, 2012)

A proposta do programa teórico do reconhecimento – de investigar a “dinâmica social do desrespeito”, por meio da articulação das condições sociais para a autorrealização dos indivíduos e do desenvolvimento de relações sociais e de arranjos institucionais – parece oferecer possibilidades relevantes e inovadoras, a fim de explicar interesses emancipatórios que surgem em relações intersubjetivas negativas na vida cotidiana. Assim como Habermas, o ponto de partida de uma intersubjetividade radical de Honneth permite a investigação, no campo da Comunicação, dos processos de construção de identidade sob uma perspectiva relacional, tanto na construção da subjetividade, quanto nas interações cotidianas. A articu-

lação entre os processos de socialização e individualização permite aos pesquisadores interpretar as lutas por reconhecimento e as práticas midiáticas relacionadas, como um processo diferenciado, multifacetado e dinâmico. Por meio dessa abordagem, a pesquisa em Comunicação pode explorar não apenas os aspectos coercivos da integração social, mas, também, a consciência individual da injustiça e a fonte de motivação para a emancipação em um quadro de experiências negativas.

CONCLUSÃO

Considerando o percurso da Escola Crítica, notamos o quanto essa tradição tem sido profícua na orientação de pesquisas no campo das ciências sociais e da Comunicação. Estudos na área da Comunicação, fundados na obra de Habermas, mostram diversas interfaces da esfera pública e da deliberação democrática com as práticas comunicativas dos sujeitos e das instituições midiáticas. Os estudos fundados na obra de Honneth, por sua vez, voltam-se para o exame das condições que promovem ou impedem a autorrealização dos sujeitos. Também aqui identificamos diversas interfaces entre as práticas individuais cotidianas e os *media* de massa – citamos a utilização destes para a autoexpressão, a discussão e a ação coletiva, em suma, nas lutas por reconhecimento. Ambas as abordagens permitem, cada uma a seu modo, identificar o referencial normativo na instância empiricamente mais próxima de nós: a das práticas comunicativas cotidianas. Do mesmo modo, os dois pensadores oferecem um quadro teórico sofisticado para que se conectem as práticas dialógicas ordinárias com os sentidos culturais, as práticas sociais, as instituições e as estruturas da sociedade. Foi com o propósito de ilustrar esses pontos de vista que apresentamos um conjunto de estudos empíricos situados, em particular, na área da Comunicação e da política democrática.

Diferentemente de outras abordagens, a Teoria Crítica busca construir um quadro normativo, a fim de avançar o horizonte a partir do qual as instituições e práticas correntes podem ser avaliadas. Muito da pesquisa empírica na área da Comunicação política reivindica a importância de seus achados para a política democrática, sem que se evidencie o julgamento valorativo que sustenta tal asserção. Nesse sentido, muitos in-

vestigadores lançam proposições normativas, mantendo submersas suas premissas de fundo.

O paradigma crítico fornece expectativas ou padrões normativos contra os quais as divergências, em maior ou menor grau, são previsíveis. Embora essa escola de pensamento seja vista, frequentemente, como excessivamente abstrata, não é tarefa de filósofos políticos, nem mesmo daqueles antropológica ou linguisticamente informados, oferecer conteúdo sociológico – e comunicacional – a hipóteses a serem investigadas. É nossa tarefa, de pesquisadores das ciências sociais aplicadas, examinar as proposições crítico-reconstrutivas, através de testes e investigações empíricas. Ainda que os dados e as evidências empíricas não resolvam os problemas conceituais, eles podem esclarecer a aplicabilidade dos conceitos em contextos específicos, lançar luz sobre controvérsias normativas e colocar novas indagações na agenda. A pesquisa empírica pode, sobretudo, fornecer diagnósticos sistemáticos sobre a realidade, com o intuito de, em diálogo com construtos teórico-normativos, aperfeiçoar as instituições e práticas existentes. É com esse esforço que a pesquisa empírica assume seu importante papel e “interesse na emancipação”, buscado por toda a tradição da Escola Crítica.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Joel H. Situating Axel Honneth in the Frankfurt School Tradition. *Social and critical theory*, Boston v. 12, 2011. p. 31-57.
- BENHABIB, Seyla. Toward a deliberative model of democratic legitimacy. In: _____. (Ed.). *Democracy and Difference*. Princeton: Princeton University Press, 1996.
- BOHMAN, James. *Democracy across borders: from Dêmos to Dêmoi*. Cambridge: The MIT Press, 2007.
- BOHMAN, James. *Public deliberation pluralism, complexity, and democracy*. New York: Cambridge, MIT Press, 1996.
- BRINK, Bert van den, OWEN, David (Ed.). *Recognition and Power: Axel Honneth and the Tradition of Critical Social Theory*. New York: Cambridge University Press, 2007.
- CHAMBERS, Simone. Rhetoric and the Public Sphere: Has deliberative democracy abandoned mass democracy? *Political Theory*, Thousand Oaks v. 37, n. 6, 2009. p. 323-350.
- DAHLBERG, L. The internet and democratic discourse: exploring the prospects of online deliberative forums extending the public sphere. *Information, Communication & Society*, London, v. 4, n. 4, 2001. p. 615-633.

- DAHLGREN, Peter. The Internet, public spheres, and political communication: Dispersion and deliberation. *Political Communication*, London, v. 22, n. 2, 2005. p. 147-162.
- DANTAS, Marcela. *O papel discursivo do especialista: em debate o trânsito em minipúblicos e nos media*. 151f. 2011. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.
- DAVIES, T.; CHANDLER, R. Online Deliberation Design: Choices, Criteria, and Evidence. In: NABATCHI, T. et al (Ed.). *Democracy in Motion: Evaluating the Practice and Impact of Deliberative Civic Engagement*. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 103-131.
- DERANTY J. D. *Beyond Communication: A Critical Study of Axel Honneth's Social Philosophy*. Leiden: Brill, 2009.
- DERANTY, J. P. *Reflective critical theory: a systematic reconstruction of Axel Honneth's social philosophy*. [S.l.]: Macquarie University, 2011.
- DRYZEK, John S. *Deliberative democracy and beyond: liberals, critics, contestations*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- ELSTUB, S; MCLAVERTY P. *Ten Issues for a Deliberative System*. APSA 2013 Annual Meeting Paper, Chicago, 2013. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=2303026>>. Acesso em: 15 ago. 2013.
- FERREE, M. M et al. *Shaping Abortion Discourse: Democracy and the Public Sphere in Germany and the United States*. New York: Cambridge University Press, 2002.
- FRASER, N; HONNETH, A. *Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange*. London: Verso, 2003.
- GARCEZ, R. L. O; MAIA, R. C. M. The struggle for recognition of the deaf on the Internet: The political function of storytelling. *Communication, Politics & Culture*, Melbourne, v. 42, p. 45-64, 2009.
- GASTIL, J. *Political communication and deliberation*. London: Sage, 2008.
- GOODIN, R. E. *Innovating democracy: Democratic theory and practice after the deliberative turn*. New York: Oxford University Press, 2008.
- GUICHENEY, H. *Deliberação e Problematização Socioambiental em torno da PCH-Aiuruoca: constituindo a categoria de atingidos*. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- GUTMANN, Amy; THOMPSON, Dennis. *Democracy and Disagreement*. Cambridge: Harvard University Press, 1996.
- HABERMAS, J. Further reflections on the public sphere. In: CALHOUN, C. (Ed.). *Habermas and the public sphere*. Cambridge: MIT Press, 1992.
- HABERMAS, Jürgen. *Between facts and norms: contributions to a discourse theory of law and democracy*. Cambridge, Mass: MIT Press, 1996.

HABERMAS, Jürgen. *The structural transformation of the public sphere: An inquiry into a category of bourgeois society*. MIT Press, 1991.

HABERMAS, Jürgen. *Theory of Communicative Action*. Traduzido por Thomas McCarthy. Boston: Beacon Press, 1984.

HENDRIKS, C. M. *Integrated deliberation: Reconciling civil society's dual role in deliberative democracy*. *Political Studies*, Oxford, v. 54, n. 3, p. 486-508, 2006.

HONNETH, A. *The Struggle for Recognition: The Moral Grammar of Social Conflicts*. Cambridge, MIT Press, 1995. [Original: 1992].

HONNETH, Axel Honneth. *The Critique of Power: Reflective Stages in a Critical Social Theory*. Cambridge: MIT Press, 1991.

KIES, R. *Promises and limits of web-deliberation*. New York, NY: Palgrave Macmillan, 2010.

LYCARIÃO, Diógenes. Internet e movimento ambientalista: Estratégias do Greenpeace para a Sustentação de Debates na Esfera Pública. In: MAIA, R. C. M.; GOMES, W.; MAQUES, F. P. J. A. (Org.). *Internet e Participação Política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 257-292, v. 1.

MAIA, R. C. M.; ROCHA, S. M. The morality of recognition: adolescent slum-dwellers discuss a TV Series representation of slums. In: MAIA, R. C. M. *Recognition and the Media*, Londres: Palgrave Macmillan, [2014]. (No prelo).

MAIA, R. C. M. How to apply the deliberative system approach to political communication. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL COMMUNICATION ASSOCIATION (ICA), 2013, London, *Anais...* London: [s.n.], 2013.

MAIA, R. C. M. Mídia e diferentes dimensões da Accountability. *E-Compós*, Brasília, v. 7, p. 1-27, 2006.

MAIA, R. C. M. Mediated Deliberation: The 2005 Referendum for Banning Firearm Sales in Brazil. *The International Journal of Press/Politics*, London: Sage Publications, v. 14, p. 313-334, 2009.

MAIA, R. C. M.; CAL, D. Recognition and Ideology: assessing justice and injustice in the case of child domestic labor. *Journal of Political Power*, New York: Routledge, v. 7, p. 63-85, 2014.

MAIA, R. C. M. REZENDE, T. Democracia e a ecologia complexa das redes sociais online: um estudo de caso de conversações sobre o racismo e a homofobia em diferentes ambientes virtuais. In: GOMES, W.; SAMPAIO, R.; ROSSETO, G. (Ed.). *Democracia digital no Brasil*. Não publicado.

MAIA, R. C. M. *Deliberation, the media and political talk*. New York: Hampton Press, 2012.

MAIA, R. C. M.; VIMIERO, A. C. Recognition and Moral Progress: A Case Study about Discourses on Disability in the Media. *Political Studies*, Cambridge, p. 1-20, out. 2013.

MAIA, Rousiley C. M.; GARCÊZ, REGIANE L. O. Recognition, feelings of injustice and claim justification: a case study of deaf people's storytelling on the internet. *European Political Science Review*, Cambridge, v. 5, p. 1-24, 2013.

- MAIA, Rousiley C. M. *Mídia e deliberação*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- MANSBRIDGE, J et al. A systemic approach to deliberative democracy. In: PARKINSON, John R.; MANSBRIDGE, Jane J. (Ed.). *Deliberative systems: deliberative democracy at the large scale*. New York: Cambridge University Press, 2012. p. 1-26.
- MANSBRIDGE, J. Everyday Talk in the Deliberative System. In: MACEDO, S. (Ed.). *Deliberative Politics: Essays on 'Democracy and Disagreement'*. New York: Oxford University Press, 1999. p. 211-239.
- MARQUES, A. C. S. *O processo deliberativo a partir das margens: o Programa Bolsa-Família na mídia e na fala das beneficiárias*. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2007.
- MARQUES, A. C. S.; MAIA, R. C. M. Apelo emocional para a deliberação: o vínculo homoerótico em telenovelas. *Contemporânea*, Salvador, v. 1, n. 1, p. 83-114, 2003.
- MARQUES, Ângela C. S.; MAIA, R. C. M. Everyday Conversation in the Deliberative Process: An Analysis of Communicative Exchanges in Discussion Groups and Their Contributions to Civic and Political Socialization. *Journal of Communication*, Oxford: Wiley-Blackwell, v. 60, p. 611-635, 2010.
- MENDONÇA, R. F. Recognition and social esteem: a case study of the struggles of people affected by leprosy. *Political Studies*, Oxford: Wiley-Blackwell, n. 59, p. 940-995, 2011.
- MENDONÇA, R. F. *Reconhecimento e Deliberação: as lutas das pessoas atingidas pela hanseníase em diferentes âmbitos interacionais*. Tese (Doutorado em Comunicação Social), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- MIN, S. Online vs. Face-to-Face Deliberation: Effects on Civic Engagement. *Journal of Computer-Mediated Communication*, Oxford: Wiley-Blackwell, v. 12, n. 4, p. 1369-1387, 2007.
- MIOLA, Edna. *Sistema deliberativo e tensões entre interesses públicos e privados: a criação da Empresa Brasil de Comunicação em debate no Congresso e na imprensa*. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- MITTELL, Jason. *Television and American Culture*. New York: Oxford, 2010.
- NEBLO, M. A. Thinking through democracy: between theory and practice of deliberative politics. *Acta Politica*, [S.l.], v. 40, n. 2, p. 169-181, 2005.
- NEVES, Bráulio de Britto; MAIA, Rousiley C. M. ASTONISHING IMAGES: TV news and accountability processes. *Brazilian Journalism Research* (Impresso), Brasília, v. 5, n. 1, p. 1-9, 2009.
- OLIVEIRA, Vanessa. *Direitos Humanos e suas justificativas na mídia: a controvérsia envolvendo o caso do PNDH-3*. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- OWEN, David; SMITH, Graham. Two types of deliberative system. Presented at the annual meeting of the American Political Science Association (APSA), Chicago, 2013.

- PAGE, B. I. *Who deliberates?* Mass media in modern democracy. London: University of Chicago Press, 1996.
- PARKINSON, J. R. Ricketty bridges: Using the media in deliberative system. *British Journal of Political Science*, Cambridge, v. 36, p. 175-183, 2005.
- PETHERBRIDGE, D. *Axel Honneth: Critical Essays: with a Reply by Axel Honneth*. Leiden: Brill, 2011.
- REIS, R. A.; MAIA, R. C. M. Do pessoal ao político-legal: estratégias do jornalismo para enquadrar os movimentos gays. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, v. 30, p. 46-61, 2006.
- ROCHA, S. M. Televisão, mundo da vida e mobilidade simbólica: a favela e seus moradores na visão de adolescentes. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 29, p. 131-145, 2007.
- SAMPAIO, R. C.; MAIA, R. C. M.; MARQUES, F. P. J. A. Deliberações ampliadas ou restritas - Perspectivas de integração. *Comunicação & Sociedade*, São Paulo, v. 32, p. 203-229, 2011.
- SANTIAGO, D.; MAIA, R. C. M. Entre o Mercado e o Fórum: o debate anti-tabagismo na cena mediática. *E-Compós*, Brasília, v. 1, p. 1-32, 2005.
- STEINER, J.; BACHTIGER, A.; SPORNLI, M.; STEENBERGEN, M. *Deliberative Politics in Action: Analyzing Parliamentary Discourse*. New York: Cambridge University Press, 2004.
- STEINER, Jürg. *The foundations of deliberative democracy: Empirical research and normative implications*. New York: Cambridge University Press, 2012.
- STROMER-GALEY, J. Measuring Deliberation's Content: A Coding Scheme. *Journal of Public Deliberation*, Athens, v. 3, 2007.
- STROMER-GALLEY, J.; WEBB, N.; MUHLBERGER, P. Deliberative E-Rulemaking project: challenges to enacting real-world deliberation. *Journal of Information Technology & Politics*, Londres, v. 9, p. 82-96, 2012.
- THOMPSON, D. F. Deliberative democratic theory and empirical political science. *Annual Review of Political Science*, Palo Alto, v. 11, p. 497-520, 2008.
- THOMPSON, S. *The political theory of recognition: a critical introduction*. Cambridge: MA, Polity, 2006.
- THOMPSON, S. *The politics of misrecognition*. Aldershot: Ashgate, 2011. p. 17-32.
- VAN DEN BRIN, B.; OWEN, D. *Recognition and Power: Axel Honneth and the Tradition of Social Theory*. New York: Cambridge University Press, 2007.
- WESSLER, H; et al. *Transnationalization of public spheres*. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

Comunicação e fluxos contemporâneos: a indispensável imagem

COMUNICAÇÃO, TRÂNSITO DE IMAGENS

As telas nos perseguem, as telas nos acompanham. As telas se multiplicam: grandes, médias, pequenas, mínimas. As telas pertencem a ciclos e fluxos de produção, transmissão e resposta. Excesso de objetos, excesso de plataformas, cipoal de significados. Fusão, fissão, ficção, solução, dissolução: como recortar, como observar, como compreender?

As tecnologias favorecem a expansão das possibilidades comunicativas. Mais autorias, mais coautorias, mais criadores anônimos interferindo em quase todas as fases da produção. Migração de meios: antes, a passagem de um meio a outro demandava tempo e engenho. Hoje, há multiplicidade de plataformas, hibridismo dos meios, transmedialidade. Conceitos cambiantes, conceitos intercambiantes transitam nos labirintos da internet. Os dispositivos tecnológicos correm muito à frente da capacidade de assimilá-los e usá-los em todas suas potencialidades.

Os inumeráveis fios transmissores, conectores, retransmissores, produtores e reprodutores dependem do fluxo de visualidades. As redes dependem de visualidades. Nesse sentido, queremos trabalhar com a imagem como o grande operador dos trânsitos comunicativos contemporâneos. A circulação se dá via imagem. Aliás, o uso do termo “imagem” no singular é uma conveniência discursiva, para facilitar o encaminhamento da discussão. No entanto, só podemos considerá-las no plural porque não existe “a” imagem; existem imagens.

No âmbito deste trabalho, a imagem é encarada enquanto visualidade figurativa produzida pela mão humana ou por dispositivos técnicos. São representações visuais destinadas a um suporte. Externas, diferem das imagens mentais, que são interiores.

Pensar os estudos visuais como dimensão epistemológica fundamental da comunicação contemporânea parece ser um caminho profícuo. As visualidades em curso ampliaram a capacidade de gestionar significados. Novos tipos de cognição estão sendo criados pela multiplicidade de formas de produção, edição e circulação; trabalhar com visualidades implica em investigar modos de exposição e modos de funcionamento. Assim, pretende-se discutir a imagem como elemento fundamental de reconfiguração de teorias e aplicações.

A comunicação opera com distintos sistemas de significação – verbal, visual, audiovisual – que se organizam em diferentes formatos. Comunicação pressupõe formas e conteúdos. Cada vez mais forma e conteúdo interagem, fundem-se. Mais que a escrita – o verbal não oral –, a imagem reúne forma e conteúdo. Obviamente, a palavra escrita tem uma modalidade visual que pode ser identificada e que, inclusive, pode alterar significados. No entanto, as imagens têm mais potencialidade para funcionar como modelo. Trabalhamos dentro da perspectiva de um pensamento que se configura principalmente como visual.

Ao atentarmos para a centralidade da comunicação nos processos sociais contemporâneos, precisamos considerar a centralidade do visual. Os processos de digitalização, a difusão da web e o desenvolvimento dos sistemas de busca nos direcionam para trabalhar com a imagem como elemento fundamental para a compreensão da sociedade midiática. Telas são espaciais e essencialmente visuais.

Papel e paredes conviveram durante muito tempo: a construção e a circulação do conhecimento e da cultura transitavam por livros, jornais e ambientes escolares. No mundo contemporâneo, a espacialidade da imagem se contamina de temporalidades. O movimento acrescentado à imagem fixa impregnou-a de tempo. Ora, o trânsito e as passagens na era digital se dão via imagem.

No século XX, as telas se impuseram. Estamos na quarta tela. A primeira tela foi o cinema, grande formador do imaginário ocidental, atuando em espaços coletivos. A segunda tela, a televisão, continuou a modelar

o imaginário, mas invadindo espaços domésticos. Essas duas telas dificultaram as relações de vizinhança e comunidade. A terceira tela, do computador, aglutinou competências linguísticas de livros e jornais e a cultura visual que já havia sido apresentada pelas artes e assumida pelo cinema e pela televisão. O computador foi adotado em ambientes de trabalho e também para o uso pessoal. Finalmente, a quarta tela, a pequena tela dos celulares, passou a trabalhar com todas as outras tecnologias anteriores. O número quatro está se tornando presente no pensamento de vários pesquisadores como Alejandro Artopoulos, organizador de um livro que se chama justamente *La sociedad de las cuatro pantallas*. É um crescendo tecnológico: as duas primeiras telas, o cinema e a TV, dirigiam-se a públicos passivos, que não podiam interferir nas produções visualizadas. As telas mais recentes, do computador e do celular – que são decorrência direta da tecnologia informacional –, permitem a ação do usuário e a construção de identidades. Com a mobilidade do celular, cada pessoa pode estar conectada ao mundo em todos os segundos do seu dia, se assim o quiser. Apesar das conexões em nível planetário, computadores e celulares configuram uma atividade muito individualizada, enquanto iniciativa de comunicação.

Cada tecnologia nova tende a aglutinar a anterior e, nesse movimento, as mídias vão organizando agendas, incentivando principalmente entretenimento e relações sociais (ambos muito lucrativos) e, circunstancialmente, a busca da informação e da conscientização. Em recente obra, Carlos A. Scolari (2013, p. 24) trabalha a narrativa como cerne de produções que transitam entre si. Para ele, a narrativa transmídia é uma forma que se expande através de diferentes sistemas de significação (verbal, icônico, audiovisual, interativo etc.) e meios como cinema, quadrinhos, televisão, *games*. Não se trata de adaptação de uma linguagem a outra: há construções com características e funcionamentos específicos. Porém, quase todas utilizam imagens.

Todos tratamos de meios, palavra um tanto flutuante, que pode ser associada a tecnologias, à mídia impressa, eletrônica, digital, ao rádio, à televisão, a instituições produtoras de conteúdo, à segmentação publicitária, a suportes, a plataformas... Dieter Mersch propõe a “teoria negativa dos meios”, fundada na imprecisão do termo *medium*, que “aparentemente não possui nenhum referente preciso.” (MERSCH, 2013, p. 208) Um ins-

trumento, uma técnica, um dispositivo, um meio de comunicação, uma instituição: eles só podem se tornar um *medium* sob condições e práticas específicas. Por esse motivo, a teoria dos *media* não pode partir de objetos ou propriedades classificáveis.

Mersch busca a reconstrução daquilo que possa ser designado como medial, pois “os media, no instante em que fazem algo aparecer, sofrem a perda de sua própria aparição. Sua presença tem o formato de uma ausência”. A argumentação de Mersch propõe que, ao invés de usar “*media*” no sentido de objetos,

[...] seria mais adequado falar de medialidade”, no sentido da estrutura genérica do medial – aquela estrutura que se mostra naquilo que os media produzem, transportam, representam ou comunicam, de tal forma que o médium em si não seria um objeto adequado de pesquisa, mas apenas as materialidades, os dispositivos e as performatividades que lhe são subjacentes. (MERSCH, 2013, p. 208)

O autor pede uma mudança de foco: ao invés de concentrar-se no *medium*, as pesquisas deveriam se voltar para materialidades, dispositivos e maneiras performativas. É possível fazer uma distinção entre mídias de produção e mídias de fluxo, que seriam processos de funcionamento da medialidade. A fenomenologia da imagem se insere nesse espaço de reflexão. Assim, ressaltamos que a comunicação contemporânea precisa ser pensada a partir de sua fenomenologia onipresente – a visualidade. Por isso, temos que considerar a indispensável imagem – construtora e operadora universal.

A IMAGEM NO CAMINHO DA EPISTEMOLOGIA: COMPLEXIDADES

As imagens estão se configurando cada vez mais como tecnologia intelectual, como porta para o conhecimento e para o pensamento. Se a imagem é a operadora universal na contemporaneidade, a epistemologia da comunicação precisa trazê-la à centralidade da discussão. Apresentaremos aqui os conceitos de um autor – Josep M. Català – que vem se destacando como um dos mais importantes pesquisadores no campo dos estudos visuais. Com formação em História, Cinema e Comunicação, traz em suas

obras novas e instigantes perspectivas teóricas. Seus conceitos de imagem complexa e de interface foram se incorporando às pesquisas do grupo de pesquisa Comunicação e Cultura Visual, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM) da Faculdade Cásper Líbero. Nos anos de 2011 e 2012, Josep M. Català participou, em São Paulo, de seminários promovidos por esse grupo de pesquisa. Mas, já antes de Català, alguns “antigos” autores, como Dziga Vertov, fornecem pistas para a reflexão sobre a comunicação contemporânea.

A mobilidade e o incessante fluxo de imagens nos levam a incluir necessariamente a complexidade como condição epistemológica, relacionada de maneira indissolúvel à conjuntura tecnológica.

O pensamento complexo vem contribuindo para a reflexão sobre comunicação desde o século passado. Arlindo Machado (1997, p. 252) lembra que

O pensamento complexo trabalha com um número extremamente elevado de interações e interferências que se dão entre as unidades do sistema considerado e também com as incertezas, as ambiguidades, as indeterminações, as interferências de fatores aleatórios e o papel modelador do acaso.

Nesse sentido, o autor (MACHADO, 1997, p. 252-53) considera que a hipermídia permite exprimir situações complexas, polissêmicas e paradoxais, “que uma escritura sequencial e linear, plena de módulos de ordem, teria muito mais dificuldades de representar”. Portanto, as indagações sobre a complexidade abrem caminhos consistentes para analisar as imagens atuais, tão dotadas de mobilidade e portabilidade. Na mesma linha de raciocínio, chega-se à genealogia da visão complexa, proposta por Josep M. Català, que expandiu a reflexão de Edgar Morin sobre o pensamento complexo.

No seu tratado sobre a imagem complexa, Josep Català, pesquisador e professor da Universidad Autònoma de Barcelona, apresenta a fenomenologia das imagens na era da cultura visual. Para ele (2005, p. 43), a imagem já não existe, existem as imagens, sempre no plural: “podemos afirmar que existe o visual como um conglomerado, praticamente sem limites, de percepções, de lembranças, de ideias, englobadas em uma ecologia do visível ou em distintas manifestações desta ecologia”. Nossa per-

cepção estava acostumada a considerar uma imagem de cada vez, dentro de um paradigma de imagem fechada, circunscrita, emoldurada. Nesse contexto,

[...] ver constituía sempre um ato de obliteração visual, porque era muito mais extenso o território que se deixava de ver, do que aquele que se via; da mesma forma que no apartado cognitivo, era muito mais ampla a desconceptualização do observado do que sua conceptualização: o conceito nascia de renunciar a um conglomerado muito amplo de conceitos. Para ver, havia que excluir, da mesma maneira que para pensar havia que concretar, delimitar, atomizar. (CATALÀ, 2005, p. 44, tradução nossa)¹

Agora, ao invés de delimitar, as imagens extravasam e partem para outras imagens, outras configurações, outros caminhos. Não são apenas retangulares, quadradas, circulares ou recortadas; seus limites fluem e transitam por uma multiplicidade de suportes.

A aparição da imagem-movimento no final do século XIX começou a questionar o paradigma da imagem fechada e isolada. As imagens ganharam duração e uma nova dimensão temporal com o cinema. Entram em cena concepções de imagem aberta, imagem dialética, polifonia.

Para Eco, a obra aberta pretendia manter-se aberta, isto é, indeterminada e, portanto, sem possibilidade de alcançar nunca um significado preciso que a preenchesse, enquanto que a *imagem aberta* está constantemente propondo significados através de novas conexões: significados todos eles válidos, estáveis em seu particular momento. Nos encontramos, portanto, diante de uma eclosão do movimento: movimento das imagens, tanto interna como externamente, movimento do olhar dentro da imagem e entre as imagens, movimento da

1 [...] ver constituía siempre un acto de obliteración visual, por el que era mucho más extenso el territorio de lo que dejaba de verse que el de lo que se veía, de la misma forma que, en el apartado cognitivo, era mucho más amplia la desconceptualización de lo observado que su conceptualización: el concepto nacía de renunciar a un conglomerado muy amplio de conceptos. Para ver, había que excluir, de la misma manera que para pensar había que concretar, delimitar, atomizar.

cognição através de cadeias de significados.² (CATALÀ, 2005, p. 47, tradução nossa)

No entanto, Català (2005, p. 47, tradução nossa) vai mais além ao indicar novas relações entre o visível o tempo. Para ele, pode-se considerar que o movimento liberou-se do tempo, do mesmo modo que o tempo, em consequência, não precisa estar ligado ao movimento para ser compreensível:

O movimento sem tempo, ainda que não necessariamente sem duração, supõe a possibilidade de revitalizar a condição fixa da imagem, de revitalizar a atuação de suas potencialidades sincrônicas que haviam sido obliteradas pela potência temporal das imagens cinéticas. Por sua vez, as imagens cinéticas, que contém duração, perdem sua capacidade hipnótica, relacionada com seu pretendido mimetismo e voltam a se apresentar como imagens puras.³

Exemplos de movimento sem tempo podem ser encontrados há mais de 80 anos, como as configurações visuais articuladas por Dziga Vertov em *Um Homem com uma Câmera* (1929). Hoje, continua Català, já não existe contraposição entre ambos os mundos: as imagens cinéticas atuam como fixas e as imagens fixas como cinéticas; é possível perceber essas transformações em qualquer página da web de mediana complexidade. Assim, todas as imagens são temporais, seja porque incorporem a duração através do movimento ou porque expressem distintas camadas de memória. Ou, mais ainda, porque propiciem derivações em outras plataformas ou porque abram possibilidades de relação com outras imagens

2 Para Eco, la obra abierta pretendía mantenerse abierta, es decir, indeterminada y por lo tanto sin posibilidad de alcanzar nunca un significado preciso que la colmase, mientras que la *imagen abierta* está constantemente proponiendo significados a través de nuevas conexiones: significados todo ellos válidos, estables en su particular momento. Nos encontramos, por lo tanto, ante una eclosión del movimiento: movimiento de las imágenes, tanto interna como externamente, movimiento de la mirada dentro de la imagen y entre las imágenes, movimiento de la cognición a través de cadenas de significados.

3 El movimiento sin tiempo, aunque no necesariamente sin duración, supone la posibilidad de revitalizar la condición fija de la imagen, de revitalizar la actuación de sus potencialidades sincrônicas que habían sido obliteradas por la potencia temporal de las imágenes cinéticas. A la vez, las imágenes cinéticas, que contienen duración, pierden su capacidad hipnótica, relacionada con su pretendido mimetismo, y vuelven a presentarse como imágenes puras.

em rotas de hipermídia. Paul Virilio, lembrado por Català, considera que vivemos imersos em uma ecologia de imagens que compreende figurações de todo tipo e funcionamento; todas essas imagens tendem à relação, à rede. O pesquisador espanhol (CATALÀ, 2005, p. 50) resume, então, a imagem contemporânea como a que “se move entre o tempo-movimento-duração e o tempo-estático-memória. Mas não só a imagem contemporânea, mas também a percepção contemporânea e com ela a epistemologia contemporânea”.

Considerar a complexidade é, portanto, inevitável nas sociedades contemporâneas. A realidade atual não pode ser outra coisa senão complexa. Porém, complexidade não significa complicação. No dizer de Català (2005, p. 57), a representação complexa pode chegar a ser muito simples, apesar de nela não caber o reducionismo ou a simplificação. Isso porque o cenário midiático apresenta distintos níveis que devem ser conectados entre si. Cada fenômeno para ser compreensível em sua magnitude deve ser examinado de diferentes ângulos; temos sempre que imaginar redes e ramificações. Català (2005) vai relacionando conceitos que auxiliam a compreensão de estruturas móveis e instáveis: multiplicidade, entrecaptação (relação entre o todo e as partes e das partes entre si, em constante redefinição e transformação) e estrutura dissipativa (energia que converte um grupo múltiplo em incessante processo de equilíbrio entre mudança e estabilidade).

Em primeiro lugar, haverá que descrever o caminho da imagem em direção à complexidade, para logo observar que, ao final, a complexidade se refere a uma forma de interrogar a imagem, o que faz com que ela seja complexa (sem que por isso a mirada específica deva entender-se como um acréscimo provisório). Portanto, não devemos nos referir somente a imagens complexas em si, mas também há uma mirada complexa para as imagens, da mesma forma que na atualidade nossa mirada para a realidade é complexa (enquanto que a que executamos sobre as imagens costuma ser, todavia, bastante simples).⁴ (CATALÀ, 2005, p. 66, tradução nossa)

4 En primer lugar, habrá que describir el camino de la imagen hacia la complejidad, para luego observar que, a la postre, la complejidad se refiere a una forma de interrogar la imagen que es la que hace que está sea compleja (sin que por ello la mirada específica deba entenderse como un añadido provisional). Por lo tanto, no deberemos referirnos sólo a imágenes complejas en sí,

Català (2005, p. 66, tradução nossa) mostra que é desse tipo de “mirada” que surge a complexidade do real; mas ao mesmo tempo essa complexidade do real revelada pelo novo olhar produz a possibilidade da “mirada” complexa que a contempla.

O fenômeno da imagem complexa, sua possibilidade, se move, portanto, entre uma mirada complexa e uma plasmção complexa. A primeira é resultado de uma hermenêutica aplicada sobre a imagem e sobre o real, enquanto que a segunda é uma resposta sintomática do social e da imagem. Realidade, mirada e representação formam, assim, uma determinada ecologia que produz fenômenos incontrovertivelmente complexos.⁵

A ciência estendeu a visão humana ao máximo, mas em um sentido estritamente ótico. Català (2005, p. 87) afirma que é preciso se opor a essa redução; propõe o conceito de “mirada”, muito mais produtivo, que permite descolar a visão da ótica para incorporar elementos culturais e cognitivos. Para entender as novas visualidades, o autor pensa em uma fenomenologia estético-científica na qual “teoria e prática se enriqueceriam mutuamente e intercambiariam seus papéis quando fosse necessário”. Buscando um “pensamento visual”, expõe como o conceito tradicional de imagem transparente, mimética e ilustrativa dá lugar à imagem complexa: opaca, expositiva, reflexiva e interativa. Um diagrama (CATALÀ 2005, p. 68) mostra como a visualidade científica, deixando-se contaminar pela arte, pela subjetividade e pelas emoções, transforma-se em visualidade pós-científica, em imagem complexa.

As características de reflexividade e interatividade nos levaram a conceber a imagem complexa como imagem transitiva. A aplicação da imagem complexa a diferentes objetos de pesquisa em comunicação tem permitido o desenvolvimento da conceituação da imagem transitiva. A

sino también a una mirada compleja hacia las imágenes, de la misma forma que en la actualidad nuestra mirada hacia la realidad es compleja (mientras que la que ejecutamos sobre las imágenes acostumbra a ser todavía bastante simple).

- 5 El fenómeno de la imagen compleja, su posibilidad, se mueve por tanto entre una mirada compleja y una plasmación compleja. La primera es el resultado de una hermenéutica aplicada sobre la imagen y sobre lo real, en tanto que la segunda es una respuesta sintomática de lo social y de la imagen. Realidad, mirada y representación forman así una determinada ecología que produce fenómenos incontrovertiblemente complejos.

imagem que provoca reflexão, que convida à interação, tem características transitivas. Consideramos, então, que a imagem complexa dispõe de potencialidades transitivas, principalmente quando flui pela internet. Ao aportar significado, ao construir conhecimento, ao transfigurar-se em arte, a imagem reveste-se de qualidades transitivas. A imagem transitiva pede mais espaço, pede objetos, pede sentidos. É possível ainda apontar relações transitivas – embora pouco complexas – na circulação de imagens nas redes sociais, dinâmica em que interagem sistemas de identificação e de afetos. O poder da imagem transitiva irá se manifestar com mais força quando da atuação da interface como modelo mental.

Há alguns anos, o conceito de imagem complexa vem sendo incorporado às pesquisas do PPGCOM da Faculdade Cásper Líbero, em dissertações e projetos sobre fotografia, fotojornalismo na web, *games*, grafites, mídia impressa, webdocumentários, documentários televisivos, mídia digital “*out of home*” (monitores em elevadores, lugares públicos etc.), filmes cinematográficos. Das imensas telas cinematográficas às minúsculas telas dos celulares, da fotografia jornalística do *site* Big Picture,⁶ (da compressão máxima temporal de imagem e texto da mídia digital “*out of home*”, a imagem complexa se revela um poderoso instrumento de pesquisa.

ESTÉTICAS DOCUMENTAIS, EXEMPLO DE IMAGENS TRANSITIVAS

A longa explanação sobre imagem complexa justifica-se pela importância e pela aplicabilidade do conceito. Como exemplificação de suas possibilidades, trataremos discussões sobre estéticas documentais, via documentários que alteram procedimentos convencionais.

Imagens documentais em filmes ou vídeos, narrativas transmídia, reportagens fotográficas, em meio impresso ou *tablets*, imagens de flagrantes feitos por celulares – esse mar imenso, cada vez mais ondas, não pode ser pensado apenas via análise de conteúdo ou de estruturas narrativas. Contextualização histórica e análise da narrativa são importantes, mas essa não é a nossa perspectiva principal. Para analisar a imagem, é preciso partir de estudos sobre a imagem. Para entender o visível, é preciso partir do visível, e não do verbo.

6 Ver <<http://www.boston.com/bigpicture/>>.

O visível também tem a ver com o desejo de conhecer, como aponta Michael Renov (2005, p. 254):

Por isso, os filmes documentários, enquanto realidade registrada, aparecem tanto no discurso da ciência como um meio de se obter o reconhecível no mundo, quanto no discurso do desejo, ou seja, o desejo de conhecer a verdade do mundo representada pela pergunta invariavelmente formulada ao reality film. Isto é realmente assim, isto é verdade?

Alguns documentários na web apresentam uma arquitetura múltipla e combinatória, com varias possibilidades de sequências: talvez essas produções comecem a concretizar as possibilidades cognitivas e estéticas da geração de imagens propiciada pelas interfaces tecnológicas e culturais. Estamos diante de processos em que a imagem funciona como interface: um caminho que decorre reflexões sobre a complexidade.

Por seu inevitável chamamento ao real, o documentário cinematográfico constitui um excelente recurso para pensar as imagens nesse tempo de repetição, reverberação e saturação. A visualização do real é ponto fundamental e matriz para a maior parte das produções imagéticas. Consideramos inclusive que documentários antigos podem fornecer pistas a respeito das transformações nas visualidades que nos rodeiam e com as quais interagimos a cada instante. Os documentários também são um pretexto para chamar a atenção para o pensar a partir de imagens. Há ainda um intuito prático: oferecer possibilidades de aplicação a produtos de comunicação.

Não pretendemos discutir uma ontologia do cinema, do documentário, da imagem impressa, televisiva ou na web, embora utilizemos um ou outro elemento que explicita a natureza desses modos de exposição. Os percursos devem considerar primeiramente o campo visual. Se os primeiros estudos sobre cinema trabalhavam com uma dramaturgia literária, era preciso buscar uma dramaturgia plástica, como dizia Eisenstein.

Assim, trabalhar com as estruturas visuais representa um caminho viável para apreender a diversidade das visualidades contemporâneas. Para pensar as formas contemporâneas de expressar o real – que se multiplicam a cada dia, a cada novo lançamento da informática – é preciso buscar instrumentos além das literalidades. Nesse sentido, buscamos os

conceitos de imagem complexa e de interface, ambos formulados por Josep M. Català.

Muitos dos usos ainda seguem padrões cristalizados no século XX e não aproveitam as potencialidades que as novas plataformas e os novos sistemas oferecem. A simples transposição, o consumo “natural” das imagens não contribuem para a circulação do conhecimento. Com as imagens documentais, é preciso sair da função identificatória e ilustrativa. (CATALÀ, 2011)

A tendência que conduzia à imagem transparente como forma ideal está sendo desconstruída pela ação das tecnologias digitais. Percebemos que há indícios de que a imagem começa a se tornar opaca, impondo, portanto, sua presença como um espaço cheio de sintomas e tensões. Mesmo assim, a imagem ilustrativa ainda impera nas produções documentais e jornalísticas.

O cineasta, fotógrafo e artista multimídia Arthur Omar vem elaborando um discurso em que desconstrói o formato hegemônico do documentário desde os anos 1970, inclusive com produções audiovisuais. Seu artigo *O antidocumentário, provisoriamente* deixou marcas profundas na teoria do cinema. Para ele, não existe o filme documentário como linguagem autônoma: “o documentário tal como existe hoje é um subproduto da função narrativa, sem conter em si qualquer aparato formal e estético que lhe permita cumprir com a independência seu hipotético programa mínimo: documentar.” (OMAR, 1978, p. 405) A forma que se impôs é a do filme narrativo de ficção. Ficção e real se igualam:

Resumindo: na medida em que o cinema narrativo de ficção determina o cinema documentário, poderíamos dizer que o que o cinema de ficção trabalhava como sendo o real (mesmo que fosse um real fictício) é o mesmo que o documentário reapresenta como sendo ficção (mesmo que seja uma ficção real). A mística é a mesma: há um continuum fotografável que pode ser dado à visão, uma verdade que se apreende imediatamente. (OMAR, 1978, p. 406)

O raciocínio de Arthur Omar – quase um manifesto – pede que o documentário seja repensado, “[...] ou seja, ele não é a priori o modo mais imediato de traduzir o real no cinema, mas o tipo de real que aparece no

documentário depende do tipo de função que o documentário como gênero vem desempenhando até hoje.” (OMAR, 1978, p. 418)

Omar havia produzido um experimento, o filme *Congo* (1972), por ele comentado nesse artigo. Depois da apresentação dos créditos, há o letreiro “um filme em branco”:

[...] frase de caráter programático, encerra toda a plataforma estrutural do filme, rege-lhe a composição, explica a surpresa, e nos conduz à análise diferencial do documentário acadêmico [...]. É um filme em branco porque, no lugar onde o filme tradicional mostra, ele censura, o vazio surge na tela e as palavras conceptualizam uma imagem possível ou pretensa. Ele censura, compondo com palavras. Há poucas imagens cinematográficas no filme. A maioria de seus planos é composta de letreiros. Uma torrente de letreiros. (OMAR, 1978, p. 410)

O espectador, que esperava ver uma congada, com *flashes* de algo que foi documentado, se frustra. Arthur Omar diz que seria a mística por uma “fatia de vida”. Para ele, “*Congo* não deveria ser analisado como um modelo contraposto a outro modelo, mas como um ponto fora do perímetro.” (OMAR, 1978, p. 411) Acrescentamos: as imagens de *Congo* não são ilustrativas, são reflexivas. Os trabalhos de Arthur Omar sempre se encaminham na direção de evidenciar a complexidade da imagem.

Dziga Vertov defendia a busca de uma linguagem documental que se configurasse como a essência do cinema, afastando-se da literatura e do teatro. Formou o grupo dos *Kinoks*, com grande atividade na pós-revolução russa. A proposta do cine-olho envolve as possibilidades técnicas da câmera em captar o movimento de seres e objetos.

o principal, o essencial

é a cine-sensação do mundo.

Assim, como ponto de partida, defendemos a utilização da câmera como cine-olho, muito mais aperfeiçoada do que o olho humano, para explorar o caos dos fenômenos visuais que preenchem o espaço, o cine-olho vive e se move no tempo e no espaço, ao mesmo tempo em que colhe e fixa impressões de modo totalmente diverso daquele do olho humano. (VERTOV, 1983, p. 253)

Para Vertov (1983, p. 261), o cine-olho se expande como cine-análise, como teoria dos intervalos, como teoria da relatividade na tela. Havia o projeto político de fundir a ciência com as atualidades cinematográficas para alcançar a verdade; ele chega mesmo a propor a fórmula *Cine-Verdade*. A montagem é um processo fundamental em sua teoria e prática.

O cinema direto abraçou a retórica da não intervenção. Vertov (1983, p. 265), advogava a não intervenção enquanto narrativa; mas, por outro lado, defendia a montagem: a correlação de planos, de enquadramentos, de movimentos ia fazendo a progressão entre as imagens, como bem demonstra *Um homem com uma câmera*, de 1929. Vertov desmontou a relação tempo-narrativa. A câmera na mão já prenunciada nessas primeiras realizações vai ganhar um perfil definidor de verdade cinematográfica, não só na Europa e Estados Unidos como um pouco mais tarde no Brasil.

Há, na linha do tempo, muitas marcas que poderiam ser utilizadas no documentário realizado primeiramente para o cinema e nas produções jornalísticas e parajornalísticas. Às vezes, eram pequenos desvios em relação à estética dominante: ainda hoje trariam respiros e estimulariam outras vidências, mesmo tendo o real como uma intenção sempre presente. Na tese de livre-docência *Texto-documentário: espaço e sentidos* (BUIIONI, 1986), apontamos elementos de reflexão e criação para documentários e textos jornalísticos, com indicação de obras que praticavam experimentações de linguagem, válidas até hoje. Todos os exemplos a seguir inserem-se na categoria de imagem complexa e despertam “miradas” complexas.

Em *Chapeleiros* (1983), Adrian Cooper retrata uma fábrica de chapéus estacionada no tempo, sem utilizar apoios verbais, seja em diálogos, entrevistas ou narração em *off*. A voz que denuncia o poder de enunciação não aparece nos quase 30 minutos do documentário. O som é direto – ruído das máquinas – e apenas num momento há um trecho de música clássica. Por vezes, os longos planos-sequência se demoram em um ou outro personagem, com um enquadramento quase de retrato fotográfico. *Chapeleiros* é um filme que fez parte de pesquisa sobre industrialização no Brasil, na área de História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Outro trabalho que aponta caminhos é *Ó Xente, pois não* (1976), de Joaquim Assis, realizado para a Fase, uma espécie de precursora das atuais ONGs. Ao contrário de *Chapeleiros*, *Ó Xente, pois não* apresenta muita pa-

lavra falada. As cenas de campo de uma pequena comunidade nordestina vão mostrando o dia a dia dos lavradores. As vozes ouvidas não estão relacionadas a este ou aquele personagem; também não há legendas identificadoras. Nenhum repórter costura a narrativa; presume-se que a enunciação pertença aos sujeitos focalizados. Em documentários convencionais e em matérias jornalísticas, é necessária a presença de uma voz narradora e a sincronia da imagem com a voz do entrevistado, devidamente identificado. Esse filme mostra como a sincronia voz/personagem não diminui a força documental. A não identificação do falante não torna as cenas e os personagens menos verdadeiros. Nas duas obras, o estranhamento em relação à ausência de palavras ou palavras não sincronizadas com quem está na tela provoca uma opacidade nas imagens, convida ao pensamento. As imagens não são exibidas visando um espectador passivo, não são um espetáculo. A imagem, por esses trabalhos de edição com desvios “verbais”, adquire o caráter de imagem complexa tal como conceituada por Josep Català (2005).

Fotos animadas também podem construir um documentário e trazer indagações sobre a relação movimento/real. Marcelo Tassara realizou em 1969 *A João Guimarães Rosa*, com animação de fotos de temas sertanejos de Maureen Bisilliat. Coordenado por Roberto Santos, o filme foi produzido em 35 mm pela Escola de Comunicações e Artes da USP, com textos de *Grande Sertão: veredas* lidos por Humberto Marçal. As fotos filmadas com animação chegavam a causar impressão de movimento em muitas sequências, principalmente quando havia bois e cavalos: são imagens fixas que alteram a concepção do tempo. Incluir o movimento onde não havia provoca reflexões sobre o real trazido pelo documentário, mostrando que a filmagem de cenas de ação não é imprescindível para o efeito do real.

Trechos de filmes preexistentes, mesmo que sejam de ficção, podem se constituir em documentário, tal como *São Paulo, sinfonia e cacofonia* (1995), em que Jean-Claude Bernadet reuniu cenas de películas que tinham como locação a cidade de São Paulo. Aliás, construir filmes a partir de trechos de arquivos públicos ou pessoais é uma tendência bastante forte nas últimas décadas: relações temporais entram em jogo, produzindo novas narrativas.

A memória é um grande motor do documentário. Duas obras recentes elaboram e articulam distintos tempos lembrados. *Santiago* (2007),

de João Moreira Salles, envolve o olhar subjetivo do cineasta, ele mesmo narrador e comentarista em *off*. O embate com a personagem do mordomo, com fortes ligações pessoais com o autor do filme, permeia a montagem, que permite dúvidas – metafísicas e metalinguísticas – ao reproduzir a duplicação das cenas. O diretor pede que o entrevistado repita a fala – a edição mostra o vaivém de um documentário, que quase sempre é eliminado em benefício de uma linearidade na edição. A edição inclui a subjetividade e uma espécie de metanarrativa: temos uma constelação de “miradas” complexas.

Valsa com Bashir (2008), do israelense Ari Folman, é um documentário feito com animação. Os desenhos, que lembram traços de *graphic novel*, contam aos poucos a reconstrução da memória de participação do diretor em conflitos militares. Personagens reais – com nome e profissão – vão se sucedendo no longa-metragem animado. Apesar de a estética em desenhos remeter a uma narrativa de ficção, *Valsa com Bashir* se configura como um documentário “mais real” do que muitos filmes de matriz fotográfica. A estética inusitada causa ruídos na classificação: em alguns sites, o filme é tratado como documentário, noutros como semidocumental ou ainda como animação dramática. A composição híbrida, que provoca a indeterminação de uma obra que, apesar de tudo, aponta par o real, demonstra o caráter transitivo dessas imagens.

Arthur Omar tem um olhar crítico sobre essas “brechas” praticadas por cineastas: seriam “deslizes laterais” que não modificariam o curso da produção documental. Mas Omar (1978, p. 407) também propõe o antidocumentário, que se relacionaria “com seu tema de um modo mais fluído e constituiria objetos em aberto para o espectador manipular e refletir”.

Em seus textos, o documentarista John Grierson considerava o documentário como o tratamento criativo da realidade, distinguindo-o dos cinejornais e filmes científicos. Boa parte desses textos de Grierson foram traduzidos pelo Projeto Teoria e Estética do Documentário, e publicados pelo Laboratório de Comunicação *On-line* (Labcom).⁷ Para Grierson, o documentarista seria um artista. Nesse trabalho, não nos interessa fazer essa distinção de níveis. Embora os documentários aqui citados estejam em patamares sofisticados de concepção e produção, interessa-nos mais

7 Ver <www.labcom.ubi.pt>.

pensar em que tais produções podem contribuir para a compreensão das visualidades midiáticas. Além do mais, trazem contribuições efetivas para o desenvolvimento do jornalismo audiovisual e dos webdocumentários. Mais que a classificação de hierarquia, valem os trânsitos e intercâmbios: muitos webdocumentários trazem fortes indícios dessa mescla documentário cinematográfico/documentário jornalístico.

A discussão sobre o real no documentário, em relação ao real do filme de ficção, é pertinente; mas aqui queremos pensar que a utilização da ficção num documentário jornalístico não o afasta do real que quer representar.

No cinema, o fluxo da linearidade é importante, mas na web, há uma maneira arquitetônica de organizar os significados. Janelas, incrustações, sobreposições – já apareciam na tela da televisão, mas ainda sem grandes alterações cognitivas. A tecnologia digital potencializou e permitiu variações, *links*, interações. Mas na televisão, mesmo no sistema a cabo, quase sempre o documentário segue as convenções realistas; na web o realismo é bastante frequente. O jornal *Clarín.com*, da Argentina, vem se destacando como um produtor de documentários que experimentam diferentes linguagens e plataformas cognitivas, num evidente exercício de utilização da imagem interface. Sua seção *Multimedia* traz um arquivo que reúne documentários de grande valor estético, produzidos em diferentes anos e com acesso livre, inclusive a não assinantes. Quadros, incrustações, inserções de textos ou legendas exploram as possibilidades das interfaces imagéticas.

Mesmo no jornalismo, as imagens não precisariam ser transparentes. Arlindo Machado (1997, p. 249) aponta as características das imagens atuais:

Fluidas, ruidosas, escorregadias e infinitamente manipuláveis, a imagem eletrônica e a fotografia processada digitalmente já não autorizam um tratamento no plano da mera referencialidade, no plano do registro documental puro e simples. [...] Pelas suas próprias características, os meios eletrônicos se prestam muito pouco a uma utilização naturalista, a uma utilização meramente homologatória do 'real'. Pelo contrário, se a 'realidade' comparece em alguma instância nessas atividades, ela se dá como decorrência de um trabalho de 'escritura'.

O trabalho de “escritura” nos leva ao conceito de interface como modelo mental. Se o cinema se encaminhou para a linearização da imagem, para a continuidade narrativa, o vídeo é um sistema híbrido que trabalha com códigos significantes distintos. As possibilidades da computação gráfica acrescentaram mais recursos expressivos, mais arquitetura imagética.

A IMAGEM INTERFACE COMO MODELO MENTAL: TRANSITIVIDADES

Dispositivos de interface estão presentes a todo momento em nossa vida. Os aperfeiçoamentos tecnológicos do computador incidiram sobre o verbal e principalmente sobre o visual. Os especialistas costumam destacar três procedimentos intrínsecos da interface, que vem acelerando as trocas comunicativas: a estrutura hipertextual, a conexão com a internet e a digitalização das imagens. A forma interface merece ser explorada em reflexões sobre o conhecimento.

Voltemos ao pensamento de Català. No seu livro (2005) sobre a imagem complexa, apresentava o processo de elaboração do conceito de interface, introduzindo-o como uma chave epistemológica para a comunicação contemporânea. Alguns anos depois, em 2010, publica uma obra dedicada inteiramente à imagem interface.

O sentido comum da palavra interface se refere à interação computador/usuário. Para Català (2005, p. 82), a interface deve ser considerada de maneira preliminar como um tipo de imagem metafórica capaz de relacionar usuário com um conglomerado multimidiático de índole informativa e didática. Trata-se de uma “uma imagem complexa capaz de, a cada momento, produzir ou reproduzir determinadas ações, ao mesmo tempo em que visualiza os processos implicados nesse funcionamento”. Ele explica que as novas tecnologias, que são ferramentas que configuram e gestionam os limites da realidade, não utilizam imagens como adorno ou como resultado de estratégias de *design*: recorrem a elas porque se mostram muito mais capazes que o texto para funcionar como interfaces:

Se considerarmos que o fenômeno da interface é, ademais de um instrumento tecnológico, um modelo mental da realidade contemporânea, nos enfrentaremos com o fato incontrovertível de que a imagem é ab-

solitamente necessária para gestionar essa realidade.⁸
(CATALÀ, 2005, p. 84, tradução nossa)

A interface não é somente um recurso técnico, surgido no paradigma da informática e da digitalização; mas constitui antes de tudo um conceito, um modelo mental que contempla problemas que são novos e uma nova forma de resolvê-los. E a imagem está indissoluvelmente ligada à interface, a tal ponto que Català utiliza o termo *imagem interface*.

Lev Manovich também trabalha com um conceito de interface e utiliza referenciais cinematográficos, mas seu pensamento se dirige principalmente a interfaces culturais. Ele (2006, p. 64 a 71) assinala que os chamados novos meios resultam da convergência de dois percursos historicamente separados – as tecnologias de informática e as tecnologias de comunicação. A metade do século XX viu aparecer um computador digital que efetuava cálculos mais eficazes com dados numéricos, substituindo os diversos tipos de calculadoras mecânicas, utilizadas por empresas e governos desde a virada do século. Desde então, assistimos ao crescimento das tecnologias midiáticas que permitem guardar e veicular imagens, sequências de imagens, som e texto, por meio de diferentes suportes materiais. Da película passamos às imagens digitais. O computador operou a tradução de todos os meios atuais em dados numéricos; também temos acesso a essa produção que se multiplica exponencialmente via computador. Todas as formas de expressão humana: desenhos, gráficos, imagens figurativas fixas e em movimento, textos verbais, sons se transformaram em computáveis. E aí, o conceito de interface se impõe como interrogação e como proposta epistemológica. Até que ponto as tecnologias informáticas estão alterando a construção do conhecimento e das imagens representadas?

Català aponta três modelos de espaço mental que foram fundantes: a estrutura do teatro grego (que separou espaço de cena e público), a câmara escura (artefato que reproduzia imagens externas e inspirou o processo fotográfico) e por último o modelo mental da informática. A interface é

8 Si consideramos que el fenómeno del interfaz es además de un instrumento tecnológico un modelo mental de realidad contemporánea, nos enfrentaremos al hecho incontrovertible de que la imagen es absolutamente necesaria para gestionar esta realidad.

um espaço virtual em que conjugam as operações do computador e do usuário:

Na interface se conjugam, pois, dois mundos antagônicos e duas dramaturgias igualmente opostas, que agora podem trabalhar conjuntamente. [...] Concluindo: a interface é um dispositivo capaz de reunir em sua atuação dois pares de paradigmas de crucial importância: por um lado, o da arte e o da ciência, em cuja excisão se baseou grande parte da cultura contemporânea, e, por outro, o da tecnologia e do humanismo, de cuja dialética se alimentou, tanto positiva como negativamente, o imaginário do século recém-finalizado. Nesse sentido, a interface se constitui em uma ferramenta de futuro, capaz de articular não só um funcionamento prático, mas sim de fundamentar também todo um imaginário de indubitável complexidade.⁹ (CATALÀ, 2005, p. 540, tradução nossa)

A junção de arte e ciência e de tecnologia e humanismo aparece como um processo possibilitado pela imagem, com grandes possibilidades cognitivas e de aplicação nas produções da cultura. A interface é um instrumento especulativo e uma ferramenta ativa:

A interface se apresenta, assim, como um espaço epistemológico que funciona através de um procedimento hermenêutico (interativo) de caráter temporal, dialético e representacional, ou, dito de outra maneira, através do movimento, a fluidez e as transformações que alcanço inclusive a própria plataforma de atuação e que, portanto, se fundamenta na básica desestabilidade de todo o conjunto cujos elementos se modificam entre si.¹⁰ (CATALÀ, 2005, p. 574, tradução nossa)

9 En la interfaz se conjugan, pues, dos mundos antagónicos y dos dramaturgias igualmente opuestas, que ahora pueden trabajar conjuntamente. [...] Concluyendo: la interfaz es un dispositivo capaz de reunir en su actuación dos pares de paradigmas de crucial importancia: por un lado, el del arte y el de la ciencia, en cuya escisión se ha basado gran parte de la cultura contemporánea, y por el otro, el de la tecnología y el humanismo, de cuya dialéctica se ha alimentado, tanto positiva como negativamente, el imaginario del siglo recién finalizado. Es en este sentido que la interfaz se constituye en una herramienta de futuro, capaz de articular, no tan sólo un funcionamiento práctico, sino de fundamentar también todo un imaginario de indudable complejidad.

10 La interfaz se presenta, así, como un espacio epistemológico que funciona a través de un procedimiento hermenéutico (interactivo) de carácter temporal, dialéctico y representacional, o, dicho, de otra manera, a través del movimiento, la fluidez y las transformaciones que alcanzan

Adotamos então o entendimento da forma interface como um modelo mental contemporâneo que articula as concepções através das quais se expõe, se representa, se gestiona e se recebe o conhecimento na cultura atual. (CATALÀ, 2011) Assim, é possível considerá-lo como modelo mental antropológico.

Esse modelo mental que tem por eixo a forma interface se diferencia dos modelos anteriores pela maior capacidade de atuação que possuem as metáforas que o compõem. A imagem interface gera transformações em todos os espaços onde atua; ela nos traz um “*plus*” epistemológico que abarca e explica funcionamentos comunicacionais. Se o conceito de imagem complexa pode ser aplicado a inúmeras produções comunicativas, a interface como modelo permite a reflexão em instâncias de alta voltagem teórica.

As ciências da comunicação da era da interface pedem que se desenvolva o que poderíamos denominar um pensamento interface, que lhes permita elaborar os problemas complexos que enfrenta, dentro ou fora do âmbito acadêmico. A interface é precisamente o espaço de relação que surge do encontro entre distintas partes, como lugar de comunicação que não pertence a nenhuma delas em particular e sim a todas em geral. Compreende-se, então, que o pensamento interface é o espaço genuíno de um campo de conhecimento que não se limita às ciências da comunicação, mas alcança todas as áreas do saber.

Espaço, imagem e interface se imbricam mutuamente e se expandem pela paisagem midiática. As visualidades documentais e ficcionais ganharam mais possibilidades de expansão e criação. O filme ensaio e os webdocumentários têm aproveitado as características fenomenológicas da interface; a multimídia é produto e processo:

O próprio conceito de multimídia, com seu jogo de janelas contíguas superpostas deslizantes etc., que constitui uma passagem para a conversão do lugar de representação em um sistema articulado de espaços particulares, ligados a um uso, a um meio ou a um conceito. [...] A característica principal da interface tem a ver com esse jogo de espaços de qualquer tipo que se inter-relacionam seguindo a vontade do usuário, no

incluso a la propia plataforma de actuación y que por lo tanto se fundamenta en la básica inestabilidad de todo el conjunto, cuyos elementos se modifican entre sí.

caso de interfaces interativas ou através de uma rotina passiva. O espaço unitário da tela, e também o espaço virtual que dissolve os limites da tela ao empregar indefinidamente os parâmetros de seu conteúdo, mudam de signo para dar passo a um espaço folheado, despregável: um conjunto de superfícies ou de objetos que formam constelações e estão reunidos por uma série de pregas.¹¹ (CATALÀ, 2011, p. 241, tradução nossa)

A interface é um sistema de representação no qual estamos todos envolvidos. À medida que a informatização veio se impondo a todas as atividades humanas e a todos os campos de saber, precisamos desenvolver mais e mais o modo visual de compreensão e representação do conhecimento. Para entender as mutações da comunicação contemporânea e para continuar criando, a imagem complexa e a interface, operando como imagens transitivas e trans-ativas, apontam percursos e articulações. Imagem complexa e interface são caminhos transitivos. Imagens que chamam imagens.

Enciclopédia, narrativa, jogo, eis as maneiras de organizar a experiência humana. Na internet temos enciclopédia, narrativa e jogo. A imagem interface é um jogo de espaços; seu funcionamento inclui o jogo: há um componente aleatório, de acaso. Tempo e acaso, metáforas visuais, conhecimento, subjetividade: a imagem interface facilita os trânsitos da vida e da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ARTOPOULOS, Alejandro (Org.). *La sociedad de las cuatro pantallas: una mirada latinoamericana*. Buenos Aires: Ariel, 2012.

11 El propio concepto de multimedia, con su juego de ventanas contiguas, superpuestas, deslizantes, etc. que, constituye un paso hacia la conversión del lugar de la representación en un sistema articulado de espacios particulares, ligados a un uso, a un medio o a un concepto. [...] La característica principal de la interfaz tiene que ver con este juego de espacios de cualquier tipo que se interrelacionan siguiendo la voluntad del usuario, en el caso de las interfaces interactivas o a través de una rutina particular en los pasivos. El espacio unitario de la pantalla, y también el espacio virtual que disuelve los límites de la pantalla al emplear indefinidamente los parámetros de su contenido, cambian de signo para dar paso a un espacio foliado, desplegable: un conjunto de superficies o de objetos que forman constelaciones y están reunidos por una serie de pliegues.

- BUITONI, Dulcília H. S. *Texto-documentário: espaço e sentidos*. 1986. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 1986.
- CATALÀ, Josep M. *La imagen compleja: la fenomenología de las imágenes en la era de la cultura visual*. Bellaterra: Universitat Autònoma de Barcelona, 2005.
- CATALÀ DOMENÈCH, Josep M. *La imagen interfaz: representación audiovisual y conocimiento en la era de la complejidad*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2010.
- _____. *A forma do real: introdução aos estudos visuais*. São Paulo: Summus, 2011.
- MACHADO, Arlindo. *Pré-cinemas & Pós-cinemas*. Campinas, SP: Papirus, 1997.
- MANOVICH, Lev. *El lenguaje de los nuevos medios de comunicación: la imagen en la era digital*. Buenos Aires: Paidós, 2006.
- MERSCH, Dieter. Tertium datur: introdução a uma teoria negativa dos media. *Revista Matrizes*, ano 7, n. 1, p. 207-222. São Paulo: ECA/USP, 2013.
- OMAR, Arthur. O antidocumentário, provisoriamente. *Revista Vozes*, Minas Gerais, n. 6, ano 72, 1978, p. 405-418.
- PENAFRIA, Manuela (Org.). *Tradição e reflexões: contributos para a teoria e estética do documentário*. Livros Labcom, 2011. Disponível em: <http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20110909-tradicao_reflexoes.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2012.
- RENOV, Michael. Investigando o sujeito: uma introdução. In: MOURÃO, Maria Dora; LABAKI, Amir (Org.). *O cinema do real*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- SCOLARI, Carlos A. *Narrativas transmedia: cuando todos los medios cuentan*. Barcelona: Deusto, 2013.
- VERTOV, Dziga. Resolução do conselho dos três em 10-4-1923. In: XAVIER, Ismail (Org.). *A experiência do cinema*. Rio de Janeiro: Graal: Embrafilme, 1983.

Influência da mídia, distância moral e desacordos sociais: um teste do efeito de terceira pessoa

A história das teorias da Comunicação tem sido, por sua maior parte, uma história de teorias e hipóteses sobre os efeitos sociais e pessoais das mensagens produzidas e/ou distribuídas pelos meios de comunicação. Das discussões presentes em *Opinião pública* e em *The phantom public* de Lippmann, nos anos 1920, aos estudos sobre o efeito de enquadramento nos anos 1990, temos mais de 70 anos de estudos sobre a Comunicação apoiados no pressuposto de que mensagens presentes nos meios de massa exercem os seus efeitos, para o bem ou para o mal, fracos ou fortes, diretos ou indiretos, persuasivos ou comportamentais sobre os públicos e os indivíduos. O pressuposto adotado nessa longa tradição, evidente e convalidado pelo bom senso, diz que uma mensagem contida num texto é processada cognitivamente e, em função daquilo que dela se decifra e aceita, o sujeito pode ser levado a mudar ou a reforçar convicções e comportamentos.

Hipóteses sobre o conteúdo da mensagem, portanto sobre o modo como ele é processado, os efeitos que podem provocar sobre nossas atitudes, valores e comportamentos, conscientes ou inconscientes, mediante códigos e linguagens, através de diferentes instrumentos etc., são a matéria própria de que nos ocupamos longamente na pesquisa sobre mo-

¹ Os autores agradecem aos pesquisadores do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Internet e Democracia da Universidade Federal da Bahia, especialmente a Graça Rossetto e Maria Paula Almada, pela generosa leitura deste trabalho.

delos teórico-metodológicos da pesquisa em Comunicação. Mas há mais do que o conteúdo próprio da mensagem a exercer efeitos sobre nossas convicções e sobre nossas atitudes. De fato, nas mensagens não há apenas o que decodificamos explicitamente, mas também deixamos para as inferências que podemos produzir sobre mundos envolvidos na produção da mensagem – autores-modelos, leitores pretendidos, contexto, cotexto etc. – como nos ensinou a pesquisa sobre a natureza das linguagens, códigos e signos envolvidos nos textos que usamos.

A HIPÓTESE DO *THIRD-PERSON EFFECT*

Mas entender o efeito direto de mensagens mediáticas persuasivas não é tudo. Imaginemos a seguinte situação: eu entendo o que uma determinada mensagem quis dizer e acho que o que ela diz é sério e grave, mas estou igualmente convencido, por outro lado, que, no que me diz respeito, o conteúdo da mensagem não vai produzir nenhuma modificação nas minhas convicções nem no meu comportamento. A convicção sobre a impossibilidade de eu ser influenciado pela mensagem decorre, neste caso, do fato de eu divergir, emocional e cognitivamente, dos valores, das posições ou dos fatos presentes na mensagem. Porque considero errado, cognitiva ou moralmente, o que uma mensagem diz, recuso inteiramente a hipótese de ser persuadido ou convencido por ela. Mas persuasão e preocupação são dois efeitos muito diferentes que uma mesma mensagem pode produzir em mim. Temos, então, uma situação curiosa: o efeito persuasivo direto sobre mim é nulo, ou quase, mas eu não fiquei indiferente à mensagem; ao contrário, ela produziu o enorme efeito de me preocupar. Ademais, não se trata de uma preocupação sem razão ou escopo, ao contrário, está relacionada à persuasão que eu presumo que será exercida sobre os outros: a mensagem não deixa de ser convincente por não me convencer, uma vez que nem todos são como eu. Isso é importante: o potencial que uma mensagem tem de me preocupar está diretamente relacionado ao meu julgamento sobre o poder, que lhe atribuo, de convencimento e de indução de atitudes e comportamentos nos outros. Mas também se dá o seguinte caso: a razão que torna impossível que eu seja convencido pela mensagem é a mesma pela qual ela me causa preocupação – para mim, ela é ou está errada.

É preciso, então, distinguir duas dimensões envolvidas na preocupação com a mensagem. Primeiro, eu temo que esta mensagem vá influenciar os outros tanto no que tange às ideias e convicções deles quanto no diz respeito ao seu comportamento. Em segundo lugar, este meu temor está diretamente relacionado ao choque, ao contraste divergente entre o conteúdo da mensagem e os fatos que considero verdadeiros e as ideias e/ou valores que considero corretos. A raiz do meu temor acerca do efeito da mensagem sobre os outros é a percepção da distância e divergência intelectuais e morais entre o que eu acho certo e o que eu acho que a mensagem diz, estimula ou incita.

Subjaz a todo esse argumento a adoção de um sistema de referência subjetivo: alguém é o sujeito (a) da certeza de que uma mensagem não terá sobre ele influência alguma e, ao mesmo tempo, (b) do desacordo com o conteúdo da mensagem, bem como (c) da estimativa sobre o mal que o conteúdo dessa mensagem pode causar aos outros. Todo o processo de convicções, estimativas, juízos sobre influências e efeitos de uma mensagem é sustentado num sistema de referência subjetivo, enunciado linguisticamente na 1ª pessoa do singular: eu (declinado como eu, me, mim). Já o objeto sobre o qual se estima que a influência da mensagem será exercida é duplo: a 1ª pessoa (o efeito sobre mim) e a 3ª pessoa do plural (influência sobre terceiros, eles, os outros).

Ao examinarmos cuidadosamente, veremos que há um processo envolvendo etapas de ações e tomadas de decisão, não necessariamente conscientes, que sustentam o juízo sobre o efeito das mensagens. Primeiro, há a fase da decodificação ou interpretação da mensagem. Nota-se ou se reconhece algum nível de influência do conteúdo da mensagem sobre minhas convicções ou meu comportamento? Se a resposta for “não”, não há possibilidade dessa mensagem produzir efeito sobre minhas ideias ou ações, então a influência cognitiva e comportamental sobre mim está descartada. Mas essas duas dimensões não são tudo no que tange ao impacto de uma mensagem, de modo que uma segunda etapa cuidará de verificar se algum tipo de preocupação ou inquietação resultou da minha exposição à mensagem. Caso a resposta seja negativa, estará descartado qualquer efeito da mensagem. Mas se a resposta for afirmativa, temos então um marcador de efeito indireto da mensagem e convém investigar ulteriormente, verificando-se se são satisfeitas duas outras condições. Se ambas as condições se

realizam, pode-se diagnosticar com certeza a existência de uma influência indireta da mensagem. O primeiro aspecto a ser verificado é a distância moral e/ou intelectual entre mim e o conteúdo da mensagem. Trata-se de uma mensagem que, segundo o meu conhecimento dos fatos, minhas convicções pessoais ou meus valores, deve ser considerada falsa, incorreta ou moralmente errada? Se a resposta for negativa, o efeito está descartado, mas caso seja positiva, deve-se esperar o resultado da próxima pergunta, que é: a mensagem pode influenciar outras pessoas? Se as duas respostas forem positivas, então, definitivamente eu estimo um efeito da mensagem sobre os outros, embora parta de uma certeza igualmente definitiva de que ela não pode exercer influência sobre mim. Temos aqui uma discrepância entre a percepção do efeito na primeira e na terceira pessoa.

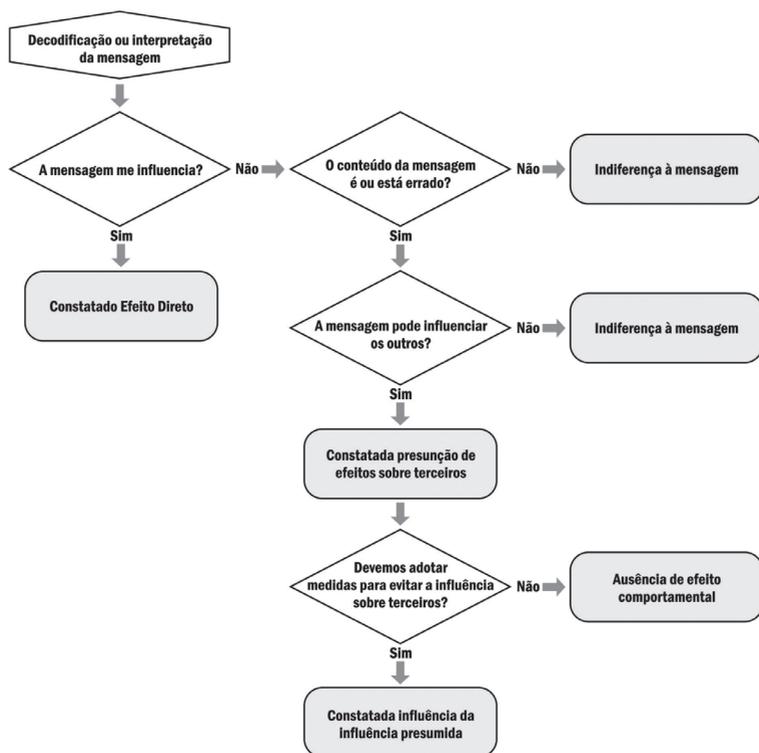
O efeito comportamental, contudo, é verificado por uma última pergunta: devemos adotar medidas para evitar a influência sobre terceiros? Em caso negativo, não ocorre efeito comportamental, apesar da diferença entre o efeito imaginado em si mesmo e em outros. Contudo, se a resposta for positiva, podemos verificar o efeito comportamental indireto (essa heurística é descrita na Figura 1; o efeito que estamos descrevendo aqui corresponde ao processo da segunda coluna).

O grau zero de efeito comportamental direto, de que partimos, resultou, a este ponto, paradoxalmente, num alto grau de efeito comportamental: no final das contas, a mensagem sem efeito direto sobre mim produziu um grande efeito (sobre sentimento, comportamentos e atitudes) em mim. Não porque se tenha dado algum alinhamento entre o meu comportamento e a minha convicção, de um lado, e o conteúdo da mensagem, do outro, o que seria impossível dada a distância moral e/ou intelectual constatada, mas porque o juízo sobre o potencial efeito cognitivo e comportamental sobre os outros provocou em mim uma atitude e um comportamento de defesa dos outros contra a mensagem.

PARA ALÉM DA DISCREPÂNCIA

Desde os anos 1980, o fenômeno que acabamos de descrever é chamado de *third-person effect* (DAVISON, 1983, 1996; GUNTHER, 1991) – que poderia ser traduzido como efeito de terceira pessoa, efeito sobre a terceira pessoa, efeito sobre terceiros. A escolha terminológica é um bom indicati-

Figura 1: Diagrama do processo cognitivo no estabelecimento do efeito de terceira pessoa.



Elaboração dos autores

vo do que mais chamou atenção no fenômeno: o juízo subjetivo segundo o qual uma mensagem sem efeito sobre mim exerceria, por outro lado, grande efeito sobre terceiros. De fato, grande parte da copiosa literatura sobre o efeito de terceira pessoa (ETP) se concentra na discrepância que se dá na avaliação sobre a influência de uma mensagem em mim e nos outros. (GOLAN, 2008; DELORME; HUH; REID, 2007) Para muitos, o ETP se define justamente nestes termos: há ETP quando o entrevistado sustenta que uma mensagem terá mais efeitos nos outros do que em si.

Isso seria simples demais. Desde a *história de guerra*,² contada por W. Phillips Davison no artigo seminal do ETP (DAVISON, 1983), que a ques-

2 A narrativa, contada pelo próprio Davison, é a seguinte: durante a Segunda Guerra Mundial, existia um destacamento que consistia de tropas formadas por negros e comandadas por oficiais brancos

tão não pode se esgotar na discrepância entre o efeito percebido em nós e em terceiros. Na formulação inicial de Davison, ainda mais importante é o impacto que a presunção de influência sobre outros exerce sobre um grupo social A, levando-o a adotar certos comportamentos e atitudes diante de mensagens que não exercem efeito direto sobre esse grupo, mas que ele considera que tenha potencial para exercer efeitos diretos e nocivos sobre o grupo social B. O efeito de terceira pessoa é, afinal, um efeito sobre a primeira pessoa, mas que só se estabelece por causa de um efeito presumido, temido ou imaginado sobre terceiros. Eis porque uma alternativa à denominação *third-person effect* seja também *efeito do efeito presumido*. Na verdade, o juízo que sustenta a discrepância de efeitos não é, ele mesmo, um efeito, mas o contraste paradoxal entre dois dos termos de um raciocínio que envolve outras etapas e decisões (como a distância moral, por exemplo). Trata-se simplesmente da certeza do não efeito sobre mim contrastando com a convicção sobre o risco de efeito sobre os outros. O efeito é outra coisa: é a influência da influência presumida e temida sobre os outros.

Outra forma de insistir que o centro de tudo consiste na discrepância mim-outros na estimativa dos efeitos é formulada do seguinte modo: a hipótese do efeito sobre terceiros é aquela que prescreve que as pessoas tenderão a superestimar a influência da comunicação nas atitudes e comportamentos dos outros ao mesmo tempo em que tenderão a subestimá-la em si mesmas. Nesse caso, a questão não é apenas de discrepância, mas o que o paradoxo da discrepância revela da inadequação de ambos os termos da nossa dupla estimativa de efeitos: como exageramos um lado e subestimamos outro, podemos estar errados ou no que exageramos ou no que subestimamos ou em ambos, mas duplamente certos nunca estamos. A rigor, contudo, não se está descrevendo nessa definição o efeito de uma mensagem, mas um viés psicológico que tendemos a adotar quando há distância moral entre nós e o conteúdo de uma mensagem; o que nos impediria de

na ilha de Iwo Jima, no oceano Pacífico. Os japoneses descobriram a localização desse destacamento e enviaram para lá aviões com panfletos de propaganda. Esses panfletos enfatizavam que aquela era uma guerra de brancos e que os japoneses não tinham rixa com “pessoas de cor”. Eles diziam, mais ou menos, “Não arrisque sua vida pelos homens brancos. Se renda na primeira oportunidade ou simplesmente deserte. Não corra riscos”. No dia seguinte, o destacamento havia se retirado. Contudo, nas palavras do autor: “[...] não encontro evidência alguma de que a propaganda surtiu efeito sobre as tropas. Mas com certeza teve efeito sobre os oficiais brancos. Os panfletos parecem ter causado um reordenamento de pessoal.” (DAVISON, 1983 p. 2)

fazer uma justa estimativa dos efeitos reais da comunicação. O ETP nesse caso seria um viés, uma distorção, uma cegueira de matriz psicológica que nos impede de fazer justas estimativas sobre efeitos de mensagens. (GUNTHER, 1991, 1998; PERLOFF, 1999; RUCINSKI; SALMON, 1990)

Embora todos esses aspectos toquem em questões presentes no processo heurístico que acompanha os fenômenos que descrevemos, o efeito que buscamos identificar é o impacto real causado pelo efeito presumido. Isto é, a influência que um presumido efeito de terceira pessoa exerce sobre nós, nossas atitudes, nossas disposições de ânimo, nossas interpretações dos fatos, nossos comportamentos: trata-se do efeito produzido por uma opinião sobre o efeito. À diferença da maioria das teorias sobre os efeitos da comunicação, a hipótese sobre o ETP não procura determinar os efeitos da comunicação sobre o que as pessoas pensam, mas o que as pessoas pensam sobre os efeitos da comunicação (PERLOFF, 2002) e como o que elas pensam sobre isso acaba influenciando a sua atitude a respeito de determinados conteúdos.

Em termos de volume e atualidade, o ETP virou uma das abordagens mais importantes daquilo que a literatura de Comunicação em língua inglesa chama de *media effect* – o estudo da influência da mídia –, rivalizando apenas com os modelos teórico-metodológicos do *agenda-setting* e do *media framing*. E mesmo no Brasil, já há algum volume de bibliografia sobre o tema. (AGGIO, 2010; ANDRADE, 2008; DALMONTE, 2006; FREIRE, 2009; ROSSETTO, 2011, 2014; PORTO JUNIOR, 2009)

Bem cedo, a bibliografia sobre o tema tratou de demarcar claramente dois componentes da hipótese: a dimensão que tem a ver com a estimativa sobre efeitos (o juízo que sustenta que os conteúdos da comunicação influenciam mais os outros do que a mim) e a dimensão comportamental que dela se pode derivar (uma estimativa sobre o risco de que os outros sejam influenciados por conteúdos nocivos pode me levar a agir para evitar isso). (DAVISON, 1983; GUNTHER, 1991; PERLOFF, 1993) Não há erro nessa contraposição entre o componente perceptual e o componente comportamental da hipótese, mas o fato é que a nossa estimativa dos efeitos em terceiros depende de nossa opinião ou sentimento sobre o quanto a mensagem pode ser nociva. Esta, por sua vez, inclui tanto a nossa decisão subjetiva sobre o nosso desacordo moral ou intelectual com o conteúdo

quanto a igualmente subjetiva convicção acerca do potencial que esse conteúdo tem de afetar outras pessoas.

Muitos autores acrescentam um desenvolvimento importante na hipótese quando começam a falar da aprovação ou “desejabilidade” social (*social desirability* (EVELAND, MCLEOD, 1999; JENSEN, HURLEY, 2005) do conteúdo da mensagem como variável importante para explicar a discrepância eu-eles e, no limite, a influência da influência presumida. Mostram que quando um conteúdo é socialmente desaprovado – letras misóginas de rap, por exemplo (MCLEOD et al., 1997) – tendemos a exibir uma grande discrepância convencional eu-eles na nossa compreensão dos efeitos das mensagens (mais efeito neles que em mim), enquanto a discrepância se inverte (mais efeito em mim do que neles (DAVID et al., 2004) quando o conteúdo é socialmente aprovado (GUNTHER; THORSON, 1992; PERLOFF, 1993; RUCINSKI, SALMON, 1990) – numa campanha contra o fumo, por exemplo. (HENRIKSEN; FLORA, 1999)

Não estamos realmente convencidos, contudo, de que a desejabilidade social do conteúdo tenha realmente um papel no processo cognitivo que redunde no ETP.³ Primeiro, porque todo o processo é marcadamente subjetivo; como se pode dar um salto para a sociedade e introduzir um sistema de referência tão alargado? Trata-se sempre do que eu acho e do que eu sinto em contraste com os outros, a sociedade, eles; como é possível que, apenas nesse aspecto, a sociedade seja incorporada como referência? Em segundo lugar, se a aprovação for social e não pessoal, como explicar aqueles casos em que os indivíduos contrastam com o juízo predominante sobre as coisas? Mensagens de proselitismo religioso, por exemplo, dão amplas margens a polarizações e, fatalmente, ao menos em sociedades multiculturais e laicas, haverá pessoas visceralmente a favor e outras, radicalmente contra. Como fica a aprovação social em contextos extremamente polêmicos?

Por outro lado, há algo interessante na ideia de que uma etapa do processo cognitivo envolva um juízo de valor sobre o conteúdo, uma posição axiológica. Acreditamos, entretanto, que ela seja dependente da posição subjetiva de quem faz o juízo. Isto é, eu faço um juízo de valor, estabele-

3 A maior parte da bibliografia aceita que desejabilidade e indesejabilidade sejam moderadores do ETP, mas não somos os únicos a apresentar algum ceticismo a esse respeito. Alguns autores têm formulado algum ceticismo conceitual ou não encontraram evidências empíricas suficientemente fortes para sustentar a variável da desejabilidade social. (LAMBE; MCLEOD, 2005)

lecendo a minha posição subjetiva acerca do conteúdo da mensagem e ao mesmo tempo identificando a posição dessa mensagem em face de mim. Assim, acreditamos, é parte do raciocínio que estabelece numa discrepância eu-eles outra discrepância, moral ou intelectual, entre o que acho certo e o que a mensagem diz. Em vez de desejabilidade social, achamos conveniente denominar isso de distância moral e/ou intelectual entre mim, o sistema de referência e o conteúdo das mensagens. A nossa avaliação subjetiva sempre estabelece, em mensagens pertinentes, se há distância ou proximidade intelectual e/ou se há desacordo ou acordo moral (o que a mensagem diz está certo ou errado conforme os meus parâmetros?).

O que se notou, nos experimentos documentados na bibliografia do campo, foi que quando há alinhamento intelectual e/ou moral entre mim e o que está expresso na mensagem, não cessa a discrepância eu-eles no que tange ao efeito presumido da mensagem; não apenas a discrepância é mantida, mas curiosamente se inverte o vetor, de forma que agora eu não só admito que sou influenciado pela mensagem, mas que é em mim que ela exerce mais efeito do que nos outros. (CHAPIN, 2005; DAVID et al., 2004; JENSEN; HURLEY, 2005) Apressadamente, se denominou esse fenômeno de “efeito reverso de terceira pessoa”, em coerência com a crença de que o centro da hipótese é a discrepância e de que, nesses casos, trata-se simplesmente da inversão dos polos da dupla estimativa de efeitos.

Na verdade, acreditamos que quando a distância moral e intelectual aponta para cima (o conteúdo ensina coisas intelectualmente ou moralmente superiores ao que eu já sabia ou aos comportamentos que eu já adotava) a influência da influência presumida não se realiza. O que se dá é efeito direto (1ª coluna da Figura) e não se poderia sequer falar de um viés de terceira pessoa. Mesmo que eu previsivelmente admita o segundo componente dessa fase (a presunção de que os outros serão influenciados pelo conteúdo da mensagem), o processo é interrompido nesse ponto. Por que adotarei atitudes e comportamentos protetores se acho que a influência presumida seria ótima para os outros? O que nos parece o mais fundamental à hipótese (o efeito do efeito previsto) não se apresenta mais, embora esteja presente o componente mais vistoso dela (a discrepância entre os efeitos sentidos e previstos). As pesquisas empíricas indicam sempre maior discrepância quando há distância moral para baixo do que quando não há distância ou ela aponta para cima. Em suma, pode até

ser que ocorra efeito de terceira pessoa reversa, se por ETP entendermos simplesmente a discrepância de estimativas, mas não haverá tal efeito se por ETP entendermos, como defendemos neste capítulo, a influência da influência presumida.

Não importa qual perspectiva admitamos, o ETP envolve esta dimensão da opinião pública que são as impressões, estimativas ou juízos que são feitos sobre outros e sobre a sua susceptibilidade a determinados conteúdos. O fenômeno implica algumas premissas, cada uma merecedora, *per se*, de um estudo a parte: (a) a premissa de que os outros são suscetíveis a conteúdos que não me afetam; (b) a premissa de que conteúdos nocivos são os que mais tendem a influenciar os outros; e (c) a premissa de que há que se tomar alguma providência para proteger os outros de conteúdos que os podem inclinar para o mal.

A este ponto, parece-nos claro na literatura que há algumas hipóteses solidárias e misturadas por trás da expressão ETP, que podem muito bem serem desvencilhadas. A primeira é a hipótese da discrepância de influências, que se ocupa da persistência do fenômeno de psicologia social que consiste em compor um juízo duplo – e em razão contrária – sobre o efeito persuasivo e comportamental de mensagens: nada em mim, muito nos outros. Para alguns, isso é tudo o que *third-person effect* significa. (GUNTHER, 1991; RUCINSKI; SALMON, 1990) A segunda é a hipótese da influência da influência presumida, que se ocupa do fato de que uma previsão de efeitos de determinados conteúdos sobre os outros nos levem a adotar atitudes e comportamentos voltados para evitar que tais efeitos se realizem. (MUTZ, 1989; GOLAN, 2008; COHEN; TSFATI, 2009) A terceira é a hipótese de que a percepção da distância moral e intelectual negativa é o gatilho para comportamentos protetores: a distância moral e intelectual entre mim e os conteúdos de uma mensagem é a variável que explica tanto a minha crença na discrepância de influências quanto a minha disposição a tomar providências para que a influência presumida sobre os outros não se efetue. (MEIRICK, 2005; ELDER; DOUGLAS; SUTTON, 2006)

Pesquisas sobre o fenômeno da discrepância na expectativa de influências apoiam-se em experimentos voltados para examinar as estimativas de efeito, sobre si mesmo e sobre os outros, de conteúdos da Comunicação. A pesquisa sobre o fenômeno da discrepância, ademais, assimila a variável da aprovação social do conteúdo da mensagem (ou da distância

moral positiva), desde que ela seja indicativa da discrepância, e está interessada em explicações sobre a razão da persistência desse fenômeno (como a hipótese do *ego enhancement*). Por fim, a hipótese da discrepância vai ser empregada para explicar tendências psicológicas gerais à adoção de uma perspectiva da mídia permanentemente distorcida contra a minha própria posição política e moral – a hipótese metodológica do *media bias*. Pesquisas sobre a influência da influência presumida, por sua vez, tentam descobrir a influência esperada da exposição a determinados conteúdos sobre os outros e a consequência disso em termos de atitudes e comportamento, como, por exemplo, a disposição a apoiar censura e controle de acesso a conteúdos. Nesse sentido, elas conseguem estabelecer um vínculo entre uma disposição psicológica à proteção dos vulneráveis em face de conteúdos nocivos e comportamentos e atitudes políticas bastante disseminadas na sociedade que afetam desde os climas de opinião pública até a produção legislativa, das manifestações populares à formulação e implementação de políticas públicas, da censura à manifestação de rua para impedir acesso a filmes e exposições de arte, por exemplo.

UM ESTUDO EMPÍRICO

Para testar a robustez da hipótese de que o desacordo moral é um moderador confiável do juízo subjetivo acerca da discrepância eu-eles, os autores projetaram e realizaram um estudo empírico. Geralmente, os estudos que se atêm ao exame da variável da aprovação/desaprovação social das mensagens examinam casos bem marcados tanto no que respeita à aprovação coletiva quanto no que tange à sua reprovação. Isso porque o que lhes interessa não é o processamento cognitivo que redunde na influência da influência presumida, mas apenas avaliar a dimensão do hiato que caracteriza a discrepância eu-eles na estimativa de efeitos e o curioso fenômeno da sua inversão, que acompanha automaticamente, embora não na mesma intensidade, a troca da reprovação pela aprovação social dos conteúdos da mensagem.

Não há testes referentes a situações que contenham desacordos morais permanentes na sociedade,⁴ ou seja, aquelas situações em que por

4 Nos inspira neste conceito a ideia de “desacordos morais persistentes” sustentada por Gutmann e Thompson (1996).

mais que haja uma troca pública de argumentos, a deliberação pública não consegue evitar que os grupos continuem polarizados. Aborto, homossexualidade, legalização do consumo recreativo de maconha, por exemplo, são desses desacordos morais permanentes neste momento nas sociedades ocidentais, que teimam em resistir como um impasse e um impedimento constante à formação de consensos. Pois bem, resolvemos testar a etapa heurística da distância moral em um tema típico do contexto de impasse moral – o consumo de maconha –, na expectativa de que uma vez que os sujeitos têm à sua disposição uma gama mais ampla de alternativas para o seu próprio posicionamento moral se pode mais facilmente ver variações tanto na posição subjetiva dos entrevistados quanto na forma como estes posicionam moralmente as mensagens em questão. Como a força dos partidos no que tange a esses temas é variável em função dos grupos sociais (em ambientes religiosos, o partido *pro-life* certamente é dominante, mas o *pro-choice* equilibra as contas quando se trata de um ambiente jornalístico, por exemplo), buscamos um contexto social que permite um maior embate nas posições. Resolvemos, então, examinar a distância moral no contexto universitário, uma vez que esse é um ambiente mais tolerante ao consumo recreativo de drogas e, ao mesmo tempo, tolerante a posições contrárias.

O DESENHO METODOLÓGICO DA VERIFICAÇÃO EMPÍRICA

O estudo empírico consistiu em: 1) exposição individual dos entrevistados a mensagens predeterminadas; 2) verificação do posicionamento⁵ moral do conteúdo das mensagens por parte dos entrevistados; 3) identificação da posição moral do próprio entrevistado; 4) identificação da estimativa do entrevistado acerca da influência da mensagem em si e nos outros. Esses dados foram coletados através de questionário com respostas fechadas aplicado a 207 estudantes no *campus* de uma universidade pública do Nordeste do Brasil, entre 18 e 22 de julho de 2011. Os entrevistados foram abordados por um dos pesquisadores e solicitados a responder um ques-

5 Neste capítulo, procuramos usar “posicionamento” para o ato realizado pelo entrevistado de localização moral ou intelectual do conteúdo de uma mensagem, enquanto reservamos “posição” para a localização do próprio entrevistado.

tionário sobre a influência da mídia. Antes, os entrevistados leram uma entre duas matérias jornalísticas: 105 (50,7%) pessoas leram uma matéria que apresentava malefícios do uso prolongado da maconha, publicada pelo portal *on-line* G1, em 1º de março de 2010; e 102 (49,3%) pessoas leram uma matéria que apresentava benefícios terapêuticos de uma das substâncias presentes na maconha, publicada pelo jornal *on-line* Folha.com, em 7 de julho de 2010. Para evitar possível viés de credibilidade das fontes, foram selecionadas matérias que igualmente apresentavam resultados de pesquisas científicas sobre a maconha.

As questões do questionário podem ser separadas em três grupos. O primeiro grupo se destinou à caracterização da amostra. O segundo é composto pelas perguntas que procuram medir a discrepância eu-eles na influência suposta. Para tanto, foi-lhes solicitado que estimassem o efeito das matérias apresentadas em si mesmos, nos seus colegas e amigos, em sua família e na maior parte dos brasileiros. As respostas possíveis foram dispostas numa escala de 5 pontos: “muito (4)”, “relativamente muito (3)”, “pouco (2)”, “extremamente pouco (1)” e “em nada (0)”. O terceiro grupo de questões é formado por perguntas que operacionalizam as hipóteses.

HIPÓTESES

Com o propósito de examinar o impacto da variável distância moral entre a opinião pessoal e o viés atribuído à matéria como moderador da estimativa de influência da mensagem, orientamos nosso trabalho por três hipóteses. Assim, na primeira hipótese enfrentamos especificamente o fator “distância moral”.

H1: Quando o posicionamento atribuído à mensagem é moralmente distante da opinião pessoal, os entrevistados acharão que os conteúdos influenciam mais os outros do que eles próprios.

As duas hipóteses seguintes estudam a relação entre o posicionamento estimado da mensagem e a posição subjetiva do entrevistado sobre um tema polêmico, para o qual se admite a possibilidade de posicionamentos antagônicos. Demonstram que o que importa para o estabelecimento da discrepância na estimativa dos efeitos não é a “desejabilidade”

social do conteúdo, mas a distância intelectual e moral entre a posição subjetiva do entrevistado e a posição atribuída à matéria: havendo distância (portanto, percepção de que o conteúdo está errado), haverá discrepância. De forma que não importa o posicionamento em termos de aprovação social do ponto de referência subjetivo ou da matéria, mas que exista uma distância entre o posicionamento subjetivo e o percebido como de determinado conteúdo.

H2A: Aqueles com uma posição subjetiva **contrária** ao consumo de maconha que considerarem que a posição assumida pela matéria é **favorável** tenderão a ver mais discrepância na estimativa dos efeitos, porque tenderão a presumir um maior efeito sobre terceiros.

H2B: Aqueles com uma posição subjetiva **favorável** ao consumo de maconha que considerarem que a posição assumida pela matéria é **contrária** tenderão a ver mais discrepância na estimativa dos efeitos, porque tenderão a presumir um maior efeito sobre terceiros.

Naturalmente, nas duas sub-hipóteses há sempre distância moral entre a posição subjetiva do entrevistado e a matéria em questão, mas os vetores são antípodas: quando a posição subjetiva é favorável, o posicionamento é desfavorável e vice-versa. Para garantir a ampla compreensão dos resultados, as hipóteses foram investigadas com o emprego de estatística descritiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Características demográficas da amostra. Os entrevistados foram abordados sem critério amostral definido e sem distinções de qualquer tipo, sendo necessária apenas a anuência em responder o questionário. Não obstante, a variabilidade demográfica da amostra evidencia heterogeneidade, o que aumenta a confiabilidade. Entre os entrevistados com dados válidos, 49,5% são do sexo feminino, enquanto 50,5% são do sexo masculino; a idade variou entre 15 e 48 anos, com média de 24,6 anos.⁶

6 Desvio padrão (DP) de 6,311

No que diz respeito à renda familiar, 52% dos entrevistados declararam ganhar menos de 3 salários mínimos, isto é, menos de R\$ 1.635,00, uma vez que se tem como referência o salário mínimo à época de R\$ 545,00; 21,8% entre 3 e 6 salários mínimos; 14,6% entre 6 e 9 salários mínimos; e 11,7% mais de 9 salários mínimos. Outro dado que implica diretamente na renda familiar é o número de pessoas no núcleo familiar, que teve média 4,0 e desvio padrão de 1,5. Quanto à escolaridade, como era esperado, 73,9% informou ter ensino superior incompleto, 23,2% ensino superior completo e outros 2,9% informaram ter ensino médio completo ou grau menor. Quanto à autodeclaração de cor de pele/raça, 42,8% se declararam pardos, 28,9% pretos, 22,4% brancos, 3,5% indígenas, 2% amarelos e 2,9% não responderam.

Estudo das hipóteses. A hipótese 1 investiga a distância moral entre a posição pessoal e a tendência identificada na matéria. Para testar essa hipótese foi apresentada a seguinte afirmação no questionário: “Os argumentos apresentados na matéria...”, para a qual foram dadas as opções “contribui para a minha posição”, “é indiferente”, “contribui para uma posição contrária à minha”. Presume-se que a primeira opção indique concordância moral e a terceira caracterize o desacordo. Assim, para proceder à investigação de H1, foi comparada a diferença entre o efeito presumido em si mesmo e na sociedade, para cada uma das respostas possíveis.

Tabela 1 - Média (M) e desvio padrão (DP) da influência percebida em si mesmo e nos outros, distribuídos pelos que avaliaram os argumentos das matérias como neutro, concordante ou discordante da sua posição subjetiva

Categoria	Em mim			Amigos			Família			Sociedade			(Sociedade) - (Mim)	
	M	DP	N	M	DP	N	M	DP	N	M	DP	N	M	%
Argumento indiferente	1,03	1,043	69	1,99	11,69	69	1,86	1,498	69	2,46	0,964	69	1,43	35,75
Proximidade moral	1,87	1,270	101	2,15	0,989	102	2,08	1,447	102	2,46	1,059	102	0,59	14,75
Distância moral	1,06	11,20	36	2,36	1,125	36	1,67	1,621	36	2,94	0,893	36	1,88	47

Conforme previsto por H1, a discrepância na estimativa da influência da matéria sobre si e sobre os outros foi expressivamente maior entre aqueles que indicaram um sentimento da distância moral entre a opinião pessoal e a opinião atribuída à matéria. Na última coluna da Tabela 1 é

apresentada a diferença entre a média da influência percebida em si mesmo e a média da influência percebida na sociedade em geral. Na situação em que se identificou alinhamento moral, a discrepância foi de apenas 14,75% (considerando que a escala varia entre 0 a 4), enquanto na situação em que o questionário registrou haver distância moral, a discrepância é de 47%.

Em tempo, chamou nossa atenção o expressivo índice de discrepância na estimativa de influência entre aqueles que consideram o argumento apresentado pela matéria como indiferente (35,75%). Então, verificamos que esta variação pode ser explicada pela crença de que consumir maconha não é bom. Neste grupo (N = 69), 60,9% acredita que o consumo de maconha é maléfico ou parcialmente maléfico; 20,3% que é neutro; 18,8% que é parcialmente benéfico ou benéfico. Enfim, a posição contrária ao consumo de maconha poderia levar ao aumento da discrepância na percepção da influência em si e em outros, mesmo que se considere a matéria como indiferente para a própria posição subjetiva. Contudo, essas variáveis são melhor estudadas nos testes das hipóteses H2A e H2B.

As hipóteses seguintes (2A e 2B) testam o impacto do (1) posicionamento que o entrevistado julga que a matéria adota sobre o consumo de maconha e da (2) posição subjetiva do entrevistado quanto às consequências do consumo de maconha sobre a (3) discrepância da estimativa dos efeitos das matérias em si e nos outros. Em ambos os casos, simplesmente se pediu que o entrevistado localizasse, numa escala de cinco pontos, a posição que ele atribuía à matéria, em primeiro lugar, e o seu juízo sobre malefícios e benefícios da maconha, em segundo lugar. A primeira questão foi, então: “Em sua opinião, qual a posição da matéria em relação ao uso de maconha?” Para esta pergunta os entrevistados puderam escolher entre “a favor (2)”, “parcialmente a favor (1)”, “neutra (0)”, “parcialmente contra (-1)” e “contra (-2)”. Enquanto a segunda questão se formulou do seguinte modo: “Você acredita que o uso de maconha é...”, para a qual foram oferecidas as alternativas: “é benéfico (2)”, “é parcialmente benéfico (1)”, “neutro (0)”, “é parcialmente maléfico (-1)” e “é maléfico (-2)”. Os valores estão apresentados na Tabela 2. Na última coluna, em números absolutos e percentuais, estão os dados empregados para o teste das hipóteses, a diferença entre a média da influência percebida na sociedade e a média da influência em si mesmo.

Tabela 2 - Média (M) e desvio padrão (DP) da influência percebida em si, nos amigos e colegas, na família e na sociedade para o cruzamento entre a percepção da tendência da matéria (favorável, neutra ou desfavorável) e da avaliação das consequências decorrentes do uso de maconha (benéfica, neutra ou maléfica)

Categoria	Mim			Amigos			Família			Sociedade			(Sociedade) - (Mim)	
	M	DP	N	M	DP	N	M	DP	N	M	DP	N	M	%
Matéria favorável & maconha neutra	1,57	1,089	14	1,79	0,975	14	1,43	1,342	14	2,43	0,938	14	0,86	21,5
Matéria favorável & maconha maléfica	1,00	1,155	25	2,16	1,068	25	,80	1,190	25	2,24	1,012	25	1,24	31
Matéria favorável & maconha benéfica	2,39	1,407	31	2,61	1,054	31	1,42	1,119	31	2,16	1,036	31	-0,23	-5,75
Matéria neutra & maconha neutra	1,30	1,059	10	2,00	1,414	10	1,70	1,767	10	2,50	1,269	10	1,20	30
Matéria neutra & maconha maléfica	1,07	1,238	27	2,15	0,989	27	1,67	1,468	27	2,15	0,989	27	1,08	27
Matéria neutra & maconha benéfica	1,70	1,160	10	2,50	0,527	10	2,20	1,476	10	2,60	0,699	10	0,90	22,5
Matéria desfavorável & maconha neutra	1,09	1,136	11	1,82	1,250	11	2,82	1,328	11	3,27	0,786	11	2,18	54,5
Matéria desfavorável & maconha maléfica	1,36	1,160	64	1,95	1,096	65	2,51	1,427	65	2,74	0,957	65	1,38	34,5
Matéria desfavorável & maconha benéfica	1,36	0,842	14	2,21	1,051	14	2,71	1,490	14	3,36	0,633	14	2,00	50

Conforme pode-se verificar nas três primeiras linhas do Tabela 2, H₂A foi confirmada, uma vez que os que acreditam que a maconha é maléfica, mas acham que a matéria adotou uma posição pró-consumo (posição subjetiva contrária ao consumo de maconha e relação de distância moral antipodal com relação à matéria), apresentaram maior discrepância em relação à sociedade (31%) do que aqueles que consideram a maconha benéfica (5,75%) e acham que esse é também o posicionamento da matéria (posição subjetiva favorável e relação de alinhamento moral com relação à matéria). Dito de outro modo: quando o sujeito acha que a matéria adota um viés pró-consumo e ele é contrário a isso, verifica-se grande discrepância, mas quando ele mesmo é pró-consumo a discrepância inverte e diminui sensivelmente. Isso quer dizer que a distância moral é uma variável decisiva para a discrepância na estimativa de influência e que o efeito chamado efeito de terceira pessoa reverso não é, de fato, fator relevante para o fenômeno que estudamos.

Por outro lado, para aqueles com posição subjetiva favorável e, conseqüentemente, relação moral de proximidade com o posicionamento do

conteúdo, a discrepância média maior é entre o entrevistado e a sua família (24,25%). Nesse caso, ao mesmo tempo, os entrevistados consideram que os amigos (65,25%) são mais influenciados do que eles mesmos (59,75%). Esses resultados indicam que a proximidade moral entre o ponto de referência (posição subjetiva do entrevistado) e as diferentes esferas de alteridades (o que a literatura chama de “distância social”) é uma variável importante em temas dotados de considerável desacordo social.

Para o teste de H2B, foi tomada a parte da amostra que percebeu a matéria como desfavorável ao uso de maconha. Portanto, os dados apresentados nas três últimas linhas da Tabela 2. Conforme a diferença entre as médias da percepção do impacto em si mesmo e na sociedade brasileira, dispostas na última coluna, a maior discrepância ocorreu entre as pessoas que consideram as consequências do uso de maconha como neutra (54,5%). Tal resultado é diferente do previsto pela hipótese 2B. No entanto, ainda assim é coerente com os demais resultados deste estudo: o efeito tende a ser mais forte quando o entrevistado identifica distanciamento moral. No caso, os entrevistados não eram contrários ao consumo de maconha, mas assumiam uma posição de neutralidade, de modo que quando expostas a um conteúdo midiático que adotava um viés anticonsumo, assumiu-o como adversário e, coerentemente, passou a ver grande risco de efeito sobre os outros e, portanto, muita discrepância na influência estimada. Ademais, entre aqueles que consideram o consumo de maconha como benéfico (posição subjetiva favorável) e avaliaram a matéria como desfavorável (distanciamento moral) a discrepância da percepção da influência alcançou o expressivo número 2 numa escala de 4, o que é igual a uma diferença de 50%.

Na comparação com os efeitos estimados entre aqueles que perceberam a influência da matéria de modos distintos, é interessante notar que as médias são mais altas quando a matéria é posicionada pelo entrevistado com desfavorável ao consumo de maconha. Entre os que consideram a matéria pró-consumo, a discrepância é de 21,5% entre aqueles que consideram os efeitos do uso neutros, 31% quando a posição subjetiva é negativa e de -5,75% para os que assumem uma posição subjetiva positiva. Entre aqueles que posicionaram a matéria como neutra, a discrepância é de 30%, 27% e 22,5%, respectivamente. Já entre aqueles que posicionam a matéria como desfavorável, a diferença é de 54,5%, 34,5% e 50%,

respectivamente. Em resumo, as pessoas estimaram um efeito maior em terceiros quando avaliam que a matéria apresentada adota uma posição anticonsumo de maconha.

Resultado semelhante ao que foi encontrado por Huh e colaboradores (2004) para propagandas de remédio nos Estados Unidos. Esses autores sugerem que a tendência positiva ou negativa dos conteúdos midiáticos influencia na probabilidade e na magnitude do ETP, o que confirma o princípio, documentado anteriormente por Rucinski e Salmon (1990), de que o efeito tende a ser mais intenso quando o conteúdo de mídia é percebido como negativo, bem como dá sustentação para o modelo explicativo esboçado neste capítulo.

O QUE FOI FEITO E O QUE FALTA

Investigamos aqui o modelo conceitual e metodológico do efeito de terceira pessoa como resultante de processo heurístico que conduz um sujeito à curiosa condição de sofrer influência da influência que ele presume que será exercida sobre os outros e não sobre ele mesmo. Tentamos sustentar uma relação entre a adoção da paradoxal premissa de que mensagens têm mais efeitos nos outros que em nós mesmos e a distância que estabelecemos entre a nossa posição moral subjetiva e o posicionamento moral que atribuímos a determinadas mensagens.

Testadas empiricamente as hipóteses, constatou-se que a distância moral entre a opinião pessoal e a posição da matéria tem uma relação positiva com a discrepância eu-eles na estimativa dos efeitos. A principal justificativa para este esforço de pesquisa é o indicativo de que a estimativa sobre a influência dos conteúdos midiáticos na posição do outro pode influenciar nos argumentos a serem sustentados pelos indivíduos numa situação de debate. Em um momento que a descriminalização da maconha é uma discussão com crescente importância e visibilidade na sociedade brasileira, a percepção dessa dimensão não é desprovida de importância.

Estudos futuros podem desenvolver modelos mais complexos e aumentar a amostra, a fim de melhorar a confiabilidade dos presentes resultados, bem como testar um número maior de elementos com provável influência no efeito. Outra demanda é a ampliação dos temas testados, nomeadamente dos temas de interesse público e em situação de desacordo

moral resiliente que são regulados a partir da discussão pública e que são conhecidos majoritariamente através dos meios de comunicação.

REFERÊNCIAS

- AGGIO, C. Hipótese do Efeito de Terceira Pessoa: as estimativas de fumantes e não fumantes sobre os efeitos dos anúncios antitabagismo. *Organização & Sociedade*, Salvador, v. 17, n. 54, p. 463-478, 2010.
- ANDRADE, L. Obsessão compulsiva: Games, efeitos em terceira pessoa e funções pós-massivas nas (re)mediações da (ciber)cultura do entretenimento. *Ícone*, Recife, v. 10, n. 1, p. 133-161, 2008.
- CHAPIN, J. I want my FPP: Reversing third-person perception for the MTV generation. *The Social Science Journal*, Odessa, TX, v. 42, n. 3, p. 453-457, jan. 2005.
- COHEN, J.; TSFATI, Yariv. The influence of presumed influence on strategic voting. *Communication Research*, EUA, v. 36, n. 3, p. 359-378, 2009.
- DALMONTE, E. Dos efeitos fortes à hipótese de percepção do efeito de terceira pessoa: uma verificação empírica. *Revista Contemporânea*, Salvador, v. 4, n. 1, p. 51-72, 2006.
- DAVID, P.; LIU, K.; MYSER, M. Methodological Artifact or Persistent Bias?: Testing the Robustness of the Third-Person and Reverse Third-Person Effects for Alcohol Messages. *Communication Research*, EUA, v. 31, n. 2, p. 206-233, 1 abr. 2004.
- DAVISON, W. P. The Third-Person Effect in Communication. *Public Opinion Quarterly*, Oxford, Reino Unido, v. 47, n. 1, p. 1-15, jan. 1983.
- _____. The Third-Person Effect Revisited. *International Journal of Public Opinion Research*, Oxford, Reino Unido, v. 8, n. 2, p. 113-119, 1 jun. 1996.
- DELORME, D. E.; HUH, J.; REID, L. N. Others are influenced, but not me: Older adults perceptions of DTC prescription drug advertising effects. *Journal of Aging Studies*, Países Baixos, v. 21, n. 2, p. 135-151, abr. 2007.
- EVELAND, W. P.; MCLEOD, D. M. The Effect of Social Desirability on Perceived Media Impact: Implications for Third-Person Perceptions. *International Journal of Public Opinion Research*, Oxford, Reino Unido, v. 11, n. 4, p. 315-333, 1 dez. 1999.
- FREIRE, M. Hipótese do efeito de terceira pessoa: aplicações e aproximações teórico-metodológicas. *Revista Pj:Br*, São Paulo, n. 11, 2009.
- GOLAN, G. J. Moving Beyond the Perceptual Component of the Third-Person Effect: The Influence of Presumed Influence on Behavior. *American Behavioral Scientist*, EUA, v. 52, n. 2, p. 143-146, 29 jul. 2008.
- GUTMANN, A.; THOMPSON, D. *Democracy and Disagreement*. Londres: Harvard University Press, 1996.
- GUNTHER, A. C. What We Think Others Think: Cause and Consequence in the Third-Person Effect. *Communication Research*, EUA, v. 18, n. 3, p. 355-372, 1 jun. 1991.

GUNTHER, A. C. The Persuasive Press Inference: Effects of Mass Media on Perceived Public Opinion. *Communication Research*, EUA, v. 25, n. 5, p. 486-504, 1 out. 1998.

_____.; THORSON, E. Perceived persuasive effects of product commercials and public service announcements: Third-person effects in new domains. *Communication Research*, EUA, v. 19, n. 5, p. 574-596, 1992.

HENRIKSEN, L.; FLORA, J. A. Third-Person Perception and Children: Perceived Impact of Pro- and Anti-Smoking Ads. *Communication Research*, EUA, v. 26, n. 6, p. 643-665, 1 dez. 1999.

JENSEN, J. D.; HURLEY, R. J. Third-Person Effects and the Environment: Social Distance, Social Desirability, and Presumed Behavior. *Journal of Communication*, Washington, D.C., v. 55, n. 2, p. 242-256, jun. 2005.

LAMBE, J. L.; MCLEOD, D. M. Understanding Third-Person Perception Processes: Predicting Perceived Impact on Self and Others for Multiple Expressive Contexts. *Journal of Communication*, Washington, D.C, v. 55, n. 2, p. 277-291, jun. 2005.

MCLEOD, D. M.; EVELAND, W. P.; NATHANSON, A. I. Support for Censorship of Violent and Misogynic Rap Lyrics: An Analysis of the Third-Person Effect. *Communication Research*, EUA, v. 24, n. 2, p. 153-174, 1 abr. 1997.

PERLOFF, R. M. The Third Person Effect: A Critical Review and Synthesis. *Media Psychology*, Philadelphia, PA, v. 1, n. 4, p. 353-378, dez. 1999.

_____. Third-Person Effect Research 1983-1992: A Review and Synthesis. *International Journal of Public Opinion Research*, Oxford, Reino Unido, v. 5, n. 2, p. 167-184, 1993.

_____. The third-person effect. In: BRYANT, J.; ZILLMANN, D. *Media effects: Advances in theory and research*. London: Lawrence Erlbaum, 2002, p. 489-506.

PORTO JUNIOR, F. Entre fronteiras: explorando o efeito da terceira pessoa. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, SC, v. 6, n. 2, p. 45-59, 2009.

ROSSETTO, G. P. N. Revealing the third-person effect: a literature review based on the variables of influence. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON INTERDISCIPLINARY SOCIAL SCIENCES, 6., 2011, New Orleans, 2011. *Anais...* New Orleans: [s.n.], 2011.

_____. *Fazendo política no Twitter: como os efeitos estimados das mensagens influenciam as ações e os usos da plataforma*. 2014. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, 2013.

RUCINSKI, D.; SALMON, C. T. The Other As the Vulnerable Voter: a Study of the Third-Person Effect in the 1988 U.S. Presidential Campaign. *International Journal of Public Opinion Research*, Oxford, Reino Unido, v. 2, n. 4, p. 345-368, 1990.

SILVEIRA, Juliane. Cápsula de maconha trata pacientes com fobia social. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 7 jul. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/763183-capsula-de-maconha-trata-pacientes-com-fobia-social.shtml>>. Acesso em: 30 jul. 2012.

USO prolongado da maconha pode dobrar risco de psicose, diz estudo: chances de desenvolver são maiores em quem fuma há seis anos ou mais. Cerca de 190 milhões de pessoas no mundo são usuárias de drogas. 1 mar. 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/noticias/ciencia/o,,mul1510303-5603,00-uso+prolongado+de+maconha+pode+dobrar+risco+psicose+diz+estudo.html>>. Acesso em: 30 jul. 2012.

As histórias em quadrinhos como objeto de estudo das teorias da Comunicação

INTRODUÇÃO

Consideradas por seus detratores menos nobres do que outros produtos culturais midiáticos – como as produções cinematográficas, reconhecidas como uma forma de arte desde o início do século XX –, as histórias em quadrinhos despertavam desconfiança, desdém ou ojeriza nos teóricos da comunicação. Há menos de meio século, os estudos paulatinamente passaram a analisar e a valorizar as narrativas gráficas sequenciais por seus aspectos estéticos e temáticos.

Realizada no Observatório de Histórias em Quadrinhos da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), a pesquisa exposta neste capítulo, qualitativa e de nível exploratório, objetiva detalhar a trajetória do pensamento comunicacional em relação aos quadrinhos. Para tanto, foi feito um levantamento bibliográfico com o intuito de identificar como os próceres das teorias da Comunicação trataram esse objeto de estudo. Na segunda parte do capítulo serão apresentadas as visões teóricas dos autores brasileiros mais expressivos nessa área.

A pesquisa se justifica a partir da constatação de que as histórias em quadrinhos, que já acumulam quase dois séculos de existência, ainda atraem a atenção do público, chegando a alimentar com suas narrativas e personagens a indústria cinematográfica e televisiva. Apesar de utilizar fórmulas consagradas, especialmente no que concerne à produção mais comercial (*mainstream*), os quadrinhos propiciam aos artistas espaço para

criação e experimentação estética e narrativa. Dessa forma, ao nos determos na elaboração teórica no âmbito da Comunicação, podemos entender como esse produto cultural deixou de ser visto como prejudicial (ao ensino, ao comportamento, à consciência política etc.) e passou a ser considerado como a nona arte. Das posturas funcionalistas e críticas aos estudos culturais, passando pela semiologia estruturalista, as teorias da comunicação revelam visões diferentes sobre esse fenômeno comunicacional.

DA REJEIÇÃO AO DESVELAMENTO

Os primeiros estudos dedicados às histórias em quadrinhos datam dos anos 1940, quando as publicações de quadrinhos (*comic books*) conquistavam os leitores estadunidenses, principalmente crianças, e atingiam alto e crescente número de vendas, sobressaindo-se no mercado editorial. As revistas coloridas e repletas de aventuras de personagens advindos dos desenhos animados (Mickey, Pernalonga, Tom e Jerry) e principalmente de heróis (Batman, Super-homem, Capitão América, entre outros), eram bastante acessíveis, sendo adquiridas por centavos de dólar. Essas tiras publicadas em jornais e suplementos dominicais eram apreciadas por milhões de leitores. As distribuidoras (*syndicates*) abasteciam as publicações dos Estados Unidos e de outros países, inclusive do Brasil, com material inédito em grande quantidade.

Neste contexto, teóricos funcionalistas, interessados em estudar os efeitos das mídias massivas, da “arte popular”, sobre o público, realizaram pesquisas e elaboraram teorias sobre os quadrinhos. Um exemplo é o trabalho de Bogart (1973, p. 224), realizado no início da década de 1950, que colheu opiniões de mais de uma centena de leitores do jornal tabloide *News*, de Nova Iorque, e analisou as tiras nele publicadas. Ele chegou à conclusão de que

[...] a leitura de histórias em quadrinhos constitui uma experiência superficial. Não descobrimos indício algum de que aqueles cujo interesse por elas é acentuado tenham mais razão ou desejo de se entregarem a fantasias escapistas do que aquelas cujo interesse é reduzido. Além disso, encontramos elevada imbricação de leitura entre as histórias em quadrinhos que são to-

talmente fantasiosas e as que tratam de temas inteiramente realísticos.

Tanto podemos considerar a história em quadrinhos pelo aspecto recreativo, de 'jogo', quanto pelo aspecto ideacional, de 'arte'. Se utilizarmos o conceito da 'redução da tensão', a principal satisfação proporcionada pelas histórias parece ser a que enseja uma suspensão da monotonia do dia. A variedade das suas imagens parece mais significativa do que o verdadeiro conteúdo das mesmas imagens. Apenas em extensão limitada e, só para certos leitores, as histórias em quadrinhos parecem desempenhar uma genuína função catártica através das fantasias que despertam ou expressam.

As histórias em quadrinhos apresentam realmente aos leitores fantasias de agressão, sexo e realização, e o seu interesse para determinados grupos de leitores, pode ser compreendido parcialmente nesses termos. Mas não há provas de que o leitor seja levado às histórias em quadrinhos por um desejo violento 'consciente ou inconsciente' de sensações vicárias; parece antes que ele leva a elas os seus impulsos normais, como faz em relação a outras experiências da vida, e que as fantasias que elas provocam, embora baseadas nesses impulsos, são breves e têm uma baixa carga emocional. (BOGART, 1973, p. 233-234)

Se os teóricos funcionalistas consideram que as histórias em quadrinhos não exercem influências perniciosas sobre seus leitores, autores que seguem a postura marxista denunciam seu conteúdo carregado da visão ideológica da classe dominante do sistema e condenam nelas o que julgam ser um pauperismo estético. Adorno (1978, p. 348, grifo nosso), pensador da Escola de Frankfurt, ao comparar a televisão aos quadrinhos, evidencia que

[...] há uma ligação entre a televisão e as histórias em quadrinhos (*funnies*), aquelas séries de imagenzinhas de aventura semicaricaturais, que frequentemente apresentam as mesmas figuras de episódio a episódio durante anos a fio. Também no que diz respeito ao conteúdo há um parentesco entre muitas novelas de televisão e os *funnies*. Em contraposição, porém, a estes, que não aspiram ao realismo, na TV a relação equívoca entre as vozes reproduzidas de modo até certo ponto

natural e as figuras reduzidas permanece inconfundível. Mas tais relações equívocas são próprias a todos os produtos da indústria cultural, e recordam a ilusão da vida duplicada.

Seguindo essa perspectiva crítica, o psiquiatra alemão Fredric Wertham encabeçou uma campanha contrária à leitura de quadrinhos pelos jovens, que quase levou à censura dessa forma de expressão e abalou o mercado editorial estadunidense. Em 1954, Wertham publicou o livro *Seduction of the innocent*, no qual estabelecia uma relação direta entre leitura de quadrinhos e delinquência juvenil. Tendo trabalhado em instituições que acolhiam jovens infratores, usou essa experiência para fundamentar seu estudo. No entanto, mais do que uma cruzada contra as narrativas gráficas sequenciais, esse autor inseria-se no grupo de intelectuais que levantava questionamentos quanto ao conteúdo da cultura de massa e à exposição do público a esses produtos.

Segundo Beaty (2005, p. 77), a concepção de Wertham, a favor de “uma política socialmente engajada dedicada à mudança progressista”, contrastava com o consenso político conservador do pós-guerra. A postura do psiquiatra, que estudava a cultura de massa pela Psiquiatria e a partir de questões políticas, contrariava “as metodologias empiristas que dominariam o estudo dos efeitos midiáticos”. Sua campanha contra os quadrinhos, contudo, acentuou a condenação de grupos mais reacionários, ligados a religiões ou a associações de pais e mestres, à leitura das revistas e tiras.

O pensamento dialético continuou a repudiar a história em quadrinhos, considerada um produto midiático veiculado à visão de mundo da classe dominante capitalista, contribuindo para a absorção e reprodução alienada e passiva dessas ideias. Nessa linha, na década de 1970, estudos sobre as histórias em quadrinhos foram empreendidos no Chile, durante o curto governo socialista de Salvador Allende. Em um momento marcado pelo acirramento da Guerra Fria, os teóricos acusavam as “historietas”, assim como outros produtos massivos, de sustentáculos ideológicos do imperialismo cultural. Exemplo dessa formulação teórica, o livro de Dorfman e Mattelart sobre os quadrinhos protagonizados pelos personagens da Disney pretendia ser uma denúncia do uso de personagens e narrativas voltadas para o público infantil para incutir nos leitores o ponto de vista

dos Estados Unidos, a principal potência política e militar do Ocidente. Ao tratar dos personagens terceiro-mundistas que aparecem nos quadrinhos Disney, Dorfman e Mattelart (1980, p. 53-54, grifo do autor) enfatizam que:

Enquanto os *marines* passam os revolucionários pelas armas, Disney os passa por suas revistas. São duas formas de assassinato: pelo sangue e pela violência.

Disney tampouco inventou os habitantes dessas terras; só lhes impôs um modelo próprio do que deveriam ser, atores em seu *hit-parade*, decalcomanias e títeres em seus palácios de fantasia, bons e inofensivos selvagens até a eternidade.

[...] Quando se *diz* algo a respeito do menino-selvagem-bonzinho nestas revistas, o objeto em que na realidade se está *pensando* é o povo marginal.

Dorfman e Mattelart (1980, p. 127) não criticam os quadrinhos Disney por serem porta-vozes do *American way of life*, mas por representarem o *American dream of life*, “o modo por que os EUA se sonham a si mesmo, se redimem, o modo por que a metrópole nos exige que representemos nossa própria realidade, para a sua própria salvação”.

Da mesma forma, Dorfman e Jofré (1978, p. 163-164), ao estudarem os quadrinhos de heróis, como Zorro – o Cavaleiro Solitário (*Lone Ranger*), que percorre o Oeste dos Estados Unidos fazendo justiça e combatendo o crime –, atribuem ao personagem o papel de defensor da ideologia burguesa, que é imitado pelo público, identificando dois tipos de leitura, uma ingênua e outra feita por uma elite intelectual. Na primeira, “o leitor assume os valores do super-herói e vive a historieta desde esta perspectiva, em um caminho já traçado pela ideologia”. E ressaltam que “esse é o procedimento ideológico habitual que encontramos na história em quadrinhos tradicional burguesa.”

Distante das discussões políticas, o canadense Marshall McLuhan formulou uma teoria da Comunicação baseada no relacionamento entre os seres humanos e as mídias. Para ele, os meios são extensões do corpo humano e atuam sobre um ou mais sentidos (visão, audição, tato, paladar e olfato). É pelo uso dos sentidos que as pessoas percebem e entendem o ambiente que as cercam. O autor relaciona a imprensa, os quadrinhos e

a televisão com o que considera imagens de baixa definição e baixa informação visual. No seu entender (1979, p. 189), as histórias em quadrinhos “possuem uma forma de expressão altamente participante, perfeitamente adaptada à forma em mosaico do jornal”. Sobre as acusações dirigidas aos quadrinhos, afirmou que:

[...] os anciãos da tribo, que jamais haviam percebido que o jornal diário era tão estranho quanto uma exposição de arte surrealista, dificilmente poderiam perceber que os livros de estórias em quadrinhos eram tão exóticos quanto iluminuras do século VIII. Não tendo percebido nada sobre a *forma*, nada podiam perceber do *conteúdo*. Violência e agressão era tudo o que percebiam. Em consequência, com uma lógica literária ingênua, prepararam-se para ver a violência inundar o mundo. Como alternativa, atribuíam os crimes às estórias em quadrinhos. (McLUHAN, 1979, p. 193, grifo do autor)

Nos anos 1960, com os estudos da linguagem dos produtos midiáticos empreendidos por teóricos estruturalistas europeus, houve o reconhecimento das histórias em quadrinhos como forma de expressão com organização diferenciada de outras narrativas e com elementos característicos que possibilitam ao leitor criar os nexos entre as imagens e textos dispostos nas páginas, no percurso de geração de sentidos. No bojo da discussão sobre a validade e o papel da cultura de massa no âmbito social, Umberto Eco dedicou vários estudos sobre quadrinhos, com destaque para *Leitura de ‘Steve Canyon’*, no qual o teórico italiano, utilizando a metodologia da análise estrutural da mensagem, identifica uma “semântica da estória em quadrinhos”, um “repertório simbólico” constituído por elementos iconográficos que compõem uma “trama de convenções mais amplas” (1979, p. 144-145), como as metáforas visuais e balões de fala ou pensamento. Ao desnudar os mecanismos da linguagem dos quadrinhos, Eco possibilitou a compreensão mais ampla de seu potencial narrativo e estético, abrindo caminho para outros pesquisadores, inclusive brasileiros.

Partindo dos mesmos paradigmas teóricos, estruturalista e semiológico, o francês Pierre Fresnault-Deruelle também analisou os elementos simbólicos das histórias em quadrinhos. Ao estudar o espaço nos quadrinhos como uma “projeção verossímil”, por exemplo, ele identificou três subconjuntos que formam o “microespaço” em que os personagens se re-

lacionam: o espaço sonoro (marcado pela presença de balões e de palavras trocadas pelos locutores), o espaço visual (subdividido em duas partes, a forma da expressão e a forma do conteúdo) e o espaço tátil no qual “os personagens entram em contato uns com os outros”. Sobre o último, afirmou que quando dois personagens colidem ou se atacam violentamente, a “expressão gráfica dos choques e a variação do quadro da imagem constituirão matéria para o código icônico; as onomatopeias [...] remeterão ao código linguístico.” (FRESNAULT-DERUELLE, 1980, p. 127-145)

Os estudos culturais se constituíram como um campo acadêmico interdisciplinar na década de 1960, com os trabalhos dos teóricos ingleses do Birmingham Centre for Contemporary Cultural Studies, constituído na Universidade de Birmingham. Beberam de muitas fontes, com enfoques e perspectivas teóricas diversas, tendo como foco atividades do cotidiano como elemento-chave para estudo da dinâmica política e raízes históricas dos fenômenos culturais contemporâneos. Os estudos culturais combinaram diversas teorias para estudo desses fenômenos, desenvolvendo conceitos básicos para entendimento do processo de produção cultural. Especialmente importantes para o movimento dos estudos culturais foram os conceitos de identidade (GILROY, 2006; HALL, 2003) e hegemonia, este último proposto originalmente por Antonio Gramsci. Para essa disciplina, jamais foi problema trabalhar com diferentes teorias, especialmente os estudos de gênero, de mídia, a teoria marxista, a literária e o criticismo histórico.

A aproximação entre as histórias em quadrinhos e os estudos culturais ocorreu quase naturalmente, na medida em que um dos preceitos dessa escola teórica é a busca de utilização dos métodos e instrumentos da crítica textual e literária nos produtos da cultura de massa. (MATTELART; NEVEU, 2004, p. 56) Segundo Mark C. Rogers (2001, p. 93-94), foram três os principais temas nos estudos culturais que envolveram as histórias em quadrinhos:

Primeiramente, existe uma preocupação com o meio como um local para a produção de ideologia e a manutenção de hegemonia. Os quadrinhos são considerados em termos dos valores que eles promovem. Em segundo lugar, existe um impulso para recuperar a cultura de massa. Este se manifesta em tentativas para defendê-los de críticas generalizadas aos meios de massa como

destrutivos da cultura e também, em tentativas para entender os significados que eles têm na vida dos leitores. Por último, os quadrinhos têm sido envolvidos, como parte de uma cultura maior, em argumentos que não focam especificamente os quadrinhos.¹

Tais categorias não são estáticas, com a maioria dos estudos sobre quadrinhos abordando mais do que um desses temas. Nesse sentido, o autor destaca a pesquisa de Martin Barker relacionando quadrinhos e ideologia, sobre os quadrinhos de terror e sobre a produção quadrinística inglesa direcionada a leitores adultos, além do trabalho de Robert Reynolds sobre os super-heróis dos quadrinhos, como basilares para entender como os estudos culturais podem se debruçar sobre as histórias em quadrinhos.

O PENSAMENTO COMUNICACIONAL BRASILEIRO E AS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS

No Brasil, os estudos e as pesquisas sobre quadrinhos contabilizam quase meio século, mas essa trajetória teórica é pouco conhecida, inclusive por muitos que aprofundam as investigações sobre esse produto narrativo e artístico. Por esse motivo, serão abordadas a seguir as concepções teóricas formuladas por autores brasileiros em relação às histórias em quadrinhos.

A aproximação teórica aos quadrinhos em território brasileiro ocorreu, inicialmente, a partir do esforço de entusiastas e de produtores engajados na valorização de seu trabalho artístico e na defesa do quadrinho nacional. Nesse sentido, deve-se salientar a realização, em 1951, na cidade de São Paulo, da I Exposição Internacional de Histórias em Quadrinhos, organizada por um grupo de admiradores dos quadrinhos. Composto por Álvaro de Moya, Reynaldo de Oliveira, Syllas Roberg, Jayme Cortez e Miguel Penteado, esse grupo buscou tornar a exposição a primeira grande abordagem favorável aos quadrinhos aberta ao grande público, destacando originais de autores norte-americanos consagrados e análises críticas

1 First, there is a concern with the media as a site for the production of ideology and the maintenance of hegemony. Comics here are considered in terms of the values they promote. Second, there is an impulse to recuperate mass culture. This manifests itself in attempts to defend from generalized critiques of the mass media as destructive of culture and also, in attempts to understand the meanings they have had in the lives of readers. Lastly, comics have been involved as part of the larger culture, in arguments that do not focus specifically on comics.

realizadas pelos organizadores. Além de ter sido um evento de forte impacto midiático, também representou a primeira tentativa de dedicar aos quadrinhos um olhar mais científico, buscando o aporte de teorias de análise da imagem utilizadas no cinema e identificando características da produção brasileira. Partiu desses desbravadores a identificação de que Chiquinho, um dos mais populares personagens da revista *O Tico-Tico*, era a versão brasileira de Buster Brown, criação do norte-americano Richard Felton Outcault, no início do século XX. (MOYA, 2012, p. 52)

Todos os envolvidos na organização da exposição de 1951 continuaram ligados às histórias em quadrinhos nas décadas seguintes. Deles, no entanto, Álvaro de Moya foi o único a ingressar na docência universitária, atuando como professor colaborador na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) de 1970 a 1991, quando se aposentou. Apesar de não seguir a carreira docente formal, não deixou de realizar, durante esse período, intenso trabalho de investigação independente sobre o meio, dedicando-se aos aspectos históricos e de desenvolvimento da indústria dos quadrinhos, com especial atenção aos quadrinhos brasileiros. Moya publicou o resultado de suas reflexões em diversos livros de autoria própria (1970, 1996, 2003) ou em parceria com outros autores (CIRNE et al., 2002), bem como em dezenas de artigos em jornais e revistas nacionais e estrangeiras.

Ainda que carente, sob certos aspectos, de aprofundamento e rigor científicos, a produção de Álvaro de Moya foi importante por incentivar e praticamente estabelecer o modelo para toda a produção diletante sobre histórias em quadrinhos no Brasil, como as obras de Diamantino da Silva (1976, 2003), Ionaldo Cavalcanti (1977) e Roberto Guedes (2005). Por outro lado, também influenciado pelo trabalho de Moya, mas se localizando em nível superior ao dos autores recém-mencionados – mais próximo de um trabalho independente de pesquisa sobre quadrinhos do que de um diletantismo desinteressado –, estão os livros do jornalista Gonçalo Silva Júnior, que assina somente Gonçalo Júnior, relacionados ao desenvolvimento da indústria de quadrinhos no Brasil (2004, 2010). Enveredando pelas trilhas do jornalismo literário, esse autor produz uma narrativa consistente, que historia, de forma até romântica, os percalços e dificuldades para criação no Brasil de uma indústria autóctone de histórias em quadrinhos.

Um enfoque histórico relacionado à produção brasileira, embora com viés mais comedido quando comparado ao tom utilizado pelos organizadores da I Exposição Internacional de Histórias em Quadrinhos, teve o escritor cearense Herman Lima em sua obra magistral, *História da Caricatura no Brasil*, na qual, em quatro volumes, realiza um longo e profundo levantamento da produção de humor gráfico e caricatura do século XIX e da primeira metade do século XX no país.

Deve-se reconhecer que o livro de Herman Lima estava mais interessado em historiar a evolução do humor gráfico nos jornais brasileiros, abordando as histórias em quadrinhos de forma marginal. Mas elas estão lá, nas obras de autores que transitaram pelos dois gêneros, muitas vezes revezando sua produção artística em charges, cartuns, quadrinhos e ilustrações diversas. Entre esses autores estão nomes consagrados no país, como Angelo Agostini, Luis Sá, Carlos Estevão, J. Carlos, entre outros. O trabalho de Herman Lima, devido a sua exaustividade, permaneceu durante muitos anos praticamente como uma estrela isolada no firmamento da produção científica brasileira sobre histórias em quadrinhos. Pode-se dizer que apenas na última década é possível identificar obras que rivalizam com a dele, produzidas por Lailson de Holanda Cavalcanti (2005), publicado em espanhol, e o de Luciano Magno (2012), esta última o primeiro volume de uma obra ambiciosa em vários volumes, contemplada no Programa Petrobrás Cultural com prêmio por incentivo à preservação e memória da cultura brasileira.

A primeira pesquisa formal sobre histórias em quadrinhos em ambiente universitário no Brasil foi coordenada por José Marques de Melo, no Centro de Pesquisas da Comunicação Social da Faculdade de Jornalismo Cásper Líbero, na cidade de São Paulo. Foi realizada em 1967 e pode-se dizer que se encontra inserida na linha funcionalista dos estudos de Comunicação. Nela, o grupo de estudantes coordenado por aquele que veio a ser nas décadas seguintes um dos mais importantes nomes dos estudos de Comunicação no país fez um diagnóstico circunstanciado da produção de revistas em quadrinhos disponibilizadas pela indústria brasileira no final da década de 1960:

Operacionalmente, o projeto compreendeu dois tipos de análises. A primeira, junto aos editores, consistiu no levantamento de uma série de informações sobre revis-

tas editadas, tiragem, distribuição, pessoal técnico, processo produtivo, normas e códigos de ética, dados sobre o público leitor. A segunda etapa, adotando um tratamento metodológico de natureza qualitativa, envolveu a análise de conteúdo de 25 revistas, selecionadas aleatoriamente entre as editadas pelas empresas brasileiras do ramo. Nessa análise, procurou-se caracterizar a *mensagem* enviada ao público, tipificando-a sociológica, psicológica, antropológica e linguisticamente. (MELO, 1970, p. 195, grifo do autor)

Os resultados do estudo foram surpreendentes, deixando evidente o impacto que os produtos da nona arte tinham no mercado editorial brasileiro da época. Os dados mostravam, por exemplo, que muitos títulos atingiam tiragens expressivas, com os títulos de Walt Disney – *Mickey*, *Tio Patinhas*, *Pato Donald* e *Zé Carioca* –, publicados pela Editora Abril, de São Paulo, alcançando, juntos, quase 1,114 milhão de exemplares. (MELO, 1970, p. 205)

Pode-se afirmar que, no Brasil, a década de 1970 marcou a inclusão efetiva das histórias em quadrinhos no campo das ciências da Comunicação. Como apoio a essa afirmação pode-se apontar a criação de duas disciplinas de graduação especialmente dedicadas a esse tema em programas de ensino de duas universidades conceituadas, a Federal de Brasília (UnB) e a de São Paulo (USP). A primeira disciplina iniciou-se em 1970, ministrada pelo professor Francisco Araújo, e durou poucos anos. A segunda, ministrada na Escola de Comunicações e Artes (ECA/USP), começou em 1972 pelas mãos da professora Sonia Maria Bibe Luyten, sob influência direta de José Marques de Melo, então chefe do Departamento de Jornalismo e Editoração. Denominada Editoração de Histórias em Quadrinhos, continua a ser ministrada até os dias de hoje. (VERGUEIRO; SANTOS, 2006; VERGUEIRO, 2013)

A década de 1970 foi marcada pela grande influência da postura marxista no estudo das histórias em quadrinhos no Brasil, com a predominância, na grande maioria de programas de graduação e pós-graduação em Comunicação, de professores defensores dos conceitos e características da indústria cultural, desenvolvidos pelos teóricos da Escola de Frankfurt. No tocante aos quadrinhos, o mais influente teórico dessa linha de pensamento científico no Brasil foi sem dúvida Moacyr Cirne, professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense,

que nos anos 1970 participou ativamente da *Revista de Cultura Vozes*, uma das mais prestigiadas revistas de conteúdo cultural na época. Como menciona Cirne (2013, p. 42-43) em seu depoimento no livro *Os pioneiros no estudo de quadrinhos no Brasil*:

Nela, dez vezes por ano, como secretário de redação, editei vários números monotemáticos: números sobre indústria cultural, semiótica, semântica e estruturalismo, poema/processo, vanguardas experimentais, ficção científica, pós-modernismo. De igual modo, números sobre a ideologia dos quadrinhos, o mundo dos super-heróis, e assim por diante.

Foram muitas e variadas as contribuições de Cirne à publicação da Editora Vozes. Nelas, buscou muitas vezes contrapor-se a posturas críticas em relação aos quadrinhos que considerava reacionárias, pautando suas observações por um engajamento teórico às proposições esquerdistas. Em análise crítica da produção do jornalista Sérgio Augusto, classificou o trabalho do primeiro colunista de quadrinhos do Brasil como obedecendo

[...] a todo um contexto ideológico, contexto que produz ‘filosofias’ burguesas que só sabem gerar respostas reacionárias às produções epistemológicas, não sabendo distinguir (e não apenas por ignorância ou má-fé; também por uma ideologia de classe) o radicalmente novo dos possíveis equívocos tecnicistas. (CIRNE, 1968, p. 315)

Em outro texto, ao analisar os aspectos ideológicos dos quadrinhos de ficção científica, deteve-se nas relações sociais subjacentes ao Planeta Mongo, palco das aventuras do herói interplanetário Flash Gordon, denunciando a inconsistência de seu projeto histórico e afirmando que

A estrutura política e social do planeta Mongo, onde desponta o ditador Ming – cujos traços orientais já são uma marca ideológica –, reveste-se de uma contradição engendrada pela alta tecnologia da capital Mingo, sem que haja um relacionamento conflitante entre as diversas camadas sociais que a habitam, a não ser em nível de realeza. Os demais reinos de Mongo (Corália, Arboria, Frigia, Tropica) implicam as mesmas lacunas de complexo social. (CIRNE, 1972, p. 374)

Sua crítica mais contundente, no entanto, recai sobre o exemplo mais característico do quadrinho norte-americano, o super-herói, para quem tem palavras bastante acerbas, afirmando que

Engendrado pelas profundas contradições da sociedade americana, o super-herói, em sua forma ideológica mais radical (Super-Homem, Capitão América, Homem de Ferro, Capitão Marvel), é um produto nazistificante que, ao surgir, se volta contra o nazismo por um imperativo político, assim como mais tarde se voltará contra o socialismo por um imperativo ideológico.

Criado em função da engrenagem que movimentava as coordenadas ideológicas da sociedade de consumo, o super-herói constrói no lançamento de cada novo gíbi as suas próprias estruturas mitológicas. O mito do super-herói, e mais particularmente o do Super-Homem, é o mito da classe média americana em busca da auto-afirmação, identificando-se com a possibilidade de usufruir de uma dupla identidade. (CIRNE, 1971, p. 300)

Essa mesma postura crítica Cirne colocou em praticamente todos os seus livros. Escritor prolífico, debruçou-se sobre vários aspectos dos quadrinhos, atingindo seu ápice, em termos de pensamento dialético, na obra *Uma introdução política aos quadrinhos*, publicada em 1982, na qual reúne alguns textos antigamente disponibilizados na *Revista de Cultura Vozes*, juntamente com outros especialmente preparados para o volume. A simples enunciação dos títulos dos seis primeiros capítulos evidencia a tônica do livro: “Ideologia e crítica dos quadrinhos”, “O quadrinheiro e a responsabilidade social do artista”, “Os quadrinhos e a luta dos trabalhadores”, “Por um quadrinho politicamente combativo”, “A ideologia dos super-heróis” e “Mickey, Tio Patinhas e o imperialismo cultural”. Logo nas primeiras linhas do livro, deixa bem clara sua posição:

Não existem quadrinhos inocentes, assim como não existem leitura inocente (cf. Althusser) e livros inocentes (cf. Macherey). As estórias [sic] em quadrinhos procuram ‘ocultar’ sua verdadeira ideologia através de fórmulas temáticas muitas vezes simples ou simplistas, fazendo da redundância (a repetição em série imposta pela engrenagem operacional da cultura de massa) o lugar de sua representação: Tio Patinhas, Mickey, Zorro, Fantasma, Tarzan, Super-Homem, Batman, Capitão

América, Capitão Marvel, Homem de Ferro, Homem de Borracha, Brotoeja, Riquinho – para citar apenas alguns exemplos conhecidos – expressam uma ideologia conservadora e/ou reacionária. (CIRNE, 1982, p. 11)

Cirne refletiu, melhor do que ninguém, a influência no país da produção crítica de Ariel Dorfman e Armand Mattelart, cuja obra, *Para ler o Pato Donald* tornou-se leitura de cabeceira, na década de 1960, de todo intelectual que buscasse se firmar como de esquerda. Da mesma forma responderam a essa influência autores como Dagomir Marquenzi (1980) e José de Souza Martins (1982).

Pode-se afirmar que Sonia Maria Bibe Luyten é também uma pesquisadora que, no Brasil, iniciou a sua abordagem das histórias em quadrinhos a partir da perspectiva crítica, ainda que em nível bem mais moderado que aquele adotado por Cirne. Seu trabalho se desenvolveu inicialmente a partir de sua atuação à frente da já mencionada disciplina de graduação Edição de Histórias em Quadrinhos, na Escola de Comunicações e Artes (1985, 1989), e, posteriormente, com a pesquisa que desenvolveu em seu doutorado na mesma escola, que versou sobre mangás, as histórias em quadrinhos japonesas. Nessa obra, Luyten (2000) deu especial atenção à forma como esse estilo de quadrinhos foi desenvolvido no Brasil por descendentes dos primeiros imigrantes japoneses no Brasil.

Com intensa atuação acadêmica, Sonia Luyten teve importante papel no desenvolvimento daquilo que poderíamos denominar como uma “mentalidade” de pesquisa em torno dos quadrinhos, viabilizando a constituição do primeiro acervo de histórias em quadrinhos em ambiente universitário no Brasil, o Núcleo de Documentação de Histórias em Quadrinhos da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, obtido a partir da aquisição da coleção de um particular e depois incorporado à biblioteca da escola. Sonia Luyten também criou o primeiro núcleo de pesquisa sobre mangá no Brasil. Sobre isso, ela relembra:

Do curso de Histórias em Quadrinhos saiu também o primeiro núcleo de pesquisas sobre mangá, a partir da edição histórica da Quadreca na década de 1970. Deste grupo saiu a Abrademi – Associação Brasileira de amigos de Mangá e Ilustração. E a Abrademi promoveu vários encontros como o Mangacom que foi a semente inicial de todos os outros que hoje abrigam mais de 100

mil participantes disseminando a Cultura Pop Japonesa. (LUYTEN, 2013, p. 51-52)

No entanto, em paralelo à influência da análise marxista das histórias em quadrinhos, também se pode notar, no Brasil, a da análise estruturalista dos quadrinhos, originalmente desenvolvida por teóricos europeus, especialmente por autores como Umberto Eco (1979) e Vladimir Propp (1984). O pesquisador brasileiro que estabeleceu as bases dessa abordagem em relação às histórias em quadrinhos foi, sem dúvida, Antonio Luiz Cagnin, com sua obra *Os quadrinhos*, publicada em 1975 e incluída, com justiça, na prestigiada Coleção Ensaios, da Editora Ática. Produzido originalmente como dissertação de mestrado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, sob a orientação do professor Antonio Cândido, o livro de Cagnin tornou-se referência para todos aqueles que, no país, buscaram analisar as histórias em quadrinhos sob o ponto de vista de sua estrutura narrativa ou se debruçaram sobre os elementos constitutivos de sua linguagem, como, por exemplo, Orlando Miranda (1978), Roberto Elísio dos Santos (2002) e Paulo Ramos (2009). Posteriormente à publicação de sua obra, Cagnin, após ingressar como professor de Semiólogia da Imagem na Escola de Comunicações e Artes da USP, dedicou-se à pesquisa sobre o início das histórias em quadrinhos no Brasil, buscando identificar, na obra dos primeiros autores do gênero no país – especialmente naquela produzida pelo ítalo-brasileiro Angelo Agostini, durante a segunda metade do século XIX e início do XX –, elementos que comprovassem o pioneirismo dos brasileiros na construção da nona arte (2005). Infelizmente, o autor faleceu em outubro de 2013, antes de conseguir organizar os dados coletados em mais de 30 anos de pesquisa, que permanecem inéditos até o momento. Em depoimento ao livro *Os pioneiros no estudo de quadrinhos no Brasil*, Cagnin (2013) ilustra essa fascinação por Angelo Agostini, salientando que

O encontro com a obra publicada de Agostini me marcou. Ele estava ali, em letra e arte e muito antes, a contradizer e negar, em nosso lugar, que as histórias em quadrinhos tenham sido inventadas pelos americanos. Os fãs dos gibis podem mesmo se vangloriar e dizer, de boca cheia, que a primeira história em quadrinhos do Brasil, e uma das primeiras do mundo, foi feita por Angelo Agostini.

Com a criação da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação (Intercom), em 1977, liderada por José Marques de Melo, as histórias em quadrinhos passaram a ter mais um espaço privilegiado para discussão acadêmica no país. Esse espaço foi formalmente ocupado a partir de 1995, quando, no XVIII Congresso Anual da entidade, em Aracaju, foi criado o grupo de trabalho (GT) Humor e Quadrinhos, destacando-se, desde o início, pela “grande disputa de textos e impressionante afluência de público.” (LOPES, 1997) Nota-se, aí, o predomínio da Escola Midiológica do canadense Marshall McLuhan, com a especial característica de que grande parte dos membros do GT era composta por acadêmicos com um pé na produção de histórias em quadrinhos. Foram esses os casos de Flávio Mário de Alcântara Calazans, Edgar Franco, Gazy Andraus e Ivan Carlo Andrade de Oliveira. Com o correr dos anos e diferentes ordenações, até sua junção ao grupo de pesquisa de produção editorial, no início dos anos 2000, a influência dos estudos midiológicos foi se dispersando, podendo-se notar o aparecimento cada vez mais frequente de pesquisas desenvolvidas sob a égide dos estudos culturais, especialmente da Escola Latino-americana.

A influência mais acentuada dos estudos culturais nas pesquisas brasileiras sobre histórias em quadrinhos foi um reflexo do avanço dessa abordagem nos programas de pós-graduação do país, principalmente a partir dos trabalhos de teóricos como Nestor García Canclini. Nesse sentido, pode-se dizer que um dos expoentes dessa abordagem foi o Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, especialmente as pesquisas desenvolvidas no Núcleo de Pesquisas de Histórias em Quadrinhos, atual Observatório de Histórias em Quadrinhos, criado em 1990. Exemplos disso são as várias dissertações e teses oriundas de pesquisadores do Observatório nos últimos anos, como as de Gazy Andraus (2006), sobre a integração das histórias em quadrinhos ao ensino universitário (2006); a de Nobuyoshi Chinen (2013), sobre a representação de negros e afrodescendentes nos quadrinhos brasileiros; a de Eloar Guazzelli Filho (2009), sobre a construção do anti-herói brasileiro na obra quadrinística de Renato Canini; e a de Gêisa Fernandes D’Oliveira (2009), versando sobre as construções e reconstruções identitárias nas histórias em quadrinhos.

CONCLUSÃO

Pode-se perceber que as principais linhas teóricas usadas nos estudos da Comunicação (funcionalismo, marxismo, midiologia, estruturalismo e estudos culturais) influenciaram as pesquisas e análises realizadas por teóricos brasileiros. Em determinados momentos, algum desses modelos destacou-se, a exemplo do pensamento crítico marxista, que, na década de 1970, marcada pelo autoritarismo e pela censura, tornou-se o paradigma que abalizou as apreciações sobre as narrativas gráficas sequenciais, com destaque para seu conteúdo ideológico.

No entanto, faz-se necessário destacar que, embora o referencial teórico fosse tomado de escolas ou de autores estrangeiros, os teóricos brasileiros têm dado grande contribuição para o estudo do quadrinho nacional, seja pela análise da linguagem, pela pesquisa documental e histórica ou pela pesquisa que evidencia a trajetória de artistas e pela compreensão dos conteúdos e contextos da produção das narrativas gráficas sequenciais do país.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. Televisão, consciência e indústria cultural. In: COHN, Gabriel (Org.). *Comunicação e indústria cultural*. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978. p. 346-354.

ANDRAUS, Gazy. *As histórias em quadrinhos como informação imagética integrada ao ensino universitário*. 2006. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-13112008-182154/>>. Acesso em: 22 out. 2013.

BEATY, Bart. *Fredric Wertham and the critique of Mass Culture*. Jackson: University Press of Mississippi, 2005.

BOGART, Leo. As histórias em quadrinhos e seus leitores adultos. In: ROSENBERG, Bernard; WHITE, David Manning (Org.). *Cultura de massa*. São Paulo: Cultrix, 1973. p. 223-234.

CAGNIN, Antonio Luiz. A luta pelo reconhecimento do primeiro quadrinhista do Brasil. In: VERGUEIRO, Waldomiro; RAMOS, Paulo; CHINEN, Nobu. (Org.). *Os pioneiros no estudo de quadrinhos no Brasil*. São Paulo: Criativo, 2013. p. 57-65.

CAGNIN, Antonio Luiz. *Foi o Diabo! DIABO Coxo*, São Paulo, 1864-1865: Ed. Facsimilar. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

- CAGNIN, Antonio Luiz. *Os quadrinhos*. São Paulo: Ática, 1975.
- CAVALCANTI, Ionaldo A. *O mundo dos quadrinhos*. São Paulo: Símbolo, 1977.
- CAVALCANTI, Lailson de Holanda. *História del humor gráfico en el Brasil*. Lleida: Editorial Milenio, 2005.
- CHINEN, Nobuyoshi. *O papel do negro e o negro no papel: representação e representatividade dos afrodescendentes nos quadrinhos brasileiros*. 2013. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-21082013-155848/>>. Acesso em: 22 out. 2013.
- CIRNE, Moacy. As aventuras do Capitão Marvel no país de Caicó. In: VERGUEIRO, Waldomiro; RAMOS, Paulo; CHINEN, Nobu (Org.). *Os pioneiros no estudo de quadrinhos no Brasil*. São Paulo: Criativa, 2013. p. 37-45.
- _____. A crítica e os críticos de quadrinhos. *Revista de Cultura Vozes*, Niterói, v. 68, n. 4, p. 311-315, maio 1974.
- _____. Ideologia e desmistificação dos super-heróis. *Revista de Cultura Vozes*, Niterói, v. 65, n. 4, p. 299-306, maio 1971.
- _____. *Um introdução política aos quadrinhos*. Rio de Janeiro: Angra/Achiamé, 1982.
- _____. Quadrinhos ficção científica ideologia. *Revista de Cultura Vozes*, Niterói, v. 66, n. 5, p. 373-380, jun./jul. 1972.
- CIRNE, Moacy et al. *Literatura em quadrinhos no Brasil*: acervo da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Fundação Biblioteca Nacional, 2002.
- DORFMAN, Ariel; JOFRÉ, Manuel. *Super-Homem e seus amigos do peito*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- DORFMAN, Ariel; MATTELART, Armand. *Para ler o Pato Donald*: comunicação de massa e colonialismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- ECO, Umberto. *Apocalípticos e Integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- FRESNAULT-DERUELLE, Pierre. O espaço interpessoal nos comics. In: HELBO, André (Org.). *Semiologia da representação*: teatro, televisão, história em quadrinhos. São Paulo: Cultrix, 1980. p. 125-146.
- GILROY, Paul. British cultural studies and the pitfalls of identity. In: DURHAM, Meenakshi Gigi; KELLNER, Douglas M. *Media and cultural studies*: keywords. Rev. edition. Maldem: Blackwell, 2006. p. 381-395.
- GARCÍA CANCLÍNI, Nestor. Cultural studies and revolving doors. In: HART, Stephen; YOUNG, Richard (Ed.). *Contemporary Latin American cultural studies*. London: Arnold, 2003.
- GONÇALO JÚNIOR. *A guerra dos gibis*: a formação do mercado editorial brasileiro e censura aos quadrinhos, 1933-1964. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- _____. *A guerra dos gibis 2*: Maria Erótica e clamor do sexo: imprensa, pornografia, comunismo e censura na ditadura militar, 1964/1985. São Paulo: Editoractiva, 2010.

- GUAZZELLI FILHO, Eloar. Canini e o anti-herói brasileiro: do Zé Candango ao Zé realmente carioca. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-16092009-205951/>>. Acesso em: 22 out. 2013.
- GUEDES, Roberto. *A saga dos super-heróis brasileiros*. São Paulo: Opera Graphica, 2005.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- LOPES, Maria Immacolata Vassallo. Apresentação. In: CALAZANS, Flávio Mário de Alcântara (Org.). *As histórias em quadrinhos no Brasil: teoria e prática*. São Paulo: INTERCOM; UNESP, 1997.
- LUYTEN, Sonia Maria Bibe. (Org.). *Histórias em quadrinhos: leitura crítica*. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 1989.
- _____. Implodindo preconceitos: a conduta na pesquisa das histórias em quadrinhos. In: VERGUEIRO, Waldomiro; RAMOS, Paulo; CHINEN, Nobu. (Org.). *Os pioneiros no estudo de quadrinhos no Brasil*. São Paulo: Criativo, 2013. p. 47-54.
- _____. *Mangá: o poder dos quadrinhos japoneses*. 2. ed. São Paulo: Hedra, 2000.
- _____. *O que é história em quadrinhos*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- McLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 1979.
- MAGNO, Luciano. *História da caricatura brasileira: v. 1: os precursores e a consolidação da caricatura no Brasil*. [S.l.]: Gala Edições de Arte, 2012.
- MARQUEZI, Dagomir. *Auika! Algumas reflexões sobre a cultura de massas*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- MARTINS, José de Souza. Tio Patinhas no centro do universo. In: MARTINS, José de Souza. *O modo capitalista de pensar*. São Paulo: Hucitec, 1982. p. 3-18.
- MATTELART, Armand; NEVEU, Érik. *Introdução aos Estudos Culturais*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- MELO, José Marques de. Quadrinhos no Brasil: estrutura industrial e conteúdo das mensagens. In: MELO, José Marques de. *Comunicação social: teoria e pesquisa*. Petrópolis: Vozes, 1970. p. 185-246.
- MIRANDA, Orlando. *Tio Patinhas e os mitos da comunicação*. 2. ed. São Paulo: Summus, 1978.
- MOYA, Álvaro de. *História da história em quadrinhos*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- _____. *A reinvenção dos quadrinhos: memória da primeira exposição mundial da arte sequencial: quando o gibi passou de réu a herói*. São Paulo: Criativo, 2012.
- _____. *Vapt-Vupt*. São Paulo: Clemente e Gramani, 2003.

MOYA, Álvaro de (Org.). *Shazam!* São Paulo: Perspectiva, 1970.

D'OLIVEIRA, Gêisa Fernandes. *Saberes enquadrados: histórias em quadrinhos e (re) construções identitárias*. 2010. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-22062010-164918/>>. Acesso em: 22 out. 2013.

PROPP, Vladimir. *Morfologia do conto maravilhoso*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984.

ROGERS, Mark. Ideology in four colours: British Cultural Studies do comics. *International Journal of Comic Art*, Dresell Hill, PA, v. 3, n. 1, p. 93-108, Spring. 2001.

SANTOS, Roberto Elísio dos. *Para reler os quadrinhos Disney: linguagem, evolução e análise de HQs*. São Paulo: Paulinas, 2002.

SILVA, Diamantino da. *Quadrinhos dourados: a história dos Suplementos no Brasil*. São Paulo: Opera Graphica, 2003.

_____. *Quadrinhos para quadrados*. São Paulo: Bels, 1976.

VERGUEIRO, Waldomiro. De leitor a pesquisador de quadrinhos: percalços e vitórias de uma viagem fascinante. In: VERGUEIRO, Waldomiro; RAMOS, Paulo; CHINEN, Nobu. (Org.). *Os pioneiros no estudo de quadrinhos no Brasil*. São Paulo: Criativo, 2013. p. 67-79.

VERGUEIRO, Waldomiro; SANTOS, Roberto Elísio dos. A pesquisa sobre histórias em quadrinhos na Universidade de São Paulo: análise da produção de 1972-2005. *UNIrevista*, São Leopoldo, RS, v. 1, n. 3, p. 1-12, jul. 2006. Disponível em: <http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_VergueiroSantos.PDF>. Acesso em: 9 out. 2013.

Autores

ALICIANNE GONÇALVES DE OLIVEIRA

Graduada em Comunicação Social/Jornalismo e mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Ceará. É jornalista licenciada da mesma instituição e doutoranda em Comunicação Social na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Integrante do Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME/UFMG) e do Grupo de Pesquisa em Política e Novas Tecnologias (Ponte/UFC). Pesquisa temas da interface movimentos sociais, representação política e relações étnico-raciais.

ÂNGELA MARQUES

Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais, com estágio pós-doutoral junto ao Groupe de Recherche sur les Enjeux de la Communication (Gresec), da Université Stendhal. Professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais. Organizou e traduziu os textos que integram a obra *A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas* (Autêntica, 2009). É co-organizadora, junto com a professora Heloiza Matos (ECA-USP), do livro *Comunicação e Política: capital social, reconhecimento e deliberação pública* (Summus, 2011). Estuda questões ligadas à deliberação pública, participação cívica de atores subalternos, formação de esferas públicas políticas, com destaque para políticas públicas e cidadania; reconhecimento social e processos deliberativos *on-line*.

BENJAMIM PICADO

Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com tese sobre o horizonte lógico das teorias da significação na tradição filosófica do Pragmatismo. Por 20 anos, foi professor da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, na qual atuou como docente/pesquisador no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da mesma instituição. Atualmente é membro do Departamento de Estudos Culturais e Mídia da Universidade Federal Fluminense e docente permanente do Programa de Pós-graduação em Comunicação da mesma instituição, trabalhando com ênfase no estudo sobre as matrizes discursivas do universo visual na cultura contemporânea, nas perspectivas teórico-analíticas da narratologia, da semiótica e da estética. É bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 do CNPq, com projetos na área de estudos do humor gráfico.

BRÁULIO DE BRITTO NEVES

Radialista, pesquisador em residência pós-doutoral, através do Programa Nacional de Pós-doutorado da Capes. Doutor em Multimeios pela Universidade Estadual de Campinas, Mestre em Comunicação Social na Universidade Federal de Minas Gerais. Desenvolve pesquisas e projetos sobre práticas documentárias e poéticas político-prefigurativas, colaborando com os Grupos de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (DCS/UFMG), Democracia Digital (DCP/UFMG) e Poéticas Audiovisuais Contemporâneas (DCS/PUC-Minas). É participante da Associação Elástica, uma organização autogestionária experimental de pesquisa e produção tecnocultural e vem desenvolvendo métodos de análise dos potenciais deliberativos de práticas, ferramentas e ambientes audiovisuais e *on-line*. Seus trabalhos têm sido publicados nas revistas *Semeiosis*, *Galáxia* e *Doc on-line*.

CIRO MARCONDES FILHO

Professor titular da Escola de Comunicações de Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), doutor pela Universidade de Frankfurt, pós-doutor pela Universidade Stendhal, de Grenoble. Criador da Nova Teoria da Co-

municação, publicou, entre 2010 e 2011, cinco tomos da obra *O princípio da razão durante*. Neste ano, está lançando *Da arte de envenenar dinossauros* (Casa das Musas), e *Das coisas que nos fazem pensar* (Ideias e Letras); *Dicionário da Comunicação* (Paulus). Titular da Cátedra Unesco José Reis de Divulgação Científica; coordena o Núcleo FiloCom, na ECA-USP; criador da Rede Nacional de Grupos de Pesquisa em Comunicação. Articulista da revista *Caros amigos*.

DANILA CAL

Danila Cal é professora do Curso de Comunicação da Universidade da Amazônia (Unama) e pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME/UFGM). Possui mestrado e doutorado em Comunicação e Sociabilidade Contemporânea pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É vencedora na categoria dissertação do Concurso Nacional de Teses, Dissertações e Monografias (defendidas entre 1990 e 2007) sobre direitos da criança promovido pela Andi – Comunicação e Direitos (Agência de Notícias dos Direitos da Infância). Tem artigos científicos publicados em revistas como *Journal of Political Power* (Taylor & Francis) e *E-Compós*.

DIÓGENES LYCARIÃO

Bacharel em Comunicação Social, com habilitação em jornalismo pela Universidade Federal do Ceará, mestre e doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi bolsista de doutorado Capes de 2010 a 2014. Desde 2008 é membro do Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (UFMG), tendo também realizado estágio-sanduíche no Programa de Pós-graduação da Universidade Federal da Bahia (2008) e na Universidade de Mannheim (2012-2013). Tem artigos publicados em revistas como *Contemporânea e Comunicação & Política*.

DULCILIA HELENA SCHROEDER BUITONI

Graduada em Jornalismo pela Escola de Comunicações de Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP); mestrado, doutorado e livre-docência

pela mesma universidade. Professora titular de Jornalismo (ECA-USP, 1991). Trabalhou principalmente em revistas (Editora Abril). Docente da ECA-USP de 1972 a 2005, atuando na pós-graduação desde 1981. Professora permanente do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero desde 2006. Livros: *Mulher de papel* (Loyola, 1981); *Imprensa feminina* (Ática, 1988); *O quintal mágico* (Brasiliense, 1988) e *De volta ao quintal mágico* (Ágora, 2006), ambos sobre educação infantil; *Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira* (2^{ffi} edição ampliada, Summus, 2009); *Fotografia e jornalismo: a informação pela imagem* (Saraiva, 2011). Criadora e coordenadora do Grupo de Pesquisa Comunicação e Cultura Visual do CNPq. Professora visitante na Universidad Autònoma de Barcelona em 1993 e 2000.

EDNA MIOLA

Professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Sergipe (UFS). É doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais. mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia e graduada em Comunicação Social/Publicidade e Propaganda pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É vencedora do Prêmio Capes de Tese 2013 (Ciências Sociais Aplicadas I) e editora adjunta da revista *Compólitica*. Colabora o Grupo de Pesquisa em Marketing (UFS), o Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME/UFMG), o Grupo de Pesquisa em Política e Novas Tecnologias (Ponte/UFC) e é pesquisadora associada do Centro de Estudos Avançados em Democracia Digital (CEADD/UFBA). Atua nas áreas de Publicidade e Propaganda, Comunicação Política, Cibercultura e Políticas de Comunicação.

EDUARDO YUJI YAMAMOTO

Doutor em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente e pesquisador da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). Tem formação em comunicação social (Jornalismo) e especialização em comunicação popular e comunitária – ambas pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) –, e mestrado em comunicação mi-

diática pela Universidade Estadual Paulista (Unesp-Bauru). Atualmente pesquisa o estatuto ontológico da comunidade nas ciências humanas e sociais desenvolvendo reflexões críticas sobre o conceito de comunidade na Comunicação, em parceria com o grupo de pesquisa Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária (LECC/UFRJ).

ERICK FELINTO

Professor associado do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde desenvolve pesquisas sobre cibercultura e a teoria da mídia alemã, além de pertencer ao Conselho Editorial da Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Eduerj). É pesquisador do CNPq e autor de diversos livros e artigos científicos, incluindo *A imagem espectral: Comunicação, cinema e fantasmagoria tecnológica* (Ateliê, 2008) e *O explorador de abismos: Vilém Flusser e o pós-humanismo* (Paulus, 2012), com Lucia Santaella. Membro da equipe internacional responsável pela elaboração do Dicionário Flusser na Alemanha, Felinto é também integrante do Conselho Editorial da nova coleção *Reursions*, da Amsterdam University Press.

FRANCISCO RÜDIGER

Professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, é mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e doutor em ciências sociais pela Universidade de São Paulo. Leciona também nos departamentos de Comunicação e Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Relativamente aos interesses de pesquisa, seus estudos concentram-se no campo da crítica à indústria cultural e no dos estudos sobre pensamento tecnológico e cibercultura, incluindo-se aí trabalhos sobre cultura de massas, filosofia da técnica, teoria da comunicação etc. Publicou recentemente *Martin Heidegger e a questão da técnica* (Sulina, 2014) e *O amor e a mídia* (Editora da UFRGS, 2013).

LUÍS MAURO SÁ MARTINO

Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, foi pesquisador-bolsista na Universidade de East Anglia (Reino Unido). Formou-se em Comunicação pela faculdade Cásper Líbero, de São Paulo, onde atualmente é professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação, e lidera o Grupo de Pesquisa Teorias e Processos da Comunicação. Autor, entre outros, dos livros *Teoria da Comunicação* (Vozes, 2009), *The mediatization of religion* (Ashgate, 2013), *Comunicação & Identidade* (Paulus, 2010), além de textos e artigos em revistas científicas e de circulação geral.

PATRÍCIA ROSSINI

Jornalista, graduada pela Faculdade de Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, mestre em Comunicação e Sociedade pela mesma instituição e doutoranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação na Universidade Federal de Minas Gerais, onde integra o Grupo de Estudos em Mídia e Esfera Pública (EME/UFMG). Realizou estágio-sanduíche na Syracuse University (EUA, 2014) sob orientação da professora doutora Jennifer Stromer-Galley. Desenvolve pesquisa na área de Comunicação, política e tecnologias, com ênfase em conversação política, engajamento e consumo de informação política *on-line*, campanhas eleitorais, participação política, e-democracia e comportamento em *sites* de redes sociais. Tem artigos científicos publicados nas revistas *Contemporânea* (UFBA) e *Compólitica*, e capítulos publicados nas coletâneas *Navigating Cybercultures* (Inter-Disciplinary Press, Oxford, 2013) e *Mídias Sociais e Eleições 2010* (Papercliq, 2011).

PAULA GUIMARÃES SIMÕES

Professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais. Possui graduação (2001), mestrado (2004) e doutorado (2012) em Comunicação Social pela mesma instituição. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em teoria da Comunicação e metodologia de pesquisa, atuando principalmente nos seguintes

temas: acontecimento, imagem pública, celebridades, cultura da mídia. Dentre as últimas publicações, destacam-se o artigo *Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito* (2012, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, em coautoria com Ricardo F. Mendonça) e a organização do livro *Celebridades no século XXI: transformações no estatuto da fama* (2014, no prelo, em parceria com Vera França, João F. Filho e Lígia Lana).

REGIANE LUCAS DE OLIVEIRA GARCÊZ

Doutoranda em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde também concluiu o mestrado e a graduação com habilitação em jornalismo. É pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME/UFMG). Desenvolve pesquisas sobre lutas por reconhecimento, movimentos sociais, internet e inserção política das pessoas surdas, o que lhe rendeu, em 2011, o Prêmio Inclusão da Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte, na categoria Comunicação. Tem artigos publicados em revistas como *European Political Science Review*; *Communication, Politics & Culture* e *E-compós*.

ROBERTO ELÍSIO DOS SANTOS

Graduado em Jornalismo e Publicidade e Propaganda pela Universidade Metodista de São Paulo (1983), mestre em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo (1988), doutor em Comunicação pelo Centro de Comunicação e Artes da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP, 1998). Também fez pós-doutorado no Centro de Biblioteconomia e Documentação (2004) e livre-docência pelo Centro de Jornalismo e Editoração da ECA-USP (2013). É professor do Programa de pós-graduação em Comunicação da Universidade Municipal de São Caetano do Sul e dos cursos de graduação de Comunicação e Pedagogia da mesma instituição. É vice-coordenador do Observatório de Histórias em Quadrinhos da ECA-USP e editor da revista *Nona Arte*. Entre seus livros mais recentes estão: *Gibi: a revista sinônimo de quadrinhos* (Via Lettera, 2010), *A história em quadrinhos no Brasil* (Laços, 2011) e *Humor e riso na cultura midiática* (Paulinas, 2012).

ROUSILEY C. M. MAIA

Doutora em ciência política pela Universidade de Nottingham (Inglaterra), é professora Associada no Departamento de Comunicação na Universidade Federal de Minas Gerais. É autora de *Deliberation, the Media and Political Talk* (Hampton Press, 2012), *Media e Deliberação* (FGV, 2008), *Comunicação e Democracia: Problemas & Perspectivas* (com Wilson Gomes, Paulus, 2008), *Recognition and the Media* (Palgrave MacMillan, no prelo). É coordenadora do Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME/UFMG) e tem artigos publicados em vários periódicos, incluindo *E-Compós*, *RBCS*, *Famecos*, *Journal of Communication*, *Contemporânea*, *Press Politics*, *Journal of Community Informatics*, *Political studies*, *European Political Science Review*, *Journal of Political Power*. É editora associada da *The International Encyclopedia of Political Communication* (ICA/Wiley-Blackwell).

VANESSA VEIGA

Doutoranda em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e investiga o direito à memória e à justiça no Brasil, explorando o caso da Comissão Nacional da Verdade. É mestre em Comunicação Social e jornalista pela mesma universidade (UFMG). Sua dissertação intitulada *Direitos Humanos e suas justificativas na mídia: a controvérsia envolvendo o caso do PNDH-3* recebeu menção honrosa no prêmio de melhor dissertação pela Compolítica (Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política) em 2013. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME/UFMG). Tem interesses em estudos na interface da comunicação e política, em temas que envolvem direitos humanos, políticas públicas, teoria democrática, teoria do reconhecimento, memória e justiça, e América Latina.

WALDOMIRO VERGUEIRO

Graduado em Biblioteconomia e Documentação pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1977), mestrado em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP, 1985), doutorado em Ciências da Comunicação também

pela ECA-USP (1990) e pós-doutorado pela Loughborough University of Technology (Inglaterra) e Universidad Carlos III de Madrid (Espanha). Professor da ECA-USP, atuando na graduação em Biblioteconomia, bem como no mestrado e doutorado em Ciência da Informação e Ciências da Comunicação. Atualmente é professor titular aposentado da ECA-USP. Fundador e coordenador do Observatório de Histórias em Quadrinhos, também na ECA/USP. Editor da revista *Nona Arte*, do Observatório de Histórias em Quadrinhos. Atua como membro do corpo editorial de diversas revistas científicas no Brasil e no exterior. Publicou dezenas de artigos em periódicos científicos nacionais e internacionais. Autor e/ou organizador de mais de uma dezena de livros, entre os quais podem ser destacados: *Seleção de Materiais de Informação* (Briquet de Lemos, 1997), *Qualidade em Serviços de Informação* (Arte e Cultura, 2002), *Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula* (Contexto), *Os pioneiros na pesquisa em quadrinhos no Brasil* (Editora Criativo, 2013) e *Muito além dos quadrinhos* (Devir, 2009).

WILSON GOMES

Professor titular de Teoria da Comunicação na Universidade Federal da Bahia, pesquisador e orientador no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas daquela universidade. É graduado, mestre e doutor em Filosofia pela Universitas a Scte. Thomae e graduado em Teologia pela Universitas Gregoriana, ambas em Roma. Doutorou-se em 1988 com uma tese sobre a ideia de construção da realidade no idealismo alemão, na fenomenologia e na hermenêutica. Em 1998, realizou estágio pós-doutoral em Cinema na Universidade de São Paulo. Desde 1989 ensina, pesquisa e orienta na área de Comunicação, nas especialidades de comunicação e política, e democracia digital. É autor de *Transformações da política na era da comunicação de massa* (Paulus, 2004 e 2008), *Jornalismo, fatos e interesses* (Insular, 2009) e coautor, com Rousiley Maia, de *Comunicação & democracia: problemas e perspectivas* (Paulus, 2008).

COLOFÃO

FORMATO	17 x 24 cm
TIPOLOGIA	Scala / Scala Sans Pro
PAPEL	Alcalino 75 g/m ² (miolo) Cartão Supremo 300 g/m ² (capa)
IMPRESSÃO DO MIOLO	EDUFBA
CAPA E ACABAMENTO	Cartograf
TIRAGEM	700 exemplares

A pesquisa em Comunicação no Brasil recebeu, nos últimos anos, um forte e inegável incremento. Sobretudo no âmbito dos programas de pós-graduação, a produção acadêmica dos professores, o grande número de teses e dissertações defendidas anualmente têm resultado em contribuições significativas para a compreensão de nossa realidade comunicativa. Esta coletânea surgiu da indagação sobre o lugar da teoria e o aporte teórico trazido pelos estudos comunicacionais. Que ideias e apropriações conceituais impulsionam o pensamento sobre nossos objetos de estudo? A perspectiva própria do campo comunicacional permite, por um lado, redimensionar abordagens teóricas de várias outras disciplinas, pouco atentas às consequências da centralidade da Comunicação para sua própria reflexão. Por outro lado, trata-se de uma reflexão teórica tensionada pela necessidade de problematizar e analisar objetos muito distintos, e estimulada a produzir sistematizações de um conjunto bastante heteróclito de reflexões. Esse movimento produz um inegável enriquecimento na formatação das formulações teóricas, respondendo de modo crítico aos avanços dos próprios agentes mediadores que hoje emanam dos desenvolvimentos tecnológicos. O presente livro procurou mobilizar essa produção, e devolve para a área, em conjunto, uma mirada abrangente e diversificada, apontando formulações teóricas que vêm sendo adotadas e desenvolvidas por estes estudos, novas problematizações e articulações conceituais, novos desenhos e sistematizações que resultam da reflexão sobre objetos diversos e sobre a realidade inquieta e inquietante de nossos dias.

